



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Thiago Calheiros Dantas

**ENTRE O PÃO E O CONCRETO:
OS USOS DO TERRITÓRIO REVELANDO OS PILARES DE UMA TERRA**



Maceió
2019

Thiago Calheiros Dantas

ENTRE O PÃO E O CONCRETO:
OS USOS DO TERRITÓRIO REVELANDO OS PILARES DE UMA TERRA

Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas.

Linha de Pesquisa: Organização Socioespacial e Dinâmicas Territoriais.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Alfredo Teles de Carvalho.

Maceió
2019

**Catálogo na fonte Universidade
Federal de Alagoas Biblioteca
Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

D192e Dantas, Thiago Calheiros.
Entre o pão e o concreto : os usos do território revelando os pilares
de uma terra / Thiago Calheiros Dantas. – 2020.
188 f. : il. color.

Orientador: Antonio Alfredo Teles de Carvalho.
Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de
Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente.
Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 150-156.
Anexos: f. 158-177.
Apêndices: f. 179-189.

1. Pilar (AL). 2. Território. 3. Arranjo alimentar.

CDU: 911.375(813.5)

FOLHA DE APROVAÇÃO

THIAGO CALHEIROS DANTAS

DANTAS, Thiago Calheiros Entre o pño e o concreto: os usos do território revelando os pilares de uma terra. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia

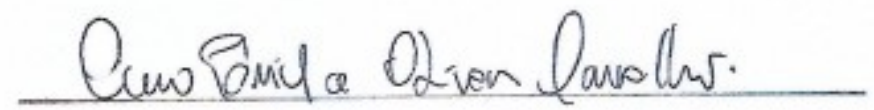
Dissertação submetida ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em 30 de abril de 2019.

Aprovada em: 30 de abril de 2019




Prof. Dr. Antônio Alfredo Teles de Carvalho (Orientador)
Instituto de Geografia Desenvolvimento e Meio Ambiente – IGDEMA/UFAL

Banca examinadora



Prof. Dr. Cicero Péricles de Carvalho (Título Interno)
Instituto de Geografia Desenvolvimento e Meio Ambiente – IGDEMA/UFAL



Prof.ª Dr.ª Flora Sousa Pidner (Título Externo)
Instituto Federal de Alagoas, Campus Palmeira dos Índios

DEDICATÓRIA

*À professora e, acima de tudo, minha mãe, **Maria Benedita Calheiros Dantas**, por sua dedicação e incentivo durante todo o meu processo educativo, criando instrumentos que facilitassem o meu aprendizado. Incentivando-me, tratando com carinho e sempre acreditando no meu potencial.*

Recordo-me que durante alfabetização, a senhora confeccionava plaquinhas de papelão estruturadas em vogais, consoantes e diversas sílabas, principalmente as famílias, com o objetivo de conduzir-me a identificá-las, escrevê-las, repetidas vezes, para que pudesse formar palavras e lê-las, e assim, mais adiante, conseguisse interpretar fragmentos de textos.

O caminho até a escola, seguido do ingresso na graduação, realizada na Universidade Federal de Alagoas – Ufal, onde agora também estou concluindo o Mestrado em Geografia não foi fácil. Mas a senhora, com a competência que lhe é inerente, seu companheirismo, compreensão, alegria e espírito de mulher guerreira, soube contribuir para tornar os meus sonhos em realidade.

***Dona Benedita**, tenha certeza que tudo que venha a lhe dizer nesse momento, é muito pouco para expressar todo amor que lhe tenho. Os seus valiosos ensinamentos continuarão comigo, sempre! Eles foram fundamentais na formação desse seu filho e, sobretudo, amigo. À senhora, a minha gratidão e o meu amor!*

O processo continua...

Thiago Calheiros Dantas

AGRADECIMENTOS

O processo de construção desta pesquisa foi longo e complexo, e devo dizer que muitas pessoas são responsáveis por sua concretização. Os momentos que pude dividir com amigos e familiares foram além de entusiasmantes dignos de serem lembrados sempre, porque me proporcionaram amadurecer como sujeito pensante, professor de Geografia e futuro mestre.

Inicialmente agradeço a Deus pelo o dom da vida e a possibilidade de pensar dada a todos os homens e todas as mulheres, logo após, as seguintes pessoas que tanto me orientaram durante o mestrado, quanto em minha formação ética e moral.

À Amália Maria Calheiros, minha avó, a qual faleceu enquanto estava na graduação, mas que sempre me dava ânimo, perguntando sobre o que estudava lendo, me dando informações valiosíssimas sobre o histórico de Pilar, porque morou na localidade desde 1944. Uma das falas dela que marcou durante a graduação foi: “tenho muito orgulho de ter um neto estudando Geografia na Universidade Federal de Alagoas”.

Ao “filósofo da família”, meu irmão, Rodrigo Calheiros Dantas que me apoiou ouvindo e lendo alguns dos textos sempre com bom grado e dando suas contribuições enquanto professor de filosofia e futuro mestrando.

A Tamyris da Silva Farias, noiva, por todo carinho, companheirismo, tolerância e leitura de cada capítulo deste estudo, dando suas contribuições de forma bem pontual, levando em conta suas experiências junto às diferentes comunidades do agreste e sertão alagoano.

Aos familiares, Aldo Calheiros, Maria Betânia Calheiros Irmã e Aloísio Calheiros Filho que de forma direta ou indireta contribuíram para este momento.

Ao professor Dr. Antonio Alfredo Teles de Carvalho (meu orientador), por ter aceitado o projeto desta dissertação, pelas discussões firmadas para definição do marco teórico, juntamente aos colegas Cassia Samara dos Santos e Epaminondas Collier Vitor de Carvalho; e as sugestões realizadas em cada capítulo, tornando o texto mais claro e objetivo. Ah! Também não poderia deixar de esquecer as palavras de estímulo e esperança, em decorrência de todos os percalços que surgiram durante o processo de ensino-aprendizagem no mestrado em Geografia.

Ao amigo e artista pilarense, Alex Douglas Costa, por ter autorizado a publicação de uma obra sua na capa desta dissertação. Além disso, pela sensibilidade de conseguir expressar um importante recorte da ideia desta pesquisa, através de alguns lápis coloridos e papel.

Aos professores doutores Maria Laura Silveira, Cícero Péricles de Oliveira Carvalho e Flora Souza Pidner pelas sugestões nos momentos da qualificação e defesa.

Aos professores Alvacy Lopes do Nascimento, Edna Telma Fonseca Vila, Maria Francineila Pinheiro dos Santos, Ana Paula Lopes da Silva, Silvana Quintella Cavalcanti Calheiros, Lindemberg Medeiros de Araújo, Paulo Rogério de Freitas Silva e Luciane Maranha de Oliveira Marisco, por terem acreditado no meu projeto e na minha pessoa.

Aos colegas de turma, Arthur Henrique, Bruno Bianchi, Cristiane da Silva, José Leandro Fernandes dos Santos, Kássia Karina, Poliane Camila e Vânia Priscila pelo companheirismo, permitindo também que atingisse algumas considerações registradas na pesquisa e boa parte dos créditos requeridos pelo PPGG (Programa de Pós-Graduação em Geografia).

Aos colegas Cassia Samara dos Santos, Matheus Pedro dos Santos e Rayanne Santos de Almeida Mendonça que ajudaram na captação de algumas fotografias e aplicação dos questionários com os feirantes na Chã de Pilar. Ao colega e amigo Hermerson Henrique Braz pela produção de todos os mapas presentes nesta dissertação.

Ao Secretário municipal de Meio ambiente, agricultura, pecuária, pesca, ciência e tecnologia; ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Diretora de agricultura Pecuária, Coordenadora do Programa Plantando o Futuro e técnica da EMATER; aos Técnicos da CEASA e todos os feirantes, porque sem a participação e experiência de cada um deles o estudo não poderia ser construído.

Enfim, agradeço aos professores e alunos que participaram da pesquisa, junto às turmas da graduação em Geografia (bacharelado e licenciatura) que ingressaram no IGDEMA-UFAL no ano de 2008 e a primeira turma da especialização em Ensino de Geografia, porque a cada aula e discussão firmada em sala, congresso, colóquio ou seminário pude ter a oportunidade de (re)pensar algumas idéias e relações ligadas a ciência geográfica que hoje concretizo, em parte, nesta dissertação.

É preciso explicar por que o mundo de hoje, que é horrível, é apenas um momento do longo desenvolvimento histórico e que a esperança sempre foi uma das forças dominantes das revoluções e das insurreições e eu ainda sinto a esperança como minha concepção de futuro (Jean Paul Sartre, 1963. Prefácio do livro “Os Condenados da Terra” de Frantz Fanon).

DANTAS, Thiago Calheiros. **Entre o pão e o concreto:** os usos do território revelando os pilares de uma terra. 189 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2019.

Resumo: A pesquisa analisa alterações que no decorrer do tempo sofreu o arranjo alimentar em Pilar, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, em consonância com as ações públicas locais implementadas, a retração do setor sucroalcooleiro e o mercado imobiliário entre 2004 e 2017. O recorte espacial investigado, há séculos vem sendo moldado pela cultura canavieira, à manutenção do latifúndio, e mais recentemente, com a sua retração, pela especulação do mercado imobiliário através das empresas envolvidas na construção de numerosos conjuntos habitacionais. Na sua feitura, foram realizados levantamentos bibliográficos que possibilitaram reconstituir o processo de formação econômica e territorial de Pilar; confeccionados mapas de fluxo e uso da terra; registros fotográficos; captação de imagens de satélite e estudos de campo. As imagens de satélite e as fotografias permitiram constatar que parte da pequena produção alimentar local, com a retração da área ocupada pela cana de açúcar e a extinção dos resquícios da Mata Atlântica, vem sendo substituída pelos conjuntos habitacionais e o “progresso” do concreto armado. O período analisado foi dividido em dois momentos. O primeiro (2004-2017), correspondente ao apogeu da produção sucroalcooleira, a expansão dos conjuntos habitacionais e a retração da agricultura familiar local. Por sua vez, o segundo período (2017-2018), está relacionado a redução da área ocupada de cana e o incentivo ao desenvolvimento da agricultura de viveres em terras arrendadas aos latifundiários da cana de açúcar. Tal incentivo levou a constituição de relações de trabalho típicas das áreas monocultoras, que já vinham se desenvolvendo antes mesmo da execução deste estudo: o trabalhador que paga pelo uso da terra com trabalho e produção. Além destas, aparece também o trabalhador devidamente contratado e outros que foram absorvidos por sua condição de vulnerabilidade social pelo Programa Plantando o Futuro, capacitados para trabalhar nos arrendamentos e comercializarem parte do que produzem com o município. Os caminhos trilhados para analisar o recorte temporal estabelecido e as duas atividades econômicas citadas, entendidas aqui como hegemônicas pela fluidez de capital que as envolve; leva a construção de um quadro socioeconômico onde especialmente os trabalhadores familiares padecem pela escassez de incentivos políticos, resultando em várias carências sociais, uma delas: a “falta do pão de cada dia”.

Palavras-chave: Território. Pilar. Arranjo alimentar.

DANTAS, Thiago Calheiros. **Between bread and concrete:** the use of territory revealing the pillars of a land. 189 sheets. Dissertation (Master's degree in Geography). Institute of Geography, Development and Environment, Institute of Geography, Development and Environment. Maceió, 2019.

Abstract: The research analyses the metamorphosis of food arrangements in Pilar city, located in Alagoas eastern mesoregion, in line with the public actions implemented, the retraction of the sugar-alcohol sector and the real estate market between 2004 and 2007. The spatial clipping investigated, for centuries has been shaped by the sugar cane culture, the maintenance of the latifundio, and more recently, with its retraction, by the speculation of the real estate market through the companies involved in the construction of the numerous housing estates. In its work, bibliographical surveys were carried out, which made it possible to reconstitute Pilar's economic and territorial formation process; were made maps of land use and flow; photographic records; of satellite images and field studies. Satellite images and photographs showed that part of the small local food production, with the retraction of the area occupied by sugar cane and the extinction of remnants of the Atlantic Forest, has been replaced by housing developments and the "progress" of reinforced concrete. The analyzed period was divided in two moments. The first one (2004-2017), corresponding to the apogee of sugar-alcohol production, the expansion of housing estates and the subjugation of local agriculture. In turn, the second period (2015-2018), is related to the reduction of the area of sugar cane and the incentive to food agriculture in leased land. This incentive led to the establishment of working relationships typical of monoculture areas: the worker who pays for the use of land with labor and production. In addition to these, there is also the duly hired worker and others who have been absorbed by their condition of social vulnerability by the Planting the Future Program, able to work on the leases and market part of what they produce with the municipality. The paths taken to analyze the time cut established and the two economic activities mentioned here, understood as hegemonic because of the fluidity of capital involved, led to the construction of a socioeconomic context where, in particular, rural workers continue to suffer for lack of daily bread.

Key words: Territory. Pilar. Food arrangement.

Lista de ilustrações

Figura 1 - Entrevista com os feirantes.....	22
Figura 2 - Mapa de localização de Pilar – AL.....	24
Figura 3 - Uso do solo de Pilar/AL.....	34
Figura 4 - Placas informando a venda de lotes em Pilar.....	46
Figura 5 - Placas indicando a venda de alguns lotes antes ocupados pela cana de açúcar.....	56
Figura 6 - Parte da mancha urbana de Pilar e partidos de cana.....	57
Figura 7 - (A) Áreas de cana, mata e solo exposto (2011) e (B) Conjuntos habitacionais (2016).....	58
Figura 8 - Complexo de conjuntos habitacionais em 2012 (C) e 2018 (D).....	59
Figura 9 - Parte da Rua Antônio Serafim em 2012, as “covas” e a plantação de macaxeira....	61
Figura 10 - Parte da Rua Antônio Serafim em 2012 (E) e 2018 (F).....	61
Figura 11 - Parte da Rua Antônio Serafim em 2012 (I) e (J) 2018.....	62
Figura 12 - Loteamento Cidade Jardim 2012 (K) e (L) 2018.....	63
Figura 13 - Residencial Benedito Cavalcante de Brros em 2012 (M) e 2018 (N).....	64
Figura 14 - Horta comunitária em 2012.....	65
Figura 15 - (O) Área de cana em 2011 e (P) Residencial Cachoeira do Imburi, 2016.....	65
Figura 16 - Áreas no entorno da Praça Nossa Senhora das Graças em 2011 (Chã de Pilar).....	67
Figura 17 - Áreas no entorno da Praça Nossa Senhora das Graças em 2018 (Chã de Pilar)....	68
Figura 18 - Parte da Rua Nossa Senhora de Pilar 2012 (Q) e (R) 2018.....	69
Figura 19 - Confluência das Ruas Nossa Senhora de Pilar e Antônio Serafim Costa (2012 e 2018).....	70
Figura 20 - (S) Parte da Avenida Otacílio Cavalcanti 2012 e (T) 2018.....	70
Figura 21 - A produção alimentar nas proximidades da Av. Octacílio Cavalcante (Chã de Pilar).....	71
Figura 22 - Parte da Rua Santo Cruzeiro em 2018.....	71
Figura 23 - (U) Chácara e árvores frutíferas em 2012. (V) Conjuntos habitacionais em 2018 (U2) Propaganda do Residencial Arthur Ramos.....	72
Figura 24 - Vista da Rua do Cruzeiro para a Laguna Manguaba e Vale das Marrecas.....	74
Figura 25 - Panfletos encontrados em meio digital com a propaganda do Loteamento Reserva da Lagoa e Arthur Ramos Clube Residencial.....	74
Figura 26 -(W) Área de plantação canavieira em 2011 e (Y) Área onde funciona o projeto Plantando o Futuro, 2019.....	75
Figura 27 - (Y) Área de plantação canavieira em 2012 e (Z) Área do projeto Plantando o Futuro, 2019.....	76
Figura 28 - Rua do Mercado a direita e a esquerda a Rua Nossa Sr(a) das Graças na segunda-feira.....	111
Figura 29 - Rua do Mercado a direita e a esquerda a Rua Nossa Sr(a) das Graças no sábado.....	117
Figura 30 - Fluxos regional da produção alimentar que chegam à Feira da Chã em Pilar-AL.....	118

Figura 31 -.Fluxos internacional e regional das produções alimentares que chegam a feira da Chã em Pilar-AL.....	128
Figura 32 - Concepções dos feirantes sobre a produção alimentar local ser suficiente para abastecer a Feira da Chã.....	127
Figura 33 - Concepções dos feirantes sobre o que impossibilita a produção de alimentar local.....	134
Figura 34 - Concepção dos feirantes sobre o que torna possível a produção alimentar local.....	139
Figura 35 - Concepções dos feirantes sobre quem produz os alimentos vendidos na feira local	133
Figura 36 - Desenho a lápis de cor, com base nas fotografias da pesquisa.....	178

Lista de quadros

Quadro 1 - Número de estabelecimentos, empregos formais, remuneração total e remuneração média no município de Pilar/AL – 2015.....(anexo)	
Quadro 2 - Engenhos de açúcar encontrados na vila de Pilar no ano de 1859..... (anexo)	
Quadro 3 - Quantidade de inoveis rurais em Pilar por pessoa física ou empresa.....(anexo)	
Quadro 4 - Ranking da produção de cana no Brasil em 2018.....(anexo)	
Quadro 5 - Nome dos empreendimentos, modalidade, contratação localidade e valor repassado pela Caixa Econômica Federal para construção de alguns conjuntos habitacionais em Pilar-AL entre 2012 e 2014.....(anexo)	
Quadro 6 - Município, faixa, contratos, valor, UH concluídos e entregue em Pilar-AL..(anexo)	
Quadro 7 - Produção de cana em Pilar-AL de 2004 a 2017.....41	
Quadro 8 - Conjunto habitacionais em Pilar-AL (2011-2017).....46	
Quadro 9 - Royalties anuais em valores correntes entre 2004 e 2019.....50	
Quadro 10 - Royalties em valores correntes mensais em Pilar-AL entre 2004 e 2018....(anexo)	
Quadro 11 - Lavoura permanente e temporária de Pilar em 2006 e 201780	
Quadro 12 - Lavouras temporária e permanente por estabelecimento agropecuário de Pilar-AL em 2006 e 2017.....81	
Quadro 13 - Alguns produtos agrícolas e locais onde são cultivados em Pilar-AL (2019)(anexo)	
Quadro 14 - Quantidade de minifúndios , pequena, média e grande propriedade em Pilar-AL presentes no sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA entre 2004 e 2018.....88	
Quadro 15 - Faixas de idade em relação aos feirantes em Chã de Pilar – 2018.....(anexo)	
Quadro 16 - Quantidade de feirantes por gênero – 2018.....110	
Quadro 17 - Cidades onde os feirantes moram – 2018.....110	
Quadro 18 - Diversidade de alimentos que chegam na feira da Chã de Pilar-Al e sua Procedência – 2018.....114	
Quadro 19 - Diversidade de alimentos e condimentos encontrados na feira de Pilar-AL/2018.....(anexo)	
Quadro 20 - Cotação diária de atacados 2019 (08 de janeiro) – CEASA.....(anexo)	
Quadro 21 - Cotação diárias de atacados 2019 (15 de janeiro) – CEASA.....(anexo)	
Quadro 22 - Localidades onde alguns feirantes produzem os alimentos.....(anexo)	
Quadro 23 - Condição da propriedade da terra onde o feirante produz alimento.....(anexo)	
Quadro 24 - Alguns motivos dos arrendamentos da terra correspondentes aos feirantes que produzem alimento.....(anexo)	
Quadro 25 - Destino dos alimentos produzidos ou não pelos feirantes.....(anexo)	

Lista de abreviaturas e siglas

CEASA – Centrais Estaduais de Abastecimento

CNAE – Classificação Nacional das Atividades Econômicas

COOPRESUCAR – Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo

ESIC – Sistema de Informação Cidadã

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMA – Instituto do Meio Ambiente

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

STRP – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilar

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	13
1.1 Os caminhos da pesquisa.....	18
1.2 Uma breve contextualização sobre Pilar e sua localização.....	24
CAPÍTULO II – A LÓGICA DO “CONCRETO” E O ESPAÇO DA PRODUÇÃO ALIMENTAR LOCAL.....	31
2.1 Utilizando o mapa de uso do solo para entender os usos do território	32
2.2 O furor do mercado turvando o brilho do “ouro verde”	38
2.3 Do sonho da casa própria ao desejo dos espaços de fartura	43
2.4 A esperança da normatização para garantir os arranjos alimentares	48
CAPÍTULO III – A FOTOGRAFIA E A IMAGEM DE SATÉLITE PERMITINDO ANALISAR O TERRITÓRIO E A PRODUÇÃO ALIMENTAR.....	54
3.1 Identificando as mudanças processadas no território pilarense, através de fotografias e imagens de satélite: discutindo a produção alimentar.....	55
3.2 O “fim” de algumas das chácaras e a emergência da produção alimentar em lotes no latifúndio canavieiro como resultado da dinâmica territorial	66
CAPÍTULO IV – A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO ALIMENTAR LOCAL E O TERRITÓRIO INTERPRETADOS PARA ALÉM DAS ESTATÍSTICAS.....	78
4.1 O território, a diversificação da produção alimentar e as estatísticas	79
4.2 A manutenção do sistema de latifúndio e algumas relações de trabalhocompreendidas no arranjo alimentar.....	87
4.3 A importância da produção local e sua fluidez.....	95
CAPÍTULO V – A FEIRA LIVRE COMO <i>LÓCUS</i> DE APRENDIZAGEM: OS FLUXOS DA PRODUÇÃO ALIMENTAR E O TERRITÓRIO.....	106
5.1 Os fluxos da produção alimentar e a feira livre.....	107
5.2 As concepção dos feirantes sobre a produção alimentar local e seus fluxos	125
5.3 A prosperidade da produção alimentar pilarense e as decisões políticas.....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS	149
ANEXO.....	157
APÊNDICE	178

Capítulo I

Tecendo algumas considerações

O presente estudo busca investigar como as atividades econômicas da produção sucroalcooleira, imobiliária e as ações do município possibilitaram o crescimento, a diversificação ou o subjugo da produção alimentar familiar em Pilar/AL entre 2004 e 2018.

O recorte temporal entre 2004 e 2018, toma como ponto de partida a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida, pelo Governo Lula, e a construção dos primeiros conjuntos habitacionais em Pilar, como também, o crescimento e a queda da produção sucroalcooleira na cidade, a diversificação da produção alimentar em 2017, e o conjunto de ações tomadas pelo governo municipal que levaram a diversificação e aumento produtivo. A análise dos dados apontaram para um aumento da produção alimentar local e sua diversificação. Porém, mantendo algumas relações e contextos voltados ao latifúndio, relacionando-se a divisão do trabalho e concentração da terra.

O fechamento de algumas usinas em Alagoas, a redução da área ocupada pela cana e moagem, vem permitindo o surgimento de algumas atividades econômicas e outras culturas agrícolas, como a produção de pinos e de alimentos. Em Pilar, a produção alimentar vem aumentando nas terras arrendadas, junto ao desenvolvimento do setor imobiliário e outros, mencionando um pequeno pólo multisetorial.

A produção alimentar é o objeto desta investigação, sendo selecionada após algumas conversas informais junto aos feirantes da Chã de Pilar sobre a origem dos alimentos que ali chegam em caminhões. O diálogo com alguns feirantes revelou a origem de muitos dos alimentos comercializados, despertando o interesse em investigar se os usos do território (sistema de objetos e ações constituído pelo setor sucroalcooleiro, imobiliário e município) estão relacionados com a produção alimentar e quais os impactos desses usos sobre a produção alimentar local.

As conversas com os feirantes também levaram a pensar na formulação do problema de estudo, pois ao perguntá-los de onde vinham os alimentos comercializados em suas barracas, respondiam: “Ah rapaz! O que vendo vem de longe”. Outra afirmação muito corriqueira nos diálogos junto aos trabalhadores surgiu quando explicavam o porquê desses alimentos virem de longe: “Aqui é terra de usineiro” ou “O povo aqui só quer saber de construir casa e comprar”. As respostas dos feirantes estimularam o início da pesquisa e a fundamentação do problema: os usos do território voltados à atividade sucroalcooleira, as ações do município e as empresas que envolvem o setor imobiliário em Pilar/AL entre 2004 e 2018 vem subjugando a produção local de alimentos?

Buscando-se algumas informações sobre os fluxos da produção alimentar alagoana, identificou-se nos textos produzidos decênios atrás por Diegues Júnior (2012, p. 163), que “esse plantio se destina ao consumo próprio, porém, é insuficiente; não bastam as necessidades colhidas para o consumo dos moradores”. Tal afirmação permite entender que a produção alimentar alagoana há anos não é valorizada e não conseguia atender a demanda local-local e local-regional. Considerando-se que a carência de incentivos concretos a todo sistema de produção alimentar alagoano seja um dos motivos que vem levando a manutenção e os intensos fluxos externos na feira da Chã em Pilar.

Entendendo-se que a manutenção das relações do latifúndio com a cana traz consequências negativas ao território e impactam diretamente na produção alimentar. A respeito do latifúndio monocultor canavieiro, destaca Carvalho (2015, p. 129) que “a cana-de-açúcar ocupou a faixa litorânea, e a pecuária avançou para o interior, em direção ao Agreste e ao Sertão. A produção açucareira inibia a produção de culturas alimentares”. Ou seja, ao se referir ao período colonial o autor leva a entender que há mais de 300 anos a cana plantada no leste alagoano já inibia o desenvolvimento da cultura agrícola policultora.

Em relação ao título desta pesquisa: “Entre o pão e o concreto: os usos do território revelando os pilares de uma terra”, permite uma reflexão sobre a relação entre o “progresso” das atividades econômicas hegemônicas (setor sucroalcooleiro, imobiliário e público) frente a produção local de alimentos frente. As ações de tais atividades pensadas de forma desigual e combinada desenvolvem um contexto social voltado a pensar no território como fator de produção ou como possibilidade para gerar lucro e “progresso”. Sendo portanto, usada a palavra “concreto” para simbolizar esse contexto. Já a palavra “pão”, corresponde ao conjunto semântico voltado à esperança sobre a valorização e diversificação da produção alimentar local familiar, tendo como ponto de partida o direito a posse da terra para os trabalhadores rurais, o uso dos insumos que permitem incrementar a produtividade; a capacitação do trabalhador rural e a formação de um sistema de cooperativa, associação ou outro formato de produção coletiva, de maneira que possibilite fortalecer o movimento desses trabalhadores. Sendo assim, estimulando toda a cadeia produtiva de alimento ou arranjo alimentar local-local e local-regional, de modo que os trabalhadores possam produzir em suas terras, estocar suas mercadorias, transportar e comercializá-las em diferentes escalas.

A ideia em valorizar e defender a produção local está voltada a geração de trabalho e renda e a possibilidade de fixar o trabalhador rural em sua terra, aquele que vem migrando para zona urbana de Pilar. O fluxo migratório em Pilar no sentido campo-cidade vem

crecendo e a quantidade de pessoas morando no campo diminuindo, mesmo que não seja mensurado aqui de onde está vindo esse trabalhador, se da zona rural de Pilar ou de outras cidades, mas conforme o IBGE (1991; 2000; 2010) a quantidade de pessoas que moravam na zona rural de Pilar vem diminuindo em relação a zona urbana. Em 1991 eram 7.006 habitantes no campo; passando para 3.035 em 2000 e 1.504 em 2010. Percebe-se também a diferença entre o número de pessoas ocupando o campo e a cidade através dos endereços rurais que alcançam a marca de 786 (rural) e 10.542 (urbanos) em 2010. Ademais, a quantidade de estabelecimentos rurais também é muito baixa em Pilar, atingindo a marca de 33 em 2010. Constata-se que o número de pessoas que moram no espaço rural de Pilar corresponde à décima parte da quantidade daqueles que vivem na cidade. Logo, a necessidade de pensar na produção alimentar local está em qualificar e empregar as comunidades advindas do campo nesses últimos 19 anos, geralmente desempregados pelo fechamento das usinas sucroalcooleiras e atraídos também pela proximidade aos serviços públicos, a oferta de moradia e questões familiares, valorizando os espaços do campo e mantendo esses trabalhadores em seus espaços de vivência.

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, traçando um caminho que permitiu pensar nos usos do território e contextos que envolvem as atividades econômicas que possibilitaram a diversificação da produção alimentar, aumento da produção e substituição da produção familiar nos recortes temporal e espacial estabelecidos, e na valorização da produção local que não deve ser mais concebida como “agricultura de pobre” ou “pequena produção” porque corresponde a uma das atividades econômicas importante para o desenvolvimento da vida, junto a economia pilarenses e também do estado de Alagoas.

Destaca-se que o recorte espacial analisado tem sua importância para entender a dinâmica do território alagoano em vista de sua história. Assim foi construída uma breve contextualização histórica sobre Pilar, destacando sua localização, dando respaldo às suas singularidades, correspondendo ao primeiro capítulo. Nessa contextualização histórica, aparece a antiga função de centro de transbordo ou entreposto comercial que possuía; a economia e a produção alimentar baseada nas pequenas áreas de plantação de subsistência presentes nas proximidades das áreas canavieiras, não obstante os poucos relatos e dados encontrados sobre a produção alimentar no século XIX; e o declínio da economia pilarense com a construção das vias férreas. Assim, foi possível revisitar o passado de Pilar para pensar a atual constituição do território.

O segundo capítulo: “Analisando as atividades econômicas que auferem maior fluidez de capital no território e substituem a produção familiar”, busca-se compreender se as atividades econômicas que auferem maior fluidez de capital no território substituíram ou não a produção alimentar local ou levam ao aumento da produção ou sua diversificação.

Já o terceiro capítulo: “Identificando as mudanças ocorridas no território pilarense, através de fotografias e imagens de satélite: a produção alimentar local em foco”, ressalta o complexo de ações que vêm subjucando a produção alimentar num dado período, através de fotografias e imagens de satélite. Nesse capítulo, as fotografias, imagens de satélite levam a um maior detalhamento sobre as mudanças ocorridas no território e suas permanências.

No quarto capítulo: “O território, a diversificação da produção alimentar local e o que está por trás das estatísticas”, é mostrada a produção alimentar local entre 2006 e 2017, trazendo os dados do censo agropecuário e os dados preliminares do último censo. Neste capítulo, destacam-se alguns dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal e o resultado das entrevistas realizadas com alguns representantes públicos locais, a fim de estabelecer relações com os dados tratados aqui apontam para o aumento da produção e sua diversificação. Nesse capítulo, realça-se também que a produção local deve ser planejada, permitindo maior empoderamento dos trabalhadores familiares.

Por fim, no quinto capítulo: “Os fluxos locais e exteriores da produção alimentar em Pilar: a feira livre como mais um lócus de aprendizagem” foram classificados e mapeados alguns dos fluxos alimentares que chegam em Pilar e se distribuem nas feiras, conforme as entrevistas realizadas com os feirantes. Nesse momento também são utilizadas as entrevistas realizadas com os técnicos da CEASA e alguns representantes públicos de Pilar, visando explicar se a forma como território pilarense é utilizado pelas atividades hegemônicas permitem que a produção alimentar familiar possa acontecer, facilitando sua fluidez.

A pesquisa mostra que a dinâmica da produção alimentar local está relacionada ao território e seus usos, levando a crer que a permanência do sistema de *plantations* da cana e as ações das atividades imobiliárias, sobretudo a primeira, vêm subjucando a produção alimentar. Contudo, é inegável que a crise do setor sucroalcooleiro propiciou uma diversificação e aumento da produção alimentar nas terras monocultoras, mas em um sistema de arrendamentos que mantém a concentração da terra nas mãos dos latifundiários. Concomitantemente, a expansão da atividade imobiliária permanece.

1.1 Os caminhos da pesquisa

A linha teórica, prática e interpretativa utilizada, o território, compreende a realidade em movimento e pauta-se na teoria de Milton Santos, que concebe o espaço como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistema de objetos e sistema de ações, não sendo considerados de forma isolada, mas como um quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 2016). A partir dessa concepção busca-se entender o território, seus usos, configuração e ações que lhe dão o *animus*.

Buscou-se identificar as principais atividades econômicas e agentes que orientam o movimento do território, referindo-se ao recorte espacial estabelecido optando-se por alguns critérios: maior produção, renda total, renda média, geração de empregos, número de estabelecimentos, uso do solo e se tais atividades econômicas vêm substituindo a produção alimentar familiar no recorte espacial e temporal em questão, sendo utilizado o quadro 1 em anexo, produzido pela Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), a fim de defini-los. A identificação das atividades econômicas foi de significativa importância para que se pudesse analisar e compreender os agentes que atingem diretamente a produção alimentar familiar local.

A escala de análise é o município de Pilar, seguindo seus limites político-administrativos e fronteiras, focando nas atividades econômicas que subvertem a cultura alimentar e geram aumento e diversificação: sucroalcooleira, imobiliária e algumas ações municipais.

O território é a categoria escolhida por permitir entender tanto os diferentes contextos, seus usos, permanências, intencionalidades voltadas à manutenção do lucro, privilégios e às relações com mais horizontais. Isto é, a divisão social do trabalho, os trabalhadores, o chão, a população, a dinâmica da vida e como ela influi. Para Santos (2008, p. 96-97) “o território é à base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população”. Isto é, o território não deve ser analisado apenas como fator de produção, uma espécie de prisão ou como uma fazenda, tomando como base apenas um conjunto de localidades que possuem funções específicas, pré-fabricadas; mas como aquele que acomoda a vida, a liberdade, o abrigo, o bem-estar social, e também a prisão dos homens. Assim, a divisão territorial do trabalho tem que ser orientada através dos seus

diferentes agentes, havendo a garantia do uso do território para todos, como uma condição. Essa condição deve ir além do pensar geográfico, atingindo as demais ciências e os lugares.

Ainda em relação ao território, reitera Silveira (2011, p. 11) que este “[...] é a base comum, que se faz na cooperação e no conflito. [...] Quando o poder público promove poucas atividades oligopolizadas, o território vê-se transformar-se em recurso”. Ou seja, a base onde a vida se realiza não é apenas o chão duro, frio, onde as pessoas estão localizadas. O território se constrói através de relações de poder, campos de força e de luta, resistências e injustiças sociais, intervenções do poder público que podem gerar a restauração ou não a dignidade humana.

Adotou-se a periodização com uma possibilidade de pensar a dinâmica do território e suas variáveis num dado momento, pois segundo Santos (2016, p. 23) “a questão é escolher as variáveis-chave que, em cada pedaço de tempo, irão acomodar o sistema de variáveis, esse sistema de eventos que denominamos período”. Compreendendo-se, portanto, que a periodização consiste em selecionar os eventos que contribuem significativamente para dinamização do território, destacando as variáveis chave em um dado período de tempo, seguindo o objetivo e o problema do estudo. Assim, vale esclarecer que o território pilarense possui uma longa história. Mas na presente pesquisa será explorado apenas um instante, um pedaço desse tempo; porque o foco está no período entre 2004 a 2017. Esse período foi selecionado, porque marca o aumento, permanência e queda da área plantada de cana-de-açúcar, o que estimulou uma sutil valorização da policultura no tabuleiro, com o projeto Plantando o Futuro e a implantação dos conjuntos habitacionais. A permanência da cana e o advento dos conjuntos habitacionais apontam sujeição e um breve estímulo aos arranjos alimentares locais através da ação do municipal.

Aplica-se aqui a expressão “arranjo alimentar” em função da necessidade de referir-se em vários momentos a todo e qualquer processo ligado ao sistema de produção alimentar, produção, circulação e acesso, por exemplo. O arranjo alimentar representa neste estudo todos os sistemas de ações e materialidades criadas para gerar e circular o alimento no território. Esclarecendo-se que ao analisar o “arranjo alimentar” deva-se estudar as diferentes atividades econômicas, a terra, as relações de trabalho, as feiras, feirantes, comércio, atravessadores, trabalhadores rurais, os sindicatos e todo complexo que esteja relacionado à produção alimentar. Ademais, a expressão “arranjo alimentar” não possui aqui a intenção de criar uma categoria. Aqui, ela corresponde à dinâmica da produção alimentar, a despeito da complexidade que a envolve.

Metodologicamente, o desenvolvimento da pesquisa se deu em três etapas: pesquisa bibliográfica, em meio digital e físico, através de livros e artigos impressos; pesquisa documental junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, jornais *online*, documentos jurídicos e trabalhos em campo (visitas as feiras livres de Pilar, entrevistas, registros fotográficos e de narrativas dos feirantes e representantes públicos).

A primeira etapa, pesquisa bibliográfica, priorizou-se as obras de Santos (1997, 2008, 2012, 2016), Silveira (2012, 2011) e Antas Junior (2005) que tratam da análise do território, seus usos, processo de corporatização, normas, e a necessidade de instituir políticas públicas para garantir o uso do território para todos. Em Ortega y Gasset (1927, 1991), buscou-se o significado da técnica e sua relação com o mundo. Já em Sant’ana (2011), Lima (1992), Carvalho (2015, 2009), Lindoso (2000), Diégues Júnior (2012) e Andrade (2010, 2011), a constituição histórico-territorial de Alagoas, do Nordeste e suas implicações para o recorte espacial estudado e a produção de alimentos. Em Sant’ana (2011), Barros (2005) e Mendonça (2012), buscou-se a formação territorial de Pilar. Os escritos de Castro (1953, 2008) e Ziegler (2013) se mostraram basilares para o entendimento da fome como fenômeno social, suas causas e implicações. Nas análises de Souza (2015), Sábato (1951) e Arendt (2015, 2016), a tecnificação do homem, a cegueira dos poderosos e da inteligência brasileira sobre a concentração de renda e poder, a partir das categorias poder e violência, respectivamente. Em Lima (2014), Lira (2014), e outros geógrafos e economistas já mencionados, buscou-se fundamentos e maior clareza no que se refere ao sistema monocultor-latifundiário alagoano da cana e suas consequências para o *corpus* territorial.

A pesquisa documental possibilitou a obtenção de informações sobre a produção agrícola temporária e permanente em Pilar; os usos do solo, as normas municipais, seguindo o Plano Diretor (2006) e Lei Orgânica Municipal; os valores do orçamento público municipal, os *royalties*, estimativas da população, população residente por situação do domicílio e unidade geográfica, número de estabelecimento agropecuários, imóveis rurais e as expressivas quantias usadas para construção dos maiores conjuntos habitacionais.

Os dados foram coletados junto as empresas e instituições públicas/privadas, via internet, a exemplo do IMA - Instituto do Meio Ambiente (<http://www.ima.al.gov.br>), com seu acervo de documentos cartográficos digitalizados e sua base de dados; o IBGE (<https://www.ibge.gov.br>) através do censo, produção agrícola temporária e permanente, dados históricos e biblioteca digital. A Universidade Cândido Mendes, via *Info Royalties* (https://inforoyalties.ucamcampos.br/informativo.php#bene_00000_0_00_003) e Portal da

Transparência de Alagoas (<http://transparencia.al.gov.br>), ambos possuindo os valores dos *royalties* e participações especiais tabulados. O Portal da Transparência também vem sendo utilizado para aferir as quantias que compõem o orçamento municipal; o Banco do Nordeste (<http://www.portaldatransparencia.gov.br>) com as informações socioeconômicas municipais, tendo como base o IBGE, disponibilizando na rede um conjunto de quadros e gráficos sobre Pilar, alguns recortes temporais abarcando o período de 1990, até o último censo de 2010.

Também foram levantadas algumas informações no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) (<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.as.px>) permitindo o contato direto com a Caixa Econômica Federal e a Petrobras, via protocolo, esclarecendo os valores gastos nos conjuntos habitacionais mais expressivos e todo processo que envolve o repasse dos *royalties* para o município. Ressalta-se, ademais, os levantamentos realizados na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustíveis (ANP) junto a Petrobras (<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/>) para elucidar os valores das alíquotas cobradas sobre o petróleo/gás, bem como quando foram iniciadas as perfurações no território pilarense. Esta fase da pesquisa contou ainda com informações extraídas de jornais *online*: A Gazeta de Alagoas (<http://gazetaweb.globo.com/portal/>); o Jornal Extra (<https://extra.globo.com>); e o Alagoas 24 horas (<http://www.alagoas24horas.com.br>).

A terceira etapa, o trabalho de campo, desenvolveu-se nas feiras livres, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Secretaria Municipal do Meio Ambiente em Pilar e algumas áreas de produção alimentar para que fossem registradas fotografias e narrativas; Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, áreas de plantação canavieira e de alimentos, situadas na feira da Chã de Pilar, BR-316, BR-424, quilômetro 92 e o atual Centro histórico (planície fluvio-lagunar) do local estudado. Também foram levantados dados em algumas agências imobiliárias e na Academia Pilarense de Letras, a fim de encontrar literaturas que pudessem contribuir na interpretação dos dados obtidos.

As entrevistas realizadas na Feira da Chã em Pilar permitiram a participação de 75 feirantes, num total de 230 feirantes, abordados no mercado público municipal e entornos, espaços onde os alimentos são comercializados, conforme mostra a figura 1. Sobre a quantidade exata de feirantes, o município não possui um levantamento atualizado, tendo-se que equiparar o total de feirantes ao número correspondente de barracas instaladas.

Figura 1 - Entrevista com os feirantes



Fonte: DANTAS, T.C., 2019.

Ainda em relação ao trabalho de campo, mas agora focando na ação imobiliária, selecionou-se 10 conjuntos habitacionais, 1 loteamento e 3 chácaras de forma figurativa, diante de suas dimensões e históricos. Acredita-se que através desses, consiga-se revelar algumas das novas infraestruturas imobiliárias que ocuparam o território pilarense e as áreas onde a produção alimentar acontecia, entendendo-se que a seleção de alguns conjuntos e loteamentos não desmereçam ou anulem a compreensão da totalidade e seu movimento. Pois, os processos de substituição da produção alimentar e sua diversificação em Pilar revelam um conjunto repetitivo de relações e processos nos lugares, permitindo-se que fossem serem lidos e interpretados.

Os nomes dos feirantes, Secretário, Presidente dos Trabalhadores Rurais de Pilar Diretora do Plantando o Futuro e Técnicos da CEASA não foram citados no estudo por questões de natureza ética. Utilizando-se apenas alguns fragmentos de suas narrativas para que houvesse as suas categorizações e construção de grupos com concepções similares. Destacando-se que as narrativas foram registradas na íntegra para não comprometer sua leitura e interpretação. As narrativas dos feirantes foram lidas e interpretadas seguindo uma análise lexical. A análise lexical pauta-se na repetição de palavras e ideias presentes no discurso, sem desconsiderar os contextos envolvidos, os lugares onde vivem e desenvolvem

suas relações com o mundo. A análise lexical conforme Chizzotti (2011, p. 116) “é uma análise do conjunto das palavras significativas do texto para fazer a mensuração das frequências médias das ocorrências e estabelecer associações relevantes sobre o sentido expresso na mensagem”. Desta forma, a repetição das palavras e as frequências médias presentes nas narrativas dos feirantes, levaram a categorização das concepções, baseadas nos significados das mensagens que eles expressaram, sendo assim mensuradas. Ao categorizar as concepções dos feirantes e mensurá-las, foram confeccionados os gráficos, quadros e mapas de fluxo relacionados aos arranjos alimentares em Pilar.

A pesquisa documental contou também com a elaboração de alguns documentos cartográficos, elaborados através dos dados do IBGE e do IMA. Ademais, os dois mapas de fluxo da produção alimentar obedecem a diferentes escalas: intermunicipal, interestadual e internacional, elaborados com base nas narrativas dos feirantes. Foram captadas e tratadas onze imagens de satélite que atestam além da localização dos conjuntos habitacionais, as substituições das áreas de plantio de cana por conjuntos habitacionais; floresta de Mata Atlântica e produção alimentar pelos conjuntos habitacionais e, como já mencionado, utilizando alguns exemplos figurativos para analisar os processos.

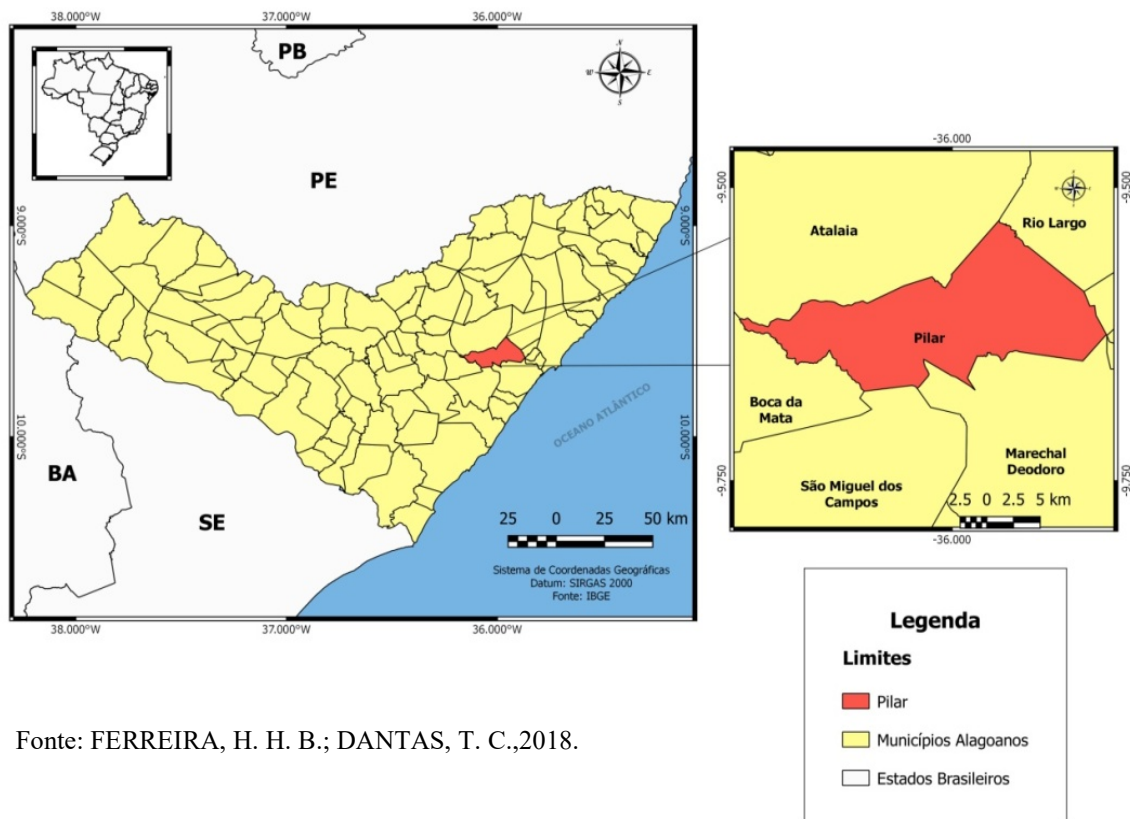
Os *softwares* escolhidos para orientar a confecção dos mapas e das imagens de satélite foram o *QGIS*, versão *Las Palmas 2.18.13* - Sistema de Informação Geográfica (SIG), livre e licenciado sob a “*GNU General Public License*” e o *Google Earth Pro*. Esses *softwares* permitiram a marcação de coordenadas geográficas, polígonos, contagem, medição de áreas, em relação ao uso do solo, e a sobreposição de camadas (*layers*). As bases vetoriais compreendidas para elaboração dos mapas formam a malha digital do município de Pilar, dos municípios alagoanos, das unidades federativas do Brasil e uso dos solos em Alagoas, possuindo respectivamente as escalas de 1:250.000 e 1:100.000 no formato *shapefile*, cedidas pelo IBGE (2015) e IMA (2015). As imagens de satélite captadas com o auxílio do software *Google Earth Pro*, focaram os conjuntos habitacionais situados em Pilar, nos anos de 2011 e 2017, mediante a inserção de coordenadas geográficas, tomadas no local da pesquisa.

Acredita-se que o caminho trilhado permitiu entender a lógica da dinâmica do território pilarense em vista da produção alimentar e seus fluxos, seus usos; e responder se as atividades econômicas (setor sucroalcooleiro, imobiliário) e as ações do município possuem um caráter regulatório, normatizador, que compromete a produção alimentar familiar local.

1.2 Uma breve contextualização sobre Pilar e sua localização

Pilar está localizado na região Nordeste do Brasil, entre os estados de Pernambuco, Sergipe e Bahia. Em Alagoas, limita-se com as cidades de Atalaia, ao norte; Rio Largo, nordeste; Marechal Deodoro, sudeste; São Miguel dos Campos, sul; e Boca da Mata, noroeste, conforme a figura 2. As coordenadas geográficas deste local correspondem: à 09° 35' 53, 13" de latitude sul e 35° 57' 24,35" de longitude oeste (GOOGLE EARTH PRO, 2016).

Figura 2 – Mapa de localização de Pilar - AL



Fonte: FERREIRA, H. H. B.; DANTAS, T. C., 2018.

Juntamente com as cidades de Rio Largo, Marechal Deodoro, São Miguel dos Campos, Barra de São Miguel, Barra de Santo Antônio, Messias, Satuba, Coqueiro Seco, Santa Luzia do Norte e Paripueira, forma a Região Metropolitana de Maceió. Está a 37 km de distância da capital estadual.

As paisagens de Pilar formam um grande mosaico composto pela laguna Manguaba, sua planície fluvio-lagunar e tabuleiro costeiro. Seja no tabuleiro ou na planície, a cana de açúcar aparece como uma forte atividade econômica. Na planície, a atividade pesqueira possibilitou a formação do seu núcleo urbano embrionário. Com o crescimento deste núcleo,

da atividade pesqueira e, logo após, a atividade canavieira, sobretudo, a última, levaram a constituição de um entreposto comercial em vista do sistema de transporte lagunar que ali iria se desenvolver. A função regional do centro de transbordo ou entreposto comercial estava em escoar a produção açucareira, dentre outras mercadorias e pessoas, ao Porto de Jaraguá, cidades circunvizinhas e a Europa (SANTANA, 2001; SÁ, 1988).

A atividade açucareira estava muito presente no entreposto comercial, existindo 21 engenhos em funcionamento (SANTANA, 2011). As mercadorias que chegavam nos lombos dos animais e escravos viam do agreste alagoano e zona da mata, alcançando a praça do desembarque que esperavam a vinda dos vapores, seguindo as lagoas Manguaba, Mundaú e seus canais até Jaraguá; esse tráfego de mercadorias e pessoas na região lagunar permitiu o desenvolvimento socioeconômico local e, após alguns anos, a aquisição do título de cidade em um período relativamente curto, passando em menos de 20 anos de freguesia (1854) para Vila (1857) e recebendo o foro de cidade em 16 de Março de 1872 (MORAES, 2018).

Um dos engenhos mais conhecidos na cidade foi o Engenho Velho, fundado no século XVII, denominado de São Gabriel e que pertencera a Matheus Casado de Lima, que era dono de outros engenhos como o Campinas em Santa Luzia do Norte (MORAES, 2018).

Com efeito, encontram-se nos textos de Santana (2002, p. 174-175) tanto os nomes dos engenhos de cana de açúcar do século XVIII (quadro 2 em anexo), momento em que a atual cidade vivera seus tempos de Vila; sua produção em pães de açúcar e o nome dos proprietários desses engenhos na época. A análise do quadro 2 permite dizer que os produtores de açúcar foram os engenhos Lameirão, Grujá de Baixo e Flor do Paraíba: 2.200 a 2.500 pães de açúcar; e as três menores: Mangabeiras, Subaúma e Cajueiro, entre 600 e 800 pães de açúcar.

O transporte via lagoas e canais, até o porto de Maceió, era realizado pela Companhia de Navegação a Vapor das Lagoas Norte e Manguaba. Tal empresa é inaugurada em 21 de setembro de 1868. Os nomes dos vapores utilizados pela empresa eram Itaparica, Leopoldina e Henriqueta. Trafegavam entre o Trapiche da Barra, Pilar, Cidade de Alagoas (Marechal Deodoro), Coqueiro Seco, Santa Luzia do Norte e Maceió. A Praça do desembarque, onde ficavam os favores ancorados estava localizada perto do Banco do Brasil, onde funciona o posto de saúde Júlio Cansanção. Atualmente, não existe nenhum indício da existência dessa praça no local.

A indústria têxtil ocupa o território pilarense na segunda metade do século XIX, com a Fábrica Pilarense, da Companhia Pilarense de Fiação e Tecidos em 13/03/1892; Fábrica de Rendas e Bordados de Pilar, inaugurada em 10/12/1909 (BARROS, 2005, p, 70). Essas empresas contratavam muita mão-de-obra local para o setor, até que foram extintas.

A produção canavieira, o papel regional de Pilar, o sistema da *plantation* (latifúndio e monocultura de exportação), e o conjunto de infra-instrutoras firmadas para atender as necessidades da atividade monocultora sintetizam bem o contexto que o território pilarense viveu até o final do século XX. Entretanto, com a construção do trecho ferroviário situado entre Capela, Rio Largo e Maceió permitiu a constituição de um período de decadência em Pilar (SÁ, 1976). A construção desse trecho desconstrói o papel regional de entreposto comercial em Pilar, substituindo o modal aquaviário pelo ferroviário.

Acredita-se que os grandes beneficiados com a mudança do modal aquaviário para o ferroviário sejam os latifundiários da cana de açúcar, levando em conta o traçado da ferrovia que cortam as terras monocultoras e permitem o transporte do vegetal. Os donos de engenho beneficiados na época encontravam-se entre nos limites de Capela, Viçosa e Pilar, mencionando: Coité Velho, Conceição, Mundaú, Vargem Grande, Sítio do Meio, Gregório, Satuba, Sapucaia, Campinas, Jardim, Cachoeira, Satuba Segundo, Coitezinho, Utinga, Pinto, Pedra Grande, Cafundó, Garça Torta, Coité Novo, Oficina, Lagoa de Una, Rio Largo, Pau Amarelo, Riachão, Bom Jardim, Água Clara, Urucu, Gitirana, Itamaracá, Pindoba, Cabaços, Remédio, Boa Vista, Bom Regalo, Salamanquinha, Antas, Carotá, Camboim, Goiana, Duas Ruas, Dois Galhos e Cachoeira Grande (DIÉGUES JUNIOR, 2006, p.129).

Pilar foi considerada a terceira cidade mais desenvolvida de Alagoas, levando em função da fluidez de capital através da produção de açúcar e a circulação de mercadorias via laguna. Com o fim do modal lacustre, a cidade perde seu papel regional de entreposto e o poder econômico vivido até a segunda metade do século XIX. Sobre esse período de decadência em vista da alteração do modal lacustre (vapores) para o ferroviário, ressalta Santana (2008) que em 1960 já não eram vistos mais em Pilar os grandes galpões cheios de mercadorias esperando os vapores para seguir viagem para Europa.

Assim, pode-se afirmar que os engenhos e, posteriormente, as usinas (Usina Terra Nova, no caso de Pilar) influenciam bastante na dinâmica das cidades do leste alagoano, em vista da lógica extensiva da monocultura canavieira. Porém, em meio a essa monocultura, desenvolvia-se a “cultura de pobre” ou a “pequena produção” (hortaliças, verduras e frutas)

nas áreas permitidas pelo dono de engenho e usina, chamada assim na época por causa de sua baixa importância comercial. Geralmente, cultivada pelo trabalhador residente da usina e autorizada para tanto. Nas usinas, esse trabalhador poderia cultivar também nos terreiros, pomares ou roçados (plantio de subsistência) sem comprometer seu o tempo de trabalho (HEREDIE, 1988).

O trabalhador residente e autorizado pelo dono do latifúndio, mesmo produzindo parte de sua alimentação, ficava dependente do consumo de alimentos nos barracões, tipo de casa comercial existente nas proximidades da vila operária, geralmente criado pelo próprio usineiro que deixava alguém de sua confiança para administrar o local. A relação de dependência criada entre o trabalhador e o usineiro estreitava-se de tal forma que o usineiro já detinha as terras onde o trabalhador morava, fazia-o produzir e parte do seu salário voltava para as mãos do proprietário das terras através dos barracões. Os barracões eram casas de comércio em que o trabalhador buscava artigos que não fosse produzido nos pomares ou terreiros. Eles compravam nos barracões que taxavam as mercadorias com preços acima do mercado local-regional e vice-versa, estreitando cada vez mais a dependência do trabalhador para com o latifundiário (HEREDIE, 1988).

Pode-se dizer também que a expansão da cana de açúcar permitiu o fim de muitas áreas de produção alimentar em Alagoas como pomares, sítios e chácaras, entre 1950 e 70. Tal expansão acontece pela descoberta de uma técnica de fertilização que permitiu a correção da acidez dos solos tabulares, resultando na desconcentração do plantio nas várzeas e baixios, passando também para a região tabular.

O avanço da cana de açúcar no tabuleiro acontece de forma vertiginosa em 1970 com a disseminação da prática da adubação agrícola e valorização do açúcar e do álcool no mercado. Muitos foram os incentivos do governo à *plantation* da cana e a produção do álcool através do Programa Nacional do Álcool (1975-90). Em Alagoas, surge também o CECA (Centro de Pesquisas Agrárias) da UFAL em 1974, reconhecido pelo MEC em 1979; e o IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool) entre 1933-1990, com o objetivo de fortalecer, orientar e controlar a produção do açúcar, Álcool e suas matérias primas em todo território nacional.

Alagoas recebeu vultosos incentivos através do Pro-Álcool (Programa Nacional do Álcool). O programa possuía o objetivo de substituir em larga escala a principal matriz de combustível fóssil automobilístico pelo álcool. Em Alagoas, “a área plantada de cana saltou de 119 mil hectares, em 1970, para 257 mil, em 1974, e a produção de cana aumentou de 6

milhões para 11 milhões de toneladas, no mesmo ano” (CARVALHO, 2009, p. 30). Nessa época, o mercado também estava propício ao setor sucroalcooleiro.

A mudança do meio técnico voltado ao sistema de engenhos para usinas resultou na elevação da produção açucareira, como também o aprimoramento técnico, crescimento dos conflitos entre usineiros e fornecedores de cana, o avanço da cana de açúcar para tabuleiros, a intensificação da destruição da Mata Atlântica, a desapropriação de sítios e terras de antigos engenhos que eram ocupados ou invadidos pelas usinas; substituição da produção alimentar; incentivos estaduais e federais, e o êxodo rural. Intensificou-se também o trabalho assalariado de forma precária na região, em vista de uma legislação trabalhista que inicialmente não dera grande credibilidade ao trabalhador do campo na década de 1970/80 (CARVALHO 2008; HEREDIA, 1988; ANDRADE, 2011; IANNI, 2004).

Além dos resultados mencionados em relação à passagem do período dos engenhos para as usinas e transição em Alagoas, um dos pontos que deve ser destacado é a modificação das leis trabalhistas, junto à constituinte de 1989, que institui os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, mencionando seguro-desemprego, salário mínimo, fundo de garantia, entre outros. Tal lei provocou a emigração de inúmeros trabalhadores das antigas vilas operárias em vista da recusa por parte dos latifundiários em incorporar o que estava previa a Constituição Federal no seu artigo 7º – Dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. Os efeitos desse processo se mostraram no elevado crescimento do êxodo rural, mencionando a região do leste alagoano, e como foi também o caso da Chã em Pilar. Em exemplares do jornal da “A Gazeta de Alagoas” dessa época, é possível encontrar várias matérias sobre a mudança da lei e o processo migratório em questão¹, nesse caso possibilitando o adensamento populacional no tabuleiro costeiro e planície fluvio-lagunar da localidade em questão, sobretudo no tabuleiro (Chã) que possui um desenvolvimento urbano mais recente.

Em Pilar entre 1991 e 2010, o número de pessoas morando na cidade já era bem superior a do campo. A população rural cai em 1991 de 7.006 habitantes para 3.035 e nos anos 2000 atinge 1.504. Já a população total cresceu de 29.254 habitantes em 1991 para 33.305 em 2010, estimando-se 35.008 (BANCO DO NORDESTE, 2010; IBGE, 2010).

¹ Sobre a migração dos trabalhadores rurais das áreas canavieiras para a zona urbana em Alagoas, consultar os textos: “O poder judiciário e a luta por terras: conflitos e disputas a partir da experiência da vara agrária alagoana, escrito por Ana Carolina de Souza Castro; o livro: Formação histórica de Alagoas e Análise da Reestruturação produtiva da agroindústria agroaçucareira alagoana, desenvolvidos pelo prof. Dr. Cícero Péricles e o artigo 7º da Constituição Federal de 1988, podendo esse último ser acessado através do link a seguir: <http://www.conteudojuridico.com.br/lei-a-comentar,cf-art-7o-direitos-dos-trabalhadores-urbanos-e-rurais,1658.html>.

Observando-se que os fatores como: a proibição das vilas operárias nos entorno das usinas, a tecnificação do campo e a maior oferta de moradias nas áreas urbana pelo programa federal de habitação, contribuíram para o crescimento da mancha urbana pilarense e o êxodo rural.

A tecnificação do campo também é um dado necessário para entender a saída dessas pessoas desse meio rural, mesmo que de forma sutil. Em Pilar, os dados preliminares do último censo agropecuário revelaram em 2006 havia apenas 12 tratores, passando em 2017 para 43 unidades; e surgindo 9 adubadeiras (IBGE, 2017), levando a redução do número de trabalhadores do campo.

Além dos processos migratórios a concentração de terra também é um dado importante para entender a dinâmica da produção alimentar e suas relações com o território. Assim, as terras das usinas que possuem imóveis rurais em Pilar conforme a lista do INCRA em anexo (quadro 3) são: Usina Terra Nova SA, tendo sua sede em Pilar; Laginh Agro Industrial SA Uruba (União dos Palmares), pertencente ao grupo Lyra; Triunfo agroindustrial LTDA (Boca da Mata), criada por José Tenório em 1959; Leão CIA LTDA ou Leão Irmãos Açúcar e Álcool (Rio Largo) e Usina Caete SA (São Miguel dos Campo), grupo Lyra (SINDAÇUCAR, 2018). As usinas do grupo Lyra anunciaram a paralisação de suas atividades por tempo indeterminado, a Utinga Leão e as demais vem sofrendo a forte concorrência com o Centro-Sul, os problemas da estiagem e a carência do desenvolvimento técnico científico-informacional, resultando na redução da área plantada de algumas (TNH1, 2018; G1, 2018).

O fechamento das usinas cria uma massa de desempregados em Alagoas e em Pilar, que buscam outras atividades para se inserir no mercado. São pedreiros, serventes, trabalhadores rurais, etc. Em Pilar, as pessoas que se encaixam nas condições de vulnerabilidade social, condição analisada pela secretaria de assistência social municipal, têm a oportunidade de serem incorporadas a um projeto de produção de alimentos em terras arrendadas, tendo que vender parte do seu excedente para o município e a outra nas feiras livres ou onde desejar.

Em Pilar, a produção alimentar vem acontecendo na planície fluvio-lagunar, região das várzeas da laguna, no entorno da Avenida Arthur Ramos, Alameda 407, Rolo do Major e Lamarão. Já no tabuleiro Costeiro, a produção aparece dentro da mancha urbana, no entorno das vias principais da Chã em Pilar, num pequeno aglomerado urbano chamada de Primavera, local próximo a cidade de Satuba; e o espaço do Programa Plantando o Futuro, entre as ruas de Santa Rita e São Miguel dos Campos, margeando a BR-316.

O exercício de síntese feito nessas páginas iniciais levam a entender a forte presença da cana orientando a economia alagoana e pilarense, à conquista do foro de cidade, a formação do entreposto comercial, o traçado da linha férrea, a decadência da economia pilarense no século XIX, o fechamento das usinas e a produção alimentar sendo normada pelo proprietário do engenho e usina. Assim, a produção alimentar familiar vem se realizando em pequenas áreas sem grandes insumo; parte foi substituída pelas infraestruturas das grandes empresas rurais (monocultoras) e imobiliárias. Já outra parte se mantém nos latifúndios arrendados que pode desaparecer simplesmente pelo fim de um contrato.

Capítulo II

O lógica do “concreto” e o espaço da produção alimentar local

2.1 Utilizando o mapa de uso do solo para entender os usos do território

A localização e a extensão das áreas ocupadas pelas atividades econômicas hegemônicas no território pilarense constituem informações importantes à investigação em pauta. Porém, vale advertir que elas por si só, não qualificarão os seus usos e as intencionalidades no que diz respeito às atividades econômicas, sendo necessário dotá-las de significado, forma-conteúdo.

Entende-se que o espaço compõe todas as atividades econômicas e seus elementos, pois de acordo com Santos (2012, p. 13) “o movimento dialético entre forma e conteúdo, a que o espaço, soma dos dois, preside, é, igualmente, o movimento dialético do todo social, apreendido na e através da realidade geográfica”. Assim, o espaço compõe o todo social, a realidade em movimento, presidindo o movimento dos seus elementos e tempos.

Nesse sentido, busca-se, desde já, evidenciar esse processo empiricamente através do território, entendendo-o como espaço apropriado, dotado de infraestrutura e usado pelo Estado, pela sociedade e pelas empresas. Para tanto, e visando analisar os seus usos no que diz respeito a produção alimentar em Pilar foi elaborado um mapa de uso do solo (figura 3), fundamentando nas informações disponibilizadas pelo Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA, 2018). A produção do referido mapa, traz a representação da área ocupada pela cana², coco, corpos d’água³, pastagens⁴ em áreas úmidas, secas, pequena agricultura⁵, remanescentes de mata atlântica⁶, mancha urbana⁷ e solo exposto. Entretanto, além desses,

²O cultivo dessa cultura para atendimento do setor sucroalcooleiro e a produção voltada para a fabricação, refino e moagem de açúcar de cana, atinge 112,5 km² em Pilar.

³ Os Corpos d’águas incluem todas as classes de águas interiores e costeiras, como cursos de água e canais, rios, riachos, canais e outros corpos de água lineares, corpos d’água naturalmente fechados, sem movimento (lagos naturais regulados) e reservatórios artificiais (represamentos artificiais d’água construídos para irrigação, controle de enchentes, fornecimento de água e geração de energia elétrica), além das lagoas costeiras ou lagoas, estuários e baías.

⁴ Representam as áreas destinadas ao pastoreio do gado, formada mediante plantio de forragens perenes ou aproveitamento e melhoria de pastagens naturais. Nestas áreas, o solo está coberto por vegetação de gramíneas e/ou leguminosas, cuja altura pode variar de alguns decímetros a alguns metros. A atividade que se desenvolve sobre essas pastagens é a pecuária em que se procura unir ciência e tecnologia visando à produção de animais domésticos com objetivos econômicos, tais como a criação e o tratamento de animais de grande porte, criação de animais de médio porte e animais de pequeno porte, dispondo de 38, 947km².

⁵ A Pequena agricultura pode ser definida como terra utilizada para a produção de alimentos, fibras e *commodities* do agronegócio. Inclui todas as terras cultivadas, caracterizadas pelo delineamento de áreas cultivadas ou em descanso, podendo também compreender áreas alagadas. Aparecendo nula na figura 2, por causa de sua inexpressividade no recorte espacial analisado.

⁶ Os Remanescentes de Mata Atlântica, referem-se à vegetação natural, conjunto de estruturas florestais e campestres, abrangendo desde florestas e campos originais (primários) e alterados até formações florestais espontâneas secundárias, arbustivas, herbáceas e/ou gramíneo-lenhosas, em diversos estágios de

Pilar é marcado pela exploração de petróleo e gás⁸ (não disponibilizada na base de dados do IMA).

A elaboração deste mapa conduziu à compreensão da distribuição e organização das atividades econômicas aí realizadas. Possibilitando entender que a cana e suas exigências, terra e área ocupada entre outras, impactam de forma negativa na diversificação da produção alimentar. E mais, limita o crescimento da mancha urbana junto aos limites naturais (no caso, a Laguna Manguaba) e social (com a formação de fazendas na parte baixa da cidade, a exemplo do que acontece com Pilarzinho e Lamarão).

Sobre a produção alimentar, até o primeiro trimestre de 2017, essa aparece de forma breve e pouco diversificada. Ademais, com o desenvolvimento do Projeto Plantando o Futuro, surge uma sutil diversificação da produção no tabuleiro costeiro. Aspecto que será mais detalhado nos capítulos dois e quatro da dissertação, essa produção não aparece em detalhes na figura 3.

É importante observar que a escala do mapa (figura 3) corresponde a 1:100.000. Ou seja, uma escala pequena em detalhes. Contudo, mesmo sendo pequeno, o nível de detalhamento é eficaz, porque o objetivo da imagem é identificar os diferentes usos do solo para que sejam percebidas as atividades econômicas hegemônicas que fazem uso do território para produção, explorando seus recursos.

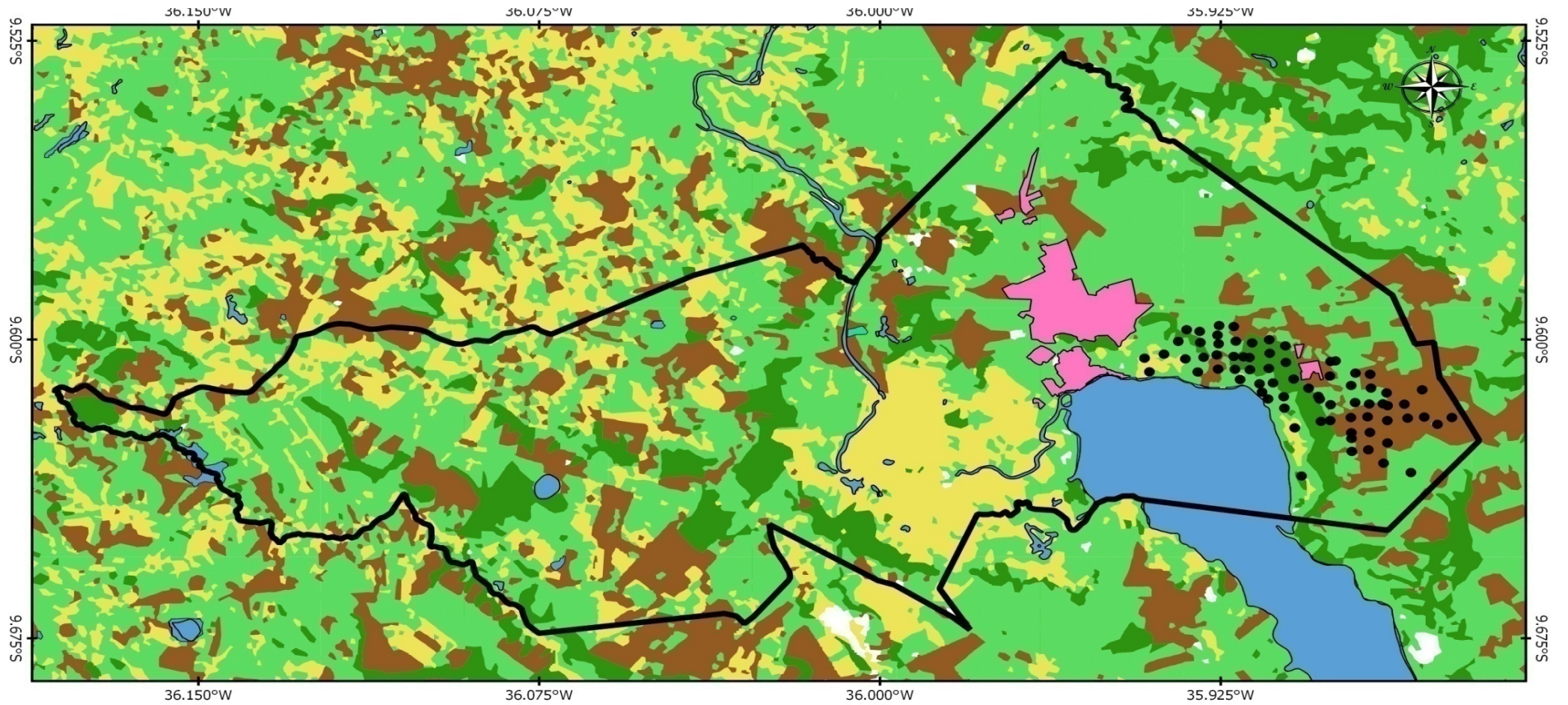
Ao analisar a distribuição dos usos solo, percebeu-se a baixa produção do coco e a pequena agricultura, de maneira que ambas são inexpressivas no território e não por decorrência da escala escolhida.

desenvolvimento, distribuídos por diferentes ambientes e situações geográficas, totalizando uma área de 25,198km².

⁷ Já a área urbana, caracterizada pela cidade (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) e às áreas urbanas isoladas, perfaz o total de 6, 629 km².

⁸ Os poços de petróleo e gás coincidem com as marcações dos poços em atividade ou não pela empresa Petrobrás. Justifica-se que as marcações dos poços de petróleo foram ampliadas na figura 2, na tentativa de tornar suas localizações evidentes e diferenciar do uso da cana, área urbana, remanescente de mata Atlântica e solo exposto. Verifica-se um total de 95 poços, ativos ou não. Porém, a Petrobras no site da Associação Nacional de Petróleo expõe a existência de 74 poços, desses 57 produtores e 17 injetores (ANP, 2016).

Figura 2 - Uso do solo de Pilar/AL



Legenda

Limites

Pilar

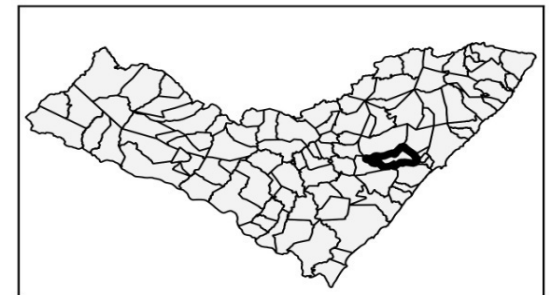
Uso do Solo em Pilar

- Mancha Urbana
- Poços de Petróleo
- Cana-de-açúcar
- Coco
- Corpos D'Água
- Pastagem
- Pequena agricultura
- Remanescente de mata atlântica
- Solo exposto

2.5 0 2.5 5 km



Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: SIRGAS 2000
Fonte: IMA



Observa-se que as áreas ocupadas correspondem a 112,5 km², distribuídas da seguinte forma: cana; 38, 947 km², pastagens; 38,884 km², solo exposto; 6, 629 km², mancha urbanas; e 25,198 km², os remanescentes de Mata Atlântica. O valor da área total de Pilar corresponde a 251, 066 km² (IBGE, 2016). Calculando-se o percentual das áreas ocupadas pelos os usos mencionados, a cana consome em torno de 44,81% da área total de Pilar, as pastagens 15,91%, a Mancha urbana 2,64%, o solo exposto 15,48% e os remanescentes de mata atlântica 10,03%.

É notório que o percentual da mancha urbana é bem menor em relação aos outros. Entretanto, não pode ser aqui desprezada, visto que é nela que se apresenta fortemente o setor imobiliário responsável pela especulação e construção dos conjuntos habitacionais que atraem empresas e trabalhadores do campo e cidades circunvizinhas. Essas empresas e trabalhadores são atraídos pelos milhões de reais advindos do Governo Federal, através do programa "Minha Casa Minha Vida" e a oferta de moradia, conforme os quadros 5 e 6 em anexo. Vale destacar que esses conjuntos em sua maioria, foram construídos nas áreas urbanas, o que pode ajudar a pensar também a migração campo-cidade.

Sobre o uso da cana na figura 3, sua abrangência vai além do recorte territorial em questão, porque a "mancha verde da cana" conecta-se a Atalaia, Rio Largo, Marechal Deodoro, São Miguel dos Campos e Boca da Mata. Esse fato repete-se com o solo exposto, pecuária, remanescentes de Mata Atlântica, corpus d'água, pastagens em áreas úmidas e secas, porém não nos mesmos limite e proporções. Verifica-se também que os usos do solo se realizam e coexistem nos lugares, a cana, o solo exposto, os remanescentes de Mata Atlântica, mancha urbana, os poços de petróleo e pastagens coexistem, mas cada qual com sua dinâmica, normatização e exigências.

Ao analisar e refletir o traçado da mancha urbana e os seus usos, podendo-se afirmar que a sua expansão limita-se a região da planície flúvio-lagunar, uma vez que a coexistência das pastagens, fazendas, cana, corpus d'água e exploração de petróleo definem até onde ela pode se expandir na parte baixa da cidade, direcionando sua expansão na direção dos tabuleiros que correspondem a parte alta da cidade, chamada pelos cidadãos de Chã. Esse crescimento vem sendo estimulado desde a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida no recorte temporal analisado.

A propósito, assevera Santos (2012, p. 285) que "um incessante processo de entropia desfaz e refaz contornos e conteúdos dos subespaços, a partir das forças dominantes, impondo

novos mapas ao mesmo território. E o crescente processo de homogeneização se dá através um processo de hierarquização crescente”. Ora, através dessa entropia, pode-se afirmar que a (re)organização do território pode ser dirigida por algumas atividades econômicas dominantes, que impõem suas geografias e mapas hierarquizados, levando a homogeneização dos lugares. Essa hierarquia firmada no território torna os horizontais invisíveis e obedientes às exigências do mercado e das normas firmada nos lugares pelas atividades econômicas hegemônicas em suas diferentes escalas.

A expansão da mancha urbana, obediente às intencionalidades da fluidez do capital, vem substituindo a sagacidade dos horizontais pela homogeneidade do capital e sua fluidez. Assim, metamorfoseando os espaços necessários para reprodução da vida, haja vista, a produção de alimento em Pilar no recorte temporal aqui estabelecido para análise. Nessa perspectiva, destaca-se a cana que detém maior percentual de ocupação e possui um conjunto de exigências para sobreviver. Já a sua retração poderia levar a diversificação econômica e produção policultura, a depender das normas impostas pelos agentes territoriais.

Além da cana de açúcar há outros agentes que vêm patrocinando as mudanças em Pilar que, por sua vez, se ampliam e resultam em um território corporativo. É o que acontece, por exemplo, com as empreiteiras, na construção dos conjuntos habitacionais, com o apoio do município na concessão de lotes, outrora ocupados pelas empresas sucroalcooleiras. Nesse contexto é importante perceber que há um uso compartilhado, predatório e concentrado para aqueles que detém a terra, revendem para construção dos loteamentos e conjuntos habitacionais, um jogo de acordos comerciais e poder.

Nesse sentido, realça Santos (2012, p. 336) que o território está relacionado “[...] com a destinação prioritária de recursos para atender às necessidades geográficas das grandes empresas, acaba por afetar toda a sociedade, já que desse modo a despesa pública ganha um perfil largamente desfavorável à solução de problemas sociais e locais”. Contudo, o uso corporativo do território é percebido nas ações externas e verticais que ignoram o complexo dialético das relações causais que impactam diretamente na vida das pessoas. Ou seja, em sentido contrário a perspectiva social do território, compreendido para todas as pessoas, empresas e instituições. Portanto, o território em sua complexidade deve ser analisado como uma instância da sociedade e não apenas como fator de produção (SOUZA, 1999).

Logo, os investimentos públicos devem objetivar a solução dos problemas sociais e não os ampliá-los, nem criar outros ou dotá-los de novas roupagens. Assim, o território deve

ser planejado para dar fluidez às produções empresariais sem aleijar as potencialidades e características sociais, econômicas e ambientais que os lugares possuem.

Em Pilar, a forte presença da cana de açúcar, seja na parte alta, seja na parte baixa da cidade, conectando-se aos limites intermunicipais e a expansão da mancha urbana, com sua maior expressividade na zona urbana do tabuleiro, levam a constituição de um sistema de engenharia (casas, lotes, loteamentos, cana de açúcar, empreiteiras etc.) que vem (re)organizando a geografia de Pilar. Uma característica dessa (re)organização do território é a homogeneização e expansão dos espaços de moradia, a venda e o arrendamentos de lotes e a diminuição da produção canavieira. A queda da produção canavieira é hoje uma realidade nessa porção do território alagoano. Contudo, é inegável a sua permanência, que resulta em um território marcado pela lógica da *plantation*, monocultura de exportação e concentração de terras para atender as necessidades de uma classe e do mercado.

Sobre a produção alimentar, a figura 3 mostra o quanto essa é inexpressiva ao ser comparada com outras atividades. Analisando-se a configuração do território e seus usos através das informações sobre o uso do solo, percebe-se a predominância da cana e das pastagens (gado). A pecuária é uma atividade pouco explorada em Pilar, conforme os dados adiante em número de cabeças de gado quando comparada com os principais produtores alagoanos. A pecuária pilarense não contribui significativamente com o rebanho alagoano, estando na 80ª maior produção estadual, com 5.177 cabeças; e na escala nacional ocupa a posição 4.270ª. Os cinco maiores produtores alagoanos respectivamente são: Girau do Ponciano 44.545 cabeças; Traipu 43.456 cabeças; Palmeira dos Índios 40.559 cabeças; Arapiraca 37.547 cabeças e Viçosa 32.600 cabeças (IBGE, 2017).

Essas informações só reafirmam o que vem sendo aqui ressaltado em vista do poder hegemônico de algumas atividades econômicas, sobretudo a cana, que vale reafirmar, vem tendo o seu brilho turvado atualmente pelo furor do mercado, a competitividade. Acredita-se que essa realidade possa abrir espaço e possibilitar à diversificação econômica local e a policultura.

Entretanto, a análise do território pilarense vem apontando para uma espécie de contínua padronização no que diz respeito à permanência do sistema de latifúndio e expansão dos sistemas de engenharia usados pela atividade sucroalcooleira; e agora também a especulação imobiliária (já apontada anteriormente). Em consequência, alguns dos processos estimulados são o aumento da mancha urbana e a migração campo-cidade.

Concomitantemente a essas conseqüências, constata-se uma inexpressividade na produção e circulação local de alimentos, conforme revelam os trabalhadores das feiras “locais”. Observou-se que grande parte dos produtos comercializados advém de outras cidades alagoanas e Estados.

No derradeiro capítulo dessa dissertação tratar-se-á essa questão da fluidez e produção alimentar local mais detalhadamente. Convém, entretanto, antecipar, que as origens e circulação dos produtos não são compreendidos como algo que desprestige a produção ou o comércio local. Mas sim, como um reflexo da constituição do território que atende as necessidades do mercado e a fluidez do capital em detrimento da produção alimentar local-regional. Mesmo que no tabuleiro haja uma breve diversificação da produção nas terras arrendadas em antigas áreas canavieiras.

2.2 O furor do mercado turvando o brilho do “ouro verde”

O brilho do ouro verde turvado pelo furor do mercado é uma expressão que traduz a diminuição de uma parcela da área plantada de cana de açúcar em Pilar, frente às intencionalidades do mercado imobiliário, considerando-se que essa área poderia servir ao cultivo da produção alimentar familiar. Entretanto, mesmo com o brilho turvado da produção sucroalcooleira, o sistema de latifúndio continua sendo uma permanência expressiva.

Atualmente, os maiores produtores de cana de açúcar do Brasil são os estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Mato Grosso e Alagoas, como mostra o quadro 4 (em anexo). Esse *ranking* reflete o trabalho das empresas em parceria com os centros tecnológicos e de desenvolvimento biogenético. Vale observar que Alagoas não conta com investimentos e parcerias dos mais expressivos, mas ainda assim, aparece como sétimo maior produtor de cana no Brasil em 2016, conforme a quadro 4 (em anexo).

Um exemplo dos grandes investimentos do setor sucroalcooleiro em São Paulo é o centro da Copersucar em Piracicaba. Essa cooperativa possuía, nos anos 2000, aproximadamente 600 pessoas ocupadas com o cultivo, produtividade, transporte, estocagem e criação de novas espécies, tendo um orçamento anual de R\$ 35 milhões injetado por 35 empresas paulistas associadas (CARVALHO, 2009). Atualmente, a Coopresucar atinge o número de 34 usinas, operando nos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. A

cooperativa tem uma receita de USD 10,4 bilhões (2013–2014) e 11.300 funcionários contratados (COPERSUCAR, 2017).

Os altos investimentos em tecnologia, ciência e informação no Centro-Sul incita um sistema agrícola temporário com alto desempenho. Em Alagoas, a carência de investimentos e parcerias, comparando-se ao Centro-Sul brasileiro provoca a migração de capitais desse setor para Minas, São Paulo e outros estados onde a produção sucroalcooleira consegue atingir valores mais competitivos no mercado

O brilho ofuscado do ouro verde, segundo o presidente da Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas – ASPLANA (*apud* MARTINS, 2018, p. 01), decorre basicamente da “[...] falta de compromisso do Governo Federal, que não vem cumprindo o que havia prometido para a nossa classe”. Ou seja, a carência dos subsídios e a falta de compromisso do governo é um dos fatores que levam a diminuição da área plantada.

Na verdade, desde a década de 1990 o setor sucroalcooleiro vem perdendo vultosos repasses financeiros, tornando o mercado produtor nordestino menos competitivo em relação ao Centro-Sul. Portanto, levando atualmente os produtores da região a perder mercado, demitir trabalhadores e fechar usinas. Além da competitividade, existem as questões de ordem natural, a exemplo, da estiagem que castigou o estado de Alagoas nesses últimos anos. Ao tratar do complexo açucareiro nordestino, assevera Lima (2014, p. 142) que este “[...] vem apresentando a partir do início da década de 90, tanto reflete os ajustes das políticas governamentais para o setor quanto é decorrência do deslocamento de investimentos dos empresários nordestinos para outras regiões produtoras”.

O setor sucroalcooleiro alagoano perdeu espaço no mercado nacional, após a crise do Proálcool e o fim do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA (1933-1990). O IAA era responsável pelos estudos que encaminhavam o crescimento da produção e estruturação do setor. O Proálcool (1975-1989) propiciou o aumento da produção de etanol no Brasil. Esse programa foi criado dois anos após a crise do petróleo 1973 e ficou conhecido, na década de 1990, como uma alternativa para minimizar o exclusivismo do setor petrolífero na geração de combustível. Com o fim do IAA, o Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Alagoas (CECA/UFAL) foi fundado em 1975, ano de instituição do Proálcool, voltando-se ao atendimento também as necessidades do setor sucroalcooleiro, uma vez que direciona pesquisas biogenéticas de grupos de pesquisas ligados a este (CECA, 2017).

Segundo Lima (2014, p. 164) “[...] na década de 90, criou-se um novo contexto que expôs o conjunto das produções brasileiras a um processo concorrencial [...]”. A maioria das empresas não estava preparada, dado um modelo de economia fechada”. Porém, o modelo econômico nordestino “fechado” contava com os incentivos fiscais para amenizar a fuga de capitais e ter força na concorrência. Com a minimização dos incentivos, a produção nordestina e alagoana vem sofrendo os impactos.

Segundo o presidente da ASPLANA (*apud* JUNIOR, 2017, p. 01) “nos últimos cinco anos, pelo menos seis das 24 usinas de Alagoas fecharam as portas e não abriram mais. A lista inclui Laginha, Guaxuma, Capricho, Porto Alegre, Sinimbu, Roçadinho e Triunfo. A Uruba, depois de fechada, foi reaberta por uma cooperativa”. Na verdade, conforme assinalado anteriormente, o fechamento das usinas se dá pela fuga de capitais para o Centro-sul de modo que a produção alagoana não suporta a concorrência e especialização cada vez maior do setor, implicando no barateamento dos processos de produção e mercadorias.

O fechamento das usinas tem papel determinante na diminuição da produção da cana, área plantada e moagem. Conforme Walter Filho (2017, p. 02) “as usinas irão moer a menos três milhões de toneladas em relação à safra anterior 2017/2018, em média 13 milhões de toneladas comparando a safra anterior de 16 milhões”. Portanto, as usinas alagoanas estão deixando de moer dezenas de toneladas de cana pela defasagem técnica, diminuição dos repasses para o setor, abertura do mercado nordestino para o livre comércio, e a fuga de capitais para o Centro-Sul, uma vez que essa região consegue desenvolver um sistema produtivo eficiente que torna o produto final bem mais competitivo.

As entrevistas com o presidente da ASPLANA também mostraram que o setor passa por um momento econômico difícil no que se refere a falta de pagamento dos empregados, demissões e pagamento dos fornecedores, endividamentos, fechamento e falência, mencionando o caso do Grupo Lyra. Outro fator que vem contribuindo com a situação complexa e delicada do setor sucroalcooleiro alagoano segundo o presidente da ASPLANA (*apud*, JUNIOR 2014, p. 01) é “[...] à defasagem no preço do etanol que chega a 30%. O que termina por afetar todo o setor, na medida em que as empresas aumentam a produção de açúcar, desequilibrando o mercado”. Logo, a defasagem do preço do etanol e a produção progressiva nas usinas em escala nacional geram concorrência e um grande desconforto para o mercado alagoano. Esse quadro de referência certamente contribui à compreensão da redução da área plantada de cana em Alagoas e, particularmente, em Pilar.

Algumas cidades, diante do contexto vivido atualmente pelo mercado sucroalcooleiro alagoano como: Atalaia, São Miguel dos Campos, Cajueiro, Rio Largo, Maceió, Teotônio Vilela e Igreja Nova, já aparecem produzindo eucalipto, destinado a construção de *palets*, MDF e compensados, em localidades que antes eram ocupadas pela cana. Acredita-se que a produção de eucalipto atualmente pode ser interpretada como uma das opções dos latifundiários para auxiliar no aumento da lucratividade, frente à diminuição da área plantada e minimização dos incentivos fiscais (processo que vêm se intensificando desde a década 1990).

Ao analisar as variáveis do quadro 7 – dados de área plantada, valor da produção, rendimento, área colhida, quantidade produzida de cana em Pilar, verifica-se que a quantidade máxima de cana em toneladas produzidas entre 2004 e 2017 possui o seu ápice em 2008, com 501.310 t; e mínima em 2017, atingindo apenas 206.000 t. revelando uma queda de aproximadamente 295.310 t. No mesmo quadro, observa-se que o tamanho da área plantada e colhida em Pilar possui valores idênticos entre 2004 e 2017 – 7.694 ha (2004) de área plantada e colhida, 6.857 ha (2006), 7.200 ha (2008), 7.200 ha (2010), 7.200 ha (2012), 7.200 ha (2014), 5.525 ha (2016) e 3.500 ha (2017), levando a crer que não há desperdício no manejo da cana. Entretanto, o tamanho da área plantada em hectares cai significativamente, comparando-se os números de 2004 e 2017, saindo de 7.694 ha em 2004, para 3.500 ha em 2017, um decréscimo de 4.194 ha.

Quadro 7 – Produção de cana de açúcar em Pilar – AL (2004 e 2017)

Pilar	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (x1000) R\$	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Rendimento médio(kg/ha)
2004	456.176	15.902,00	7.694	7.694	59.289
2005	423.495	14.780,00	7.302	7.302	57.997
2006	390.849	15.548,00	6.857	6.857	57.000
2007	418.000	15.466,00	7.000	7.000	59.714
2008	504.000	20.160,00	7.200	7.200	70.000
2009	462.370	22.564,00	7.200	7.200	64.218
2010	417.600	21.715,00	7.200	7.200	58.000
2011	501.310	31.331,00	7.200	7.200	69.626
2012	475.198	26.136,00	7.200	7.200	66.000
2013	14	14,00	2	2	7.000
2014	475.198	30.508,00	7.200	7.200	66.000
2015	406.917	26.124	5.508	5.508	73.877
2016	364.650	23.411	5.525	5.525	66.000
2017	206.000	12.360,00	3.500	3.500	58.857

Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=766>.

Organizada por: DANTAS, T. C., 2018.

Em relação aos valores de rendimento da cana por hectare, também há oscilação, aumentando por um tempo e, depois, estabilizando – 59.289 kg/ha (2004); 57.000 kg/ha (2006); 70.000 kg/ha (2008); 58.000 kg/ha (2010); 66.000 kg/ha (2012); 66.000 kg/ha (2014); 66.000 kg/ha (2016) e 58.857 kg/há (2017). O valor máximo do rendimento entre 2004 e 2017 corresponde a 73.877 kg/ha (2015) e o mínimo de 57.000 kg/ha (2006).

Os dados do quadro 7 expressam uma estabilização do rendimento da cana por hectare entre 2004 e 2016 e em 2017. Esse rendimento volta a cair. Contudo, pode-se perceber que essa estabilização não foi suficiente para impedir a queda da moagem e o fechamento das usinas, além da redução de área plantada nos últimos 14 anos em Pilar.

Em relação a produção da cana, verifica-se que em 2013 aparecem valores totalmente destoantes para realidade do setor canavieiro pilarense. Ou seja, 14 (t) de quantidade produzida; 14 (x1000) R\$ valor da produção; 2 ha da área plantada; 2 ha de área colhida e 7.000 (kg/ha) de rendimento médio. Vale considerar que esses valores representam erros estatísticos, como leva a entender os dados do quadro 7. Contudo, tal inconsistência estatística não compromete a análise no período aqui estudado, porque destoa apenas um ano. Os dados de 2013 são tão inconsistentes que ao comparar os anos de 2012 e 2014, percebe-se que existem repetições em seus valores de modo que a quantidade de cana produzida, a área plantada, colhida e o rendimento médio, diferenciam-se apenas em relação ao valor da produção.

A redução da área plantada de cana não significou sua extinção em Pilar. Na verdade, até o primeiro trimestre de 2017 implicou na não diversificação da produção alimentar local. Exceção é uma pequeníssima diversificação na região tabular, decorrente da ação do poder público municipal. Esse processo, e até mesmo a inibição da produção alimentar, aparece em vários relatos de autores brasileiros e estrangeiros, no que diz respeito as exigências do “ouro verde”. Com efeito, ao denunciar as consequências da monocultura canavieira, afirma Castro (2008, p. 150-151) que “a monocultura de cana-de-açúcar, na forma em que está estruturada, malgrado as riquezas que gera, contribui intensa e negativamente para o desequilíbrio social e alimentar das populações do Nordeste”. Degenerando, portanto, as potencialidades naturais da terra e contribuindo negativamente para o desarranjo social e alimentar.

Nessa mesma perspectiva, no dizer de Ziegler (2013, p. 304) “o domínio dos solos pelos especuladores produz as mesmas consequências sociais que a aquisição de terras pelos

abutres do “ouro verde”. Os abutres do “ouro verde”, dos latifúndios canavieiros, utilizam-se do território apenas para saciar sua fome extensiva por terras, com o propósito de aumentar sua produção e concentrar o poder socioeconômico em suas mãos em detrimento da grande maioria da população.

É importante lembrar que desde o período colonial, passando pelo Império, “a terra valorizada na zona canavieira empurrava para o interior (Agreste e Sertão, com áreas menos aptas para agricultura) a atividade produtiva centrada quase toda na pecuária, numa situação que perdurou até mesmo no século XX” (CARVALHO, 2015, p.138). Fazendo com que o leste alagoano seja até hoje dominado pela atividade canavieira, as outras regiões passaram a responder pela produção alimentar (policultura e pecuária). Mesmo atualmente, com a já aludida crise do setor, esse quadro se mantém no território pilarense, pois parte das terras do fundo do vale do Paraíba do Meio e do tabuleiro vem sendo tomado por grandes conjuntos habitacionais. Conseqüentemente, os produtos consumidos pela população municipal continuam vindo de outras partes do estado, de outras regiões do Brasil e até de outros países, bem distantes das feiras e outros mercados de Pilar.

2.3 Do sonho da casa própria ao desejo dos espaços de fartura

A concentração e distribuição dos sistemas de engenharia nos lugares e os novos usos, provocam a (re)valorização do território e dos recursos existentes. Enxergando-os como mercadoria em conformidade com a intencionalidade dos agentes hegemônicos. Nesse sentido, convém observar que

A análise dos processos de revelação e de valorização de [...] recursos ligados à especificidade dos espaços e dos grupos humanos que estão presentes num contexto de economia de serviços, constitui provavelmente um dos mais importantes domínios da análise econômica [...]. (BENKO; PECQUEUR, 2001, p. 17).

Esta assertiva de Benko e Pecqueur exemplifica bem a realidade de Pilar, onde o sonho da “conquista da casa própria fetichiza” o olhar sobre o território. Algumas áreas marcadas pela pequena produção foram ignoradas e substituídas por conjuntos habitacionais que estão se acomodando através da norma federal que garante o direito a casa própria. Porém, a realização desse sonho, associado às intencionalidades do mercado, cega os olhares

dos gestores públicos em relação às necessidades de deslocamento da produção de alimentos., devendo ter grande foco na produção e comercialização local-local e local-regional.

A venda de lotes em antigas áreas de produção de cana torna-se prática constante em Pilar, um exemplo está nas proximidades da BR-101, sob o domínio das empresas imobiliárias e latifundiárias. Os lotes são vendidos medindo entre 20mx50m; 50mx100m e outros tamanhos, a combinar com as empresas ou diretamente com os donos das terras. A figura 4 mostra as placas que sinalizam a venda de lotes de tamanhos de 1.000 m² e 5.000 m².

Figura 3 – Placas informando a venda de lotes em Pilar-AL



Fonte: DANTAS, T. C., 2017.

Ainda que a figura 4 ateste o uso dos lotes para estruturação de sítios e chácaras, na realidade o anúncio não é uma determinação para tal funcionalidade. O setor imobiliário e a mídia utilizam dessas classificações, apenas para evidenciar a dimensão dos terrenos para os compradores. A escolha da região tabular para acomodar os conjuntos habitacionais seguiu uma escala micro, em função da dificuldade em adquirir terras na planície fluvio-lagunar, ocupada pelas fazendas. Ou seja, áreas já destinadas à pecuária e plantação de cana, uma vez que a laguna Manguaba, estaria sujeita a ocupação das suas margens de forma irregular e também sofrer com as cheias em períodos de chuva.

Já a escolha da região tabular, afora todo o processo já mencionado anteriormente, possui uma localização estratégica e foi assim pensada. Afora facilitar o deslocamento até Maceió pela BR 316, estando apenas a 37 Km desta e levando apenas quarenta minutos para perfazer esse percurso. Tal localização oportuniza também o traslado pela BR-424, um

circuito entre o Polo Industrial Aprígio Vilela, APA de Santa Rita, Marechal Deodoro, região da laguna Mundaú, parte dos canais do CELMM e da praia da Avenida, até a capital.

A escolha da localização e sistemas de engenharia, objetos ou infraestruturas no território possuem sempre uma intencionalidade. Segundo Santos (2008b, p. 14) porque esse “[...] meio técnico-científico, apresenta-se com idêntico conteúdo de racionalidade, graças à intencionalidade presente na escolha de sua localização e objetos funcionais aos desígnios dos atores sociais capazes de uma ação racional que dá lucro”. Portanto, a escolha da localização e dos sistemas de objetos possui um papel fundamental, a fim de atender a racionalidade imposta pelos grandes empreendimentos comerciais, fluxos de produção e mercado, diminuindo custos e distâncias aos centros de consumo, agilizando o escoamento de mercadorias e deslocamento das pessoas.

Nesse sentido, a racionalidade apresentada pelo setor imobiliário pilarense tem se mostrado muito dinâmica, quando considerado atual papel da cidade no contexto estadual. Foram construídos 27 conjuntos habitacionais em menos de 13 anos, com diferentes números de casas na sua composição. Variam entre 6 e 107 casas e outros entre 400 e 600 casas, podendo-se estabelecer dois grandes intervalos através da quantidade de casas. Os intervalos entre 6 e 107 residências e 400 e 600 casas puderam ser mensurados seguindo os dados do quadro 8. Esses dois intervalos propiciam a classificação dos menores e maiores conjuntos habitacionais, considerando a quantidade de residências e os intervalos mencionados no período analisado.

Os conjuntos habitacionais possuem no mínimo 6 casas e no máximo 600, conforme destacado no parágrafo anterior, tendo uma média aproximada de 95,1 casas por conjunto. Essa média pode ser calculada ao aprimorar o quadro 8⁹, tendo como base os textos de Oliveira (2016) sobre espaços residenciais fechados, acrescentando outros conjuntos e a data da criação, através de consulta as corretoras de imóveis. O período de construção desses conjuntos compreende a 6 anos – de 2011 a 2017.

⁹Durante a pesquisa, os corretores de imóveis consultados não souberam informar a data da criação de alguns conjuntos habitacionais, sendo simbolizados por “-“.

Quadro 8 – Conjuntos habitacionais em Pilar/AL

Espaços residenciais	Nº/residências	Data de criação
1. Condomínio BuonaVitta I	40	2011
2. Condomínio BuonaVitta II	52	2013
3. Condomínio Brisa Lagunar	06	2015
4. Condomínio Bella Morada	29	2013
5. Condomínio Brisa da Lagoa	18	-
6. Condomínio Arthur Ramos	39	-
7. Condomínio Vermelho	11	-
8. Condomínio Veredas da Paz	09	-
9. Condomínio Ipiranga	20	-
10. Condomínio Recanto das Palmeiras	17	2016
11. Condomínio Parque House	08	2014
12. Condomínio Reserva da Lagoa	10	-
13. Condomínio Eldorado	11	-
14. Condomínio Sucupira	14	2014
15. Condomínio Santa Rita	20	2014
16. Condomínio Morada Nova	60	2013
17. Residencial Professor Alessandro	107	2015
18. Residencial Águas Mansas	52	2012
19. Vila santa Rita	06	-
20. Vila Vip	17	-
21. Vila da CAEPIL	09	-
22. Vila da Feira	08	-
23. Vila do Mirante	05	-
24. Conjunto Habitacional Benedito C. de Barros	500	2012
25. Residencial Deputado Rubens Canuto	500	2014
26. Residencial Morada do Alto	400	2017
27. Residencial Cachoeira do Imburi	600	2017
Total – 27	Total – 2.568	Período-2011 a 2017

Fonte: <https://drive.google.com/file/d/0B9cSGfmO75CSSVlpTmVIYVRoUlk/view>. Organização: OLIVEIRA, M. G. de. Adaptação: DANTAS, T. C., 2017.

Esses conjuntos aparecem no formato de vilas, condomínios e residenciais, seguindo os dados do quadro 8. Os condomínios geralmente dispõem de guarita, muros altos, cerca com arame farpado, cerca elétrica, vigilante e pagamento da taxa de condomínio. Entretanto, as paisagens dos condomínios revelam uma configuração popular, no tocante as infraestruturas dispostas para os moradores.

Além dos conjuntos habitacionais, mostrados no quadro 8, seguindo as numerações de 1 a 23 (menores) e de 24 a 27 (maiores), foram classificados pelo número de casas. Sobressai o loteamento Cidade Jardim, onde os terrenos medem 8m x16m cada um, exatamente 126 m². O loteamento ocupa um total de 500 mil m², sendo considerado o primeiro bairro planejado do interior de Alagoas (BARROS, 2015).

Entre 2003 e 2017, os investimentos do Governo Federal levaram a formação de 3 grandes residenciais e 1 grande conjunto habitacional (Residencial Deputado Rubens Canuto, Residencial Morada do Alto, Residencial Cachoeira do Emburi e o Conjunto Habitacional

Benedito Cavalcante de Barros). O Conjunto Habitacional Benedito Cavalcante de Barros e o Residencial Deputado Rubens Canuto tiveram a liberação dos recursos para iniciar a construção em 2012, e os demais, em 2014, conforme mostra o quadro 8. Os valores para construção dos conjuntos habitacionais e residenciais ultrapassaram os vinte milhões de reais cada um. Por exemplo, na construção do Conjunto Habitacional Benedito Cavalcante de Barros, gastou-se R\$ 26 milhões; no Residencial Deputado Rubens Canuto, R\$ 30.499.580,00; Residencial Morada do Alto R\$ 24.400.000,00; e o Residencial Cachoeira do Emburi, R\$ 36.515.780,57, seguindo os dados dos quadros 5 e 6 em anexo.

O advento desses conjuntos habitacionais em Pilar, além de movimentar muitos recursos federais, moldaram o território para atender a demanda das empresas imobiliárias e das novas infraestruturas urbanas instaladas. Foi necessária a melhoria da acessibilidade entre os conjuntos, a construção de vias, pavimentação, acesso a água potável e iluminação pública.

Portanto, o fluxo de capital nas terras do Paraíba do Meio para construção dos conjuntos e lotes foi bem significativo, levando à dinamização do território pelas empresas. O concreto armado e o dinheiro tornam-se os signos mais importantes na cidade em detrimento das necessidades horizontais, como por exemplo, a produção alimentar e geração de emprego e renda para comunidade envolvida. Deve-se construir os conjuntos habitacionais e lotes, mas também estimular a produção familiar local e suas formas coletivas de trabalho (associações, cooperativas etc).

Observa-se que para as empresas, os horizontais tornam-se quase dispensáveis a retração da agricultura canavieira, o que leva a firmar a realidade do pão e do concreto, expressão aqui utilizada para fazer referência à necessidade da produção alimentar sendo subjugada e até substituída pelo “progresso” do concreto. No caso, os conjuntos habitacionais, representando o processo de expansão urbana e a permanência da cana. Observa-se também que a poderosa força do setor imobiliário produz uma espécie de fome conjunta, envolvendo as iniciativas públicas e privadas e que para saciar essa fome o território normado vem “devorando” os espaços da pequena produção e os recursos federais que chegam em Pilar para as construtoras ou empreiteiras.

Para amenizar o flagelo desta fome conjunta, sem impactar ou comprometer os poucos arranjos alimentares locais existentes, deve-se instaurar no território normatizações que incentivem, garantam e preservem a cultura alimentar, suas relações coletivas de produção e as relações da agricultura familiar, diante de toda a essa realidade exposta.

2.4 A esperança da normatização para garantir os arranjos alimentares

Acredita-se que a normatização do território, junto ao movimento dos produtores rurais e o Estado, esse último representado pelo poder municipal, é um dos caminhos que pode estimular e garantir os arranjos alimentares e a produção local, através dos incentivos do município de Pilar. O município aqui é compreendido como um agente hegemônico a despeito e uma empresa como a Petrobras, em vista de sua capacidade de poder oportunizar, angariar recursos, focando nos *royalties*; normatizando produção alimentar em face ao seu caráter social.

Os *royalties* repassados para o município de Pilar referem-se ao valor pago pela exploração de petróleo e de gás em seu território. Esses valores podem ser repassados pela exploração direta ou indireta de algum recurso natural, seja pela retirada do petróleo e gás para refinamento, ou porque alguns dutos passam em seu território.

O alvorecer das explorações de petróleo em Pilar, datam da década de 1970, porém desde 1950 já existiam pesquisadores examinando a região dos tabuleiros na busca do “ouro negro”. De acordo com os escritos de Pereira (2009, p. 27) “[...] em Alagoas, a atividade exploratória da Petrobras identificou no final dos anos de 1950, uma área sedimentar de interesse petrolífero que correspondia à forma de um quadrilátero”.

Uma das estratégias da empresa petrolífera em Alagoas no início da exploração, foi identificar num documento cartográfico uma faixa sedimentar, que mostrava onde as atividades petrolíferas poderiam acontecer. Essa faixa sedimentar limitava-se a sudoeste pelo Rio São Francisco, e de acordo com Pereira (2009, p. 27) fazia “[...] divisa com o Estado de Sergipe, a área encontrava seu limite, pelo Nordeste, numa linha imaginária que, partindo de Porto Real do Colégio, estendia para o nordeste, passando pelas localidades de Igreja Nova, Cachoeira, Pilar, Rio Largo e Porto Calvo”. O território pilarense aparece como uma das áreas estratégicas para perfuração junto a outras cidades do leste alagoano.

O leste alagoano mostra-se com grande potencial para a exploração do petróleo e gás, obtendo-se, êxito, inicialmente, no Tabuleiro dos Martins, em Maceió. Também nas localidades de Igreja Nova, Cachoeira, Rio Largo e Porto Calvo. No final da década de 1970 aconteceram as primeiras explorações de petróleo em Pilar.

O início da exploração das jazidas de Petróleo e Gás Natural em Pilar, foi um presente da Natureza para impulsionar o crescimento e o progresso em Pilar. Isso começou no final da década de 70, na gestão do então prefeito Rubens Cavalcanti de Almeida, sendo realizadas as primeiras reuniões (hoje audiências públicas) com os técnicos da Empresa, que vieram mostrar as primeiras descobertas. (MORAES, 2005, p. 42).

A Petrobras impulsionou o desenvolvimento da economia em Pilar através da arrecadação de impostos, pagamento dos *royalties*, que até hoje são repassados para o município em um fluxo mensal. O uso desses *royalties* seguindo o que determina a lei, expressa no Plano diretor da cidade (atualizado pela última vez em 2006), deve ser investido nas áreas de seguridade social e ambiental.

Dentre os sistemas de engenharia criados para atender a demanda da Petrobras em Pilar inexistem refinarias de petróleo. As mais próximas estão localizadas nos estados de Pernambuco (Refinaria Abreu e Lima) criada em 2014 e outra na Bahia (Refinaria Landulpho Alves), criada em 1950. A primeira refinaria, na cidade de Ipojuca e, a segunda, em Mataripe (PETROBRAS, 2018). Igualmente, o estado de Sergipe também não possui refinaria, apenas alguns terminais de oleodutos, gasodutos e a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen-SE), criada em 1982. Atualmente, a fábrica produz amônia, uréia fertilizante, uréia pecuária, uréia industrial, ácido nítrico, hidrogênio e gás carbônico (PETROBRAS, 2018).

Em Pilar, os sistemas de engenharia usados pela Petrobras para exploração do petróleo e gás são os terminais de oleodutos, gasodutos e uma Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), que no ano de 2016 sintetizou 27.899,67 milhões de m³ em valores totais de gás (ANP, 2016). Sobre o território usado pela Petrobras, esse é regionalizado em campos. Um exemplo é o campo de Pilar que ocupa parte da área de Marechal Deodoro, Satuba e Rio Largo, margeando as lagunas (ANP, 2016). Esclarecendo-se que o campo ultrapassa os limites municipais, porque segue a extensão da bacia petrolífera.

No que tange ao caminho que os *royalties* percorrem até chegar aos cofres públicos pilarenses, inicia por parte da Petrobras até a Secretaria do Tesouro Nacional que repassa aos beneficiários, com base nos cálculos efetuados pela Associação Nacional do Petróleo (ANP). Esses valores são depositados mensalmente, até o último dia do mês seguinte àquele em que ocorreu a produção e de acordo com o estabelecido pela Lei nº 9.478/1997 e Lei nº 7.990/1989, regulamentadas, respectivamente, pelos Decretos nº 2.705/1998 e nº 1/1991 (ANP, 2018).

Os valores anuais, máximo e mínimo, recolhidos em *royalties* pelo município de Pilar foram em 2018 e 2009 de R\$ 12.138.319,07 milhões e R\$ 1.820.283,36 milhões, respectivamente. Já o valor máximo mensal foi de R\$ 1.844.646,65 no mês de julho de 2017 e o mínimo de R\$ 121.678,2 mil em fevereiro de 2009, conforme o quadro 9 e o 10 em anexo. Os valores em *royalties* podem oscilar bastante, seja para mais ou menos, a depender da alíquota de 5% a 7% taxada sobre o preço do hidrocarboneto no mês (ANP, 2018). Contudo, adverte Lima (1992, p. 148) que “a ação da Petrobras no estado de Alagoas pouco influenciou no ritmo da economia, do Estado [...] cuja sede [...] na região de Produção do Nordeste [...] em Maceió [...] foi transferida para Aracaju”. Entretanto, ao considerar a realidade pilarense, a empresa tem um significado considerável diante dos valores repassados ao município sobre a exploração dos seus recursos ambientais (o petróleo e o gás).

Quadro 9 – Royalties anuais em valores correntes entre 2004 e 2019.

Beneficiário / Estado	Ano	Valor
PILAR / Alagoas	2004	R\$ 3.167.382,22
PILAR / Alagoas	2005	R\$ 4.050.416,31
PILAR / Alagoas	2006	R\$ 4.556.521,04
PILAR / Alagoas	2007	R\$ 3.726.468,49
PILAR / Alagoas	2008	R\$ 3.747.048,48
PILAR / Alagoas	2009	R\$ 1.820.283,36
PILAR / Alagoas	2010	R\$ 2.348.490,81
PILAR / Alagoas	2011	R\$ 2.562.576,18
PILAR / Alagoas	2012	R\$ 3.691.871,75
PILAR / Alagoas	2013	R\$ 5.513.632,31
PILAR / Alagoas	2014	R\$ 7.900.416,90
PILAR / Alagoas	2015	R\$ 2.742.989,93
PILAR / Alagoas	2016	R\$ 6.999.966,36
PILAR / Alagoas	2017	R\$ 9.471.358,17
PILAR / Alagoas	2018	R\$ 12.138.319,07
PILAR / Alagoas	2019	R\$ 9.799.098,59
Total		R\$ 84.236.839,97
Média anual		R\$ 5.264.802,50

Fonte: <https://inforoyalties.ucam-campos.br/informativo.php>.
Organização: DANTAS, T. C., 2019.

O valor total acumulado em dezesseis anos de recolhimento em royalties alcança R\$ 84.236.839,97 milhões. Já a média anual nesse período é de aproximadamente R\$ 5.264.802,50. É importante observar a redução significativa dos repasses royalties entre 2009 e

2012. Esse fato resulta do conflito judicial e territorial entre os municípios de Pilar e Marechal Deodoro. O “conflito” entre esses dois municípios perdura por mais de 10 anos. Até 2010, o município de Marechal Deodoro tinha direito a uma parcela dos royalties. A disputa aconteceu em função da localização e abrangência da Estação Coletora de Pilar e da UPGN, o que levou a retenção do recurso pela justiça (OMENA, 2013; ALAGOAS 24 HORAS, 2014).

A retenção dos valores permanece até a decisão do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (ITERAL), sobre a localização da UPGN e Estação coletora. O Instituto disponibilizou laudos positivos sobre a localização das instalações petrolíferas para ambos os municípios, o que levou ao agravamento da disputa (SALÉSIA, 2017; ALAGOAS 24 HORAS, 2014). Essa disputa tem sido notícia nos jornais locais e revela um jogo de poder entre os dois municípios em vistas a este recurso financeiro .

A demonstração de poder em instância jurídica permite o acirramento das relações entre os administradores públicos, a fim de saber quem ficará ou não com o recurso. Tal ação judicial poderia não ter acontecido se houvesse um maior planejamento e gestão dos órgãos públicos e privados em relação ao mapeamento de seus empreendimentos e limites de cada município, levando em consideração a carência de um mapeamento eficaz do Campo Pilar.

Contudo, os valores anuais depositados para o município de Pilar voltaram a crescer entre 2010 e 2017. Os valores atingiram a marca de mais de 4 milhões de reais em 2017. Um valor quase quatro vezes maior em relação a quantia depositada em 2009, conforme o quadro 10 em anexo. Em 2017, o valor já ultrapassa os 9 milhões de reais (INFO ROYALTIES, 2018).

Entendendo-se que o município de Pilar é o agente dinamizador dos recursos federais e tem o poder de legalizar, coibir e autorizar as atividades econômicas que usam o território, também cabe a ele, fiscalizar e usar legalmente os recursos públicos, humanos e naturais, proporcionando melhor qualidade de vida e bem-estar à sua população.

À luz dessa realidade e a produção de alimentos, visando a necessidade da instituição de normas para garantir a sua existência, concorda-se aqui com Ziegler (2013, p. 111) ao afirmar que “o inimigo pode ser vencido: basta implementar um determinado número de medidas concretas e coletivas para tornar efetivo e objeto de justiça o direito à alimentação”. Nessa perspectiva, pode-se dizer que a não implementação ou efetivação de políticas públicas que garantam alimentação e produção alimentar local, pode implicar num processo de

injustiça social. Haja vista a comercialização de alimentos por elevados preços nas feiras livres. Essas feiras, além de acomodarem uma diversidade sociocultural, também aparecem como os lugares do consumo onde diferentes grupos sociais se encontram para adquirir os seus produtos alimentares. A feira, é assim, o espaço do comércio e das trocas culturais, do fazer solidário, da organicidade, da forma plural e complexa de ver e viver a realidade local e os seus nexos com o mundo.

Acredita-se que pelo volume e direcionamento dos *royalties*, seguindo o que está escrito no Plano Diretor de Pilar, parte desse recurso pode ser direcionado para garantir a seguridade social e ambiental, como já mencionado. Entretanto, a não efetivação de políticas públicas permanentes, que possam dar melhor direcionamento aos recursos que chegam ao município, tem levando a precarização da produção alimentar, frente aos agentes hegemônicos que utilizam o território como recurso de produção.

Conforme Silveira (2011, p. 04) “[...] la organización normativa de una nación puede ser funcional a la división territorial. Del trabajo hegemónica y algunos grupos económicos y políticos tendrán voz para priorizar ciertas ideas políticas, determinadas actividades económicas y nuevas renovadas jerarquias regionales”. Ou seja, a lei deve ser usada também para assegurar o direito das populações vulneráveis. Através da análise dos usos do território as necessidades e as possibilidades de satisfazê-las tornam-se notórias e possíveis de realização.

A garantia da norma voltada à ao estímulo e a manutenção dos arranjos alimentares pode contribuir para estimular o pensar em um mundo longe das mazelas sociais como a fome e a miséria. Aceitando-se que a existência humana, tanto edifica um futuro perverso, quando pode construir um horizonte de mudança. Pensando contrário, até o sentimento de esperança se esvai. Daí a importância da reflexão de Arendt (2016, p. 146) que “[...] os limites das leis positivas constituem a garantia de um mundo comum capaz de durar para a além da fugaz duração individual de cada geração, absorvendo e alimentando a possibilidade da novidade”. Assim, a realidade futura deve ser planejada não apenas para garantir o bem-estar social de um grupo de pessoas ou empresas, mas a totalidade, realçando a coletividade, a democracia e o respeito a pessoa humana.

Estas reflexões permitem reafirmar a possibilidade do uso dos *royalties* para atestar a produção, manutenção, fluxo, comercialização e acessibilidade alimentar local. Pois em Pilar não há escassez de recursos, sejam naturais ou financeiros para sua concretização. Através dos dados levantados, pode-se

perceber que os sistemas de engenharia firmados pela atividade sucroalcooleira e o setor imobiliário, integrados a ação do município, através da sua normatização, ao mesmo tempo que acenaram a “dinamização” do território pilarense, subjugaram a produção alimentar, sobretudo até 2016. O capítulo seguinte trará fotografias e imagens de satélites que ajudarão a melhor elucidar essa afirmação, bem como a ação dos citados agentes.

Capítulo III

A fotografia e a imagem de satélite permitindo analisar o território e a produção alimentar

3.1 Identificando as mudanças processadas no território pilarense, através de fotografias e imagens de satélite: discutindo a produção alimentar

O período compreendido entre 2004 a 2017 pode ser dividido em dois momentos, no que se refere dinâmica territorial e a produção alimentar em Pilar. No primeiro momento, a produção alimentar era cerceada pelo sistema permanente da monocultura canavieira e a construção dos conjuntos habitacionais, entre 2004 e o primeiro trimestre de 2017. O segundo, que se inicia no segundo trimestre de 2017 acena à um singelo crescimento e diversificação da produção alimentar local, juntamente a redução da área plantada de cana.

A redução da área ocupada pela cana em Pilar é perceptível nesse interstício, passando de 7.694 ha em 2004 para 3.500 ha em 2017 e a quantidade produzida também foi reduzida, caindo de 456.176 t em 2004 para 206.000 t em 2017. Um valor que corresponde a menos da metade se comparado a 2006. Chama a atenção no Censo Agropecuário 2006, a pequena diversificação da produção agrícola. Sobressaem a cana de açúcar e a macaxeira como os únicos produtos temporários e permanentes¹⁰ (IBGE, 2006).

O ano de 2017 trouxe consigo uma realidade distinta. De acordo com os dados do Censo Agropecuário, aconteceu um desenvolvimento da produção temporária e permanente, que será mostrado no capítulo subsequente, como também os possíveis motivos que explica, esse desenvolvimento quantitativo. No presente capítulo, buscar-se-á identificar o que ocorreu com as pequenas áreas de produção alimentar e as áreas do latifúndio canavieiro desapropriadas ou que mudaram sua funcionalidade, essa última seguindo deliberações do município, estado, governo federal em colaboração de algumas empresas.

Algumas localidades antes ocupadas pela cana transformaram-se em lotes à venda e construção de conjuntos habitacionais, conforme as placas destacadas na figura 5, além de casas individualizadas, polo multisetorial, loteamentos e arrendamentos, sendo alguns deles destinados à produção alimentar. As placas mostram também que existem facilidades para o financiamento, trazendo os números de telefone residencial, celular, *Whatsapp* e site do proprietário, ou empresa imobiliária responsável pela transação comercial.

¹⁰ O IBGE conta apenas os estabelecimentos agropecuários e a quantidade produzida por esses estabelecimentos contendo 50 pés ou mais (IBGE, 2018). Por isso, as pequenas áreas como quintais, algumas partes de encostas, algumas plantações nas margens das estradas e da planície fluvio-lagunar não aparecem na contagem do Censo de 2006. Entretanto, o que não pode ser negado é a diversificação da produção alimentar em Pilar no ano de 2017 e o aumento de sua produção, uma vez que o critério usado pelo Instituto citado não foi alterado.

A ocupação das antigas áreas canavieiras por novas infraestruturas mostram que o território possui grande dinamismo. Com efeito, destaca Souza (1999, p.05) que “o território tem um papel ativo na história, o que nos permite vê-lo sempre em processo de construção e reconstrução”. Logo, os processos e mudanças presentes no território estão relacionados aos aspectos sociais e naturais segundo as intencionalidades de cada agente que o constitui e as suas decisões coletivas.

Figura 5 – Placas indicando a venda de alguns lotes antes ocupados pela cana de açúcar



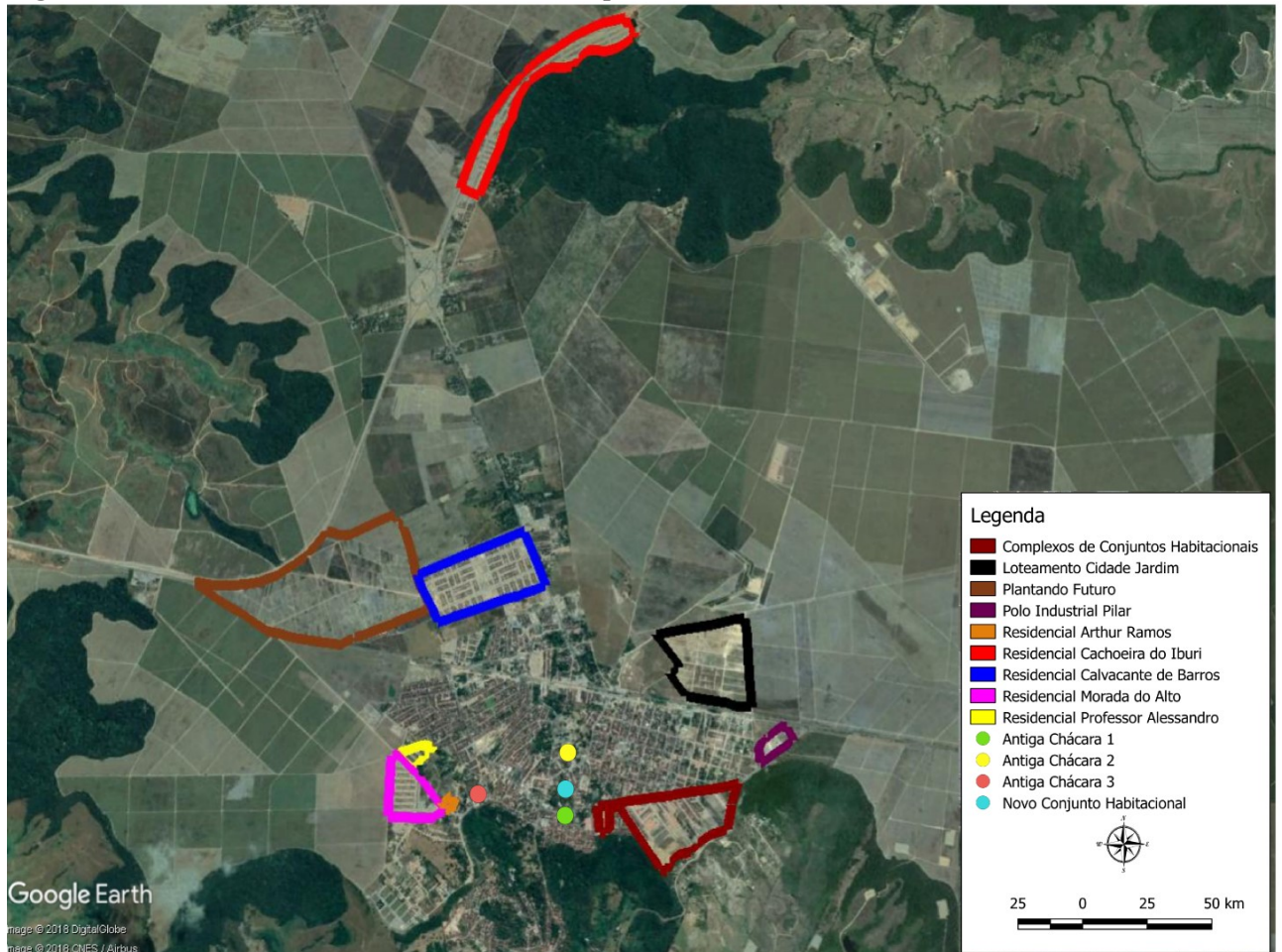
Fonte: DANTAS, T.C.,2018.

A figura 6 mostra as 13 localidades que serão analisadas, onde segundo as suas especificidades, se constata a redução da área plantada pela cana, da Mata Atlântica e substituição de algumas veredas em estradas, ou mesmo a sua substituição por uma produção alimentar mais diversificada.

Há vários espaços dentro da mancha urbana de Pilar que estão sendo (re)organizados para atender a dinâmica do setor imobiliário, através do programa Minha Casa Minha Vida, consonante com os interesses do setor sucroalcooleiro. Percebe-se, assim, que os setores público e privado trabalham juntos visando a seleção de novas áreas para acomodar os objetos técnicos e informacionais que vêm se expandindo no território. Convém observar que em relação a estes fluxos e a seletividade do território, fica evidente que “os fluxos decorrentes são mais intensos, mais extensos e mais seletivos. O investimento público pode aumentar em uma dada região, ao mesmo tempo em que os fluxos de mais-valia que vai permitir irão beneficiar algumas firmas ou pessoas, que não são obrigatoriamente locais”. (SANTOS, 2012, p. 253). Por conseguinte, o território é orientado por normas e agentes que seguem escalas local-local, local-regional e local-global ou vice-versa. Mesmo assim, havendo as

intencionalidades dos agentes podem prezar pela manutenção da concentração de poder econômico e político.

Figura 6 – Parte da mancha urbana de Pilar e seus partidos de cana



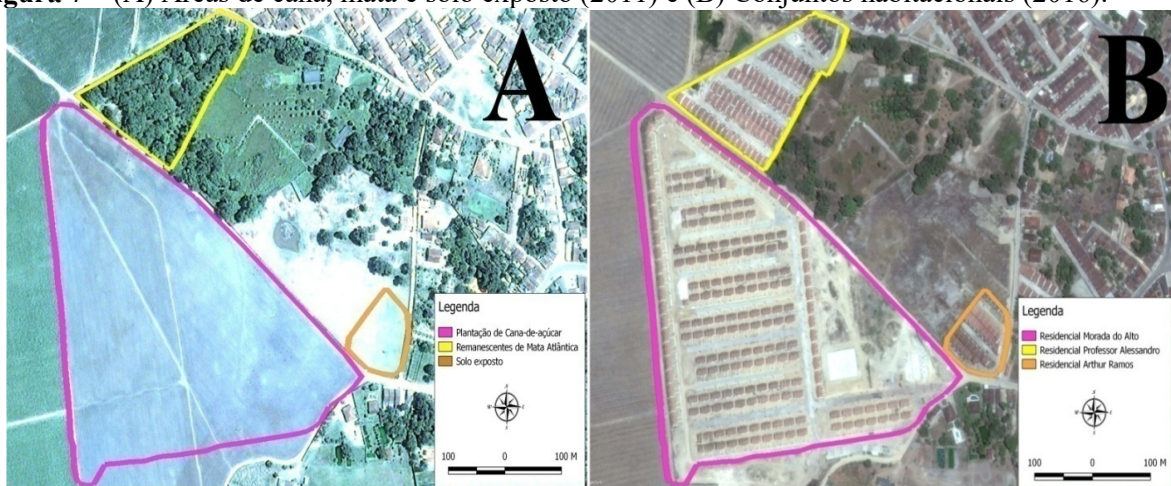
Fonte: *Google Earth Pro*.

Organização: FERREIRA, H. H. B.; DANTAS, T. C., 2019.

O Estado, os homens e as firmas (empresas públicas e privadas) consistem em agentes que se realizam nos lugares podendo selecionar áreas específicas e incrementar seus investimentos. A seleção do território para atender as intencionalidades do mercado deixa suas marcas e permanências, a exemplo dos conjuntos Residencial Morada do Alto, Residencial Professor Alessandro, Residencial Arthur Ramos, Complexo de conjuntos habitacionais, Loteamento Cidade Jardim, Residencial Cavalcante de Barros e Residencial Cachoeira do Imburi. Ou ainda, o Condomínio Buona Vitta I e Buona Vitta II, Vila do Mirante, Condomínio Reserva da Lagoa, dentre outros, conforme a figura 6, no caso de Pilar em vista dos caminhos e problema traçados neste estudo.

O residencial Morado do Alto, situado na Rua Edite França de Oliveira, marcado pela cor rosa na figura 6, é composto por 400 residências e foi construído em 2017. Antes da construção do conjunto, havia uma grande plantação de cana, resquícios de Mata Atlântica e solo exposto no local. A construção do referido conjunto resultou em uma nova configuração, conforme pode ser observado na figura 7 A e B. No dizer de Silveira (2011, p. 05) “dão-se, no território e na sociedade, bruscas mudanças de papéis, que são ao mesmo tempo mudanças de lugares. De tal modo, os chamados equilíbrios precedentes se rompem e muda o conteúdo dos lugares e do território como um todo, indicando novos fatores de localização”. Sendo, pois, modificado conforme a sua base técnica e normativa. Consequentemente alterando o cotidiano dos lugares.

Figura 7 – (A) Áreas de cana, mata e solo exposto (2011) e (B) Conjuntos habitacionais (2016).



Fonte: (A e B) adaptadas do Google *Eart Pro*.

Organização: FERREIRA, H. H. B.; DANTAS, T.C., 2018.

A construção ao Residencial Professor Alessandro, ocorreu em 2015, localizado nas imediações da Rua Edite França Oliveira, representado na figura 7 pela cor amarela, e possui 107 moradias. Já o residencial Arthur Ramos, representado pela cor laranja, foi construído em 2015, composto por 39 casas, estando entre a Viela do Cruzeiro e a Rua Edite França de Oliveira. Esses conjuntos são menores em relação ao Morada do Alto, que ocupa uma antiga área de solo exposto e plantação de cana de açúcar de acordo com a figura 7 A e B.

O Complexo de conjuntos habitacionais destacado na figura 8 refere-se a um grupo de habitações organizadas em condomínios e loteamentos situados também no tabuleiro costeiro, em Chã de Pilar, entre a Alameda 407, Rua Antônio Serafim Costa e Travessa Antônio Serafim Costa. Tal complexo corresponde aos conjuntos Condomínio Buona Vitta I,

Condomínio Buona Vitta II, Condomínio Brisa Lagunar, Condomínio Bella Morada, Condomínio Brisa da Lagoa e Residencial Alto da Manguaba. Antes, essa área era ocupada por árvores frutíferas (mangueiras e jaqueiras), solo exposto, plantações de macaxeira e batata. Esses conjuntos e loteamentos vêm sendo construído desde 2011. A quantidade de casas do Complexo não é mensurada devido à imprecisão dos dados disponibilizados pelos corretores e agências imobiliárias locais, uma vez que muitos dos lotes e casas ainda não foram ocupados ou construídos, tornando-o cada vez mais denso, diante das constantes transformações e novos objetos técnicos que ocupam o mesmo.

Figura 8 – Complexo de conjuntos habitacionais em 2012 (C) e 2018 (D)



Fonte: (C e D) *Google Eart Pro*.

Organização: FERREIRA, H. H. B.; DANTAS, T.C., 2018.

A densidade técnica dos lugares e sua dinâmica, torna o espaço mais denso em vista do conjunto de eventos, permanentes ou não que acontecem e que segundo Santos (2012, p. 203) “no momento atual aumenta em cada lugar o número e a frequência dos eventos. O espaço se torna mais encorpado, mais denso, mais complexo. Mas essa nova acumulação de presenças, essa opulência de ações não se precipita de forma cega sobre qualquer ponto da Terra”. Portanto, os espaços vão se tornando cada vez mais seletivos, tornando-se necessário analisar o território para que se possa tomar decisões de cunho social.

Antes da instalação do complexo que aparece representado na cor marrom na figura 8 C e D, a Rua Antônio Serafim não era pavimentada. Por vários anos era apenas uma estrada de barro. No entorno dessa rua, apareciam algumas casas de alvenaria, solo exposto e alguns leirões bem definidos, utilizados para a plantação de tubérculos (macaxeira e batata doce). Encontravam-se no entorno desses leirões, algumas árvores frutíferas, jaqueiras, cajueiros e

mangueiras. A substituição dessas árvores frutíferas e leirões decorreu do processo de especialização, da seletividade. Ampliando o espaço das empresas imobiliárias.

Sobre a especialização do território e suas novas formas e realidades, ressalta Santos (2008, p. 30) que na utilização do território sejam elas originalmente naturais ou culturais, ou provenham de intervenções políticas e técnicas “significam uma verdadeira redescoberta da Natureza ou pelo menos uma revalorização total, na qual cada parte, isto é, cada lugar, recebe um novo papel, ganha um novo valor”. Assim sendo, os lugares são revalorizados constituindo outra natureza que ganha valor de troca no mercado. A cada fração do território acaba sendo atribuído um preço por suas especificidades.

Quanto aos processos que levam a (re)organização do território e a revalorização da natureza em vista de um mercado que a atribui esse valor de troca, destaca Santos (2008, p.35) que “conduz, [...], à aceleração dos processos hegemônicos, legitimados pelo “pensamento único”, enquanto os demais processos acabam por ser deglutidos ou se adaptam passiva ou ativamente, tornando-se hegemonzados”. Ou seja, a (re)organização do território geralmente atende a dinâmica do mercado, fazendo com que as antigas formas possam ser incorporadas ao processo de renovação ou “deglutidas” pelos novos objetos técnicos incorporados de modo que sejam atendidas as necessidades para o capital poder fluir.

A incorporação dos novos objetos técnicos presentes na figura 8 C e D deixa claro que houve a redução da vegetação de mata e da atividade agrícola, uma vez que desaparecem os leirões de plantação de macaxeira e batata; a retirada de árvores frutíferas, a redefinição das veredas em ruas pavimentadas, o aumento da quantidade de condomínios e casas na Rua Octacílio Cavalcante e nos arredores da Alameda 407.

A figura 9 representa um recorte da Rua Antônio Serafim, quando ainda não possuía pavimentação, sendo percebido no destaque em amarelo feito pelo *Google Earth Pro*. A direita da faixa amarela aparecem as “covas”, forma como os pequenos produtores deixam a terra para iniciar a plantação (pequenos monturos para acomodar as mudas); a plantação de macaxeira na cor verde que se mistura ao acinzentado do solo e o capim seco. A carência das obras de canalização das águas pluviais, que levava a formação de grandes poças onde deveria estar o meio fio.

Figura 9 – Parte da Rua Antônio Serafim em 2012, as “covas” prontas e a plantação de macaxeira.



Fonte: *Google Eart Pro.*

Essa rua mudou muito com o passar do tempo, algumas formas existentes permaneceram e outras foram substituídas. Foram incorporados os conjuntos habitacionais, pavimentação e asfalto. As suas calçadas foram definidas, mesmo que de forma irregular em algumas partes, houve melhoramento da iluminação pública com lâmpadas de *led*, a expansão do acesso da energia elétrica e água potável, oferecidas pelas empresas CAEPIL (Companhia de Água e Esgoto Sanitário de Pilar) e Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.). Essas transformações podem ser observadas através das figura 10 E e F.

Figura 10 – Parte da Rua Antônio Serafim em 2012 (E) e 2018 (F)



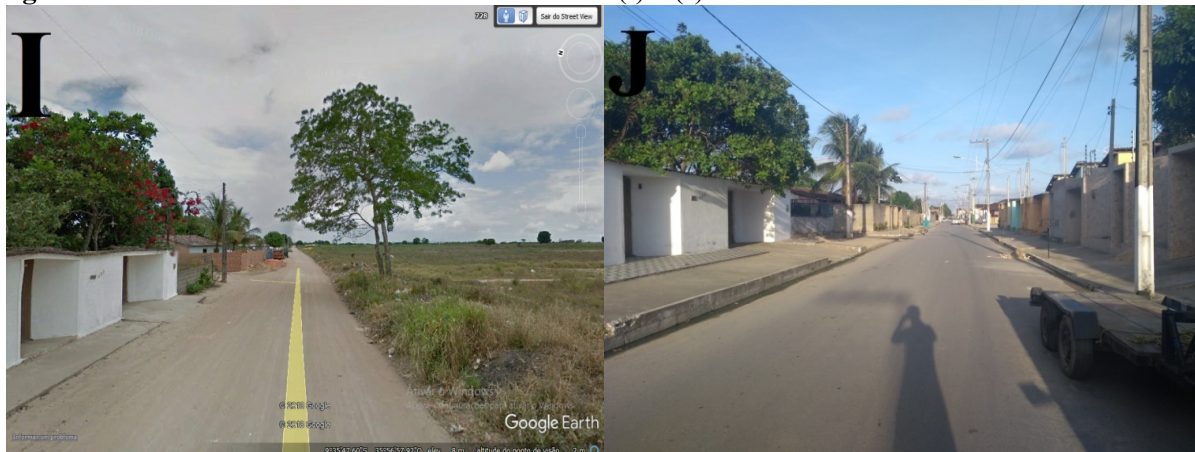
Fonte: (E) *Google Eart Pro.*; (F) DANTAS, T. C., 2018.

Os espaços antes dedicados a pequena produção alimentar e os resquícios de mata atlântica, figuras 7, 8, 9 e 11, não interessam aos agentes imobiliários, substituindo áreas de produção alimentar por conjuntos habitacionais; e nem a atividade sucroalcooleira que mantém o sistema de latifúndio, seja com a permanência da monocultura ou a concentração da terra até 2017. O que permite dizer que os processos não hegemônicos tendem a desaparecer fisicamente ou permanecer,

[...] mas de forma subordinada, exceto em algumas áreas da vida social e em certas frações do território onde podem manter-se relativamente autônomos, isto é, capazes de uma reprodução própria. Mas tal situação é sempre precária, seja porque os resultados localmente obtidos são menores, seja porque os respectivos agentes são permanentemente ameaçados pela concorrência das atividades mais poderosas (SANTOS, 2008, p. 30).

As formas e funcionalidades do território que não atendem a nova lógica imposta podem permanecer de forma subordinada e também desaparecerem, cedendo espaço para outras. As permanências do tempo também podem ser reproduzidas em outros lugares em vista de sua importância para vida. Porém, geralmente, essas formas importantes para vida são ameaçadas pelas atividades econômicas mais poderosas.

Figura 11 – Parte da Rua Antônio Serafim em 2012 (I) e (J) 2018.



Fonte: (I) *Google Earth Pro*; (J) DANTAS, T. C., 2018.

A retração da área canavieira permitiu também que surgissem alguns loteamentos, a exemplo do Loteamento Cidade Jardim que possui 500 m². Esse loteamento é o primeiro bairro planejado do interior de Alagoas. Nele, aparecem 1.063 lotes entregues com total saneamento e completa infraestrutura – meio-fio, linha d’água, dois poços, duas caixas d’água com capacidade total de 270 mil litros (GAZETA DE ALAGOAS, 2015). Está situado no Tabuleiro Costeiro entre a BR-316 e a Avenida Rubéns Canuto, em Chã de Pilar. A figura 12

K e L revela a área onde hoje está o loteamento. Antes, o espaço era tomado pela monocultura canavieira, solo exposto e algumas árvores nas imediações da BR-316. As poucas árvores às margens da estrada continuam próximas ao loteamento, mas a configuração das antigas veredas foram alteradas, surgindo alguma novas estradas e preservando outras.

O espaço ocupado pelo Conjunto Habitacional Benedito Cavalcante de Barros está localizado entre a BR-316, no sentido da cidade de Atalaia. Antes da construção do conjunto existia o plantio da cana e algumas veredas que facilitavam o deslocamento entre a BR-316, Travessa Avelino Cavalcanti, Rua Petronice Vieira, Rua Maria Imaculada, Rua São Miguel dos Campos e Rua Santa Rita. Com a construção do conjunto, houve a redefinição das veredas e constituição de estradas, segundo a figura 12 K e L. A cana de açúcar foi suprimida para dar espaço à construção do conjunto.

Figura 12 – Loteamento Cidade Jardim 2012 (K) e (L) 2018.

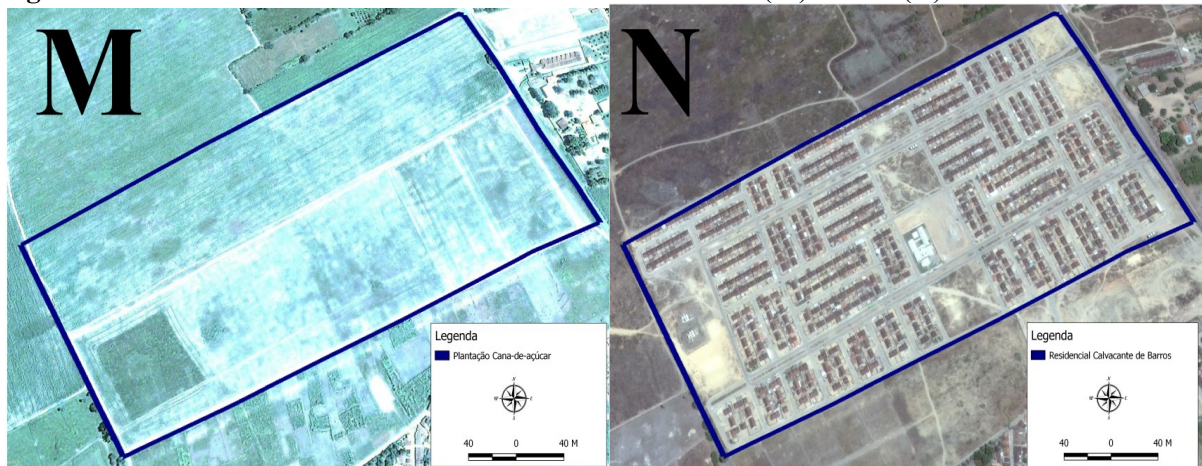


Fonte: (K e L) *Google Earth Pro*.

Organização: FERREIRA, H. H. B.; DANTAS, T.C., 2018.

O Conjunto Habitacional Benedito Cavalcante de Barros, criado em 2012, figura 13 M e N, possui 500 casas, custou R\$ 26.000.000,00, liberados pela Caixa Econômica Federal para sua construção, quadro 5 e 6 em anexo. É um dos maiores conjuntos da cidade, equiparando ao número de casas do Residencial Deputado Rubens Canuto, composto por 500 casas; e o Residencial Cachoeira do Imburi, com 600 casas.

Figura 13 – Residencial Bendito Cavalcante de Barros em 2012 (M) e 2018 (N).



Fonte: (M e N) Google Earth Pro.

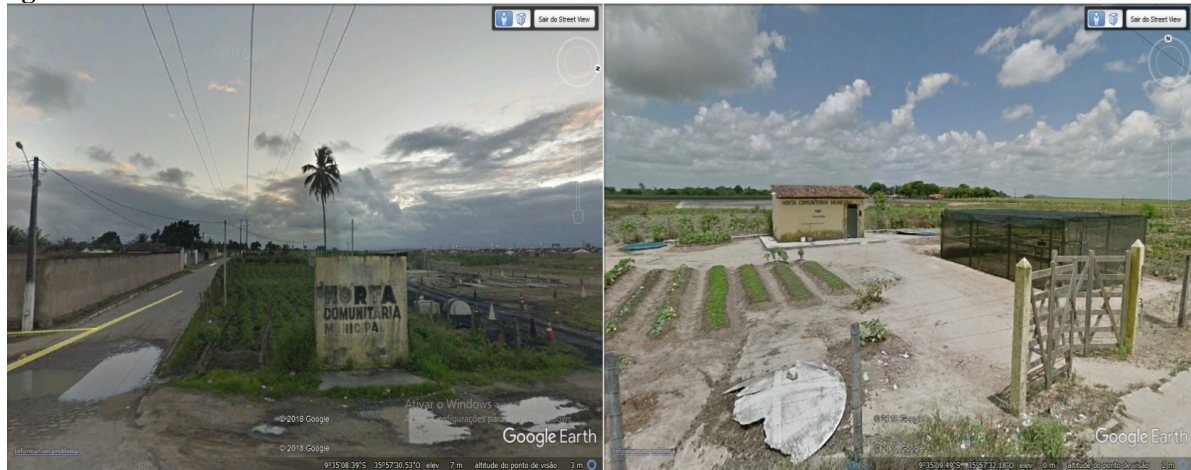
Organização: FERREIRA, H. H. B.; DANTAS, T. C., 2018.

No entorno do conjunto habitacional Benedito Cavalcanti existe uma horta comunitária, entre a Rua Maria Imaculada e a BR-316. As verduras, legumes e frutas produzidos pelos moradores da região são distribuídos na própria comunidade e outra parte é comercializada na feira ou com os interessados que vão comprar na horta. A constituição da horta está sendo interpretada como uma forma consciente de intervenção no território, envolvendo a comunidade, mesmo que tal iniciativa necessite de maiores incentivos no que diz respeito a sua dimensão produtiva, manutenção dos equipamentos e acompanhamento.

A configuração do território além de revelar a materialidade das intencionalidades do mercado também pode revelar sistemas técnicos e intervenções conscientes, pois segundo Santos (2008, p. 80) “o espaço geográfico não apenas revela o transcurso da história como indica a seus atores o modo de nela intervir de maneira consciente”. Em outras palavras, o território possui uma história e suas especificidades em cada lugar, restando entendê-las de modo que permita a realização de intervenções que possibilitem o uso de toda sociedade, empresas e instituições. No caso de Pilar, a horta aparece como uma necessidade de envolver a comunidade com a produção alimentar, tendo como efeito o fluxo da produção alimentar nas comunidades em condição de vulnerabilidade social.

A figura 14 apresenta os pequenos leirões de legumes e verduras, uma mureta identificando a horta comunitária. Um espaço cercado por telas protegendo as mudas, um singelo sistema de irrigação e galpão, guardando-se ferramentas e outros materiais.

Figura 14 – Horta comunitária em 2012.

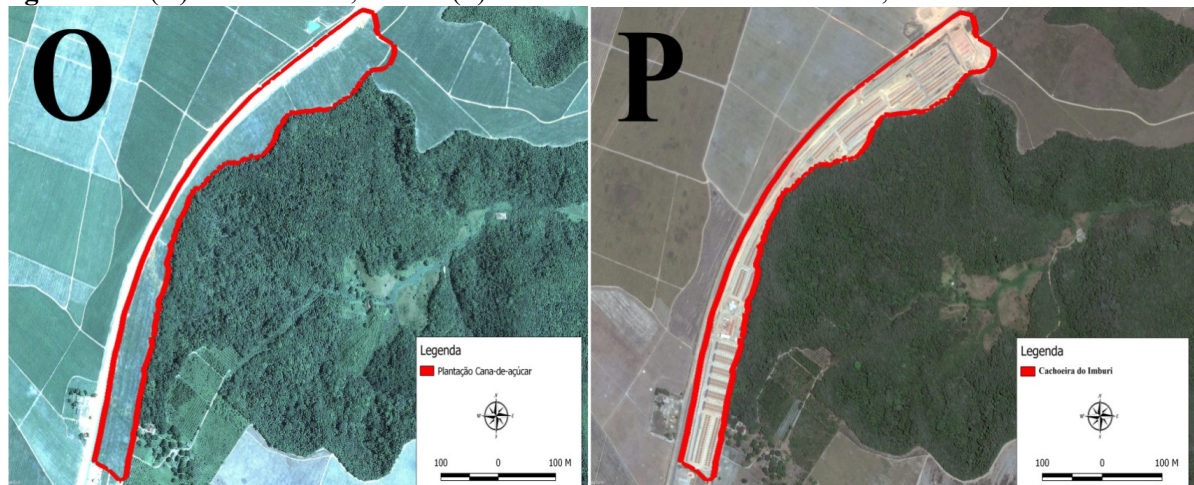


Fonte: *Google Eart Pro*.

A pequena estufa feita em telas e madeira, aparentemente não passa por manutenção com frequência na horta comunitária, juntamente ao pequeno galpão que acomoda sementes, mudas e adubos. A localidade em questão anteriormente acomodava o plantio da cana, conforme a figura 14.

A figura 15 representa o Residencial Cachoeira do Imburi, construído em 2017 nas imediações da Rodovia Prestes Maia, próximo a rotatória que integra a BR-316 (Rodovia Mario Covas) e BR-101, estando no Km 099 (zona rural de Pilar). Para construção desse residencial, a Caixa Econômica Federal liberou o valor de R\$ 36.515.780,57 em 2014. Possui 600 casas e durante sua construção destruiu parte da Mata Atlântica, espécies nativas, subtraiu a plantação de cana de açúcar, segundo revela a figura 15 O e P.

Figura 15 – (O) Área de cana, 2011 e (P) Residencial Cachoeira do Imburi, 2016.



Fonte: (O e P) *Google Eart Pro*.

Organização: FERREIRA, H. H. B.; DANTAS, T. C., 2018.

Conforme afirmado anteriormente, esses novos conjuntos habitacionais foram edificados através dos convênios entre Estado, através do Programa Minha Casa Minha Vida, e a iniciativa privada. Possibilitou o acesso a novos créditos, o crescimento da oferta de imóveis e maior fluidez de capital.

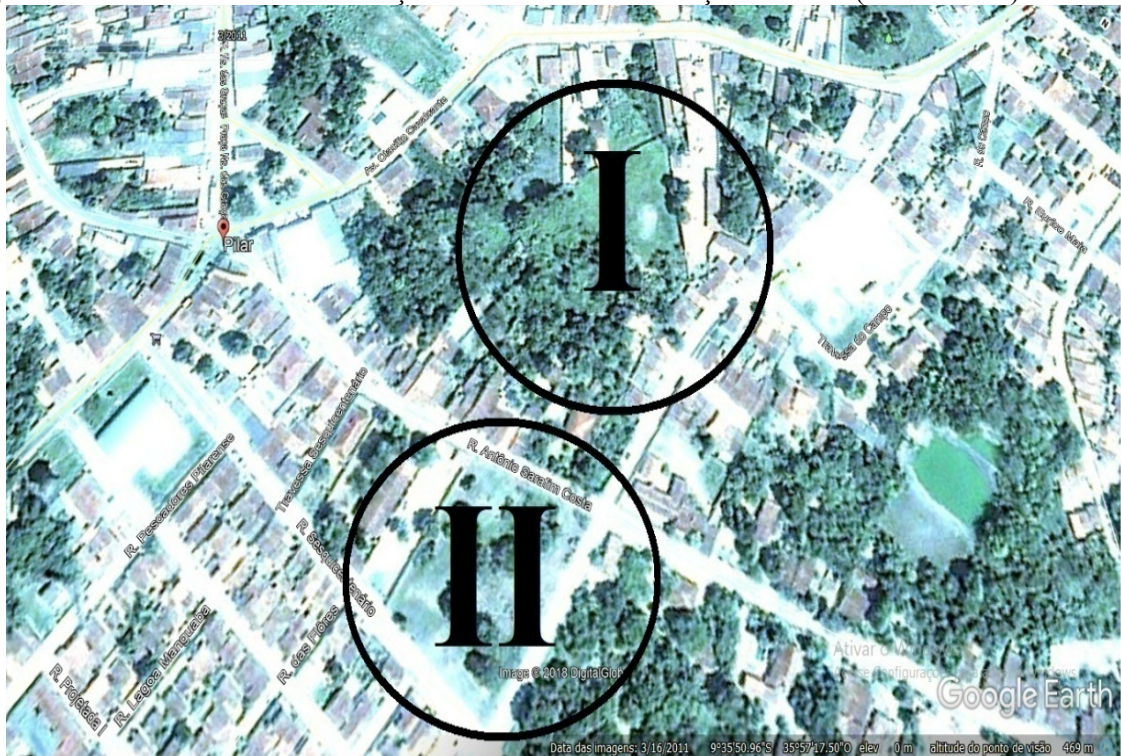
3. 2 O “fim” de algumas chácaras e a emergência da produção alimentar em lotes no latifúndio canavieiro como resultado da dinâmica territorial

O desaparecimento de muitas chácaras é um dado importante como resultado da dinâmica do territorial pilarense. Outro aspecto a ser observado são as áreas de produção alimentar que ainda existem dentro da mancha urbana, próximas ao centro, que tendem a desaparecer se a tendência mostrada no item anterior prevalecer. Ou seja, podem ser substituídas pelo concreto.

As áreas analisadas dentro da mancha urbana usadas para a produção alimentar possuem no seu entorno conjuntos habitacionais, empresas de produção de gelo, distribuição de botijões de gás, escolas, creches, em uma rua asfaltada e drenada. Como também têm localizações estratégica, privilegiadas, estando nas proximidades da feira central, a COHAB (Companhias de Habitação Popular) que foi construído na década 1980, e ainda, praças, vias que dão acesso a cidade de Maceió, farmácias e supermercados (figura 16 I-II). Essa configuração, leva a crer que esses espaços, possivelmente podem ser absorvidos pelo setor imobiliário, haja vista o seu potencial para construção e comercialização de novos conjuntos habitacionais, o que poderia levar ao encerramento de mais uma pequena área de produção alimentar.

Na verdade, “os territórios oferecem recursos específicos, intransferíveis e incomparáveis no mercado. Esses recursos específicos diversificam os espaços e estabilizam as localizações das atividades econômicas”. (BENKO; PECQUEUR, 2001, p. 01). As características físicas e humanas, os sistemas de engenharia, disseminados nos lugares, permitem ao mercado definir aqueles que poderão ter maior fluidez e produção de suas mercadorias. Os recursos específicos existentes podem levar a valorização das localizações, imóveis, o que tornam os lugares alvos das intenções do capital.

Figura 16 – Áreas no entorno da Praça Nossa Senhora das Graças em 2011 (Chã de Pilar).



Fonte: *Google Earth Pro*.

Organização: DANTAS, T.C., 2018.

Ao comparar às figuras 16 e 17, constata-se que parte do espaço marcado pelo algarismo I recebe mais um empreendimento imobiliário. A construção de mais um condomínio, anuncia o fim de uma antiga chácara em Chã de Pilar. A localidade possuía uma grande área verde e de pequena produção de alimentos e cedeu espaço para o concreto armado. A antiga chácara perdeu boa parte de suas árvores frutíferas e vegetação de mata, percebendo-se no local que as criações de pequenos animais também já não existem mais.

Um dos exemplos das localidades incorporadas pela atividade imobiliária está situado nas proximidades da praça central, onde anteriormente existia uma antiga chácara na Travessa do Campo, próxima a Escola Estadual Valdecy Gomes de Vasconcelos. Com a chegada dos conjuntos habitacionais a pequena produção pode chegar ao fim, conforme as figuras 16 II e 17 II.

Figura 17 – Áreas no entorno da Praça Nossa Senhora das Graças em 2018 (Chã de Pilar).



Fonte: *Google Eart Pro*.

Organização: DANTAS, T.C., 2018.

Um outro caso relacionado a expansão da mancha urbana e a destruição de mais um espaço voltado à produção alimentar está representado na figura 18 Q e R, especificamente a localidade I, onde houve o desaparecimento de mais uma chácara. A antiga casa avarandada e seus grandes portões verdes em metal já não são mais uma realidade concreta no lugar.

Compreende-se que a construção de mais de 2.000 casas em Pilar, entre 2004 e 2016 vem levando a florescer espaços edificados pela velocidade das empresas e a fluidez de capital público e privado. Essa velocidade permitiu uma espécie de “vertigem” num dado momento histórico sobre o olhar, o pensar e o fazer dos agentes hegemônicos, em vista dos recursos financeiros proporcionados pelo Governo Federal para a construção dos conjuntos habitacionais. Suprimindo a real necessidade do pequeno produtor e o acompanhamento para estimular a produção alimentar local, fundamental às comunidades, haja vista o seu caráter social e econômico.

Figura 18 – Parte da Rua Nossa Senhora de Pilar 2012 (Q) e (R) 2018



Fonte: (Q) *Google Eart*; (R) DANTAS, T. C., 2018.

Tal “vertigem” está ligada a velocidade instaurada pelo capital nos lugares, nesse contexto envolvendo Pilar. Conforme Sábato (2008, p.85) “o pior é a velocidade vertiginosa! Nessa vertigem nada frutifica nem floresce. E o medo é o próprio dela: o homem adquire um comportamento autômato, deixa de ser responsável, deixa de ser livre e de reconhecer os outros”. Essa velocidade se dá em decorrência da grande fluidez do sistema atual que exige de tudo e de todos o cumprimento de metas que permitam o supremo e glorioso lucro. Essa glorificação do lucro impõe ao homem um comportamento autômato que desconsidera o outro, suas necessidades coletivas, para assim, dar conta do que é individual, “superior” e lucrativo.

A localidade indicada com o algarismo II nas figuras 16 e 17 está na confluência das Ruas Antônio Serafim Costa e Rua Nossa Senhora de Pilar (figura 19). Percebe-se que esta ainda mantém a produção de tubérculos, mangas, goiabas, mamões e cajus. Entretanto, a prevalecer a tendência local, é grande a possibilidade de deixar de acomodar a produção de alimentos, podendo a qualquer momento ser vendida e ocupada por um novos empreendimentos vinculados ao mercado imobiliário.

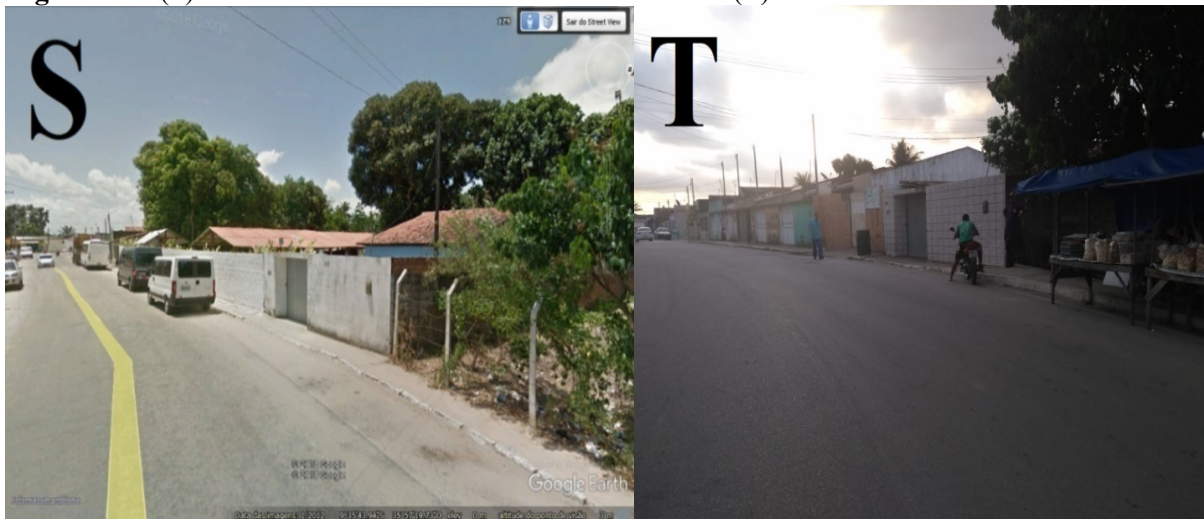
Figura 19 – Confluência das Ruas Nossa Senhora de Pilar e Antônio Serafim Costa (2012 e 2018).



Fonte: *Google Earth Pro*; DANTAS, T.C., 2018.

Outra chácara extinta foi a que estava localizada na Avenida Octacílio Cavalcante. Nela, assim como nas demais, existiam árvores frutíferas, além de constituir espaço para recepções e festividades. Atualmente, existem ali, apenas algumas casas e o condomínio Santa Rita, como mostra a figura 20 S e T. Observa-se que o que era antes um terreno baldio, ao lado da chácara, firmou-se uma pequena produção de macaxeira e batata. Ademais, alguns barraqueiros aglomeraram-se em frente ao terreno para comercializar os tubérculos produzidos, bolachas, ovos, algumas frutas e lanches (figura 20 T).

Figura 20 – (S) Parte da Avenida Otacílio Cavalcanti 2012 e (T) 2018.



Fonte: (S) *Google Earth Pro*.; (T) DANTAS, T.C., 2018.

Figura 21 – A produção alimentar nas proximidades da Av. Octacílio Cavalcante (Chã de Pilar).



Fonte: DANTAS, T. C., 2018.

Em Pilar, especialmente em Chã de Pilar, aparecem plantações de alimentos em terrenos arrendados e em pequenas áreas dentro e fora da zona urbana. Algumas próximas ao centro comercial, como é o caso das figuras 9, 11, 14, 20, 21 e 22. Muitos dos terrenos onde se desenvolve a pequena produção, atualmente se encontram com placas de venda (figura 22), inclusive especificando as suas dimensões (lote 50X30). Além desse, outros espaços também estão servindo momentaneamente à pequena produção e vivendo a especulação imobiliária. Assim, é provável que essas pequenas produções possam sumir a qualquer momento, na medida em que vão se instalando novos empreendimentos comerciais ou mais um espaço residencial.

Figura 22 – Parte da Rua Santo Cruzeiro em 2018.



Fonte: DANTAS, T. C., 2018.

Outra chácara situada entre a Rua Edite França e a Rua do Cruzeiro (figura 23), começa a desaparecer nessa área. As terras dessa chácara vêm sendo destrinchadas aos poucos, de modo a perder parte de suas extremidades para construção de casas no modelo duplex. São casas em estilo mais sofisticado, gerando um interessante contraste entre o formato da antiga casa central da chácara e a arrojada forma dessas novas que começam a surgir. A maioria das árvores frutíferas desapareceram (figura 23 U e V).

Figura 23 – (U) Chácara e árvores frutíferas em 2012. (V) Conjuntos habitacionais em 2018 (U2) Propaganda do Residencial Arthur Ramos.



Fonte: (U) *Google Eart Pro*; (V) DANTAS, T.C., 2018.; (V) *Google Eart Pro*.

Nesse caminhar, fica cada vez mais evidente que os objetos técnicos firmados no território são precisos e informados, tendo que cumprir sua funcionalidade nos lugares, pois, hoylos sistemas de accionesson informados y precisos y, por ello, orientan la multiplicidad de objetos para unfuncionamiento único y centralizado. Gracias a los soportes técnicos actuales, la acción global se aloja, en los lugares, mediante la teleacción y el control remoto. Esos

agregados de exactitud y cientificidad al suelo participan, paralelamente a las acciones, de la producción de un territorio rígido y racionalizado (SILVEIRA, 2011, p. 05).

A invasão desses objetos nos lugares relaciona-se a uma dinâmica que vai além da escala local-local, ganhando o mundo através da propaganda. O mercado se utiliza da possibilidade técnica, especificamente os aparatos informacionais para estimular a comercialização de suas mercadorias na busca incessante pelo lucro. Exemplo dessa realidade pode ser constatado através da figura 23 (V), que mostra tanto anúncios desse conjunto de casas com seu “designer arrojado”, quanto pela propaganda do Residencial Arthur Ramos.

Segundo Sábato (1993, p. 55) “o homem é o primeiro animal que criou seu próprio meio. Mas – ironicamente – é o primeiro animal que dessa forma está se destruindo a si próprio”, voltando-se a quantidade e ao lucro, a exemplo do que se constata em Pilar, através do desaparecimento das chácaras e loteamento das terras para construção civil (conjunto habitacionais).

A figura 23 U e V destacada a mesma área a direita da casa antiga chácara, porém em tempos diferenciados. O espaço assinalado, segmento V, representa o que hoje é o Residencial Morada do Alto, construído em 2017 e composto por 400 casas. Em 2011 (figura 23 U), havia na localidade apenas uma antiga chácara, com uma placa que já sinalizava à construção do Residencial Arthur Ramos (atualmente com 39 casas). Já o entorno do espaço onde antes estava a chácara, havia uma vasta área de plantio de cana de açúcar, algumas pequenas casas de alvenaria e outras chácaras, a exemplo da Chácara do Céu, que ali permanece, escolas e uma delegacia. A estrada ao lado dá acesso a parte baixa e alta da cidade, aos pontos dos ônibus e aos demais transportes complementares com destino à cidade de Maceió. Esta área, além de possuir as infraestruturas mencionadas permite uma impressionante vista da laguna Manguaba e de uma grande área verde, o Vale das Marrecas. O que torna a paisagem mais atrativa ao olhar das empresas imobiliárias, visitantes e cidadãos (figura 24).

Figura 24 – Vista da Rua Edite França para a Laguna Manguaba e Vale das Marrecas.



Fonte: DANTAS, T.C., 2018.

A análise das figuras 16 a 24 permite afirmar que os locais que possuem um conjunto de características específicas, como proximidade das vias de acesso à capital, acesso a parte baixa da cidade (centro), escolas, delegacia, centro comercial e até uma bela paisagem, tornaram-se alvo de especulação imobiliária, por parte das empresas do setor, e assim são por elas incorporados em vista dessas características. Esse mercado se utiliza de várias estratégias para lucrar, dentre as quais se destaca a propaganda, de diferentes formas. A figura 25 mostra dois panfletos retirados de um site, divulgando a venda de lotes e casas no Residencial Arthur Ramos e no Loteamento Reserva da Lagoa.

Figura 25 – Panfletos encontrados em meio digital com a propaganda do Loteamento Reserva da Lagoa e Arthur Ramos Clube Residencial.



Fonte: <https://al.mgfimoveis.com.br/venda-al-pilar-terreno-264-m-no-loteamento-reserva-lagoa-condominio-86395468>.

A circulação da informação também é um dado significativo para entender a dinâmica do território. Assevera Silveira (2012, p. 2010) que “o fenômeno técnico contemporâneo caracteriza-se pela instantaneidade da informação e do dinheiro nos diferentes lugares no planeta, mas também porque as variáveis que comandam o movimento da história invadem seletivamente a vida social”. A informação circulante nos meios digitais e impressos, representam estratégias de *marketing* para facilitar a difusão da informação sobre os residenciais e loteamentos, venda e compra, atendendo a intenção das empresas. No caso do setor imobiliário, a beleza da paisagem e, seus diferentes recursos naturais e humanizados, são de grande valorização para esse mercado.

Entre 2004 e no primeiro trimestre de 2017, Pilar não possuía um local com uma área significativa e especializada na produção de alimentos com incentivos governamentais. O local indicado com uma faixa contínua branca que compreende um polígono irregular na figura 26 mostra um espaço dedicado à produção de alimentos entre a Rua São Miguel dos Campos e a Rua Santa Rita.

Figura 26 – Área de plantação canieira em 2012 (W) e Área do projeto Plantando o Futuro, 2019 (X)



Fonte: *Google Earth Pro*

Adaptação: DANTAS, T. C., 2019.

Na figura 26, a direita está a área usada pelo programa Plantando o futuro em 2018, e a esquerda a mesma área, mas datada de 2015, quando apenas acomodava a plantação de cana. Essa área acomoda a cana de açúcar desde aproximadamente os anos 50 quando tal vegetal migra das várzeas alagoanas para o tabuleiro. É possível identificar a direita da figura analisada o Conjunto habitacional Benedito Cavalcante de Barros e a plantação de cana de açúcar, ocupando fortemente o território nos idos de 2015. É importante destacar que a

imagem de satélite de 2015 é utilizada por sua nitidez, quando comparada a de 2011, disponibilizada pelo *Google Earth Pro*.

Por sua vez, a figura 26 revela que atualmente a área escolhida foi destinada à pequena produção de legumes e verduras, quando antes era ocupada pela cultura canavieira, aparentando constituir uma espécie de nó entre o conjunto Benedito Cavalcante, o Residencial Imburi e as cidades de Atalaia, São Miguel dos Campos e adjacências. Por sua vez, a figura 27 W e X mostra a substituição da área antes ocupada pelo plantio da cana de açúcar pelas verduras e legumes, de uma forma mais nítida.

Figura 27 – Área de plantação canavieira em 2012 (Y) e Área do projeto Plantando o Futuro, 2019 (Z)



Fonte: (W) *Google Eart*. (X) DANTAS, T.C., 2018.

O domínio da cana de açúcar nessa região era tão forte que na figura 27, todas as áreas que margeiam a Rua Santa Rita e a Rua São Miguel dos Campos estavam tomadas pela aludida monocultura. O que vem acontecendo desde 2017 é um processo de especialização de uma área no tabuleiro costeira para produção alimentos. Um fenômeno novo no território pilarense. Deve-se destacar que até o primeiro trimestre de 2017, o processo era inverso. Ou seja, o sistema do latifúndio canavieiro subjugava a produção alimentar em vista das suas exigências – terra, água e, sobretudo, o mercado.

Ainda no que se refere a esta substituição, observa-se que se trata de um processo parcial, pois o latifúndio se mantém, junto ao sistema de arrendamento, os trabalhadores não têm direito a pose da terra, o que compromete a instituição da agricultura familiar, formando-se o que é chamado aqui de um grupo de trabalhadores periurbanos, conforme o que será visto no capítulo seguinte.

A redução da área da cana em Pilar também conduz à compreensão que cada fração do território pode mudar substancialmente, visto que “cada um dos seus compartimentos muda de forma brusca e, também, rapidamente perde uma parcela maior ou menor de sua identidade, em favor de formas de regulação estranhas ao sentido local da vida” (SANTOS, 2008, p.104). Portanto, a materialidade e a funcionalidade do território podem mudar em vista as intencionalidades dos agentes que comandam o território em suas diferentes escalas.

Os processos de diversificação e crescimento da produção alimentar em Pilar é uma realidade que vem acontecendo desde 2017. Entretanto, a compreensão desses processos requer maior atenção e detalhamento, sendo necessário analisar o seu contexto, o que é produzido, seus fluxos e os agentes que nortearam e norteiam a (re)organização do território.

Capítulo IV

A diversificação da produção alimentar local e o território interpretados para além das estatísticas

4. 1 O território, a diversificação da produção alimentar e as estatísticas

As mudanças que envolvem o território e a produção alimentar em Pilar são aqui analisadas através do seu padrão espacial. A Propósito do padrão espacial, afirma Santos (2012, p. 96) que “[...] cada padrão espacial não é apenas morfológico, mas, também, funcional. Em outras palavras, quando há mudança morfológica, junto aos novos objetos, criados para atender a novas funções, velhos objetos permanecem e mudam de função”. Logo, o aumento da produção alimentar e sua diversificação será encarado em vista da reorganização da estrutura espacial, buscando identificar e explicar as suas permanências e os novos sistemas de ações e objetos firmados localmente.

O crescimento da produção alimentar e sua diversificação local também está sendo entendido através da maior complexidade do território, em face ao adensamento de objetos técnicos deste seguimento produtivo. Em relação a maior complexidade do território, expressa Santos (2012, p. 222) que há uma especialização dos objetos, dotando o território de mobilidade geográfica “[...] como meios de produção, de circulação ou distribuição, aumentam a sua complexidade, e às vezes também o seu tamanho, e se tornam cada vez mais especializados, não-reversíveis, não-intercambiáveis [...]”. Tal afirmação leva em conta a institucionalização de novas estruturas produtivas fixadas no território, que estando em pleno funcionamento possibilitam maior circulação, comercialização e até aumento da sua área. Em Pilar, o estímulo à produção alimentar advém dos arrendamentos que utilizam a mão de obra dos trabalhadores periurbanos¹¹.

Nos dois últimos censos agropecuários, a estatística da produção alimentar pilarense vem crescendo. No censo de 2006 aparece apenas banana e cana-de-açúcar como às únicas lavouras permanentes e temporárias, de acordo com o quadro 11. Já o censo de 2017, revela um acréscimo significativo da produção nos dois tipos de lavoura, destacando ainda culturas como fava, feijão, amendoim, abóbora, mandioca, melancia, milho e abacaxi (quadro 11). Os quinze diferentes tipos de produtos agrícolas que aparecem a mais no quadro 11, se

¹¹ Aqui, compreende-se como trabalhadores periurbanos aqueles que não possuem o direito a posse da terra, não têm carteira de trabalho assinada, trabalham nas terras pertencentes ao altifundiário por um dado período do dia e, depois, retornam para suas casas. Em Pilar, esse trabalhador depende dos repasses do município para garantir o pagamento do arrendamento, podendo perder a qualquer momento o lote recebido, caso o município deixe de pagar pelo uso da terra. Diferente do trabalhador familiar que detém a posse da terra e produz com o envolvimento da família.

comparados aos dados de 2006 e 2017, levam a pensar em um conjunto de fatores que podem ter motivado a mudança quantitativa nos dados do censo no que concerne as lavouras.

Quadro 11 – Lavoura permanente e temporária de Pilar-AL em 2006 e 2017.

2006					
Temporária	QEA ¹²	QPT	Permanente	QEA	P
Cana-de-açúcar	24	420.279	Banana	9	22, 100 t
2017					
Temporária	QEA	QP (t)	Permanente	QEA	P
Cana-de-açúcar	32	261.783,264	Banana	9	22,100 t
Amendoim (com casca)	2	-	Coco-da-baía	7	20, 300(x1000) frutos
Abóbora, moranga, jerimum	13	4, 380	Jaca	1	-
Cana-de-açúcar forrageira	1	-	Manga	4	192, 600 t
Fava (grão)	9	0,589	Maracujá	2	-
Feijão (grão)	51	30, 674	Pimenta-do-reino	1	-
Feijão verde	1	-	-	-	-
Mandioca (aipim, macaxeira)	72	244, 037	-	-	-
Melancia	4	0, 798	-	-	-
Milho (grão)	1	-	-	-	-
Abacaxi	2	2, 496	-	-	-

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pilar/pesquisa/24/76693>

Aqui, os fatores identificados e que certamente explicam essa mudança, não apenas quantitativa, mas também qualitativa, presentes no censo agropecuário de 2017 em relação aos dados apresentados em 2006, são a efetivação do Programa Plantando o Futuro, no primeiro trimestre de 2017; a manutenção da produção dos trabalhadores rurais, acompanhados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilar e os questionamentos realizados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Pecuária, Pesca, Ciência e Tecnologia, junto aos técnicos e o coordenador regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre as culturas cultivadas, a quantidade, e o número de lavouras permanentes e temporárias. A citada secretaria questionou o porquê da baixa quantidade e diversidade cultivada no município. Era de conhecimento da mesma que a produção local se mostrava bem superior àquela apresentada pelo censo.

¹²As siglas propostas nesta tabela foram criadas para aproveitar mais o espaço de cada linha. Significam respectivamente: QEA (Quantidade de Estabelecimentos Agropecuários), QP (T) (Quantidade Produzida e a letra T significa tonelada) e P (Produção).

O quadro 11 mostra também a quantidade de estabelecimentos rurais¹³ por lavoura, quantidade produzida em toneladas (QPT) ou em frutos, com destaque á produção de cana, macaxeira e feijão, uma produção de 261.783,264t, 244,037t e 30,674t, respectivamente (em 2017).

As mudanças nos dados sobre as lavouras refletem também a quantidade de estabelecimentos agropecuários e suas áreas. O quadro 12 revela que a quantidade de estabelecimentos rurais passou de 39 em 2006 e para 145 em 2017, o que também contribuiu para o aumento da área ocupada por esses estabelecimentos, começando por 8.524 ha em 2006 e atingindo 11.628,431 ha em 2017.

O quantitativo de lavouras permanentes em estabelecimentos agropecuários cresceu, porém o crescimento maior é da lavoura temporária. A lavoura permanente ocupava 12 estabelecimentos e alcançou 26 no ano de 2017. A quantidade de estabelecimentos relacionados à lavoura temporária cresceu mais de quatro vezes em onze anos, passando de 24 para 111 estabelecimentos.

Quadro 12 – Lavouras temporárias e permanentes por estabelecimentos agropecuários de Pilar-AL em 2006 e 2017.

Lavouras/área plantada	2006	2017
Lavoura permanente em estabelecimentos agropecuários	12	26
Lavoura temporária em estabelecimentos agropecuários	24	111
Área plantada com forrageiras para corte e cultivos de flores	1	1

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pilar/pesquisa/24/76693?ano=2006>.

A comparação dos dados presentes nos quadros 11 e 12, ainda que preliminares, demonstram que o território pilarense vem passando por uma espécie de (re)arranjo, que reflete o crescimento da produção e a diversidade de alimentos produzidos, especialmente a região do tabuleiro costeiro.

Para explicar as mudanças presentes numa dada fração territorial, assinala Santos (1988, p. 26) que “o conjunto de trabalhos e atividades muda, assim como a visão do

¹³O Censo Agropecuário será realizado em todos os estabelecimentos agropecuários situados no território nacional. Este tipo de estabelecimento abrange toda unidade de produção ou exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e agrícolas. Independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de estar na área rural ou urbana, todo estabelecimento agropecuário tem como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família) (IBGE, 2017) Fonte: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/coleta-censo-agro-2017/estabelecimentos-censo-agro-2017.html>.

conjunto. O movimento das pessoas corresponde à etapa da produção que está se dando naquele momento”. Logo, a dinâmica do território muda com a inserção de novos objetos e o trabalho. A divisão do trabalho também é um dado importante para entender como o território vem sendo modificando, conforme será visto mais adiante.

As entrevistas realizadas junto aos feirantes, secretário municipal de agricultura, presidente do sindicato dos trabalhadores rurais e a diretora do programa municipal Plantando Futuro, possibilitaram a construção do quadro 13 (em anexo), que facilitou a identificação das localidades onde estão as lavouras permanentes e temporárias: Rua São Miguel dos Campos, Rua Gov. Mário Covas (Projeto Plantando o Futuro); pequenas plantações nas encostas e vales, imediações da Alameda 407, planície flúvio-lagunar, margens da laguna, BR-316, BR-101 e AL-101 (entre o Pólo Industrial Aprígio Vilela e a BR-316 conectada a Pilar); fazendas Pilarzinho, Lamarão e Flor da Paraíba.

As mudanças na dinâmica do território estão sendo encaradas como um reflexo do crescimento da sua complexidade e as relações dialéticas instituídas pelos agentes territoriais com o respaldo da técnica. As reflexões de Santos (2008, p. 98) indicam que “na realidade, o que cresce, se expande e se torna mais complexo e denso, não é apenas o comércio internacional, mas, também, o interno”. A dinâmica local, interna, também possui seu teor de complexidade e não está isenta das ações internacionais como foi destacado no capítulo 1 a propósito da redução da área plantada de cana e a ocupação dos conjuntos habitacionais. Em síntese, a análise do local também é complexa, uma vez que este não está desvincilhado do mundo, como também possui suas especificidades, que não podem ser ignoradas.

O primeiro fator que certamente explica a mudança da estatística na produção e diversificação das lavouras em Pilar, diz respeito à elaboração e desenvolvimento do “Programa Plantando o Futuro”, através da prefeitura municipal. O programa é constituído por 250 famílias, selecionadas com base na sua vulnerabilidade social, conforme o cadastramento realizado pela Secretaria de Assistência Social e a Secretária Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Pecuária, Pesca, Ciência e Tecnologia. Atualmente, a prefeitura municipal adquire 70% dos alimentos, segundo informou o secretário municipal de meio ambiente, agricultura, pecuária, pesca, ciência e tecnologia.

Esse Programa foi implantado na Chã de Pilar, em uma área de 135 ha arrendados. Nesse espaço, 71 ha (setenta e um hectares) foram demarcados, acomodando 250 famílias que

trabalham produzindo alimentos. O município garante a compra de parte da produção, podendo o excedente ser comercializado nas feiras locais e em outras localidades, segundo a vontade do trabalhador. O município arrendou parte da terra de um latifúndio canavieiro por 20 anos, a partir de 2017. O valor do arrendamento é de dez mil reais por mês, pago pela Prefeitura Municipal, segundo informação da Diretora de agricultura e Pecuária (2019) Considerando o terreno arrendado, pode-se pensar na possibilidade de ao término desse período, acontecer a extinção do projeto, caso não seja instituído um projeto de lei municipal que garanta a manutenção do projeto. Nas condições atuais, funciona até quando a prefeitura tiver interesse e direcionar-lhe os recursos necessários.

No que se refere às tomadas de decisões políticas, a técnica e o território, destaca Silveira (2012, p. 06), que “La acción política es, em definitiva, la que determina la combinación de técnicas en cada porcin del territorio”. Tal perspectiva leva a compreender que as decisões políticas podem modificar a combinação de técnicas em cada porção do território de forma definitiva ou não.

A necessidade de gerar emprego, gerar renda, para grande parte das pessoas em vulnerabilidade social em Pilar, estimulou a produção em terras arrendadas. Por outro lado, a produção vem resultando na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e se reflete na oferta da merenda escolar, segundo relata a diretora de agricultura e pecuária do município e também coordenadora do Plantando o Futuro:

A partir de 2017, ano que foi criado o programa Plantando o Futuro, houve um considerável aumento da produção. A necessidade de se dá renda, trabalho e uma boa alimentação levou a gestão a buscar mecanismos para mudar a realidade. Foi feita uma pesquisa e constatou-se que os alunos matriculados na rede municipal, tinham alto índice de evasão escolar, baixo desempenho. Na pesquisa o resultado levava ao caminho de se dar atenção a alimentação. Hoje depois de quase dois anos de programa a evasão diminuiu mais que 70% e o desempenho escolar aumentou consideravelmente. (2019).

Além da melhoria da qualidade da merenda escolar, abastecendo a Secretaria de Educação (e também o hospital), é importante observar que a diretora destaca a redução da evasão escolar, tornando assim, a escola atrativa, por garantir a refeição dos estudantes.

A maioria significativa dos trabalhadores do programa não experientes trabalhadores rurais, e que conforme afirmado anteriormente formavam um grupo em estado de vulnerabilidade social, cadastradas pela Secretaria de Assistência Social, podendo ser

agricultoras ou não. O cadastro está sendo usado para que o município possa ter um banco de dados sobre as famílias contempladas com a gleba, acompanhar as famílias, proporcionar acompanhamento técnico, doação dos insumos e acompanhar esses trabalhadores no cumprimento das normas, visto que podem perder o direito ao uso do lote. As famílias que perdem seus lotes são aquelas que não seguem as regras instituídas pela Secretária Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Pecuária, Pesca, Ciência e Tecnologia, conforme o secretário:

Então, aqui nesse programa nosso, não é comodato, renovado anualmente, senão produzir, durante um ano, vai para fora, não tem brincadeira de não produzir de não trabalhar. Há uma rotatividade, nesse caso muito grande. Por quê? Porque, se não produzir, o poder público tira realmente do lote. Se tiver bebendo no lote sai, se tiver com droga sai, se os filhos não tiverem na escola sai. Então, há uma rigorosidade nessa ação, essa é uma política pública que tem que ser implementada no Brasil. (2019).

O programa conta hoje com poços, técnicos agrícolas que fazem o acompanhamento, tratores, grade aradora, tanques de alvenaria para abastecimento d'água, sistema de irrigação, sistema de arrendamento, 135 hectares dividido em glebas de 2.000 m² e uma barracão nas proximidades da BR-316 para que os trabalhadores também possam vender os seus produtos.

Além de conseguir atender a demanda de alimentos das secretarias municipais, o Programa Plantando o Futuro permite atender as exigências de outro programa – o “Prato Cheio”. Esse programa tem um caráter nutricional, disponibilizando comida diariamente para aproximadamente 1.000 famílias. O Prato Cheio, atende famílias que recebem o Bolsa Família ou não, priorizando aquelas mais carentes, que recebem 2kg de sopa, 5 pães, canja e arroz doce diariamente (CADA MINUTO, 2018).

A propósito do estímulo à produção alimentar local, conforme Castro (2008, p. 292) “o que é necessário por parte dos poderes públicos é condicionar o desenvolvimento e orientá-lo para fins bem definidos, dos quais nenhum se sobrepõe ao da emancipação alimentar do povo”. Portanto, o estímulo à produção alimentar local deve ser estimulada pelo poder público, visando orientar o povo para fins bem definidos que levem a sua emancipação, desconcentrando o poder do latifúndio e permitindo que o trabalhador rural tenha a oportunidade de produzir.

O segundo fator está na manutenção e acompanhamento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilar junto aos sindicalizados. O quantitativo de trabalhadores rurais sindicalizados é de 120 pessoas que atuam diretamente na produção de alimentos, corte e

produção da cana. Esses trabalhadores contribuem cada um, a sua maneira, com o processo de aumento e diversificação da produção alimentar local, uma vez que plantam, consomem e comercializam seu excedente. Destaca o presidente do sindicato dos trabalhadores (2019) que “produziram mais alguma coisa, vindo dos agricultores, muitos deles têm um pedaço de terra, os agricultores familiares plantam para sustentar a família, alguns criam porcos e galinhas e residem no local”. Portanto, o crescimento e a diversificação da produção alimentar dos trabalhadores rurais também contribuiu para a mudança dos dados do censo.

O terceiro fator é mencionado quando o secretário e técnicos da secretaria levantam alguns questionamentos, em reunião com os técnicos e o coordenador regional do IBGE sobre a quantidade e diversidade da produção local. A equipe da secretaria contestou os dados publicados no censo (IBGE – 2017), alegando que só a quantidade e diversidade de alimentos produzidos pelos trabalhadores assentados no Plantando Futuro consegue ultrapassar os dados estatísticos do censo agropecuário, em lavouras permanentes e temporárias. De acordo com a Diretora de Agricultura e Pecuária, que também é Coordenadora do Programa Plantando o Futuro e técnica da Emater,

Uma vez no mês a equipe do IBGE, vem a secretária de agricultura do município, na ocasião é discutido sobre a produção local, essa produção já é sistematicamente preestabelecida todos os dias com a assistência técnica. Nos anos anteriores não havia o *Programa Plantando o Futuro* e não havia visitas a novos módulos de agricultura, só era feita o trivial copiar e colar informações. Só foi questionado a partir do momento em que ficamos sabendo das informações, em uma das reuniões anuais, feita pelo coordenador regional do IBGE na secretaria de agricultura, os novos dados apresentados foram atualizados na mesma hora. Fizemos uma pesquisa informal e coletamos dados sobre agricultura familiar. As informações do município foram passadas pelo secretário de agricultura e pela diretoria técnica de agricultura e pecuária. As informações antigas estavam obsoletas, questionamos a sua atualização, por estarmos no dia a dia vendo a realidade tendo contato com a população e por estar à frente do programa *Plantando o Futuro* como coordenadora. É notória a evidência de outros tipos de plantação. Toda semana damos a garantia de compra dos produtos da agricultura familiar pela prefeitura. As famílias têm cadastro e neles é alimentado com as informações de quantidades e valores. (2019).

A falta, ou carência de dados sobre a produção alimentar local, se dá conforme a mesma, em função do não comprometimento de antigas gestões para investigar os novos núcleos produtivos em Pilar. As contribuições da secretaria são importantes para que os dados da produção não sejam equivocados como aconteceu com os números do IBGE. A diretora também destaca que na mesma reunião, ao alertar sobre o equívoco em relação a quantidade e a diversidade da produção local, o coordenador regional e seus técnicos alteraram rapidamente as informações em suas tabelas. A equipe da Secretaria do Meio Ambiente

também pôde destacar nesta reunião que os dados da produção alimentar local eram apenas copiados e colados em novas tabelas há alguns anos.

Estes três fatores aqui apontados, provocaram mudanças quantitativas e qualitativas nas estatísticas da produção nas lavouras locais, conforme se pode ver no quadro 11. Conseqüentemente percebe-se o aumento do consumo da produção alimentar local através do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sabendo que o trabalhador rural garantirá a venda de parte da produção.

Ademais, esses mesmos fatores, considerados responsáveis pela mudança da estatística no censo de 2017 (diversificação e aumento da produção local) poderiam ser considerados inválidos, porque se baseiam no questionamento da secretaria para com o IBGE, assim, o crescimento da produção e diversificação poderia ter acontecido bem antes deste momento. Entretanto, o secretário relata que houve o aumento da produção alimentar e diversificação em 2017, com a chegada do Plantando o Futuro, pois anteriormente, a pauta ligada a produção alimentar não tinha grande expressão no município. Ele considera que esse crescimento da produção alimentar local e a diversificação aconteceu em vista do acréscimo do número de refeições oferecidas nas escolas, a merenda, e o Programa Prato Cheio. Acrescenta o referido secretário:

Claro que houve a diversificação, um dos maiores exemplos é nas escolas. [...] Nós conseguimos, por conta da merenda escolar, da alface, do coentro, das verduras, do nabo, ele faz agora uma refeição verde nas escolas antes dos meninos irem embora, acrescentou mais um prato por conta da produção do Plantando o Futuro, então essa diversificação que ocorreu é exatamente nisso, nesse ganho, porque o programa é voltado para alimentar a merenda escolar e as crianças e o Prato Cheio começou com 250 sopas, hoje já estamos dando 1.000 e vamos a partir do próximo mês de maio vamos passar a dar 5.000 refeições dia as pessoas menos favorecidas de Pilar, ela recebe 2 kg de sopa, com cinco pães, então a família de Pilar serão alimentadas quem não tem Bolsa Família, quem não tem isso, quem está abaixo da linha da pobreza. (2019).

O Secretário credita, assim, o processo de mudança ao Programa Plantando o Futuro. Além de concordar com ele, acrescenta-se aqui mais dois fatores citados anteriormente mencionados. O secretário atesta no decorrer de sua narrativa que a diversificação da produção alimentar pode ser percebida com o aumento das refeições oferecidas na merenda e no Projeto Prato Cheio. Segundo ele, na escola é ofertada uma “refeição verde”, correspondendo ao acréscimo de mais uma refeição no cotidiano escolar das crianças e

adolescentes matriculados nas escolas municipais antes de irem para casa, contendo alface, coentro, verduras e nabo. Alimentos que não fazem parte da dieta regular em suas casas. Outro reflexo do aumento da produção e diversificação, conforme o secretário, encontra-se no Programa Prato Cheio. A pretensão do município é de aumentar a oferta até março de 2019 para 5.000 refeições. De acordo com o secretário, as famílias participantes do Programa Prato Cheio também são devidamente selecionadas pela Secretaria de Assistência Social.

Os usos do território ligados a produção alimentar local vêm sendo normados pelo sistema produtivo instituído pelos trabalhadores sindicalizados (trabalhadores familiares e produtores de cana) e a produção em arrendamentos, mantendo o sistema de latifúndio; resultando um sistema de regulação. Concordando com Antas Jr. (2005, p. 55) em relação ao sistema de regulação, funcionando como em uma frequência constante de processos “[...] numa frequência normal. É esse âmbito que podemos observar a íntima relação entre as formas geográficas e as normas: geram, por meio de alguns mecanismos de controle peculiares a cada uma delas, o que denomina usualmente regulação”. Logo, a produção local vem se desenvolvendo em antigos partidos de cana por arrendamento pelos trabalhadores rurais, o que gera um sistema de regulação, sem conseguir superar a concentração de terra e dependência do trabalhador rural em relação aqueles que detém poder e o dinheiro para investir em tecnologia e insumos. O espaço onde a produção alimentar é acomodada vem sendo regulado pelo município e os donos do latifúndio, utilizando a mão de obra local para estimular a produção nas lavouras.

4.2 A manutenção do sistema de latifúndio e algumas relações de trabalho compreendidas no arranjo alimentar

A análise do território deve contemplar as relações de trabalho, seu conteúdo técnico e indagar quem são os agentes que comandam ou impõem valor ao recorte investigado num dado período. Para Silveira (2012, p. 217) “as diversas formas de trabalhar têm que ser inseridas num contexto, que é a divisão territorial do trabalho da formação socioespacial. [...] o conteúdo técnico [...] do lugar, quem comanda e quem impõe os parâmetros de valor”. A autora deixa claro a necessidade de compreender as relações de trabalho e como elas se dão, deixando evidente quem são aqueles que detêm o comando, isto é, os agentes detentores dos

meios de produção que normam e regulam o território. Entende-se que esse caminho possa desvelar a dinâmica territorial. Aqui, especificamente, tendo como foco a produção alimentar.

O território pilarense traz consigo as marcas do sistema clássico da *plantation*. Os grandes latifúndios com a produção voltada à exportação. O sistema de latifúndio implantado a partir do século XVI, com a casa grande, a senzala, o pelourinho, o trabalhador escravo e as vastas áreas de terra nas mãos de um nobre, vem passando por um conjunto de transformações no decorrer dos anos. No segundo decênio do século XXI o domínio das terras permanece nas mãos dos usineiros, plantadores de cana e uma tímida pecuária, não obstante a redução da área ocupada pela cana. A monocultura se esvai e a concentração da terra permanece. Segundo Diéguas Junior (2017, p. 135-136) “na realidade, a concentração da terra dificulta a existência de pequenos proprietários. Ao trabalhador, não é possível transformar-se em proprietário; cada dia mais, cresce seu distanciamento da posse do solo”. Esta afirmação permite entender que o sistema de latifúndio possibilita ao dono da terra continuar auferindo grande lucratividade e impede que o pequeno trabalhador rural possa prosperar economicamente, por não possuir os meios necessários, destacando a terra.

A concentração das terras pilarenses em mãos de uma minoria pode ser constatada quando se analisa a quantidade e área dos seus imóveis: minifúndios, pequena, média e grande propriedade. A leitura dos quadros 3, 11 e 14, elaborados a partir de dados fornecidos pelo Instituto Nacional da Reforma Agrária – INCRA e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE sobre o registro de imóveis entre 2004 e 2017, revela que a soma das médias e grandes propriedades estão bem além das pequenas propriedades e minifúndios.

Quadro 14 – Quantidade de minifúndios, pequena propriedade, média propriedade e grande propriedade em Pilar-AL presentes no Sistema Nacional de Cadastramento Rural do INCRA entre 2004 e 2018

Minifúndios(imóveis com área inferior a um módulo fiscal)	Pequena Propriedade (imóveis com área compreendida entre um e quatro módulos fiscais)	Média Propriedade (imóveis com área compreendida entre quatro e quinze módulos fiscais)	Grande Propriedade (imóveis com área superior a quinze módulos fiscais)
Não existe	34 imóveis - 489, 5230 ha	15 imóveis - 1.484,55, 25 ha	03 Imóveis - 1.030,8252 ha
Total de imóveis	52		

Fone: <https://sn-cr.serpro.gov.br/sn-cr-web/private/pages/consultarDeclaracao.jsf?windowId=142>. Os dados foram conseguidos através a ouvidoria geralportaria 1143/p/sede/incra,documento 1880309. Dados solicitados via e-Sic (Sistema de Informação Cidadã).

No quadro 14 constata-se também que o minifúndio é inexistente 0; pequena propriedade 34, média propriedade 15 e grande propriedade 3, totalizando 52 imóveis¹⁴. A grande propriedade supera a área da pequena propriedade, predominando a média propriedade. A grande propriedade, tendo apenas 03 imóveis, aproxima-se da quantidade em hectares da média propriedade e supera as demais. Há uma diferença em hectares entre a média e a grande propriedade de 453, 4248 hectares, compreendendo-se que a grande propriedade concentra mais terras em Pilar em vista de sua quantidade de imóveis, seguida da média propriedade. Ressalte-se que os dados sobre o número de imóveis e sua área foram coletados através do processo nº 00077.001422/2018-46, da Ouvidoria Geral do INCRA, contando com o documento encaminhado pela mesma, e representado aqui pelo quadro 15 (em anexo).

Os valores em hectares da média e grande propriedade ultrapassam a área total da pequena propriedade e minifúndios juntos. Essa informação leva a entender que o latifúndio se mantém em Pilar como já afirmado, mesmo havendo a redução da produção de cana. Afinal, a terra continua concentrada no que o INCRA intitula como grande e média propriedade. A concentração da terra é atribuída à produção de açúcar, porque concentra terra e poder. A propósito, afirma Diégues Junior (2012, p.135-136) que “é como açúcar criou o latifúndio, este impede imperialmente o aparecimento da pequena propriedade, de sítios ou de chácaras. De modo que predominou sempre o colonato, o trabalhador sem apego à terra, nela não se fixando”. Assim, para a realidade pilarense, a cana fez desaparecer sítios e chácaras com sua expansão. Atualmente, além da cana como permanência, há também a construção de conjuntos habitacionais e loteamentos que impactam, cada um a sua maneira na dinâmica do território e na manutenção da concentração das terras.

O latifúndio canavieiro não estimula a diversificação da produção alimentar local, resultando na concentração de grandes áreas de terra nas mãos de poucos. Provoca a contaminação do solo e aquífero através do uso demasiado de agrotóxico e a má gestão dos resíduos e mais, não vem gerando uma quantidade satisfatória de empregos, em face a mecanização cada vez mais presente no setor. Enfim, a cana tem trazido muitos malefícios,

¹⁴ Em relação ao tamanho da área, os imóveis rurais são classificados em: minifúndio – imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal; pequena propriedade – o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; média propriedade – imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; grande Propriedade – imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais. A classificação é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e leva em consideração o módulo fiscal (e não apenas a metragem), que varia conforme o tamanho do município. Fonte: <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>

reforçando o pensamento de Andrade (1979, p. 10) ao afirmar que a estrutura agrária concentradora “continuou a permitir que os proprietários mantivessem o sistema de ocupação extensiva do solo e que, ao trabalhador agrícola, restassem poucas alternativas de emprego e uma quase impossibilidade de acesso a propriedade da terra”.

Observa-se que a manutenção do latifúndio em Pilar vem gerando o estímulo a algumas relações de trabalho como o arrendamento, comodatos, e o pagamento do uso da terra através da produção do trabalhador. Observa-se que a manutenção do latifúndio em Pilar vem gerando o estímulo a algumas relações de trabalho como o arrendamento, comodatos, e o pagamento do uso da terra através da produção do trabalhador. A permanência do latifúndio torna necessária a efetivação de intervenções que sejam capazes de (re)organizar a dinâmica da economia local, proporcionando maior fluidez, melhor qualidade de vida para seus moradores. Contando com a participação ativa dos diferentes agentes territoriais, diferente do homem massa aludido por Ortega y Gasset (1927, p. 116). Para esse autor, “numa boa ordenação das coisas públicas, a massa é aquilo que não atua por si mesma, influenciada, representada, organizada – até para deixar de ser massa, ou pelo menos aspirar a isso”. (ORTEGA Y GASSET, 1927, p. 116). Tal citação leva a pensar que os homens devem ter consciência do mundo e seus atos, o que pode dificultar ou anular a manipulação das massas, contrariando a falta de organização e autonomia.

A monocultura canavieira concentra os meios de produção importantes para que a policultura se realize, assim, os usos do território ficam cada vez mais restritos ao latifundiário, conforme destaca o secretário municipal de meio ambiente na sua entrevista

A monocultura da cana ela boa para o usineiro. Ela é muito... É... Deixa eu usar um termo não muito agressivo. Ela é muito prejudicial à população, porque são grandes latifúndios que produz cana onde só poucos recebem. [...] Então, a cana de açúcar não contribui no Pilar para que seja a expansão da produção familiar. Claro que não, os fazendeiros de cana têm seus interesses pessoais, seus interesses, lógico! É saudável, e correto! Quem tem sua propriedade produz o que quer e não quer que ninguém invada, ela tá lá produzindo e estão tirando o lucro dela e trabalhando na terra tanto, quanto qualquer outro agricultor só que o diferencial que esses produtores, esses que produz cana, têm um poder aquisitivo melhor. Então, com isso, tem mais tecnologia, tem água, tem adubo, tem isso. (2019).

Os grandes produtores de cana e usineiros de Pilar detêm as melhores terras, adubo, água, arado, tratores, enfim... Um conjunto de sistemas técnico-científico e informacionais que os auxiliam antes, durante e depois do processo de produção. Auxiliados pelos resultados das pesquisas realizadas e produção das variadas espécies de cana elaboradas em laboratório,

adaptadas ao solo, pragas, clima da região tabular alagoana, beneficiamento e comercialização. Com os pequenos trabalhadores rurais acontece o inverso.

A narrativa do secretário também destaca que para o latifundiário é “saudável” produzir seguindo o sistema de latifúndio. Entretanto, a monocultura apenas engrandece os negócios ligados ao sistema *plantation* em detrimento da substituição da produção alimentar, esfacela as possibilidades de estimular novos empreendimentos de médio e pequeno porte, em vista da manutenção do poder das empresas rurais concentradoras, levando em conta o exclusivismo agrícola da cana. Consequentemente, a agricultura familiar é prejudicada, e com ela, a população pilarense e parte da economia local.

Segundo Ziegler (2013, p. 113) a “cana é a maldição do pobre – suas plantações impedem os cultivos de víveres.” Os cultivos de víveres, conforme o autor, referindo-se a produção alimentar, não se desenvolverá com o latifúndio canavieiro, porque mantém suas relações no período por ele analisado. Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilar (STRP), quando indagado sobre a manutenção do latifúndio canavieiro e a relação que mantém com a produção alimentar local, destaca:

[...] não ajuda, mas muitas vezes fazem plantações de feijão antes de gradear a terra e doam toda a produção para o pessoal, a população, não tem lugar certo. Alugavam-se caminhões para trazer o feijão ensacado, isso quando a Usina Roçadinho moía, hoje não tem porque plantaram a cana. No final do ano passado teve plantação de feijão. (2019).

Com efeito, a substituição da área plantada de cana por feijão foi encontrado nos texto de Andrade (2010, p.105) deixando claro que “algumas experiências vem sendo feitas com o plantio do feijão, no período que os canaviais estão em crescimento, mas seu cultivo é mais utilizado visando à melhoria das condições do solo do que para fins comerciais”. Na verdade, a substituição não está relacionada ao estímulo da produção alimentar local, apesar de alguns latifundiários, distribuírem o feijão colhido para comunidade. A real intenção do latifundiário em plantar feijão e outras leguminosas está em aumentar a concentração de hidrogênio e matéria orgânica no solo, conforme apontado por Andrade (2010), diante da retirada constante desta substância causada pela cana. Tal situação só reafirma as intencionalidades do latifundiário, preocupado em atingir suas metas e gerar lucro, cada vez mais.

Em Pilar, a área plantada de cana vem diminuindo, o que gera a (re)organização das relações de trabalho. A redefinição ou reorganização das atividades produtivas de acordo com

Ianni (2004, p.42) “induziu uma reformulação da composição das forças produtivas, composição essa na qual a força de trabalho também foi redefinida”. Portanto, a redefinição das atividades produtivas em um dado espaço permite a redistribuição e até reorganização das relações de trabalho e o território.

A divisão do trabalho hegemônico gera uma hierarquia, e conforme Silveira (2012, p.12) “la división territorial el trabajo hegemónica se realiza em um uso jerárquico, em el cual las posibilidades técnicas del período son utilizados sólo por pocos actores”. Nessa perspectiva, a divisão do trabalho, o fenômeno técnico e a hierarquia da divisão do trabalho acontecem de forma orientada e integrada permitindo entender a dinâmica do território.

As visitas ao campo e as entrevistas realizadas com secretário municipal de agricultura, o presidente do STRP e a diretora do Plantando o Futuro, possibilitaram que fossem apreendidas algumas relações de trabalho percebidas no processo de produção das lavouras em Pilar. Entretanto, essas tipologias serão expostas de forma breve, uma vez que suas descrições não se atrelam ao objetivo da presente pesquisa, mas expressam os usos do território. As tipologias identificadas foram: (a) trabalhador que paga o uso da terra com a produção, (b) trabalhador da terra arrendada, (c) trabalhador familiar e (d) trabalhador fornecedor de cana. Tais tipologias refletem, conforme ressaltado, como o território vem sendo usado para a produção local de alimentos.

É importante destacar que no primeiro caso acima citado, o trabalhador não detém a posse a terra, entrando em acordo com o dono do latifúndio, da fazenda, do sítio ou chácara que poderá plantar nas terras do “patrão”, colhendo e comercializando parte do excedente, visto que uma parte tem que ser direcionada ao pagamento do uso do lote. De acordo com o secretário municipal de meio ambiente,

[...] 14 agricultores produzindo macaxeira, produzindo feijão de corda, isso há 15 anos já, há muito tempo [...] eles, [...] pagam com produção não tem dinheiro, não tem documento, eles usam a terra, durante a produção, sai, aí voltam [...] outro problema terrível para quem sede área para que as pessoas possam produzir. A legislação ainda não é muito fidelização para que o proprietário que tem questão social [...] as pessoas produzem, tira seu sustento e [...] paga em produção, cinco quilos de macaxeira, quatro quilos de feijão, porque para ele ter o compromisso de cumprir [...] e não dizer que é dono da terra. (2019).

O proprietário autoriza o uso da terra para o trabalhador durante um tempo para que ele garanta sua produção. O secretário lembra também que o trabalhador não deve utilizar o lote por muitos anos, porque o proprietário poderá sofrer algum tipo de sansão jurídica, pois

legalmente não pode acomodar um trabalhador produzindo em suas terras, sem assinar sua carteira de trabalho.

A relação renda-trabalho através da produção no latifúndio arrendado, conforme Ianni (2004, p. 169), representa “o pagamento de renda-trabalho (para o qual é essencial a alta concentração da propriedade da terra) é, no entanto, apenas um protótipo das relações do latifúndio”. Logo, a relação renda-trabalho, efetuando-se o pagamento do uso da terra com a produção existe para manter a concentração da propriedade.

Por sua vez, o trabalhador da terra arrendada, sendo o arrendamento financiado ou não pelo município, assim como aquele trabalhador que paga o uso da terra com a produção, são típicos exemplos da manutenção do sistema de latifúndio. Entretanto, o trabalhador que trabalha na terra arrendada, constitui uma relação de trabalho estimulada em Pilar através das políticas locais voltadas ao estímulo à produção alimentar local, via o “Programa Plantando o Futuro”.

O sistema de arrendamento da terra é realizado através de um acordo firmado pelo município com um latifundiário identificado pela equipe da Secretaria de Meio Ambiente como Zé Duarte, atingindo o valor de R\$10.000,00. O que leva a pensar na descontinuidade do programa se o município deixar de pagar o arrendamento. Pois, os trabalhadores cadastrados pela Secretaria Municipal de Assistência Social não conseguiriam pagar tal quantia pelo que conseguem produzir atualmente, não obstante o acompanhamento por uma equipe técnica e a comercialização do que produzem. Para a diretora do Plantando o Futuro,

O acompanhamento é feito através de conversas com o intuito de solucionar dúvidas de plantação. Não, são pessoas em vulnerabilidade social. 135 hectares. Totalmente, as famílias estão sendo empoderadas, ganharam auto estima, renda e trabalho. Arrendada. A prefeitura arca com o pagamento. Os donos são Zé Duarte. Valor 10 mil mês por 5 anos. Zé Duarte é o dono da terra onde se encontra o programa. (2019).

Pode-se observar nas palavras da diretora que as famílias estão sendo empoderadas. Elas são acompanhadas, como já foi mencionado, através de conversas para solucionar algumas dúvidas sobre o processo de produção, seja do plantio ou comercialização; divisão dos lotes e acesso e uso de alguns insumos. O acompanhamento junto aos trabalhadores da terra arrendada é necessário, porque muitos são agricultores inexperientes e foram selecionadas em função do estado de vulnerabilidade social em que se encontravam. O uso da

terra arrendada foi uma forma encontrada pelos gestores municipais para que essas famílias pudessem plantar, colher, comercializar e ter renda, acordando em vender parte de sua produção para o município e o excedente onde desejar. Conforme o secretário municipal de meio ambiente,

O senhor pode comprovar já no local, nós não segregamos que o agricultor não pode vender, ele pode vender, ele tem um compromisso de 40% do que ele produz ser vendido para nós, aí nós colhemos na segunda-feira, esse produto, e ele recebe numa conta bancária, ele tirou um cartão de crédito, nós tiramos um cartão de crédito para ele, e ele recebe nessa conta o dinheiro depositado da produção que ele vendeu na segunda-feira. No excedente, ele colhe na sexta e no sábado, ele pode pegar a produção dele e ir vender nas feiras livres, só a título de exemplo, eu compro um alface a ele a R\$0,50, porque eu dou o alface, a água, a semente, a água, a energia, eu dou todos os insumos, ele só faz cuidar. Ele me vende nesse preço de R\$0,50 que é para a merenda escolar, para o Prato Cheio, para o Hospital. E o que ocorre, ele no sábado e domingo ele vai para a feira livre, ele vende o próprio alface por R\$2,00. Então, eles começaram a ter uma nova visão do empreendedorismo do que é, então, é uma nova fase dentro da vida deles. Então, a importância da produção alimentar local, pra mim, é essa, que eu explanei para você. (2019).

O trabalhador periurbano da terra arrendada, especificamente aquele que usa um lote disponibilizado pelo Plantando o Futuro, revende para o município parte de sua produção por um preço bem mais baixo do que é cobrado no mercado local, isso acontece, porque o município arca com o arrendamento, acompanhamento técnico, acesso a água e alguns insumos. Entretanto, é importante observar que “o sistema de arrendamento, verdadeira sobrevivência do feudalismo europeu e da época de servidão dos tempos coloniais, prolongou no país os processos de semi-escravidão, tolhendo a liberdade de ação do trabalhador [...]”. (CASTRO, 1951, p.131).

O trabalhador familiar apareceu em uma das falas do presidente do STRP, que o caracterizou como aquele que possui uma propriedade, tem ajuda da família durante o processo de produção dos alimentos, reside na terra, parte da sua produção pode ser utilizada para o consumo da família e outra parte comercializada nas feiras e outras localidades. Podendo ser também trocada com outro trabalhador. O que o diferencia do trabalhador periurbano das terras arrendadas, é especificamente a relação firmada entre posse e uso da terra e a possibilidade de poder comercializar e fazer circular toda a sua produção para onde desejar, em vista das possibilidades do mercado local-local e local-regional e vice-versa.

Já o trabalhador fornecedor de cana tem uma propriedade onde a usina fica responsável de plantar, adubar, irrigar e colher, sintetizando o produto para obtenção dos seus derivados. Esse trabalhador zela por sua propriedade e acerta o valor do que irá ganhar da

usina por cada tonelada de cana plantada. Destaca o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, na sua fala:

No município tem o agricultor familiar, aquele que não planta cana, cria galinha, porco e até planta com a ajuda da família junto, residindo na terra. Também tem o pequeno proprietário, um pequeno fornecedor, a usina planta em suas terras, limpa, colhe e moí, ai o pequeno proprietário vai saber quanto ai ganhar por cada tonelada moída. Produziram mais alguma coisa, vindo dos agricultores, muitos deles tem um pedaço de terra, os agricultores familiares plantam para sustentar a família, alguns criam porcos e galinhas e residem no local. (2019).

Ele faz referência aos 120 trabalhadores sindicalizados sem mensurar quantos se enquadram em cada uma das tipologias que aponta, seja o trabalhador rural familiar ou o fornecedor de cana. Nas áreas onde o trabalhador rural ocupa, além da produção de hortaliças e verduras, criam-se também porcos e galinhas.

O pagamento do uso da terra através da produção e os arrendamentos que se mantiveram em Pilar, expressam a manutenção e regulação do sistema de latifúndio. A regulação do território no dizer de Antas Jr. (2001, p.61) se deu por existir “a regulação social e territorial, quer nos parecer, é efetivamente exercida pelas instâncias que detêm poder de fato e não apenas um poder declarado”. No caso, os agentes que mantêm sua hegemonia no território serão esses em que regulam a sua dinâmica.

O trabalhador rural, o pequeno produtor, que se dedica à produção de cana não aparece em grande quantidade na Zona da Mata Alagoana, porque de acordo com Heredia (1988, p. 189) “[...] outros pequenos produtores passaram a se dedicar ao cultivo da cana na suas propriedades. Na verdade, não são todos que detêm condições de fazer isso, pois esse cultivo exige uma certa extensão de terra”. Assim, as condições para estimular a constituição de minifúndios na mata alagoana ainda é um impasse diante do uso e manutenção do sistema de latifúndio.

4.3 A importância da produção local e sua fluidez

A produção alimentar local, diferente da monocultura, permite que o trabalhador rural possa produzir e fazer circular suas mercadorias, contribuindo para o dinamismo econômico local. Ele poderá comprar as sementes, empregar mão de obra local, envolver a família nesse

processo, vender seus produtos em feiras, além de comprar outros nos diferentes espaços comerciais. Portanto, a garantia do uso da terra, lhe permite desenvolver um sistema produtivo mais dinâmico e favorecer o comércio local-regional.

Portanto, ao dispor dos meios de produção necessários para produzir, o trabalhador rural poderá utilizar de suas diferentes técnicas, combinações e os meios de produção para auferir trabalho e renda. A combinação de diferentes técnicas em um dado lugar significa, de acordo com Santos (1988, p. 30), “em cada momento histórico, possibilidade local de acumulação ou desacumulação do capital em virtude da rentabilidade diferencial devida aos modos de produção concretos”.

A produção alimentar local não é aqui apreendida como um fenômeno que acaba no roçado do trabalhador periurbano ou familiar, através de uma escala local-local. Na verdade, tal produção vai além dessa escala. Perceba-se que o trabalhador rural ao deter os meios de produção necessários para alavancar, ou não, a produção, pode conquistar espaço no mercado local-local ou regional-local e vice-versa, de maneira que possa ter acesso a maiores insumos, técnicas e tecnologias. Um dos resultados dessa dinâmica pode ser percebido na diversificação, aumento da quantidade e qualidade da alimentação daqueles que produzem o alimento, comercializam e consomem. O estímulo à produção local também permite a valorização do trabalhador local, da sua família, da sua gente e da economia regional.

As grandes produções brasileiras estão voltadas ao mercado externo. É o caso da soja, cana, milho, algodão, café, dentre outros. O esforço em direcionar recursos para essas *commodities* é notório nas manchetes de jornais com valores elevados, além da “vista grossa” ao desmatamento causado pela expansão das fronteiras agrícolas nas áreas de Cerrados, Pantanal e Floresta Amazônica. O panorama constituído no Brasil em vista a produção alimentar volta-se a empresarialização dessa economia. Nesse sentido, destaca Andrade (1985, p. 58) que “no setor agrícola observou-se uma política de empresarialização e de estímulo ao desenvolvimento das culturas de exportação – caso da soja é mais característico – em detrimento a produção alimentar”. A empresarialização, seguindo a ideia do autor, consiste no estímulo as monoculturas de exportação para atender os desígnios do capital estrangeiro, especificamente das grandes empresas do setor que se alojam nos lugares e geralmente desconsideram todas as suas especificidades sociais para atender o objetivo, que é simplesmente lucrar.

A empresarialização vem se tornando cada vez mais intensa no mundo desde a segunda metade do século XX. Após a II Guerra Mundial é imposta uma geopolítica global mais perversa. Mais adiante, com o fim da Guerra Fria e a bipolarização do mundo, os fluxos da economia capitalista tomam uma dimensão planetária, a informação passa a circular com maior velocidade, atravessando grandes fios de fibra ótica em segundos. As empresas se instalam em locais muito além dos seus países de origem. Os lugares já não estão mais desconectados uns dos outros, o que permite constatar que os fluxos econômicos, sociais e políticos de um dado lugar não possuem neutralidade em relação a outros, alhures, diante dessa nova e acelerada dinâmica.

A globalização e o estado atual do sistema de capital, geralmente dinamizam os lugares para que se ajustem aos desígnios da economia internacional, pois segundo Santos (1988, p. 32) “nas condições da economia atual, é praticamente inexistente um lugar em que toda a produção local seja localmente consumida ou, vice-versa, em que todo o consumo local é provido por uma produção local”. Assim, não raramente, o fluxo da economia local é ofuscado, podendo ser desarranjado e reorganizado para atender a fluidez internacional.

Ainda sobre o processo de globalização, reitera Sabato (2008, p. 39) que “quando a multiplicidade de culturas relativiza os valores e a “globalização” esmaga com seu poder, impondo uma arrogante uniformidade, o ser humano, em seu desconcerto, perde o senso dos valores e de si mesmo e já não sabe em quem ou em que acreditar”. Na verdade, o processo de globalização comumente “abafa” a multiplicidade cultural ou social dos lugares para valorar costumes e o fluxo da economia internacional.

Acredita-se que mesmo com o fluxo do grande capital internacional, o incremento e manutenção da produção alimentar local seja possível, de modo a poder atender o mercado regional-local e vice-versa. Basta observar os fluxos das mercadorias que chegam nas feiras livres de Pilar.

O estímulo à produção local, além de possibilitar que o trabalhador cultive seu alimento, pode evitar a emigração para outras lugares em busca de emprego, como acontece em Alagoas, no Nordeste e em outras partes do país. A possibilidade de produzir e vender seu excedente instiga os locais a fixar-se no local, uma vez que terá onde trabalhar. Podem ainda fazer girar a economia, comprando os alimentos que não produzem em suas terras e equipamentos que os ajudem no seu trabalho cotidiano.

Segundo Benko (2001, p. 17) “as perspectivas de criação de riquezas estão relacionadas às capacidades dos grupos quanto à organização e à elaboração de processos originais de emergência de recursos”. Tal perspectiva abre uma discussão importante em relação ao papel da iniciativa comunitária, dos locais, iniciativa privada e gestores municipais, trazendo a responsabilidade da gestão do território para todos esses agentes. As tomadas de decisão entre eles são fundamentais na geração de renda e valoração das especificidades do local, abarcando a produção alimentar e sua integração com o mercado regional.

Destaque-se que a produção local não está sendo, aqui, encarada como um processo isolado, haja vista, ser a mesma, complexa e possuir suas especificidades em cada lugar. Ademais, a valoração da produção local, também permite ao trabalhador movimentar a economia do campo, pois a cidade não está desvincilhada do campo e nem o campo da cidade. A relação entre esses espaços é dialética, em meio ao movimento do mundo, a ponto de ser necessário pensar a cidade, o campo e suas relações com o mundo de forma combinada.

As considerações do secretário municipal de meio ambiente e agricultura levantam alguns pontos sobre a importância da produção local e o estímulo à fixação do trabalhador rural onde ele vive, bem como os efeitos dessa produção no comércio local.

Vamos pontuar em algumas ações, primeiro, a produção local, nós estamos erradicando o homem que estaria indo para Maceió, nos estamos conseguindo botar ele no campo e ele continuar na própria “cidade”. Estamos dando condição dele se alimentar, dando condição dele poder ter renda e nós estamos com isso mudando os indicadores sociais. Porque, na hora que você se alimenta, na hora que você tem alimentação, você tem comida, você passa a ter uma saúde melhor, então isso é uma cadeia produtiva de produção tanto no lado pessoal e social, quanto no lado físico, humano. Então, o ser humano está tendo ocupação, ele tem a obrigação dos filhos deles tem que estar na escola e tem que estar na escola, para que ele tenha o lote no Plantando o Futuro, ele tem que trabalhar, ele tem que produzir, ele tem que plantar, regar, colher. Então é uma ação que requer muita disposição nossa, se não fosse a forma como o prefeito vislumbra isso junto conosco nos não estaríamos nisso. É um programa cheio de desafios ainda, nos estamos criança, estamos com um ano e seis meses, mas nesse um ano e seis meses, o resultado já é patente, claro. Mudamos a vida, as pessoas não tinham moto, tem moto, tem carro, é um programa aberto! O senhor pode sair daqui agora, depois da entrevista e subir lá e ver e conversar com qualquer agricultor, a senhora pode comprar já no local, nos não segregamos que o agricultor não pode vender. (2019).

Sobre a “visão empreendedora” destacada pelo secretário, isto é, o trabalhador estabelecendo o preço do alimento pelo o que conhece do mercado, seja a venda direta para o município, feiras locais, supermercados e outros lugares comerciais, isso não ocorre. Na verdade, a definição do preço da mercadoria não está nas mãos do trabalhador periurbano e familiar, quem vem definindo o preço é o município, uma vez que compra e taxa os valores

dos alimentos que servirão para abastecer as secretarias e escolas, e também o mercado, considerando a oferta e a procura dos alimentos. A definição do preço final de uma mercadoria não resulta da vontade do trabalhador, mas de um conjunto de variáveis ligadas a um sistema de produção, circulação, comercialização e consumo.

A importância da produção local também é enfatizada pela diretora do programa municipal, trazendo a experiência do programa Plantando o Futuro. Ademais, a diretora de agricultura e pecuária ressalta a condição de vulnerabilidade social das pessoas envolvidas no programa e a possibilidade que têm de sair desta condição. Acrescenta o secretário municipal de meio ambiente e agricultura:

Hoje são atendidos 250 famílias, diretamente e mais de 1.000 indiretamente, sendo que o excedente é vendido, para a prefeitura. O município tem ainda a produção em quintais na comunidade. Além de um grande PROGRAMA de produção Alimentar que é o programa o PLANTANDO O FUTURO, existe programas da sopa, onde são distribuídos todos os dias sopas para a população mais carente, com a produção comprada e produzida dentro do município. Se foram cadastradas 250 pessoas e na constituinte familiar há 5 membros, soma-se e multiplicam-se. Elas ajudam nos serviços diários da roça, onde plantam, adubam, irrigam, colhem. Há vários terrenos, ociosos no município, onde já é cultural de se utilizar e destinar para plantações. É produzido raízes, leguminosas, forragens, hortaliças. A produção é destinada para feiras livres, alimentação familiar. O acompanhamento é feito através de conversas com o intuito de solucionar dúvidas de plantação. (2019).

A Secretaria de Educação compra as mercadorias dos trabalhadores rurais através do recurso repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – (PNAE), uma política pública enraizada em âmbito nacional desde o ano de 2009, exigindo que 30% dos recursos gastos com a merenda escolar sejam destinados à aquisição dos produtos advindos da agricultura familiar. Os trabalhadores periurbanos que fazem parte do programa ainda não estão organizados em cooperativa e não possui o direito da posse da terra, assim, a equipe da secretaria do meio ambiente trabalha em parceria com uma cooperativa para averiguar os alimentos que serão comprados através do PNAE, conforme destaca o secretário:

A cooperativa pode participar do PAA, a cooperativa pode participar do PNAE, a cooperativa pode participar de licitações para que possa a merenda naqueles 30% que é obrigado por lei do outros municípios entregar frutas, verduras e hortaliças e tubérculos e... Todas outras produções que possam ser entregues a cooperativa pode fazer isso, a cooperativa tem financiamento para montar galpões para que a gente possa beneficiar os produtos fazendo compotas de pimenta, compotas de nabo e por aí vai... Então, a cooperativa eu acho uma solução de mostrar que o programa vai dar certo e uma forma de beneficiar os cooperados. (2019).

O município demonstra interesse de mobilizar os trabalhadores rurais de Pilar, mas até o momento nada se concretizou. A cooperativa pode participar do PAA, concorrer a editais e licitações que darão mais lucratividade para os trabalhadores, podendo montar galpões e adquirirem mais insumos que venham a estimular a produção local, segundo a diretora.

O PAA¹⁵ é um programa do Governo Federal que garante recurso para que os municípios possam comprar alimentos da agricultura familiar, podendo também ser doados as entidades que trabalhem com pessoas em estado de insegurança alimentar. Possibilita a compra dispensando processos licitatórios, cabendo também investir um limite de até R\$ 3,5 mil por família. Já o PNAE¹⁶, também programa do governo Federal, repassa os recursos para alimentação escolar para os 200 dias letivos da educação básica, em creches, pré-escolas, escolas indígenas e quilombolas, ensino fundamental e médio, educação de jovens e adultos e ensino integral¹⁷. Além do repasse financeiro feito pelo PNAE, esse programa, também pode oferecer ações de educação alimentar. Todos os repasses financeiros são voltados à alimentação escolar e fiscalizados pelos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público. A norma que dá obrigatoriedade ao município para comprar no mínimo 30% do valor repassado pelo PNAE dos agricultores familiares corresponde à lei nº11. 974, de 16/06/2009.

A manutenção do sistema agrário concentrador é uma realidade em Pilar, sendo encarada como um processo muito comum pelos agentes que constituem o território. Tal processo mantém as terras nas mãos de alguns grupos e famílias, conforme o quadro 3 em anexo. Sobre a circulação da informação, explica Souza (2017, p. 25) que “é necessário para quem domina e quer continuar dominando, se apropriar da produção de idéias para interpretar e justificar tudo o que acontece no mundo de acordo com seus interesses”. Assim a dispersão de novas possibilidades de desenvolvimento voltadas à construção de uma realidade em que o latifundiário não seja o principal agente de acumulação de capital não se mostra para ela

¹⁵ Definição retirada do site correspondente ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/programas-projetos/seguranca-alimentar-e-nutricional-1/programa-de-aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar-paa>.

¹⁶ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Definição retirada do site correspondente disponível em: <https://www.fn.de.gov.br/programas/pnae>.

¹⁷ Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino: Creches: R\$ 1,07; Pré-escola: R\$ 0,53; Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64; Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36; Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32; Ensino integral: R\$ 1,07; Programa de Fomento e às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00. Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53. As informações sobre os valores discriminados anteriormente estão disponíveis em: <https://www.fn.de.gov.br/programas/pnae>.

interessante e emergencial. Pois, o mais importante é a manutenção e da sua posição perante a sociedade de classe.

As ações que inibiram ou inibem a produção alimentar em Pilar também foram destacadas pelo presidente do sindicato dos trabalhadores rurais e o secretário de meio ambiente e agricultura. Segundo eles, algumas ações impactaram de forma negativa a produção alimentar local entre 2004 e 2019, em função da monocultura canavieira e da ocupação dos conjuntos habitacionais onde havia sítios, chácaras, roçados de macaxeira, jaca, inhame, banana etc. Afirma o secretário:

A gente vive isso e várias áreas urbanas aqui que foram realmente invadidas pela expansão imobiliária. Olha! Os conjuntos habitacionais eles vieram para áreas mais distantes da cidade. [...] Então, houve realmente uma ação nós conjuntos habitacionais que precisa o olhar político nosso tá todo voltado, nos estamos fazendo cinco escolas dentro desses conjuntos habitacionais, estamos fazendo cinco creches dentro dos conjuntos habitacionais, o município está vocacionado exatamente para inibir um mal maior que são essas crianças que estão fora da sala de aula e vão para as drogas. [...] Olha! Aqui em cima desse platô Seu Cícero Marroque produzia macaxeira, banana, produzia tudo. Hoje, você se entrar nessa saída do Pilar, nessa parte superior desse platô é só casa. É um exemplo clássico disso. É... O [...] sítio, aqui na praça das graças era um sítio de jaca, hoje só tem casa, produção de jaca. Eu quando eu era criança tirava de produção 30.000 mil jacas por mês, no meu sítio, eu sempre vivi da agricultura então eu tinha essa vocação garoto, criança, era um sítio que produzia jaca, hoje é casas, fizeram loteamento pela expansão imobiliária. [...] na Avenida Octacílio Cavalcanti 8 ha [...] um comodato com os agricultores. (2019).

O referido secretário concorda que os conjuntos habitacionais impactaram a produção alimentar local, destruindo a produção de jaca em alguns sítios, banana, macaxeira e outros.

Os agentes que chegam de outras localidades, em geral, desconsideram as especificidades de cada lugar para agilizar a fluidez de suas produções, impor sua lógica. No dizer de Santos (2012, p. 253-254) “na medida em que os atores recém chegados tragam consigo condições para impor perturbações, o acontecer em uma dada fração do território passa a obedecer a uma lógica extra-local, com uma quebra às vezes profunda dos nexos locais”. Nessa perspectiva as empresas que ocupam um conjunto de lugares, fração do território, utilizam-se dos recursos naturais e humanos para fazer girar as engrenagens da economia. Utilizando-se das fatias da escala do mercado local e de outras escalas para angariar recursos, desconstroem as relações econômicas tradicionais desenvolvidas pelas comunidades, abarcando parte do mercado local e destruindo ou utilizando demasiadamente seus recursos naturais. As possibilidades que o lugar teria para gerar riqueza.

Atualmente, a produção alimentar em terras arrendadas, levando em conta a conjuntura municipal, observa-se que as relações de produção provocam uma sensação de insegurança ao trabalhador que aluga uma gleba ou é contemplado por algum programa governamental. Na verdade, não há garantia a médio e longo prazo para o trabalhador periurbano, pois com o fim do arrendamento, poderá significar o fim da produção. Outro aspecto a ser destacado em relação a garantia dos arrendamentos a esse trabalhador, diz respeito as oscilações do mercado sobre o preço do açúcar e os derivados da cana. Outrossim, pode-se pensar que a atual conjuntura do mercado, marcada pela carência de incentivos ao setor, e a migração de capitais para o Centro-Sul, que vem provocando o fechamento das usinas, pode ser uma realidade momentânea, à medida em que o mercado sucroalcooleiro pode voltar a crescer no estado.

Nesse sentido, as terras arrendadas poderão ser reavidas pelos proprietários, afim de aproveitarem uma nova “boa maré” do mercado. Mesmo sendo uma situação hipotética, tal realidade já foi vivida após a II Guerra Mundial, por alguns municípios da Zona da Mata de Pernambuco, conforme mostra Manuel Correia de Andrade

A crise do açúcar e a conseqüente baixa dos preços fizeram com que muitos senhores-de-engenho encerrassem suas atividades industriais. Quando próximos a estes banguês de “fogo morto” havia usinas, eles se tornaram fornecedores; quando, porém, não havia eles costumavam dividir os engenhos em pequenos sítios e alugar a foreiros. Municípios como Vitória de Santo Antão, Amaraji, e Bonito em Pernambuco apresentavam muitos aforamentos. Estes engenhos, divididos em grande número de pequenos estabelecimentos, logo se tornaram famosos pelo abastecimento das cidades que, em crescimento contínuo, consumiam a produção dos mesmos e davam margem ao desenvolvimento de uma pequena classe média no campo. Mas, a conclusão da Guerra 1939-45 trouxe a valorização do açúcar, que passou a ter boa colocação no mercado externo; as usinas, modernizadas, tratam de expandir suas áreas de influência e muitos dos senhores-de-engenho que viviam de “foro” na cidade resolveram voltar a atividade agrícola ou encontraram maiores ofertas de renda para suas propriedades por parte das usinas. Trataram então de expulsar os foreiros, às vezes indenizados, as benfeitorias e outros sem lhes dar indenização alguma, apenas alguns meses para colher a lavoura temporária. Também ocorreu o caso dos foreiros permanecessem nas suas posses, chamadas localmente de “sítio”, com a condição de que destruíssem os pomares, colhessem as lavouras e as tornassem plantadores de cana (ANDRADE, 2011, p. 126).

A reflexão do autor é um alerta àqueles que produzem nas terras aforadas, terras onde o uso é pago com um tipo de pensão para aluguel de um imóvel que acomodam ou acomodavam a monocultura canavieira e a estrutura agrária permanece concentrada.

A necessidade de se repensar o sistema agrário pilarense é fortalecida em vista da forte permanência do sistema de latifúndio canavieiro, conforme o quadro 14 e 3 (em anexo), que

destaca a quantidade de imóveis rurais por pessoa física e empresa. Ainda nesse quadro, pode-se constatar que aproximadamente 20 sobrenomes e algumas poucas empresas concentram as terras pilarenses – Lages, Costa, Moreira, Nemézio, Serafim, e as empresas Usina Terra Nova, Usina CAETE, Participações e empreendimentos LTDA e Usina Triunfo.

Portanto, os sistemas de arrendamento nos latifúndios canavieiros causam na economia local-regional uma fortíssima dependência da economia agrícola local ao mercado da cana e seus derivados. Além disso, mantém a condição dos trabalhadores periurbanos, sem o direito da posse da terra e a possibilidade de desenvolverem sistemas produtivos com maior autonomia. Daí a importância de uma divisão dos latifúndios com vista a garantir da posse da terra a esses trabalhadores, visando a manutenção da agricultura de víveres, inibida pela monocultura canvieira e as suas exigências, visando o mercado.

Acredita-se que uma reforma agrária amenizaria a desigualdade socioeconômica entre os trabalhadores, encorajando-os a produzir e fixar-se no campo. O acesso ao crédito rural, acompanhamento técnico-científico dos futuros trabalhadores familiares, a constituição de cooperativas, empresas rurais ou associações, complementaria esse processo. Portanto, indo além de uma simples divisão de terras e criando condições sociais, econômicas e políticas para que o trabalhador da terra possa fortalecer seu sistema produtivo, da plantação, ao beneficiamento e comercialização; para que assim, possam também dinamizar a economia local-regional ou vice-versa.

Atualmente, a concentração de terra e a queda do preço do açúcar em Pilar, se assemelham ao caso pernambucano mostrado Andrade (2011). Contudo, outros aspectos não apontados, a exemplo do arrendamento que é realizado sobre um antigo latifúndio monocultor canvieiro e contribuiu para uma melhora qualitativa da alimentação, especificamente dos estudantes que consomem a merenda escolar e os beneficiados do Programa Prato Cheio.

Compreende-se que a produção alimentar nos arrendamentos vem possibilitando a geração de trabalho para as famílias em estado de vulnerabilidade social no período correspondente ao arrendamento. Mesmo assim, a forma como o território é usado pode nutrir um sentimento de insegurança nos trabalhadores pelo tempo determinado para que a produção possa ocorrer, frente também às oscilações de mercado no mundo da globalização¹⁸.

¹⁸ O processo de globalização vigente apresenta-se como um grande momento do capital, com a conquista de novos mercados e fluidez da produção que asseguram relações lucrativas. Nesse contexto, reaviva-se a ideia de “progresso” em que todas as forças do capital servirão para alavancar a economia, ignorando as questões sociais, fundamentais à manutenção da vida humana. A propósito, aponta Arendt (2016, p. 47) que “não apenas o

Falando sobre a produção local, o presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais lembra que a construção dos conjuntos habitacionais impactou essa produção ao destacar que “...onde tinha plantação de lavoura, foi retirada da terra para construção de casas como vemos lá até hoje”. Para ele, a atividade canavieira também impactou a produção local, a um período de tempo muito além do que está aqui sendo investigado, comparando alguns dos momentos que trabalhou junto ao seu pai na roça, quando ainda criança, e com a chegada da cana. A terra da Fazenda Grajaú de Baixo foi gradeada, resultando no fim da produção alimentar, conforme se observa a seguir.

No Lamarão e na Fazenda Camurupim ainda planta, mas no Grajaú de Baixo gradearam tudo e agora acabou. Antes ia com o meu pai plantar a roça dele, plantava melancia, banana, macaxeira, e tinha muita banana, mas era a produção da fazenda que as vezes apareciam pessoas que roubavam a bananas. Na época não tinha a Fazenda Terra Nova. O dono da fazenda era o Dr. Antônio Moreira. Houve uma separação de famílias para lá, o dono morreu e a terra foi arrendada para Usina, gradeando a terra e até o milho que existia para poder plantar cana. (2019).

O arrendamento trouxe consigo a divisão em grandes lotes que serviram para acomodar a monocultura, processo mencionado pelo presidente usando a expressão “gradearam a terra”. Outro ponto que contribuiu para o arrendamento foi a morte do Dr. Antônio Moreira, o dono da fazenda. A sua família entrou impetrou um processo judicial de divisão dos seus bens, instituindo o arrendamento.

As Fazendas Camurupim e Lamarão continuam produzindo, o que não acontece na Grajaú de Baixo, segundo afirmação do presidente do sindicato dos trabalhadores rurais. O fim da produção alimentar nessa fazenda, conforme ele, resulta do arrendamento feito pela Usina Terra Nova para plantação de cana de açúcar, homogeneizando o território. Antes do arrendamento, a fazenda produzia banana, macaxeira e melancia.

O poder homogeneizador da cana geralmente “varre” as formas anteriores de produção. A padronização dos lugares é explicada por Santos (2008, p. 102) levando em conta o dinheiro como um grande regulador, o processo “[...] homogeneizador agrava heterogeneidades e aprofunda as dependências. É assim que ele contribui para quebrar a solidariedade nacional, criando ou aumentando as fraturas sociais e territoriais e ameaçando a unidade nacional”. Assim a padronização dos lugares, visando atender as necessidades do

progresso da ciência deixou de coincidir com o progresso da humanidade [...], mas também poderia disseminar o fim da humanidade, tanto quanto o progresso ulterior da especialização pode levar a destruição de tudo o que antes a tornaria válida”. O “progresso”, na verdade, a busca do lucro voraz, desvirtua as ideias que possibilitariam a manutenção e construção dos valores necessários à vida, em prol do capital.

mercado, pode levar a exaustão do uso dos recursos naturais e submeter à população a um sistema de regulação, onde o trabalhador estará cada vez mais distante de explorar as possibilidades de auferir riquezas. Pois, eles são cada vez mais desapropriados dos meios necessários para alavancar ou apenas produzir, sem a dependência do latifundiário.

O processo de regulação do território envolve a divisão do trabalho e seus usos. Segundo Antas Jr. (2005, p. 54), os “indivíduos, grupos e/ou populações têm seus comportamentos submetidos a enquadramentos geradores de resultados “socialmente desejáveis”. A forma como o território é usado possui uma intencionalidade advinda daqueles que detém a propriedade dos meios de produção, seja o Estado ou os empresários. Talvez os dois, de forma combinada. A ação premeditada apenas para gerar lucro, desconsidera as singularidades presentes e necessárias ao desenvolvimento da vida, da cultura e das artes. Antes de efetivar algum tipo de intervenção no território, deve-se considerar o processo dialético que irá desencadear, visando contemplar todos os seus agentes. Em outras palavras, deve-se estudar a dinâmica do espaço e planejar as intervenções levando em conta as especificidades dos lugares.

Estimular de forma planejada as políticas voltadas às áreas de assistência social com caráter produtivo é defendido por Carvalho (2016, p.137) ao afirmar que “em Alagoas, a política de crescimento econômico poderá vincular-se aos extraordinários recursos que chegam, via transferência de renda, às políticas permanentes nas áreas sociais e as intervenções de caráter produtivo”. Assim as grandes transferências de recursos federais de caráter social é uma possibilidade de financiamento, segundo o autor, a fim de impulsionar a economia regional. Considere-se, ademais, que a produção alimentar pode ser uma das alternativas para a economia alagoana que está vivendo a queda da área plantada de cana e investimentos públicos no setor.

Os projetos e programas sociais devidamente planejados são muito importantes para desenvolver a economia alagoana devendo-se encaminhá-los para um sistema de regulação que segundo Antas Jr. (2001, p. 218) permita a constituição de uma ‘regulação emancipatória’ “[...] posto que as decisões partem necessariamente de um consenso mais amplo, porque nesse processo é maior o número de agentes implicados com as necessidades prementes do lugar”. Logo, as intervenções realizadas para dinamizar o território em vista da geração de emprego e renda devem ser planejadas e focadas na emancipação daqueles que estão em condição de vulnerabilidade social e não desenvolver novas centralizações.

Capítulo V

A feira livre como locus de aprendizagem: os fluxos da produção alimentar e o território

5.1 Os fluxos da produção alimentar e a feira livre

Os fluxos da produção alimentar que chegam à feira livre da Chã em Pilar, representam um dado importante para entendermos sua dinâmica territorial. A feira, além de carregar um valor simbólico e cultural, compõe uma fração da economia local em suas diferentes escalas.

A importância dada aos fluxos da produção em suas diferentes escalas, é concebida em Santos (2008, p. 268) através do, “próprio padrão geográfico, que é definido pela circulação, já que esta, mais numerosas, mais densa, mais extensa, detém o comando das mudanças de valor no espaço”. O que nos leva a entender que a dinâmica dos fluxos, suas intensidades e extensão representam o “padrão geográfico”, que consiste no arranjo dos sistemas técnicos e ações humanas que configuram os lugares.

Em Pilar, os fluxos econômicos analisados estão presentes em duas feiras livres, uma delas, situada na Chã de Pilar e a outra situada na planície fluvio-lagunar. A feira da planície foi selecionada em função do grande comércio de farinha e outros produtos que acontecia no início do século passado. Tal comércio recebia parte das mercadorias trazidas em lombos de burros e escravos, advindos do interior de Alagoas. Isso acontecia, quando os transportes lacustres alcançavam às margens da laguna Manguaba. Atualmente, essa feira funciona apenas aos domingos, a circulação econômica já não é intensa, em vista do fim do papel regional de Pilar, como entreposto comercial ou espaço de transbordo.

A outra feira mencionada, chamada pelos locais de “feira da Chã”, funciona todos os sábados, com a circulação de várias mercadorias, atendendo aos setores alimentícios, eletroeletrônicos, cama, mesa, banho etc. Nela, existe também a “feira da troca” em que os locais e interessados negociam carros, motos, bicicletas, fogões, geladeiras, colares, anéis, dentre outros objetos.

A análise dos fluxos, além de identificar os produtos comercializado nas feiras, revela também os processos de produção e escoamento deles. Além disso, a sobreposição da produção global em relação à local e local-regional, conforme Santos (2008, p. 268) “[...] no processo global da produção, a circulação prevalece sobre a produção propriamente dita, os fluxos se tornam mais importantes ainda para a explicação de uma determinada situação”. Desta forma, a análise dos fluxos promovem a compreensão em suas diferentes escalas (local-local, local-regional e local-global e vice-versa).

A multiplicidade de mercadorias e fluxos existentes nas feiras citadas é um fato, porém o foco está sendo dado a uma delas, destacando a região da Rua do Mercado e adjacências. Nesse local, encontra-se a maior parte dos alimentos, a conhecida “Feira da Chã”. Essa feira foi selecionada por sua dimensão, quantidade e diversificação de suas mercadorias em comparação a outra situada na planície fluvio-lagunar.

A origem dos alimentos foi constatada na feira analisada por meio de entrevistas junto aos feirantes. A aquisição dos dados de cotações da CEASA (Centrais Estaduais de Abastecimento) datados de 08 e 15 de janeiro de 2019 e encontram-se nos anexos.

Em princípio foi realizado um conjunto de entrevistas juntamente aos feirantes, setenta e cinco no total. Essas entrevistas permitiram saber também se os mesmos produzem os alimentos comercializados. Eles foram abordados em suas barracas, enquanto trabalhavam. Além dos feirantes, foram entrevistados o secretário de meio ambiente, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a diretora do Programa Plantando o Futuro e um técnico da CEASA, sendo reportadas mais adiante.

Ao analisar as entrevistas realizadas com os feirantes foi constatado que a maioria (cinquenta e seis) está na faixa etária entre 19 e 59 anos; seguida daqueles que estão acima de 60 anos (treze) e entre 0 a 18 anos (seis), conforme o quadro 15.

Quadro 15 – Faixas de idade em relação aos feirantes em Chã de Pilar – 2018.

Faixa de idade dos feirantes	Idade
0 – 18	6
19 – 59	56
Acima de 60	13
Total de feirantes	75

Fonte: Coletados durante a pesquisa em campo.

Organização: DANTAS, T.C., 2018.

Um aspecto a ser observado diz respeito aos idosos que continuam trabalhando na feira. Justificam a continuidade de sua atividade, porquê recebem apenas um salário mínimo, e esse valor não é suficiente para manter suas necessidades –a exemplo de saúde e alimentação. Assim continuam trabalhando aos sábados, complementando a renda familiar.

A maior parte das pessoas entrevistadas são do gênero masculino conforme o quadro 16. Os dados levantados permitem dizer que a maioria dos feirantes entrevistados são homens entre dezoito e cinquenta e nove anos, tendo a maior quantidade de mulheres também na

mesma faixa etária. Esses trabalhadores são responsáveis em organizar as mercadorias nas barracas, vendê-las e mantê-las higienizadas. Além disso, devem zelar pelo espaço que utilizam, trabalhando em equipe com a Secretaria de infraestrutura ligada a Prefeitura Municipal.

Em Pilar, a feira começa ser organizada na quinta-feira, com a chegada das barracas e limpeza do local. As atividades dos feirantes iniciam antes do sábado, de maneira que nesse dia devem estar em suas barracas antes das seis horas da manhã, alcançando às 17 horas, aproximadamente.

Quadro 16 – Quantidade de feirantes por gênero – 2018.

Gênero	Quantidade
Masculino	41
Feminino	34
Total	75

Fonte: Coletados durante a pesquisa em campo.
Organização: DANTAS, T.C., 2018.

A maioria dos feirantes são pilarenses (57), porém as entrevistas levaram a saber que muitos deles vão “dar feira” (expressão por eles ao designar o deslocamento de sua casa para outro município onde venderão seus produtos) em outras localidades, a exemplo de Atalaia (9), Viçosa (1), Chã Preta (2), Maribondo (1), Arapiraca (2), Palmeira dos Índios (1) e União dos Palmares (2), como pode ser visto no quadro 17.

Quadro 17 – Cidades onde os feirantes moram – 2018.

Cidade	Quantidade
1.Pilar	57
2.Atalaia	9
3.Viçosa	1
4.Chã Preta	2
5.Maribondo	1
6.Arapiraca	2
7.Palmeira dos Índios	1
8.União dos Palmares	2
Total	75

Fonte: Coletados durante a pesquisa em campo.
Organização: DANTAS, T.C., 2018.

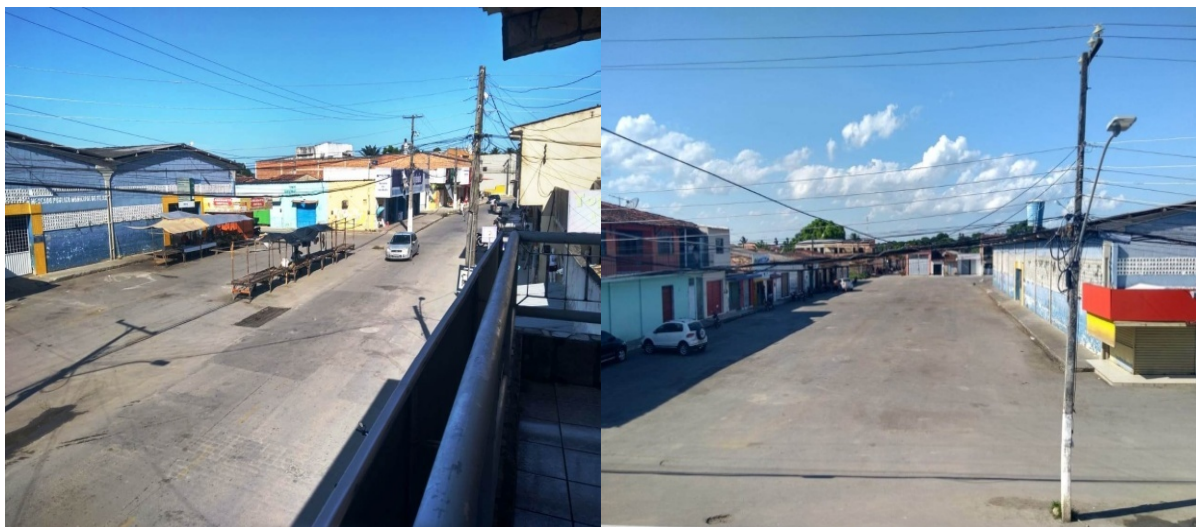
O processo de constituição da feira vem sendo percebido em sua complexidade socioeconômica, de maneira que para ser constituída é necessário um conjunto de sistemas de ações e objetos que vão além da escala local. Em Pilar, além das pessoas que montam as

barracas, conta-se também com as Secretarias de Urbanismo e Infraestrutura, (limpeza e controle do tráfego de veículos); os donos das barracas (que pagam pelo aluguel do espaço), os motoristas de caminhões e veículos menores, que levam as mercadorias, mesmo que alguns feirantes tragam parte das mercadorias; e aqueles que aguardam os caminhões chegarem para abastecer as barracas.

Logo, a feira está sendo encarada como uma dimensão do território, seguindo seu contexto socioespacial, possuindo uma história e processos que envolvem seus agentes. Nesse sentido, ressalta Santos (2013, p.105) que “[...] o espaço como conjunto contraditório, formado por uma configuração territorial e por relações de produção, relações sociais; e, finalmente, o que vai presidir à reflexão de hoje, o espaço formado por um sistema de objetos e um sistema de ações”. As considerações do autor só reafirmam a necessidade de entender o mundo levando em conta os objetos, ações, suas intencionalidades, contextos e tempo. Assim, a feira está inserida no espaço e, portanto, deve ser analisada seguindo sua complexidade social.

A localidade onde a “Feira da Chã” acontece semanalmente localiza-se entre a Rua Nossa Senhora das Graças, Rua do Mercado e o encontro da Rua da Paz com a Travessa Nossa Senhora das Graças, nas proximidades de uma antiga drogaria conhecida pelos pilarenses como “Farmácia Verde”. As paisagens dessas ruas mudam bastante com a chegada das mercadorias, compradores e feirantes, conforme as figuras 28 e 29.

Figura 28 – Rua do Mercado a direita e a esquerda a Rua Nossa Sr(a) das Graças na segunda-feira



Fonte: DANTAS, T. C., 2019

As conversas dos comerciantes e compradores desconstroem a passagem constante de carros nas vias que foram ocupadas; as bicicletas cruzam as ruas, junto aos carros de mão que são alugados para levar os grandes volumes de compras das senhoras que vão as compras. Nesse meio tempo, os gritos dos feirantes propagando com um tom bem forte suas mercadorias: “olha o tomate! Mulher bonita não paga, mas também não leva!” e /ou “Fiado aqui, só amanhã! Só amanhã!”. Propagandas que se repetem não só na “Feira da Chã em Pilar”, mas também em diversas feiras livres, constituindo parte do seu simbolismo e identidade.

Algumas das mudanças na paisagem cultural da feira apontadas acima estão presentes nas figuras 27 e 28. As figuras retratam as barracas da feira, ocupadas por diversas mercadorias e as ruas que a compõem, como já ressaltado.

Figura 29 - Rua do Mercado a direita e a esquerda a Rua Nossa Sr(a) das Graças no sábado.



Fonte: DANTAS, T. C., 2019.

As lonas das barracas, em azul, cinza, branco, laranja e vermelho quebram o cinza escuro do asfalto, junto aos alimentos, condimentos e outras mercadorias, conforme as figuras 28 e 29. O Mercado Público Municipal também aparece nas figuras, abrindo suas portas para comercialização de carnes e cereais. A figura 29 também mostra algumas demarcações onde os barraqueiros vão ocupar cada localidade da feira de forma ordenada, percebendo também que toda a área é asfaltada é plana, facilitando o traslado dos seus agentes e mercadorias.

A análise das entrevistas leva a entender que as mercadorias comercializadas na feira analisada, vêm de inúmeras localidades alagoanas, de outros estados e países, focando no

setor alimentício. Constatou-se que as origens dos alimentos da “Feira da Chã” seguem três escalas geográficas distintas: local-local; local-regional e local-global ou vice-versa.

A feira corresponde, a sua maneira, ao mundo; assim para entendê-la deve ser analisada como um recorte da composição espacial. Ao se referir à composição do espaço, assevera Santos (2012, p. 276) que “[...] os objetos existentes não são todos perfeitos e os objetos perfeitos não são distribuídos de forma homogênea no planeta; e as normas não são todas universais nem o seu alcance geográfico é igual. A informação também se dá segundo diferentes escalas”. Assim, o menor recorte espacial está integrado, a sua maneira, ao mundo recebendo influência direta dele, mas seus objetos não são distribuídos perfeitamente nos lugares, nem mesmo suas normas e alcance, como é o caso da feira analisada. Enfim, a feira é o resultado, principalmente, da necessidade da dinâmica local e local-regional, fundada para dispersar mercadorias, estimular o comércio em suas diferentes escalas e abarca todo um simbolismo cultural. A análise do fluxo das mercadorias da “Feira da Chã” e ação dos seus agentes revelou diferentes escalas.

Comentando a procedência dos alimentos que chegam à feira livre, ressalta o secretário municipal de agricultura (2019), que “grande parte da produção das feiras livres vem da CEASA em Maceió, uma parte vem de Arapiraca e muitas verduras, também vem de Caruaru. E muitos agora, com o programa Plantando o Futuro”. Já o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (2019) afirma que esses alimentos “vêm à maioria, da CEASA e dos trabalhadores sindicalizados. O comerciante local compra lá para abastecer o mercado da feira livre. E também alguns agricultores do município revendem na cidade”. Percebe-se que as considerações do secretário e do presidente do sindicato são convergentes em relação a CEASA, mas desalinham-se em relação à produção local, quando destacam que advém do programa municipal ou dos trabalhadores sindicalizados, quando na verdade, atualmente, ambos contribuem, diferente do que acontecia em 2017.

Nesse sentido, as entrevistas junto aos feirantes permitiram a construção do quadro 18 em relação à origem dos alimentos que chegam à “Feira da Chã”, tendo o auxílio do software *Google Maps*. No *Google Maps* foram identificadas as quilometragens aproximadas sobre a distância de Pilar até as localidades mencionadas pelos feirantes, agentes selecionados para ajudar a identificar essa origem, uma vez que trabalham semanalmente com essas mercadorias. d

Quadro 18 – Diversidade de alimentos que chagam na feira da Chã em Pilar-AI e sua/Procedência – 2018

Origem dos alimentos	Até Pilar (km)	Alimentos e condimentos
1. Anadia/*Zona da Mata	72,3	Carne bovina
2. Arapiraca/*Agreste	130	Batata doce, inhame, alface, pimentão, coentro, batatinha, cenoura, chuchu, tomate, abobora, repolho, pepino, cebolinha, limão, pimenta de cheiro, berinjela, camarão, pescados salgados, feijão, abacaxi, maracujá, maxixe, quiabo e melancia.
3. Atalaia/*Zona da Mata	12,4	Coentro, alface, cebolinha e couve.
4. Bahia	904	Melancia, peixe, abobora, laranja, cebola, tomate, batatinha, chuchu, coentro, alface, pimentão, repolho, pepino, beterraba, abobora, banana.
5. Boca da Mata/*Zona da Mata	40,8	Coco.
6. Chile	5.840	Ameixa.
7. Limoeiro de Anadia/*Zona da Mata	85,7	Feijão, batata e macaxeira,
8. Maceió – (CEASA)/*Zona da Mata	40,1 ou 40,3	Abóbora, acerola, açúcar, alface, alho, arroz, bacalhau, banana, berinjela, batatinha, batata, beterraba, brócolis, calabresa, cebola, cenoura, charque, chuchu, couve, couve-flor, espinafre, feijão, frango, goiaba, laranja, limão, maracujá, mel, boldo, sal, melão, milho, ovo, pepino, pimenta de cheiro, pimentão, repolho, tempero, tomate, uva e ovo.
9. Marechal Deodoro/*Zona da Mata	35,5	Peixes, crustáceos e lingüiça.
10. Mata		
11. Maribondo/*Zona da Mata	53,3	Batata doce, inhame, mamão e laranja.
12. Paraíba	459	Manga.
13. Pernambuco	196	Banana, uva, manga, maçã, goiaba, mamão, morango, maracujá, acerola, laranja, ameixa e pêra
14. Pilar (Chã)/*Zona da Mata	0	Carne de frango, arroz e feijão (fazenda Santa fé), fava, peixe
15. Rio Grande do Sul	3.534	Pêra, peixe e maçã
16. Santa Luzia do Norte/*Zona da Mata	18,3	Não disseram o produto.
17. São Miguel/*Zona da Mata	38,6	Charque, carne e porco.
18. São Paulo	2.398	Laranja, Charque, salsicha, mortadela e lingüiça.
19. Satuba – (Mafrial)/*Zona da Mata	16,1	Carne de boi e carne de porco.
20. Mata		
21. Sergipe	264	Laranja e batata.
22. Taquarana/*Agreste	79,1	Farinha, feijão, abóbora, banana, laranja, batata, peixes, crustáceos (camarão) e lingüiça.
23. União dos Palmares/*Zona da Mata	75,3	Banana cumprida, limão, maracujá e abacaxi.
24. Viçosa/*Zona da Mata	56,1	Frango.
25. Mato Grosso do Sul	2.964	Inhame.
24.Não soube a procedência	–	Bisteca (Alagoas).
Total dos diferentes tipos de alimentos		67

Fonte: Coletados durante a pesquisa em campo.

Organização: DANTAS, T.C., 2018.

A pesquisa junto aos feirantes apontou 67 diferentes tipos de produtos comercializados na feira e 23 origens, conforme os quadros 18 acima e o 19 em anexo. Outras origens também

foram constatadas nos quadros 19 e 20, que mostram a cotação realizada pela CEASA¹⁹ em 08 e 15 de janeiro de 2019, também em anexo.

No quadro 18 aparecem alguns alimentos repetidos por localidades, ao comparar algumas cidades alagoanas e outros estados, como é o caso da batatinha e da abóbora, ambas produzidas ou transportadas de Maceió (CEASA) e Arapiraca. Essas repetições acontecem, porque um mesmo alimento pode ter duas procedências, a exemplo do pimentão (Bahia e Maceió), a batatinha (Arapiraca, Bahia e Maceió) e o feijão (Arapiraca, Limoeiro de Anadia, Maceió, Pilar e Taquarana).

Os 67 tipos de alimentos e condimentos elencados no quadro 18 chegam de 23 diferentes localidades. Parte deles, como feijão, abóbora, acerola, batata, galinha, carne e outros poderiam ser produzidas em terras pilarenses, considerando-se a boa qualidade do solo de massapé, clima tropical quente e úmido, acesso a água, através de poços, nascentes e laguna; grande regularidade de chuvas, áreas tabulares e fundos de vale. Outro ponto importante é a proximidade da capital alagoana, aproximadamente 37 km. Essa proximidade pode ser uma vantagem, pensando Maceió como um grande polo de consumo. Porém, o quadro 18 mostra o contrário, pois os maiores fluxos de alimentos vêm de Maceió (CEASA) e do município de Arapiraca, situado no Agreste alagoano, distante 103 km de Pilar. Logo, a proximidade com a capital não determina os possíveis ou potenciais processos produtivos e nem o consumo, mas aponta para um mercado considerável, diante do fluxo de alimentos que vêm de tão longe, levando em conta os dados coletados da CEASA e os demais que integram o quadro 18. Assim o fluxo alimentar em Pilar vem sendo mantido principalmente pelos fluxos socioeconômicos da capital alagoana e o seu conjunto de relações, juntamente com o município de Arapiraca.

Os fluxos exteriores são uma realidade de muitos dos municípios da Zona da Mata alagoana. A análise dos dados do quadro 18 levam a entender também que algumas localidades como Taquarana, mesmo estando a 111 km da capital e 79,1 km de Pilar, consegue produzir e comercializar farinha, feijão, abóbora, banana, laranja e batata na “Feira da Chã” e em, Maceió, inclusive na CEASA, além de outras localidades. A ênfase dada aos fluxos alimentares de Taquarana serve para entender que a circulação e aumento da produção

¹⁹ A título de esclarecimento, o sistema das CEASAs, foi desenvolvido na década de 1960 e instalado nas principais cidades do Brasil em 1970. Tais centrais funcionam como distribuidoras de mercadorias de origem hortifrutigranjeiras. Essa empresa é considerada de capital misto, podendo contratar seus trabalhadores através do regime CLT, vender aos compradores varejistas, possuindo um limite de quantidade mínima por mercadoria e sendo gerida pelo estado.

local não está relacionada apenas as características físicas locais, envolve também questões socioeconômicas e, sobretudo, política. Portanto, as condições naturais de um dado local não são os únicos dados importantes para analisar ou dar significado ao sistema produtivo. Deve-se também, atentar às questões sociais.

Sobre as escalas dos fluxos alimentares que chegam à “Feira da Chã”, observa-se a local-local, correspondendo aos alimentos cultivados em terras pilarenses; a local-regional, abarcando tanto os alimentos que vêm de outros municípios, quanto de outros estados; e a escala local-global que dizem respeito as mercadorias advindas de outros países e que alcançam as terras pilarenses, seguindo as narrativas dos feirantes, e mostrada nos quadros 18 a 20.

Na escala local-local, aparecem no quadro 18 às produções de carne, arroz e feijão, fava e peixe. Uma parte da produção de carnes chega das chácaras, sítios e fazendas do entorno da cidade. São animais abatidos na Mafrial²⁰, situado na cidade de Stuba, uma vez que em Pilar o matadouro municipal foi fechado pela Vigilância Sanitária²¹. Atualmente, o espaço do antigo matadouro pilarense foi ocupado pela Secretaria de Assistência Social. Já o peixe é procedente da laguna e criatórios. O feijão é oriundo de pequenos núcleos produtivos dentro e fora de Pilar. No caso do arroz, o presidente do sindicato e o secretário de agricultura entrevistados, afirmaram não haver produção local dessa cultura, devido à carência técnica e tecnológica, revelando um equívoco na narrativa dos feirantes.

A escala local-regional abarca municípios alagoanos e estados brasileiros presentes no quadro 18, contabilizando 13 municípios, 6 estado sendo 4 da região Nordeste (Pernambuco, Sergipe, Paraíba e Bahia), 1 do Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul) e 1 do Sudeste (São Paulo). Alguns desses fluxos também foram percebidos nos quadros 19 e 20 das cotações.

A escala local-global surgiu nesta análise ao questionar os feirantes de onde vinham os alimentos que comercializavam, e muitos responderam: “olha aqui no rótulo”, fazendo referência às informações da embalagem de alguns produtos. alguns dos alimentos comercializados vêm de outros países, como é o caso da ameixa de origem chilena e o alho, vindo da China, conforme uma das cotações em anexo.

²⁰Matadouro Frigorífico de Alagoas LTDA

²¹ Vide: <http://www.alagoas24horas.com.br/774315/mp-recomenda-interdicao-de-73-matadouros/>

Os dados coletados sobre os fluxos da origem dos alimentos comercializados na feira da Chã em Pilar não poderiam deixar de ser mapeados. Permitindo assim, uma visão mais ampla do movimento que essa reflete na dinâmica do território em suas diferentes escalas. O mapeamento dos fluxos e escalas local-regional e local-global ou vice-versa podem ser observados nas figuras 30 e 31.

Observe-se que nas figuras 30 e 31 não é percebido o fluxo local-local, uma vez que o quadro 18 apontam quais são os alimentos que chegam nessa escala, pois conforme as entrevistas não apresentaram grande expressividade nas feiras. Os fluxos nas escalas local-regional e local-global são destacados para que fiquem evidentes os processos que vão além da paisagem, como a influência da uma feira local no território alagoano. Mesmo sabendo que a “Feira da Chã” não tem grande expressão na região Nordeste, como por exemplo, a feira de Caruaru (PE). Mesmo assim, envolve um complexo de agentes, localidades, mercadorias e simbolismos para que seja realizada.

As setas presentes nas legendas dos mapas correspondentes as figuras 30 e 31, foram construídas para dar sentido aos fluxos, de modo que a ponta das setas representa o local de destino, a Feira da Chã (no tabuleiro costeiro) e a base sua origem, segundo as informações dos feirantes. A base da seta não indica o local específico onde o alimento foi produzido, apenas cidades, estados e países, uma vez que os feirantes desconhecem com exatidão a sua procedência. Além disso, as figuras 30 e 31 também localizam Pilar no território nacional, regional e estadual, em vista dos fluxos alimentares locais, regionais e internacionais. Outra característica que deve ser expressa sobre esses documentos cartográficos é que a “Feira da Chã” está marcada no mapa considerando a Rua do Mercado, mesmo sabendo que a mesma abarca várias outras ruas.

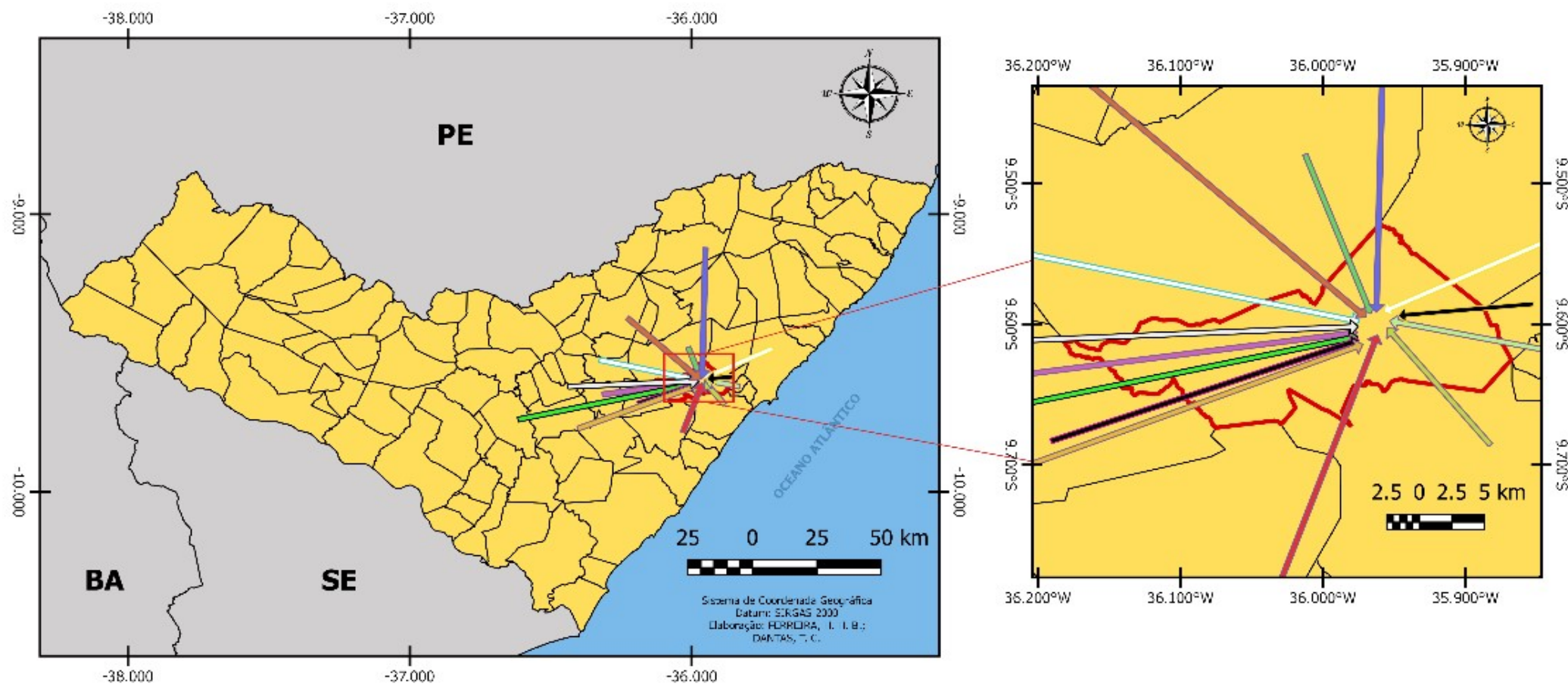
Os fluxos dos alimentos em escala local-regional que chegam até Pilar, conforme a figura 30 e o quadro 18 são Pilar/Anadia, Arapiraca/Pilar, Atalaia/Pilar, Boca da Mata/Pilar, Limoeiro de Anadia/Pilar, Maceió/Pilar, Marechal/Pilar, Maribondo/Pilar, Santa Luzia/Pilar, Satuba/Pilar, Taquarana/Pilar, União dos Palmares/Pilar e Viçosa/Pilar. Nessa escala, observa-se que os fluxos mais intensos e em diversidade de produtos: Maceió/Pilar, Arapiraca/Pilar e Taquarana/Pilar. Assim, a lógica imposta é a de sufocamento da produção local para fazer valer os fluxos exteriores, fazendo referência as escalas local-regional e local-global

No que diz respeito a produção, circulação e sua relação com o território na atualidade, tudo isso impacta na vida das pessoas. Pois, conforme Silveira (2011, p.1) “controlar la producción, la circulación, es decir, el territorio y la vida de las personas es un imperativo de la época”. Podendo-se, portanto, compreender que uma das tendências atuais está no controle dos sistemas produtivos e circulação das mercadorias, o que pode resultar no domínio ou monopólio de alguma escala de mercado. Esse controle altera a dinâmica da vida das pessoas, em vista da relação a divisão do trabalho que é imposta.

Nesse sentido, complementa Silveira (2011, p.05) que “o território usado é assim uma arena onde fatores de todas as ordens, independentemente da sua força, apesar de sua força desigual, contribuem à geração de situações”. As situações destacadas pela autora são o conjunto de possibilidades que orientam formação do fenômeno espacial. Por conseguinte, o território não pode ser analisado apenas através de dados físicos, deve-se também abarcar a dinâmica social, uma vez que, seu movimento altera o cotidiano de todos os homens, empresas e instituições, constituindo o que pode-se denominar de contexto.

Ao analisar as escalas local-local e local-regional, percebeu-se outros produtos da mesma natureza, a exemplo de São Paulo, com a laranja que aparece na CEASA de Maceió, o que pode ser explicado pela central de abastecimento ali existente. Outras localidades foram mencionadas, relacionando a origem dos alimentos: Pernambuco, Sergipe, Maribondo e Taquarana, destacando o feijão (Arapiraca, Limoeiro de Anadia, Maceió, Pilar e Taquarana), a banana (Bahia, Maceió, Pernambuco, Taquarana e União dos Palmares); inhame (Mato Grosso e Maribondo); batata doce (Limoeiro de Anadia, Maceió, Maribondo, Sergipe e Taquarana) e a batata (Arapiraca e Bahia) dentre outros, segundo o quadro 18. Ora, diferentes alimentos, procedentes de diferentes lugares poderiam ser produzidos em Pilar, valorizando a agricultura local. Com a importação de alimentos de outras localidades existe uma parcela do mercado que os locais não conseguem abarcar, considerando o volume de consumo nas feiras. Assim, boa parte do mercado pilarense, ligados ao setor alimentício é suprido pelos fluxos externos, deixando de valorizar e fluir as mercadorias dos pequenos produtores locais.

Figura 30 - Fluxos regionais da produção alimentar que chegam à Feira da Chã em Pilar-AL



Legenda

Limites

- Estados Brasileiros
- Municípios Alagoanos
- Pilar

Fluxos estadual dos alimentos que chegam na feira de Pilar - AL

- | | |
|---------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|
| ← Anadia/Pilar | ← Maribondo/Pilar |
| ← Arapiraca/Pilar | ← Santa Luzia/Pilar |
| ← Atalaia/Pilar | ← São Miguel dos Campos/Pilar |
| ← Boca da Mata/Pilar | ← Satuba/Pilar |
| ← Limoeiro de Anadia/Pilar | ← Taquarana/Pilar |
| ← Maceió/Pilar | ← União dos Palmares/Pilar |
| ← Marechal/Pilar | ← Viçosa/Pilar |



Convém observar que os fluxos da produção que chegam nos lugares ou que emanam dos mesmos, de acordo com Santos (2013, p.50) compõem o “[...] espaço global [...] formado de redes desiguais que, emaranhadas em diferentes escalas e níveis, se sobrepõem e são prolongadas por outras, de características diferentes, desembocando em magmas resistentes à ‘resificação’”. Portanto, relacionadas aos lugares. Porém, a natureza do sistema produtivo, suas relações e processos, em escalas local-regional não pode ser encarada em meio a sua destruição total frente ao processo de globalização, a saber, que muitos núcleos produtivos em Alagoas e fora do estado continuam fluindo suas mercadorias, cada um à sua maneira, mesmo com o processo de globalização vigente.

A análise da figura 31, nos quadros 18, 19 e 20 também permitem compreender que parte dos fluxos citados pelos feirantes contribuem com aqueles observados in loco percebidos, ao analisar os dados disponibilizados pela CEASA, no que se refere a origem dos produtos comercializados – o alho, tendo em parte procedente de GO, SP e China; arroz (SE, BA e PE), beterraba (PE), cebola (PE, BA, RS e SC), cenoura (BA e PE), couve (PE e BA), laranja (SE e BA), limão (BA), maçã (RS, SC e Argentina), melancia (PE e BA), milho (SP, BA e MG), morango (SC e SP), ovo (MG e PE) e pera (Argentina e EUA).

Dessa forma a distribuição da CEASA corresponde a um considerável conjunto de produtos vindos de outras localidades, levando a entender que o produto local não possui tanta fluidez em vista da competitividade do preço e transporte das mercadorias advindas daquela central de abastecimento localizada na capital, captando produtos de outras localidades para suprir as necessidades de consumo local, como também estadual.

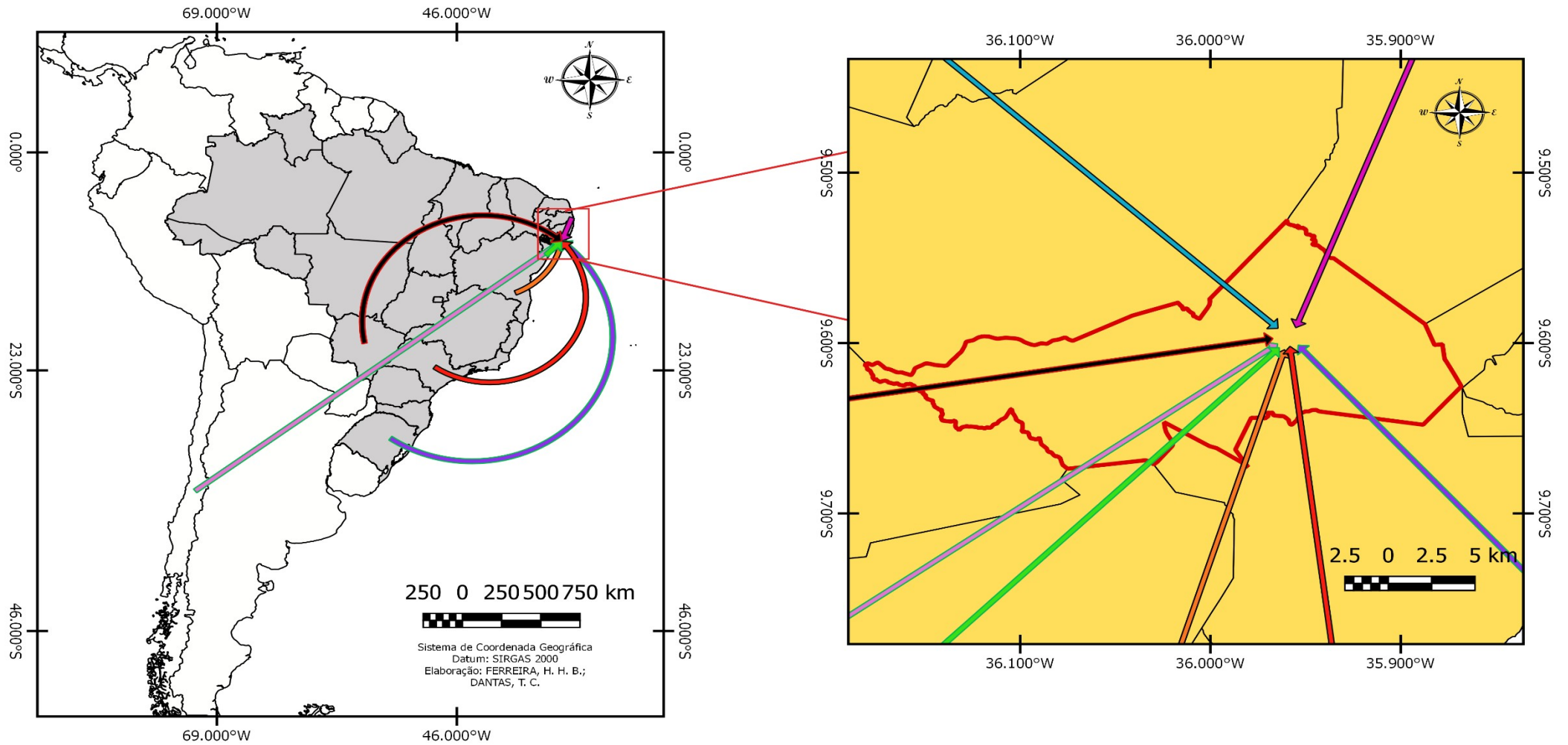
As figuras 30, 31 e o quadro 18 representam uma espécie de retrato do tempo, mostrando em um dado momento de onde vêm a produção alimentar da “Feira da Chã” completar, juntamente aos quadros 19 e 20 disponibilizada pela CEASA. Esses quadros e cotações deixam clara a forte invasão dos produtos externos e leva a crer que a produção e fluidez local dos alimentos não tenham grande relevância. Além disso, os fluxos exteriores levam os trabalhadores rurais locais a perderem um mercado que poderia ser explorado através de um produto competitivo. Entretanto, a falta de tomadas de decisão política, por parte dos agentes envolvidos com a produção local, provoca a manutenção das normatizações e intencionalidades de outros lugares. Pois, as empresas, as grandes associações e cooperativas conseguem fazer fluir sua produção pela capacidade que têm em investir nos diversos aparatos técnicos-científicos e informacionais que estimulem o sistema produtivo,

diferente do trabalhador rural local que não produz em grande escala e não dispõe desses recursos.

Em Pilar, conforme destacado no capítulo anterior, atualmente existe o Programa Plantado o Futuro que estimula a produção alimentar local, Porém, concomitantemente a manutenção do latifúndio. Essa situação pode ser mudada com a compra do lote onde ele acontece e a implantação de um sistema de cooperativa ou associação dos trabalhadores rurais, de modo a garantir a posse da terra e as relações de produção dos trabalhadores. Tendo assim, a “figura do município” aparecendo tão somente com a função de orientar ou mediar às relações de produção e não como um fator determinante.

A análise supracitada evidencia que os quadros de cotação em anexo, 19 e 20 e as figuras 30 e 31, servem também para enfatizar a importância de se pensar todo sistema de produção alimentar, desde o manejo, até a comercialização. O que aqui se entende por arranjo alimentar. A forma como esse arranjo se desenvolve, considerado todo o sistema de mercado, as possibilidades de estímulo à produção, junto aos trabalhadores rurais, diante das iniciativas dos sistemas públicos e privados, poderá levar o alimento produzido em Alagoas a constituir uma mercadoria competitiva no mercado. Exemplos aqui anteriormente mostrados no que se refere a ausência de estímulos, seja da iniciativa pública, privada, ou de ambas, diz respeito a a produção de alimentos, como alho, beterraba, cebola, cenoura, melancia, milho e ovos que a CEASA importa de outros estados e países. O mesmo acontece em relação a melancia, cenoura, milho, beterraba e couve, dentre outros, que poderiam ser produzidos em grande escala e comercializados seja na CEASA (Maceió), como em outras localidades.

Figura 31 - Fluxos internacional e regional das produções alimentares que chegam a feira da Chã em Pilar-AL.



Legenda

Limites

- Pilar
- Municípios Alagoanos
- Estados Brasileiros
- Mundo

Fluxos internacional e nacional dos alimentos que chegam a feira de Pilar - AL

- ← Bahia/Pilar
- ← Rio Grande do Sul/Pilar
- ← Chile/Pilar
- ← São Paulo/Pilar
- ← Mato Grosso do Sul/Pilar
- ← Sergipe/Pilar
- ← Paraiba/Pilar
- ← Pernambuco/Pilar



Entende-se que o estímulo ao arranjo alimentar alagoano permitiria que muitos lugares poderiam gerar maior renda e fixar o trabalhador no campo. Tomando por base os princípios de desconcentração latifundiária, desenvolvendo núcleos produtivos cooperados que pudessem concorrer diretamente a editais e cotações. E dessa forma, comercializar os seus produtos e buscar outros possíveis mercados.

O estímulo à produção alimentar perpassa também a questão agrária, indo além da produção em terras arrendadas. Sendo necessário, a quebra das relações oligárquicas, a constituição de minifúndios produtivos, acompanhamento técnico ao pequeno produtor, fortalecimento do acesso a crédito, dentre outros subsídios. E mais, a constituição de um sistema de autogestão, com a criação de cooperativas e associações. Do contrário, os espaços de autogestão criados não poderão suportar as pressões do mercado em suas diferentes escalas na conjuntura do processo de globalização.

Um outro ponto importante a ser tratado sobre essa questão (agrária) diz respeito a sua natureza. Ou seja, não deve ser confundida com transformação agrícola, de maneira superficial, como por exemplo, escolhendo quais alimentos serão plantados e comercializados em pequena ou grande escala. A questão agrária tem um sentido mais amplo, relacionado a divisão da terra, atendendo as necessidades do trabalhador do campo., Seja produzindo para sua família ou para comercialização;, afora o fortalecimento do processo de produção, partindo de manifestações populares e pessoas interessadas na produção. Por outro lado, a mudança do perfil agrário leva a amenizar as desigualdades socioeconômicas, destacando a concentração da terra e do poder político das oligarquias. O Estado tem um papel fundamental nesse processo, como por exemplo, proporcionando aqueles que não detêm terra, condições para produzir. A saber, essa reforma vem sendo protelada há décadas no Brasil (VEIGA, 1994; SILVA GRAZIANO, 2007).

Portanto, a reforma agrária não pode apenas ser compreendida como a simples disponibilização do uso da terra através de arrendamentos para um grupo de famílias em condições de vulnerabilidade social, recebendo o “Bolsa Família” (programa do Governo Federal) como ressaltado pelo secretário de meio ambiente em entrevista, e reiterado pelos representantes públicos nas diferentes mídias, *sites*²² e *blogs*

²² A propósito, vide: <http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/18445-projeto-de-agricultura-familiar-sera-lancado-no-municipio-de-pilar> e <https://www.tnh1.com.br/video/vid/centenas-de-familias-na-zona-rural-de-pilar-mudaram-de-vida-com-o-programa-de-agricultura-familiar/>.

Eu digo sempre o seguinte, ele é o único usineiro que fez uma verdadeira reforma agrária, porque ele deu glebas de 2.000 m² onde o cara tira o seu sustento, a família tira o seu sustento, e era uma propriedade de cana 134 ha e nós arrendamos, nós fizemos um arrendamento de 20 anos e nos estamos agora produzindo. (2019).

O programa a que se refere o secretário e o usineiro em questão, não desencadearam nenhum tipo de processo voltado à reforma agrária. Mas apenas uma reforma agrícola, onde as terras foram arrendadas e os trabalhadores têm apenas o direito do uso sobre elas, enquanto estiverem produzindo e seguindo as normatizações do arrendamento para garantir o uso da gleba.

Com relação aos trabalhadores periurbanos, denominados pelo secretário e/ou pelo prefeito nos diferentes *sites* e *blogs*, como trabalhadores familiares, esses, não podem ser classificados desta maneira no contexto que estão inseridos. Pois, os trabalhadores periurbanos das terras arrendadas vendem parte de sua produção para o município, com os preços dos alimentos produzidos tabelados. Já o excedente pode ser vendido onde os trabalhadores desejarem. Ora, o trabalhador familiar é aquele que possui o direito da posse da terra, a família se envolve com o sistema produtivo, consumindo parte e podendo comercializar o excedente conforme e onde desejar. Esse trabalhador pode morar ou não na terra e tem que deter até 4 módulos fiscais, conforme a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006²³. Assim sendo, os trabalhadores do Programa Plantando o Futuro devem ser adjetivados como periurbanos ou qualquer outra classificação que possa caracterizar realmente suas experiências cotidianas.

Quanto a não efetivação dos sistemas de autogestão em vista a manutenção do sistema oligárquico, na concepção de Veiga (1994, p.11) “[...] impede que os lavradores tenham acesso à terra. É a concentração da propriedade fundiária nas mãos das chamadas ‘oligarquias’, isto é, um pequeno número de famílias ricas, influentes e poderosas”. Logo, a continuidade do latifúndio gera diferentes sistemas de uso da terra, como, o sistema de arrendamento, e conseqüentemente e, a sua perpetuação no município de Pilar²⁴.

Retomando especificamente a discussão sobre os fluxos da produção alimentar que chegam até a feira da Chã em Pilar, seguindo a narrativa dos feirantes e comparando as

²³ Essa lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, podendo ser consultada através do link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm.

²⁴ Outro ponto importante sobre a manutenção das oligarquias, especificamente em Pilar, gera uma grande confusão sobre as definições de três conceitos: agricultura familiar, reforma agrária e trabalhadores periurbanos. Tais conceitos são dispersos nas mídias (*sites*, rádios e televisão) fora do contexto. Na intenção de explicar de forma sucinta cada conceito e desconstruir tamanha confusão são explicados aqui cada um deles.

informações presentes nos quadros 19 e 20 (anexo), se percebe que a origem de alguns alimentos apontados pelos feirantes está relacionada nos quadros de cotação citados e outros não. Sobre as localidades citadas pelos feirantes e destacadas no quadro 18 em comparação ao quadro de cotação (em anexo), os fluxos tem sua procedência da BA, MT, PB, PE, RS, SP, SE e o Chile. Entretanto, diferenciando, como já colocado, sobre uma parcela dos produtos, alguns vêm de outros locais em comparação ao quadro 18, como, por exemplo: as mercadorias que vem da Bahia,. Aparecem melancia, abóbora, laranja, cebola, tomate, batatinha, chuchu, pimentão e repolho; PE (banana, uva, manga, maçã, laranja, a tangerina; mamão, maracujá, acerola), RS (maçã); e SE (batata doce).

Muitos dos produtos oriundos dos estados de MT, PB e SP citados pelos feirantes não foram cotados pela central,. Tome-se como exemplo o inhame (MT), Manga (PB) e a laranja (SP). Os produtos de origem bovina e peixes não aparecem na cotação mensal da central, mesmo sabendo que no projeto das CEASAS esse tipo de produto pode ser distribuído. Outros produtos que são comercializados na feira analisada e que vêm da CEASA²⁵ são peixe congelado (Petrolina/PE) e charque (Maceió). Os alimentos que não foram encontrados na central de abastecimento, conforme as cotações, foram bisteca, carne de boi, carne de porco, camarão, lingüiça, camarão e frango. O camarão vem de Maceió, do litoral alagoano e outra parte da região do São Francisco; a carne bovina e suína, incluindo a bisteca, diretamente de Satuba, através da empresa Mafrial (Matadouro e Frigorífico Ltda) que recebe os animais para o abate e distribuição em vários municípios alagoanos.

A análise dos fluxos da produção alimentar advindos dos trabalhadores rurais de Pilar, considerando os quadros 19, 20 e o quadro 18, deixa evidente que poucos produtos locais atendem às feiras da região metropolitana de Maceió. A considerável fluidez estrangeira citada anteriormente nos quadros e figuras, permite pensar que a produção local ainda não possui a fluidez necessária e não atende a necessidade do consumo regional, perdendo um potencial mercado.

A propósito, um dos técnicos entrevistados destacou que grande parte da produção alimentar que atende a CEASA advém de outras localidades, além dos limites alagoanos, conforme constatado no trabalho de campo identificadas na feira da Chã de Pilar, seguindo as escalas já mencionadas aludidas anteriormente. Com a experiência de mais de 20 (vinte) anos

na função, assevera o referido profissional na CEASA Maceió que esses fluxos exteriores realizam-se há muitos anos, em decorrência da falta de incentivos as pessoas a cultivar e investir em tecnologia, o que para ele desencoraja as produções municipais-estadual e a conseqüente geração de trabalho e uma maior fluidez de mercadorias locais para atender a central maceioense. E, acrescenta,

Os alimentos vêm muito de fora na minha visão tanto aqui na CEASA, quanto em Pilar, porque, trabalho aqui há mais de 20 anos, por falta de políticas para incentivar a pessoas produzir, cultivar e investir em tecnologia desde a produção a comercialização, considerando o transporte até aqui também. Você sabe que num estado produtor igual a Pernambuco tem investimento e estímulo a produção. Tem que se preocupar com toda a cadeia produtiva: produção, comercialização e transporte, por exemplo. (2019).

Ainda segundo o técnico entrevistado, o alimento sendo produzido aqui, fazendo referência ao estado de Alagoas, seria mais barato, porque não haveria tantos custos com o transporte e substâncias para amadurecê-los e conservá-los. Ele também repete várias vezes durante a entrevista que se faz necessário uma grande preocupação com todo do processo produtivo, pois não adianta estimular o trabalhador rural a se organizar em cooperativas ou associações e esquecer de planejar as etapas de escoamento da produção, onde serão vendidas suas verduras, hortaliças e frutas.

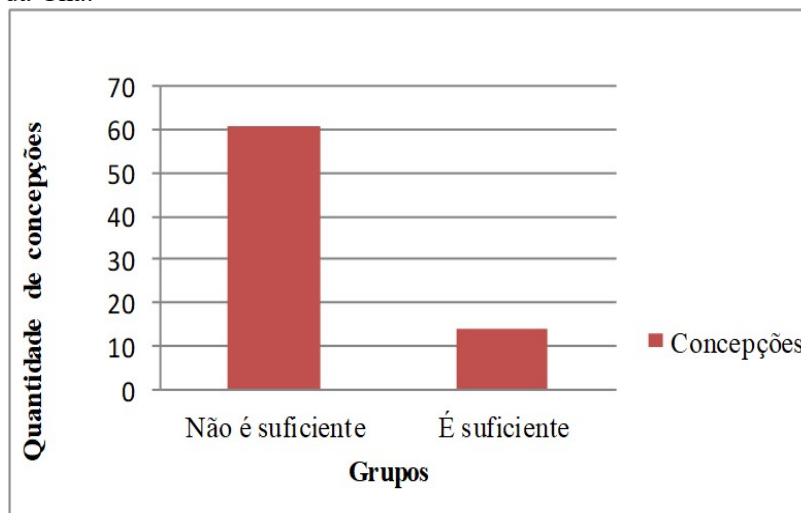
5.2 As concepções dos feirantes sobre a produção alimentar local e seus fluxos

As entrevistas com os feirantes revelaram uma considerável parcela (61) não acredita que a produção local de alimentos que chega a feira da Chã seja não é suficiente para atender o consumo dos seus clientes. Há, entretanto, uma minoria (14) que acredita que atende, como pode ser visto na figura 32. A experiência dessas pessoas com a fluidez do alimento é considerável, porque são agentes de comercialização da produção local ou parte dela. Pelo menos aquela produção advinda tanto do projeto municipal ou dos 120 trabalhadores rurais sindicalizados ou não.

Os feirantes entrevistados, afirmaram que em 2017 era iniciado o projeto municipal Plantando o Futuro. Contudo, sem possibilitar conferir se a produção de alimentos deste projeto atendia ou não a feira local. As entrevistas também permitiram constatar que a maioria dos feirantes não produz os alimentos que comercializavam (61), enquanto deles 14 ressaltaram que produziam conforme a figura 32. Os 14 feirantes que produzem os alimentos

no assentamento Fazenda Canoé, próximo a Rio Largo; zona rural de União dos Palmares, nas Terras do Sr. João Lyra; em Taquarana, terras próprias; e as marisqueiras pilarenses, retirando o sustento da Laguna Manguaba, conforme os quadros 21, 22, 23 e 24, em anexo.

Figura 32 - Concepções dos feirantes sobre a quantidade de alimentos locais serem suficiente para abastecer a feira da Chã.



Fonte: Coletados durante a pesquisa em campo.

Organização: DANTAS, T.C., 2018.

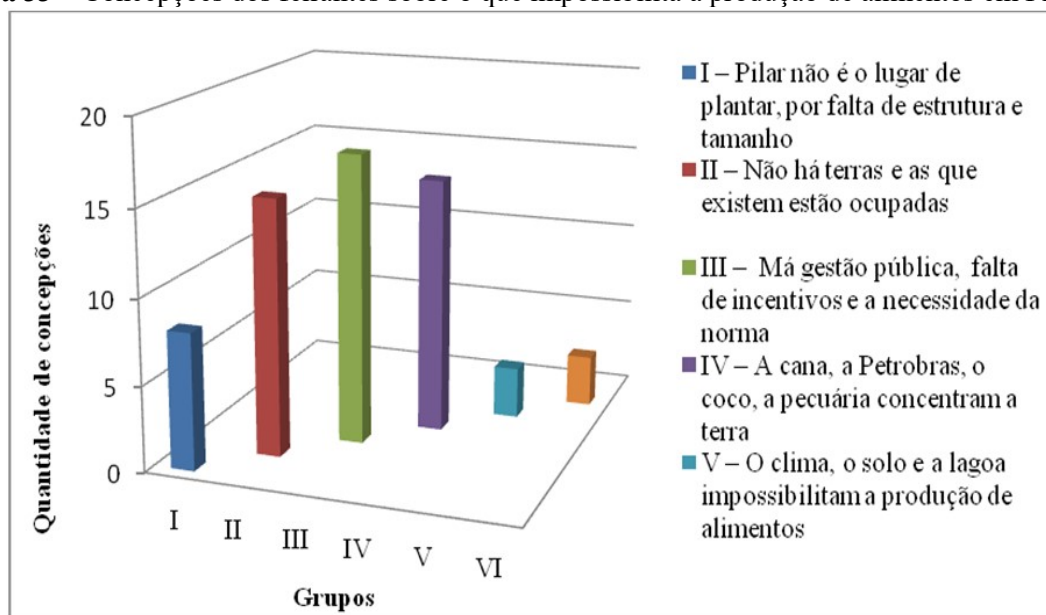
Os feirantes também opinaram sobre o porquê dos alimentos locais não chegarem com tanta fluidez no espaço onde trabalham, dentre outras questões que serão ressaltadas a seguir. As suas concepções foram categorizadas e organizadas em grupos, com as titulações baseadas nas respostas obtidas, considerando suas ideias e palavras que se repetiam em suas narrativas, assim podendo ser lidas, interpretadas e mensuradas, baseando-se numa análise lexical (CHIZZOTTI, 2011).

A questão relacionada a fluidez da produção alimentar para a feira dividiu opiniões entre os feirantes, considerando que foram montados 06 (seis) grupos, tendo a quantidade de concepções por grupo muito próximas. Os grupos foram divididos seguindo suas concepções: I – Pilar não é o lugar de plantar, por falta de estrutura e tamanho (8); II – não há terras e as que existem estão ocupadas (15); III – má gestão pública, falta de incentivo e a necessidade de regras (17); IV – a cana, a Petrobras, o coco e a pecuária concentram a terra (15); V – o clima, o solo e a lagoa não possibilitam a produção de alimentos (3); VI – não souberam responder (3), de acordo com a figura 33.

A maioria das concepções voltou-se aos grupos II, III e IV. Esses grupos destacaram questões sociais e naturais que impedem de alguma forma o funcionamento do arranjo

alimentar local. O grupo I pode ser também encaixado no contexto dos grupos mencionados, porque quando os feirantes afirmam que “Pilar não é o lugar de plantar, por falta de estrutura e tamanho”, eles estão reivindicando o uso e dominação das terras em vista da cana, das demais culturas agrícolas, junto às empresas citadas.

Figura 33 – Concepções dos feirantes sobre o que impossibilita a produção de alimentos em Pilar-AL



Fonte: Coletados durante a pesquisa em campo.
Organização: DANTAS, T.C., 2018.

As concepções dos feirantes sobre a concentração da terra (sistema de latifúndios) relacionam-se com as colocações de Ziegler (2013, p.113) para quem “a cana é a maldição do pobre – suas plantações impedem o cultivo de viveres”. O autor mostra que a expansão da monocultura impede a produção de hortaliças, verduras e frutas, diante das extensivas exigências da cana.

A compreensão sobre a estrutura fundiária desemboca na forma como a divisão do trabalho acontece, como a terra está sendo usada, suas concentrações e as relações de dependência existentes entre o trabalhador rural e o dono da terra, revelam claramente

[...] que tem a estrutura fundiária não só uma importância muito grande no estabelecimento da estrutura agrária, profundamente dependente do sistema de relações existente, como, indiretamente, no nível de utilização da terra, na capacidade de absorção de novas técnicas e na qualidade de vida da população tanto rural quanto urbana, de vez que nos dias de hoje não se pode dissociar a vida urbana da vida rural, pois a agricultura não é mais um gênero de vida, mas uma atividade

profissional voltada para a produção de mercadorias, ligada e dependente das atividades comerciais e industriais (ANDRADE, 1980, p.23-24).

Quanto à pecuária, mesmo estando presente nas narrativas dos feirantes, não foi uma atividade analisada no decorrer da pesquisa, conforme destacado anteriormente. O gado encontrado em Pilar foi identificado na fazenda Flor do Paraíba, junto a uma localidade destacada pelos feirantes como “Oriente” ou Lamarão.

Sobre a Petrobrás, segundo aludido no capítulo I, parte dos sistemas técnico-científicos informacionais utilizados por essa empresa, plataformas e dutos, permitem que a plantação de alimentos aconteça de maneira que as raízes sejam rasas, para não danificar os dutos. Assim, árvores de grande porte, como a mangueira, jaqueira e o jambo não são permitidos nas imediações dos dutos.

É importante observar que nesse processo a técnica e a tecnologia não são neutras, alterando a natureza e a vida das pessoas nos lugares, pois como bem mostra Ortega y Gasset (1991, p.12) “a técnica é a reforma da natureza, dessa natureza, que nos torna necessitados e carentes, reforma em tal sentido que as necessidades possam ser anuladas na medida em que sua satisfação deixa de ser um problema”. Nesse sentido, percebe-se que a sociedade transforma a natureza ao mesmo tempo em que modifica suas relações com o mundo e com ela mesma.

O domínio da técnica, permite integralmente as mudanças nos lugares, e no caso de Pilar se torna perceptível através da ação do latifúndio da cana, os investidores das empresas petrolífera, imobiliárias, construtoras e do próprio Estado.

A cana de açúcar necessita de vastas áreas para estimular a produção, inibe a policultura e gera menos empregos, devido à mecanização. Já a produção de coco, aparece nas proximidades das fazendas Lamarão e Flor da Paraíba, porém não se trata de uma produção considerável, revelando um setor que pode estar acenado à crise se levar-se em consideração o fechamento da COCAL, uma fábrica de beneficiamento de coco há alguns anos.

Nessa perspectiva, o desemprego é um aspecto que deve ser levantado em vista a sua íntima relação com a monocultura canavieira, a despeito do discurso do grande capital que propaga a geração de inúmeros empregos diretos,. Especialmente no momento atual, considerando-se a aquisição de colheitadeiras e outras tecnologias que substituem a mão de obra do cortador. Consequentemente, o que se vê é “o aumento da precarização no trabalho e o desemprego causaram a migração para as cidades maiores”, como mostra Carvalho (2009,

p. 36). Acrescente-se que a imigração decorrente desse processo, contribui negativamente para o desequilíbrio social e alimentar. Com propriedade, afirma Castro (2008, p.151) que “a monocultura de cana-de-açúcar, na forma em que está estruturada, malgrado as riquezas que gera, contribui intensa e negativamente para o desequilíbrio social e alimentar das populações do Nordeste”.

Ademais, como já ressaltado antes, a cana impede ou faz desaparecer os sítios e chácaras, e segundo Diégues Júnior (2012, p. 135-136) “[...] como o açúcar criou o latifúndio, este impede imperialmente o surgimento da pequena propriedade de sítios ou de chácaras”.

Na verdade, os espaços para atender a agricultura de exportação (*plantations*), assemelham-se as padronizações exigidas pelo mercado global. Sobre a globalização, pode-se dizer que

[...] a cada hora o poder do mundo se concentra e se globaliza. Vinte ou trinta empresas, como um selvagem animal totalitário, hoje o têm em suas garras. A massificação causou grandes estragos, já é difícil encontrar originalidade nas pessoas, e um processo idêntico se realiza nos povos, pela chamada globalização (SÁBATO, 2008, p.70).

A racionalidade imposta pelo processo de globalização geralmente desconstrói o contexto econômico local para atender as necessidades do mercado e quando os sistemas técnicos não mais atendem as suas intencionalidades comumente gera desemprego e crise em suas diferentes escalas.

Daí, as concepções dos feirantes também expressarem a falta de incentivos do Governo Federal, ou mesmo municipal, nesse contexto, frente à totalidade do sistema de produção alimentar perante aqueles que produzem em larga escala e para o comércio exterior.

Retomando a discussão sobre a fluidez da produção alimentar na concepção dos feirantes a partir dos 06 (seis) grupos aqui apontados, observa-se que o grupo V é aquele que apresenta uma menor concepção a respeito dos motivos que impossibilitam a produção local e sua fluidez, destacando que a produção local não acontece ou flui em função dos elementos naturais, a exemplo do clima, do solo e da presença da laguna Manguaba.

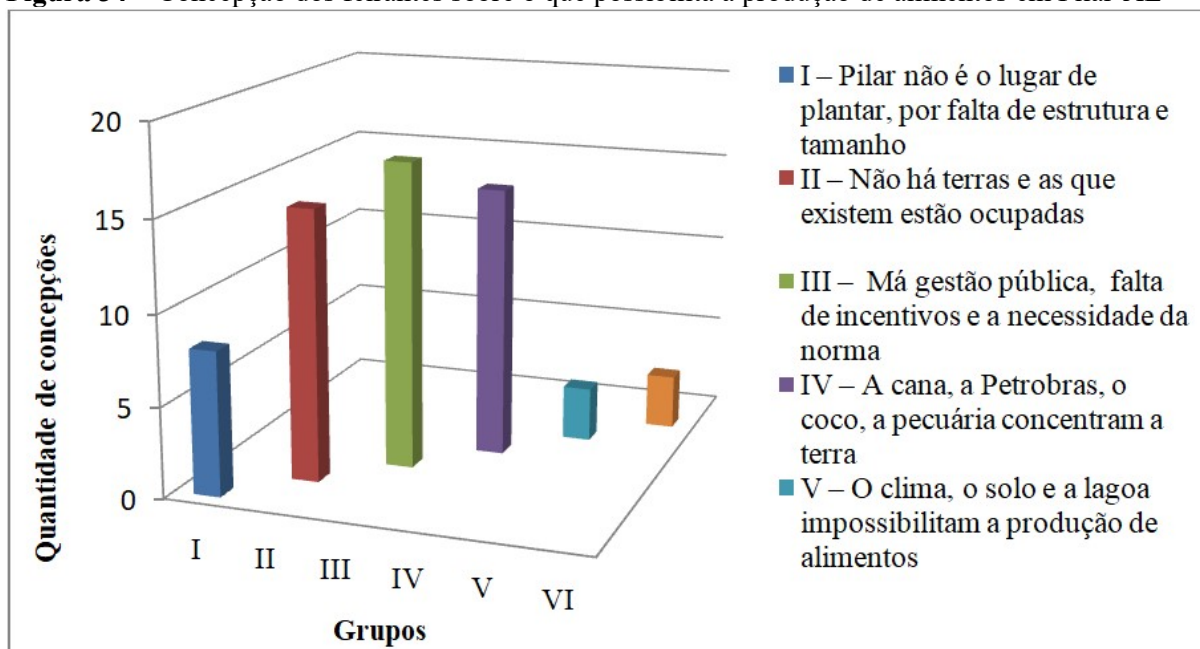
Contudo, ressaltaram que Pilar tem solos férteis, o clima permite que a plantação ocorra; e, mais, que o comércio e algumas pousadas comprem suas mercadorias, estimulando as vendas do setor alimentício; e o preço baixo do produto local atrai compradores. Ainda, segundo eles, os preços baixos contribuem, porque quando há promoções no final da feira, as

mercadorias “saem mais rápido”, referindo-se ao crescimento das vendas. Porém, infelizmente nem todos responderam o questionário completo., Inclusive, três (03) deles desistiram da entrevista.

Por fim, procuraram deixar claro que uma parte dos alimentos eram rejeitados pelos compradores, por causa de algumas marcas diferenciadas no produto, coloração, e deformação, mesmo sabendo que o produto pode ser consumido.

O grupo que entende o conjunto formado pelo clima, baixa dos preços e solo fértil é mostrado na figura 34 como I – O tamanho, solo fértil, tempo e clima auxiliam na produção de alimentos (5). Já o grupo que destaca as atividades econômicas presentes na cidade como aquelas que auxiliam na cadeia produtiva do alimento produzido nas áreas rurais, aparece como: II – O turismo, o comércio e a baixa dos preços estimulam a produção (3). Sobre as considerações dos feirantes em relação ao comércio local poder auxiliar na produção, fica evidente uma preocupação com a circulação das mercadorias cultivadas pelos trabalhadores rurais locais.

Figura 34 – Concepção dos feirantes sobre o que possibilita a produção de alimentos em Pilar-AL



Fonte: Coletados durante a pesquisa em campo.

Organização: DANTAS, T.C., 2018.

Alguns feirantes optaram por não comentar os motivos que possibilitam a produção local por desconhecimento (5). Observa-se que os mesmos não se sentiram a vontade para discutir esse assunto, porque, provavelmente, em algum momento tocariam nas questões

voltadas ao latifúndio e a carência de iniciativas governamentais, destacadas pelos demais. Entretanto, enquanto a entrevista acontecia alguns deles falavam relativamente alto: “Aqui é terra de usineiro”; e outros acrescentavam: “O que importa é o dinheiro da Petrobras”, fazendo referência aos *royalties* depositados mensalmente nos cofres públicos municipais, (tais valores foram expressos no capítulo 1). Sobre a propriedade da terra concentrada, pode-se mencionar que

A estrutura fundiária, altamente concentradora da propriedade da terra em mãos de pequenos grupos de pessoas continuou a permitir que os proprietários mantivessem o sistema de ocupação extensiva do solo e que, ao trabalhador agrícola, restassem poucas alternativas de emprego e uma quase impossibilidade de acesso a propriedade da terra (ANDRADE, 1979, p. 10).

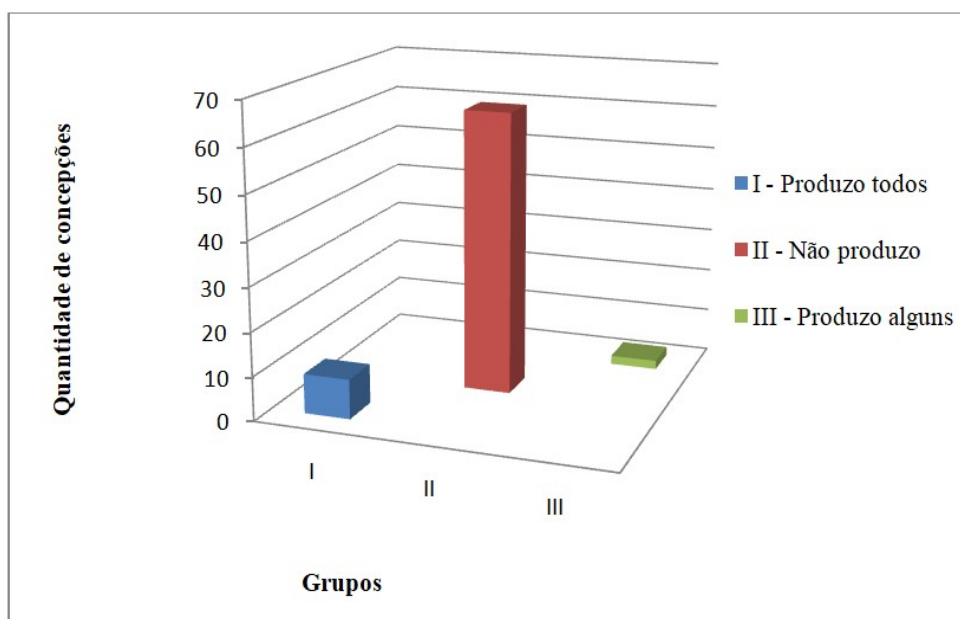
Destaque-se também que em Alagoas o poder político esteve por traz da formação e manutenção do latifúndio, pois segundo Lima (2014, p. 43) este “[...] sempre esteve fortemente associado à propriedade fundiária e se constitui em um elemento explicativo dessa trajetória”. Assim, o território leva a constituição de suas centralidades não apenas pela efetivação dos seus sistemas técnicos, mas também pelas tomadas de decisão política que isentam os impostos do grande proprietário rural em detrimento dos trabalhadores da pequena propriedade, proporcionando facilidades àqueles que concentram as terras em suas mãos.

Sobre a produção dos alimentos comercializados nas suas barracas, alguns dos feirantes afirmaram produzir tudo que vendem, enquanto outros ressaltaram que compram uma parte de outras localidades e também produzem; e um terceiro grupo compra todos os alimentos que comercializam. Os grupos foram assim constituídos: I – produzo todos os alimentos (09); II – não produzo todos os alimentos (64) e III – produzo uma parte (02). Constatou-se que 64 dos 75 feirantes compram os produtos para revender; 09 produzem parcialmente o que vendem e 02 totalmente, segundo mostra a figura 35. Ou seja, a maior parte dos feirantes depende daqueles que lhes repassam as mercadorias, seja de Maceió, da CEASA ou de Arapiraca, localidades de onde procedem os maiores fluxos.

Essa realidade conduz a uma indagação: por que os trabalhadores rurais sindicalizados, destacados pelo Presidente dos trabalhadores rurais de Pilar e os representantes do Plantando o Futuro, também não podem destinar parte da produção para os feirantes locais, levando em consideração o mercado existente?. Tal ação poderia impactar na diminuição dos preços para o consumidor final, gerando concorrência, uma vez que haveria

menos custos com o transporte, minimizando os fluxos exteriores e estimulando a produção local. Acrescente-se ademais, que os 120 trabalhadores rurais sindicalizados, junto as 250 famílias cadastradas no programa desenvolvido pelo município, poderiam ter espaços bem definidos na feira local, além dos seus minifúndios, assim podendo obter mais lucro e poder investir mais na produção em maior escala e transporte.

Figura 35 – Concepções dos feirantes sobre a produção dos alimentos que vendem na feira de Pilar-AL



Fonte: Coletados durante a pesquisa em campo.
Organização: DANTAS, T.C., 2018.

A propósito da proximidade dos sistemas produtivos ao mercado consumidor e suas regras, num sistema de reciprocidade, mostra Benko (2001, p.16) que “a emergência de tais recursos resulta em efeito de regras, de costumes, de uma cultura elaborada num espaço de *proximidade* geográfica e cultural a partir de uma forma de troca distinta da troca mercantil: a reciprocidade”. Portanto, o uso dos recursos do território, a subjução do sistema de capital, desenvolve-se também através de uma cultura elaborada, relações mútuas entre os mercados e proximidades.

Ora, as relações de proximidade são utilizadas como uma espécie de aditivo para estimular a produção, circulação e comercialização, destacando a contiguidade de suas unidades, as áreas que possuem mão de obra barata e estradas que facilitam a circulação. De acordo com Antas Jr. (2005, p. 54-55) “a própria organização territorial das empresas (para realizar a produção e a circulação das mercadorias) é estruturada de normas, as quais regulam comportamentos de parte de uma metrópole, de uma cidade inteira, ou mesmo de regiões

extensas [...]”. As normas e as infraestruturas mencionadas pelo autor evidenciam que a produção e circulação das mercadorias se dão no território.

Convém observar que o avanço da técnica e da tecnologia permitiu que a sociedade pudesse produzir na velocidade e quantidade suficiente para atender as necessidades do mercado. A esse respeito, ou seja, o domínio da técnica e da tecnologia relacionando ao território afirma Antas Jr. (2005, p. 52) que “a sociedade busca produzir e ao mesmo tempo controlar seu território. Como ele sempre se apresenta fragmentado em grupos, classes, castas., os graus de controle se afirmam conforme os recursos e possibilidades dos grupos ou indivíduos para efetivamente exercê-lo”. Logo, os sujeitos que possuem os meios necessários para que a produção aconteça e possa fluir, terá a oportunidade em buscar um mercado onde possam comercializar suas mercadorias, diferentemente daqueles que não os detém.

O estudo permite enxergar a feira como uma das possibilidades de fluidez da produção local, percebendo que uma das grandes dificuldades do trabalhador rural é a comercialização da sua produção, além do acesso a insumos. Pois, diferente do latifundiário, do grande produtor, ele não possui os incentivos necessários para concorrer no mercado. Entretanto, a possibilidade de escoar para a feira local, torna-se possível de maneira que não há altos custos de deslocamento do produto, o que vem acontecendo com as mercadorias que chegam do Agreste e capital alagoanos. No caso dessa última, via CEASA, que por sua vez, recebe alimentos de outros estados e países, conforme citado anteriormente.

5.3 A prosperidade da produção alimentar pilarense e as decisões políticas

Os maiores fluxos das produções alimentares em Pilar são exteriores, resultando na relativa perda de mercado pela produção local, por causa sobretudo em decorrência da carência de insumos que dificulta a fluidez da produção em diferentes mercados, destacando a feira local e a central de abastecimento maceioense.

No território nacional o desmonte da produção alimentar em meio ao agronegócio é uma realidade, junto a chegada de empresas multinacionais que desarranjam as relações locais de produção, abarcando grande parte dos mercados regional e nacional. “[...] em outras palavras, a contradição entre o externo e o interno aumentou”, assevera Santos (2008, p. 77). Sendo assim, os fluxos de produção global reverberam no território tornando caducas as possibilidades de desenvolvimento dos lugares, usando suas especificidades para gerar lucro, acentuando a contradição entre o interno e o externo.

Dessa forma, as relações locais podem ser mantidas ou ressignificadas em meio as ordens do capital global, padronizando os lugares. Afinal, os lugares carregam consigo características sociais e físicas que podem resistir ou não as ações verticalizadas do sistema. Em vista das influências do mundo nos lugares e da política, adverte Santos (2008, p.77) que “é um equívoco pensar que a informação e a finança exercem sempre sua força sem encontrar contrapartida interna. Esta depende de uma vontade política interior, capaz de evitar que a influência dos ditos fatores seja absoluta”. Por conseguinte, a possibilidade de incorporar a dinâmica da vida local ao mercado global leva o sujeito a desconsiderar o movimento cultural dos lugares. Um exemplo da geração de atividades econômicas por iniciativas locais-locais e locais-regionais são as cooperativas, estimuladas ou não pelo poder público. Em Alagoas destacam-se, dentre outras, destacando: a Cooperativa Agrícola de Arapiraca, Cooperativa Agrícola de Atalaia LTDA, Cooperativa Agrícola Banco de Viçosa LTDA, Cooperativa Agrícola de Marechal Deodoro e Cooperativa Agrícola de União²⁶.

O secretário municipal de agricultura²⁷ entrevistado deixou claro na sua fala que tem consciência que os maiores fluxos da produção alimentar em Pilar são exteriores, destacando a escala local-regional, ao expressar que os alimentos vêm de Pernambuco, Sergipe e da CEASA.

Grande parte da produção das feiras livres vêm da CEASA de Maceió, uma parte vem de Arapiraca e outras verduras também vem de Caruaru. E muitos agora, com o programa Plantando o Futuro está sendo produzido na agricultura familiar municipal, numa proporção de 70% a 20%, setenta de fora e vinte por cento do município. Esses foram dados que é da nossa vivência no município agente hoje tem uma agricultura familiar dentro do município onde os próprios produtores conseguem hoje já abastecer grande parte dessa demanda. Um exemplo é a demanda na Secretaria de Educação, quando nos entramos a Secretaria de Educação comprava 30% só o que mandava o programa da merenda escolar, hoje o município compra 70% da produção dessa agricultura familiar local. (2019).

Ainda segundo o secretário, a maior parte dos alimentos que abastecem Pilar, procede da CEASA, a outra parte de Arapiraca e Caruaru (PE). Contudo, foram encontrados outros fluxos durante as entrevistas feitas com os feirantes, conforme mostra o quadro 18, quadro 19 e 20 em anexo e as figuras 30 e 31. Entretanto, o entrevistado relata que essa grande fluidez exterior poderá ser amenizada com o desenvolvimento do programa desenvolvido pelo

²⁶ Sobre a lista completa das cooperativas agrícolas do Cadastro Geral das Sociedades Cooperativas do Estado de Alagoas vide: <http://dados.al.gov.br/dataset/cadastro-geral-das-sociedades-cooperativas-do-estado-de-alagoas>.

²⁷ O secretário e meio ambiente de Pilar também exerce a função de secretário de meio ambiente, pecuária, pesca, ciência e tecnologia.

município, mas atualmente a maior parte vem de “fora” como destacado: “[...] está sendo produzido na agricultura familiar municipal, numa proporção de 70% a 20%, setenta de fora e vinte por cento do município”. O mesmo alega que esses percentuais não fazem parte de estatísticas oficiais, o percentual afirmado por ele foi baseado em suas vivências no campo, destacando também que está em constante processo de aprendizagem junto aos pequenos núcleos produtivos e os trabalhadores rurais que pertencem ou não ao programa municipal de estímulo à produção de alimentos.

A capacidade de consumo de alimentos existentes em Pilar não pode ser mensurada pelas ferramentas usadas e dados obtidos neste estudo, mas segundo o secretário uma boa parte da necessidade das escolas e secretarias é saciada com a aquisição das mercadorias advindas do Plantando o Futuro. Ressalta que no início de sua gestão o município adquiria apenas 30% da produção alimentar familiar para a merenda escolar, e esse percentual apenas atendia a obrigatoriedade da lei nº11. 974, de 16/06/2009, correspondente à aquisição de alimentos, através do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Assegura que atualmente ao invés de 30% dos alimentos serem consumidos da agricultura familiar, o município compra 70% através do PNAE.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilar também destaca que a maior parte dos alimentos tem sua origem através dos fluxos exteriores. Ele também ressaltou que a produção local tem sua importância em relação ao abastecimento das feiras e mercados. Destaca, ainda que os trabalhadores rurais sindicalizados também têm um papel fundamental na produção local, plantando macaxeira, revendendo seus produtos na cidade, e um exemplo da comercialização é a farinha, dando ênfase a um comerciante chamado “Gino” que manda trazer farinha para sua mercearia produzida em Pilar.

O presidente do STRP, prossegue a sua fala dizendo que atualmente não dá para mensurar a quantidade de alimentos que os trabalhadores rurais produzem e vendem, mas sabe dizer que o grupo de trabalhadores que produz alimento, esses: “vendem direto na roça, sendo comprado lá”, fazendo referência ao roçado de cada um deles.

A CEASA, abastece diretamente os comerciantes de Pilar em atacado, por meio dos supermercados, hotéis, feirantes etc. Alguns dos produtos que chegam aos supermercados pilarenses não podem ser produzidos localmente, devido à carência técnica, considerando sua forma de manejo e maquinário necessário para o beneficiamento, como

destaca o presidente do STRP, citando o arroz e o macarrão. Esses, segundo ele, são comprados diretamente de outros comerciantes, supermercados e atacados.

Ademais, com certa indignação, afirma o presidente do sindicato (STRP) que em alguns lugares do município, ao contrário do que acontece atualmente, havia uma produção.

Antigamente tinha plantação de alimentos na Fazenda Lamarão, Camurupim e Grajaú de Baixo. A plantação acabou no Grajaú por conta da cana. Agora no Lamarão e Camurupim plantam macaxeira, batata e um dos que plantam é o Julio, revendendo a varejo ao lado do antigo Serve Bem. (2019).

Em relação à produção alimentar e concordando com a necessidade de incentivá-la destaca o secretário de agricultura que

a política pública do Estado de Alagoas para agricultura familiar ela é muito aquém do tamanho territorial do estado de Alagoas, o Estado de Alagoas pode produzir muito mais para ser auto-suficiente, mas ainda a políticas dos governos não são voltadas para isso. (2019).

O secretário também alega que o estado possui muitas potencialidades socioambientais para que a produção local aconteça e se torne uma fonte de trabalho e renda para aqueles que estão ou não na condição de vulnerabilidade social. Além disso, coloca que a produção alimentar não pode ser encarada mais como “agricultura de pobre”. Esse setor, deve ser pensado em toda a sua cadeia produtiva, como um grande potencial do estado para alavancar e diversificar sua economia, seguindo as escalas: local-regional e local-global, como acontece em outros estados, valorizando as potencialidades de cada fração do espaço. Pois, segundo Santos (2014, p. 32) “cada ponto do espaço torna-se então importante, efetivamente ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas”. Consequentemente, a produção e sua circulação poderão ocorrer de maneira efetiva através de intervenções que permitam estimular as potencialidades de cada lugar.

Nesse contexto inserem-se as palavras do técnico da CEASA que na entrevista concedida afirmou que a manutenção dos fluxos estrangeiros ao longo dos anos, acontece devido ao incipiente estímulo do estado através de políticas públicas que realmente mobilizem toda a cadeia produtiva e altere o quadro atual. Os agentes locais, prefeituras, trabalhadores rurais, sindicalizados ou não, deveriam aperfeiçoar os processos produtivos, adaptando-os ao sistema de cooperativas ou associações, resultando no aumento da escala produtiva,

oportunizando futuros investimentos que poderiam levar ao escoamento das mercadorias às centrais de abastecimentos e outras localidades, como é possível perceber na sua fala:

o governo não interfere no estímulo a fluidez dos produtos alagoanos na CEASA, o produto que chegar é distribuído. Em alguns locais muitos se organizam em cooperativa, compramos de algumas cooperativas também. As cooperativas estão se organizando para vender. Hoje o estado é monocultor, com o fumo que vem crescendo novamente em Arapiraca e a continuação dá cana porque dá mais lucro. (2019).

O referido profissional trabalha na CEASA há mais de 20 anos e destaca que as CEASA's surgiram tendo como uma de suas intenções extinguir a presença do atravessador, mas muitos dos trabalhadores rurais ainda não conseguiram se organizar em cooperativas e/ou associações, tornando-os dependentes da figura do atravessador, que compra a sua produção por um preço mais barato, revendendo por um valor diferenciado para um “comerciante do roçado” que pode ser o motorista do transporte que leva diretamente as mercadorias até a CEASA.

Os caminhões carregados de alimentos começam a chegar à CEASA de Maceió às 23:00 horas e só param às 14:00 horas do dia seguinte, quando encerra o expediente. O horário de maior fluxo está entre 23:00 horas e 03:00 horas da manhã, porque os caminhões estão chegando com as mercadorias e sendo inspecionados. A produção que chega nesses caminhões é cotada na praça da central de abastecimento. Conforme aludido anteriormente, a CEASA fornece mercadorias para vários municípios alagoanos e, conseqüentemente, seus diversos espaços comerciais. Na visão do técnico entrevistado,

os alimentos vem muito de fora [...] porque trabalho aqui há mais de 20 anos, falta de políticas para incentivar a pessoas produzir, cultivar e investir em tecnologia desde a produção a comercialização, considerando o transporte até aqui também. [...] A CEASA fornece para todos, mencionando: hotéis, motéis, supermercados, Açaí e Atacadão. A CEASA foi criada para acabar com o atravessador, mas o pequeno prefere vender para ele do que comercializar com a CEASA, por causa de sua condição. Isso é uma cadeia, você tem que produzir, ele tem que se deslocar para um local onde se comercializa a produção, muitos não vem para cá, chegam as feiras e comercializam o alimento, daí acaba chegando aqui os produtos em grande quantidade por meio de vários caminhões pela manhã, começando às 23:00 horas. Essa hora você não encontra tanto. Essas informações são em âmbito de CEASA. Posso dizer que a CEASA abastece a maioria dos municípios alagoanos com os produtos que chegam aqui. (2019).

As palavras do técnico se aproximam muito de alguns pontos elencados pelo secretário na sua entrevista, no que se refere a necessidade de estimular a produção alimentar em escala

local-estadual. Segundo o técnico, o trabalhador rural vende sua produção para o atravessador, por causa de sua condição, relacionada à carência de insumos e a insuficiência organizacional de formas autogestionárias.

A carência de formas autogestionárias na agricultura brasileira pode ser explicada pelo maior interesse governamental em atender as necessidades do agronegócio, focado no mercado exportador e acúmulo de capital. Tal foco, por exemplo, não estimula a constituição efetiva de trabalhos cooperados e não orienta a mudança na estrutura agrária do campo, mantendo a desigualdade socioeconômica como pode ser analisado na assertiva de Andrade

[...] o encaminhamento da atividade agrícola, não para o atendimento das necessidades nacionais, visando um equilíbrio entre a produção e o consumo, com excedentes para exportação, e otimizando a utilização do território com fins preservacionistas, mas a sua utilização apenas com a finalidade de acelerar a acumulação de capital (ANDRADE, 1979, p. 114).

O que só confirma que atividade agrícola nacional não atende inicialmente ao equilíbrio do consumo nacional, pelo contrário. A lógica está em atender os padrões de exportação, o que apenas leva a acelerar o processo de acumulação do capital e desprestigiar a fluidez das economias de base técnica local-local e local-regional. Os pequenos trabalhadores rurais acabam se tornando peças dentro de uma grande engrenagem mediada pelo sistema de grande capital voltado ao agronegócio, podendo ser absorvido ou não como mão de obra dos cultivos extensivos.

Conforme Antas Jr. (2005, p. 233) “cada um de nós está se tornando peça-chave na regulação local, nacional e planetária”. Assim também os lugares tornam-se “peças-chave” para que a produção aconteça. Porém com o avanço técnico essas “peças” podem se tornar obsoletas em vista de novas formas de produzir que desmerecem a abundância da força braçal.

O secretário entrevistado afirmou que a cooperativa poderá ser constituída em Pilar quando o projeto começar a produzir milho e pimenta, uma vez que podem ser colhidos várias vezes no ano, sem altíssimos investimentos e por serem de fácil comercialização. Esses produtos serão cultivados numa escala maior para futuros comerciantes específicos. Segundo ele, a cooperativa dá maior autonomia ao trabalhador rural em vista da formação de uma comissão: presidente, tesoureiro, secretários e os trabalhadores. Com a cooperativa, a

produção poderá ser estocada, e comercializada, por causa da maior produtividade alcançada pelo trabalho em grupo.

E ainda poderá ter direito a concorrer aos editais dos governos federal e estadual através do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e na aquisição de galpões, maquinários e outros insumos, valorizando além da produção local a auto-estima do trabalhador.

o que nos estamos montando? Estamos montando uma cooperativa, por isso que essas duas plantações de milho e de pimenta, para que a cooperativa possa entrar e, ai sim, o Estado [...]O município sai e vamos montar um novo programa e eles passam a andar com as pernas deles, e nós vamos continuar acompanhando tecnicamente, mas eles já vão se gerir por eles mesmo, essa é a perspectiva do programa, mas essa perspectiva nos estamos pensando a longo prazo 5 anos, ainda é muito incipiente, tem muitas dificuldades a serem vencidas ainda, nos estamos com um problema de água, de energia elétrica, nos temos dificuldade de poço artesiano. Então, o programa ele é um aprendizado, constante tanto para os loteandos, como para nós gestores públicos, nos vamos ali, tendo dificuldade e vamos tendo vencido, fazemos reuniões com eles, conversamos, nos sentimos a necessidade, nos estamos lá permanentemente. (2019).

O secretário também alega que o programa Plantando o Futuro ainda possui muitas dificuldades como acesso a água, através de poços; a contaminação do solo pelo esgoto lançado pelas ocupações próximas às plantações; e acesso a energia elétrica. Para ele, “o programa é um constante aprendizado tanto para os loteados, quanto para os gestores públicos”. Os gestores públicos, junto aos trabalhadores rurais, seguindo a fala do secretário, se reúnem para as tomadas de decisões sobre as suas produções, seja em relação as dificuldades do programa, destino da produção, os valores cobrados pela produção de cada trabalhador, como para opinar e sugerir resolução dos problemas encarados pelo programa. Entretanto, tais gestores não compreendem que os trabalhadores rurais mantêm o programa com tantas dificuldades, o que não lhes permitem, “andar com suas pernas atualmente”, como afirmou o secretário. Para ele, é necessário um grande amadurecimento, porque é a produção consumida pelo município que garante o lucro dos trabalhadores. O secretário acredita que em 05 (cinco) anos muitos dos problemas citados poderão ser minimizados e os envolvidos terão maior experiência sobre o processo de produção e comercialização. Lembrando que o critério de participação dessas pessoas no programa foi estar em caráter de vulnerabilidade social, necessitando também capacitá-los a fim de apreender os processos voltados à cadeia produtiva dos alimentos que cultivava para que tornem-se sujeitos autônomos aptos a formarem uma cooperativa, pois

a cooperativa pode participar do PAA, a cooperativa pode participar do PNAE, a cooperativa pode participar de licitações para que possa ter a merenda daqueles 30% que é obrigado por lei do outros municípios entregar frutas, verduras e hortaliças e tubérculos e... Todas outras produções que possam ser entregues a cooperativa pode fazer isso, a cooperativa tem financiamento para montar galpões para que a gente possa beneficiar os produtos fazendo compotas de pimenta, compotas de nabo e por aí vai... Então, a cooperativa eu acho uma solução de mostrar que o programa vai dar certo e uma forma de beneficiar os cooperados. (2019).

Portanto, para o secretário a cooperativa é: “uma solução de mostrar que o programa vai dar certo”. Ou seja, os gestores municipais trazem em seus discursos o interesse na construção da Cooperativa dos Trabalhadores Rurais de Pilar.

Em referência a constituição de cooperativas alerta Andrade (1988, p. 70) que “o desenvolvimento de pequenas cooperativas provocará naturalmente a distribuição da renda e a ampliação do mercado consumidor dos produtos mais simples, fortalecendo a indústria da área e do país”. Há, no entanto, o caso de cooperativas em terras arrendadas, como é o caso analisado em Pilar.

A produção extensiva tende a criar formas de manter a concentração da terra em momentos de crise e concordando com Ianni (1984, p. 95) sobre a produção industrial, “trata-se de um capital agrário e industrial que continuamente se articula e rearticula no sentido da concentração-centralização, no sentido do crescimento, no sentido do crescente aumento da composição orgânica do capital”. Desse modo, a produção industrial agrária comumente vincula-se a concentração e centralização das infraestruturas necessárias a produção como a terra e maquinário, possibilitando, como já desatado, tanto a reprodução e acumulação do capital, quanto à manutenção do *status quo*. Logo, a necessidade é urgente no que tange ao empoderamento da classe de trabalhadores rurais, permitindo que lutem pela posse da Terra, conquistem equipamentos e outros insumos que oportunizem suas produções e fluidez.

A base técnica normativa das grandes empresas se confundem com a base do lugar e, quando isso acontece, aponta Silveira (2011, p. 07) “[...] o eventual abandono desta última revela as limitações para utilizar qualquer ativo ou recurso em outro tipo de empreendimento”. Assim sendo, a base técnica normativa de um grande empreendimento ou propriedade sobrepõe muitas vezes a força do lugar, afim de manter a dinâmica das engrenagens do capital funcionando em suas mãos e subjugando as possibilidades do desenvolvimento de uma economia regional.

Os posicionamentos aqui tomados sobre o projeto municipal são justificados em vista da forma como o poder público e os trabalhadores vêm usando o território e

estimulando a produção alimentar em Pilar, consciente que a cooperativa ainda não é uma realidade e as terras onde a maior parte dos trabalhadores rurais produzem, funciona através de um sistema de arrendamento que não garante o uso contínuo às famílias que ali estão e nem para a futura cooperativa, caso venha mesmo a existir.

Logo, a produção alimentar pilarense acontece seguindo um panorama, nesse caso, em áreas arrendadas, concentrando o poder do uso da terra nas mãos do latifundiário. Realiza-se também nas proximidades das estradas, podendo ser retiradas a qualquer momento dos terrenos adjacentes aos acostamentos e rotatórias; aparecem temporariamente nos terrenos usados para especulação imobiliária; produzida pelos trabalhadores rurais sindicalizados ou não.

O panorama da produção alimentar pilarense leva a entender que a sociedade vem sendo edificada sob a manutenção de privilégios, em vista da concentração da propriedade privada dos meios de produção para algumas famílias, grupos e empresas. Em relação a essa manutenção aponta Souza (2015, p.52) que “[...] a injustiça flagrante dos privilégios que se tornam permanentes tem que ser, na sociedade capitalista que ‘diz’ ter acabado com todos os privilégios de nascimento, ‘legitimidade’ para que possa se reproduzir”. Tal afirmação possibilita entender que a sociedade atual, está preocupada apenas com manutenção do seu *status quo*, explicando parte da origem das desigualdades socioeconômicas e a constituição de normas que a privilegia

As normas são desenvolvidas no território pelos que detém os bastões do comando, a fim de atender suas necessidades. Conforme Silveira (2011, p.05) “Como es una actualidad, la acción permanece únicamente de un período a otro al dar origen a organizaciones y normas”. Ou seja, as normas são criadas por um dado período para outro e dão origens a padrões, compreendendo-se que esses padrões existam para atender os sistemas produtivos e quem os detém.

Voltando a questão do uso do território nas terras de especulação e a pequena produção alimentar, essas, também estão sujeitas a desaparecer, com a possível chegada de outro empreendimento comercial. Algumas encostas constituem outras áreas onde a produção alimentar também se apresenta em Pilar. São espaços irregulares e que podem ser reivindicados durante alguma fiscalização dos órgãos competentes. Não são propícias a produção alimentar, porque a retirada da planta nativa e a substituição dessas nas encostas

pela produção de alimentos, estimulam um conjunto de processos erosivos que levam ao desmoronamento das áreas em declive, como foi destacado no capítulo 2 e 3.

As diferentes situações no que se refere ao produtor alagoano podem ser explicadas levando em conta a distribuição dos ativos. Segundo Carvalho (2008, p. 21) “essa desigual distribuição dos ativos (a terra e outros bens) implica diferentes situações na condição do produtor alagoano”. Logo, a terra sendo concentrada e a dificuldade na aquisição dos insumos necessários para estimular a produção, explicam segundo o autor as desiguais situações e dificuldades do trabalhador rural alagoano.

Entendendo-se que os usos do território arranjados para acomodar a produção alimentar em Pilar não garantem sua perpetuação, sendo moldados à vontade do mercado e dos latifundiários. Além disso, no período analisado, surgiram alguns eventos que desprestigiaram a produção local, destacando-se a substituição da produção alimentar local em algumas áreas pelo concreto, as casas dos condomínios, processo que se encaixa na lógica do “progresso”. Outro ponto importante é que a décadas a monocultura vem cumprindo o seu papel extensivo. Atualmente, não obstante a redução de sua área plantada, o sistema de latifúndio dá sinais de continuidade. Pois, alguns latifundiários estão dividindo seus empreendimentos em lotes para serem arrendados, mantendo a grande propriedade. Já outros latifundiários, aqueles que precisam urgentemente de recursos, diante da oscilação do mercado sobre a produção sucroalcooleira, estão vendendo parte de suas terras às margens da BR-316 para angariar recursos. Esses lotes poderiam ser adquiridos pelo estado, ao invés de manter o sistema de arrendamento, dando maior garantia aos trabalhadores rurais sobre o uso e posse da terra juntamente com a formação da cooperativa, como foi observado nas entrevistas.

A manutenção e diversificação da produção alimentar não pode ser apenas encarada como uma grande luta de classes para levar alguns a ganharem mais ou menos dinheiro. Mas sim, como pensa Ziegler (2015, p. 326) quando afirma que “a agricultura familiar e de viveres, ao contrário, sob condição de ser apoiada pelos Estados e de contar com os investimentos e os insumos necessários, é garantia de vida. Para nós”. Nesse contexto, a produção alimentar deve ser apoiada pelo Estado pensando no seu escoamento de maneira que esses investimentos orientem a minimização das desigualdades e da escassez. Afinal, a fluidez da produção alimentar via agricultura familiar movimenta todo o contexto local-regional, economia, diferente das *plantations* ou do capital agrário industrial voltado a atender aos

desígnios do mercado global. Logo, o espaço deve ser garantido para todas as formas de produção sem comprometer a vida humana e a natureza.

Considerações finais

Na dissertação apresentada buscou-se responder se as atividades econômicas que geram maior fluxo de capital no município de Pilar nos últimos 15 anos, possibilitaram o crescimento da produção alimentar, seu subjugo ou diversificação, relacionadas as dinâmicas do território. Assim sendo, alcançou-se sete acepções que levam a entender um recorte da complexidade voltada à produção alimentar em Pilar e a lógica do pão e do concreto. Ou seja, a necessidade de atender ao mercado (“progresso”) e as necessidades da população de produzir e se alimentar trabalhando no campo.

A primeira acepção está relacionada a análise dos dados e contexto voltados as atividades sucroalcooleiras e imobiliária no município, levando a pensar que em um momento do recorte temporal analisado, orientou o subjugo da produção local. E, outro que permitiu a sua diversificação e crescimento da produção em terras arrendadas, com a instituição do Programa Plantando o Futuro, e estímulo ao trabalhador rural. Seja em terras arrendadas ou não.

Assim, o período analisado pode ser compreendido através de dois momentos definidos pela oscilação do mercado sucroalcooleiro: o primeiro, quando a monocultura canavieira mantinha sua pujança, tendo uma grande área plantada (2004-2014) que ultrapassava 7 mil hectares; e o segundo (2015-2018) atingindo 3 mil hectares, havendo uma queda brusca sobre sua área plantada.

Os motivos que explicam essa queda não podem ser explicados seguindo apenas um fator ou escala geográfica, considerando-se a complexidade do território e o seu movimento dialético bem como variáveis, a exemplo da diminuição dos subsídios do setor sucroalcooleiro nordestino desde 1990. Lembrando que tais subsídios eram concedidos para tornar o produto da região competitivo em relação ao Centro-Sul e também estrangeiro; migração de capitais para a região Centro-Sul, culminando no fechamento de muitas usinas no território alagoano, por conta dos altos investimentos dessa região no beneficiamento da cana. Essa migração de capitais resultou no incremento do meio técnico-científico informacional sobre o melhoramento genético, sistema de transportes do setor sucroalcooleiro, destacando também a estiagem que castigou as terras nordestinas nos últimos anos, e resultou na redução da produção em Alagoas.

No interstício de 2004 a 2014 se dá o advento dos conjuntos habitacionais e manutenção da área canavieira em Pilar, mesmo que o setor sucroalcooleiro venha sentindo as mudanças do mercado. Observou-se, que nesse momento, a produção alimentar foi

acomodada nos canteiros de estrada, em terrenos usados pela especulação imobiliária, nas encostas, sítios e chácaras. E mais, pequenas produções no entorno das casas dos trabalhadores e nos quintais, bem como na terra de outro trabalhador ou latifundiário (terras arrendadas), de maneira que o aluguel da terra seja pago com dinheiro, parte da produção ou trabalho. Também constatou-se a existência de trabalhadores rurais empregados através do sistema da Carteira de Trabalho (CLT) nas áreas monocultoras.

Já o período entre 2015 a 2018, marca a manutenção das acomodações da produção alimentar vista no momento anterior, mas também o incremento da produção em terras arrendadas, através do programa Plantando o futuro. Esse programa vem estimulando a produção alimentar desde 2017, resultando no acréscimo da quantidade e diversidade de alimentos. Mas, por se desenvolver em antigas áreas de produção canavieira e acomodar a produção em terras arrendadas, concebe-se que a normatização do território utilizado por esse programa, da forma como se mostra atualmente, mantenha o poder da posse da terra nas mãos dos latifundiários.

Esta observação sobre a manutenção do sistema de latifúndio através dos arrendamentos é tecida porque essa configuração territorial não garante as próximas gerações a posse da terra, produção, diversificação e nem mesmo o uso, visto que a partir do momento que o mercado sucroalcooleiro estiver novamente em alta, o latifundiário pode reclamar suas terras para voltar a plantar cana, e a produção alimentar nos arrendamentos criados pelo programa desaparecer.

Sabe-se que o secretário de meio ambiente e a diretora do programa mencionaram durante as entrevistas que o município tem grande interesse na criação da cooperativa (aqui intitulada como “Cooperativa dos Trabalhadores Rurais de Pilar – COTRARUP”). Porém, enquanto isso não acontece, o território permanece normado pelo sistema de latifúndio e a mercê dos desígnios do mercado sucroalcooleiro. Podendo resultar, conforme afirmado anteriormente, no fim do Plantando o Futuro, que por não possuir um caráter efetivo, uma vez que ainda não corresponde a um Projeto de Lei, pode não ser de interesse de um futuro gestor municipal.

A segunda aceção corresponde ao fim de algumas chácaras à medida que o setor imobiliário tem se apropriado de lotes nas ruas e avenidas principais da Chã em Pilar, seja pela proximidade das centralidades da parte alta da cidade em relação aos condomínios, ou

pela beleza natural da região. Esse mesmo setor imobiliário vem destruindo parte das franjas de Mata Atlântica, ainda existentes em Pilar, com a construção dos conjuntos habitacionais.

A terceira acepção está relacionada aos processos de crescimento da produção alimentar local e sua diversificação, conforme o segundo momento do período analisado na pesquisa. Deu-se nesse momento o incremento da merenda escolar, em vista da diversificação e crescimento da produção alimentar local. Entretanto, esse crescimento da produção e diversificação, aconteceu em consonância com a manutenção de um sistema de arrendamento concentrador, quando poderia ter modificado a realidade, dando maior autonomia ao trabalhador com a instituição da cooperativa, garantia da posse da terra e planejamento do arranjo alimentar.

Sobre o programa, é sempre importante esclarecer, que o município desenvolveu um conjunto de ações positivas, dentre os quais pode-se aqui elencar: direcionamento do uso da terra para a produção alimentar; realização de capacitações com os participantes do programa e outros agricultores, haja vista muitos dos participantes não saberem plantar e cultivar. Geralmente, pessoas consideradas em estado de vulnerabilidade social pela Secretaria Municipal de Assistência Social, o que lhe permitiu trabalhar e ter direito a uma renda. Assistência dessa natureza também foi estendida a outros agricultores. Porém, a constituição de lotes arrendados leva a concentração do principal meio de produção do trabalhador rural que é a terra, sendo necessário implantar um outro sistema que possibilite maior autonomia ao Programa. Compreendendo-se que o programa ainda é muito jovem e, com o tempo, pode amadurecer e ser submetido a um processo de avaliação, tendendo modificar a estruturação de todo o arranjo alimentar. Entretanto, o secretário municipal e a diretora do Programa nas entrevistas concedidas afirmaram que o município tem a pretensão de mobilizar os trabalhadores para constituição de uma cooperativa.

A quarta acepção corresponde as relações de trabalho comumente associadas a manutenção do latifúndio: o trabalhador da terra arrendada e o trabalhador que paga o uso da terra com a produção. Essas relações de trabalho são mantidas diante da alta concentração latifundiária, da normatização imposta pelo dono da terra, no caso, os empreendedores do açúcar ou os grandes fazendeiros locais. Essas relações de trabalho aparecem de maneira que o pequeno produtor não detém as ferramentas e insumos (terra, colheitadeira, adubadeira, financiamentos, adubos, sistema de irrigação e acompanhamento técnico) necessários a produzir uma mercadoria competitiva, resultando na submissão desse trabalhador aos desígnios, por exemplo, dos fazendeiros.

O sistema de arrendamento no contexto analisado permite que o trabalhador rural continue dependente do grande proprietário e os insumos investidos pelo município, que compra a produção do citado trabalhador. Ora, a constituição de cooperativas para beneficiar a produção local deveria ser uma possibilidade de fortalecer o trabalhador em questão, porém o contexto do arrendamento atual cerceia a autonomia desse trabalhador e mantém o laço de dependência deles com o município e o latifundiário.

A quinta acepção alcançada refere-se ao foco dado ao planejamento do arranjo alimentar. O foco na produção e cultivo é claramente importante, mas se não for também planejada e investida nas etapas de circulação e comercialização (fluidez), os trabalhadores rurais perderão mercado. Logo, a produção alimentar local não pode ser mais vista como “pequena produção” ou “agricultura de pobre”. Mas, encarada como uma atividade econômica que pode gerar renda fixa aos trabalhadores rurais na terra, proporcionando a comercialização em escalas local-local e local-regional, seja em relação aos alimentos ou não; permitindo o empoderamento do trabalhador rural.

A sexta acepção diz respeito a maior concentração dos fluxos alimentares exteriores que chegam na feira da Chã de Pilar, atestando que a produção local poderia ser estimulada não só para dar fluidez as carências do mercado local, mas também as demais escalas (local-local e local-regional), como por exemplo, a demanda da CEASA maceioense que é suprida por mercadorias procedentes de vários estados do país e até mesmo do exterior. Boa parte desses alimentos, referentes aos fluxos exteriores, poderiam ser cultivados em Alagoas, amenizando custos com transporte e valorizando trabalhador local.

Se a origem da produção alimentar acontecesse numa base local e a mesma pudesse fluir em diferentes escalas, isso permitiria ao trabalhador rural aumentar sua lucratividade, investir em seus núcleos produtivos, comprando os vários insumos para estimular sua produção. Resultando, dessa forma, no aquecimento do mercado local-local e local-regional.

A sétima acepção está relacionada à transformação agrícola que vem acontecendo em Pilar, pautada em terras arrendadas junto a trabalhadores periurbanos, diferente do que o prefeito, secretário municipal de meio ambiente e a mídia dispersam nas redes sociais, ao destacarem que está acontecendo reforma agrária e os trabalhadores enquadram-se no seguimento da agricultura familiar. Ora, para que essa reforma aconteça é necessário que parta dos anseios dos movimentos sociais que lutam pela divisão equitativa da terra, tendo o estado à função de desapropriar, permitir que o trabalhador do campo possa produzir e receber

subsídios, fortalecer a produção em coletividade pelos sistemas de autogestão, cooperativas, associações e outras. Contudo, em Pilar, as terras continuam concentradas nas mãos das oligarquias canavieiras, algumas arrendadas pelo município, usadas por um conjunto de pessoas em condição de vulnerabilidade social, conforme a Secretaria Municipal de Assistência Social, selecionadas através de um cadastro. Decerto as terras pilarenses ainda não vivem a reforma agrária e nem mesmo estimulou a estruturação de 250 lotes voltados à produção familiar. Percebe-se que a configuração de arrendamento e a relação de trabalho periurbana vêm sendo estimulada, já que o mercado e a área plantada de cana estão em queda desde 2004.

Esta pesquisa mostrou ao longo do seu desenvolvimento que a grande fluidez de capital em um dada fração do território não é sinônimo de desenvolvimento social. Pois, novos arranjos podem surgir e antigas possibilidades de exploração do território podem ser mantidas, possibilitando a continuidade da ordem vigente, a fim de gerar lucro para um grupo muito seletivo de agentes, a exemplo, das oligarquias agrárias e algumas poucas famílias.

Em Pilar, acredita-se que o crescimento da produção alimentar, sua diversificação, escoamento e um sistema coletivo (de terras próprias às cooperativas ou associações), podem motivar o desenvolvimento social entre os trabalhadores rurais. Para isso, o arranjo alimentar deve ser planejado por todos os agentes que compõem o território, destacando os anseios do trabalhador rural, e realizando práticas efetivas que permitam frutificar as riquezas que esses trabalhadores conseguem produzir na terra, mantendo seus cultivos e propriedades. Constituindo, assim, outra perspectiva de progresso, diferente da lógica do concreto, e assegurando o pão nosso de cada dia.

Referências

A fome volta a crescer no mundo, afirma novo relatório da Organização das Nações Unidas no Brasil (ONU BR), **ONU BR**, 15 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1037611/>>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Classes Sociais e Agricultura no Nordeste**. 8 ed. São Paulo: FUNDAJ, Editora Massangana, 1985.

_____. **Nordeste**: alternativas da agricultura. São Paulo: Papyrus, 1988.

_____. **Agricultura e capitalismo**. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Duas cidades, 1980.

_____. **Usinas e destilarias das Alagoas**: uma contribuição ao estudo da produção do espaço. Maceió: EDUFAL, 2010.

_____. **Os rios-do-açúcar do Nordeste Oriental**: os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. Maceió: EDUFAL, 2010.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). **Royalties e outras participações**. [Online]. 2017. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/royalties-e-outras-participacoes/royalties>>. Acesso em: 15 de abril de 2017.

ANTAS JUNIOR, Ricardo Mendes. **Território e regulação**: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, FAPESP, 2005.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2016.

_____. **Crises da República**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BARROS, Patrícia. Pilar ganha bairro planejado m área de 500 mil m². **Gazeta Web**, Maceió.17 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=278728>>. Acesso e m: 20 de abril de 2018.

BENKO, Georges. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**. Florianópolis, SC, v. 16, n. 32, p.31-50, 2001. ISSN 2177-5230.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas**. 3. ed. Maceió: Edufal, 2015.

_____. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3º ed. Maceió: EDUFAL, 2009.

_____. **Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas**. 7 ed. Maceió: EDUFAL, 2016.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: o dilema do pão e do aço**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

_____. **Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica editora, 1951.

_____. **Documentários do Nordeste**. 4 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982.

COPERSUCAR: Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. 2018. Disponível em: <<http://www.copersucar.com.br>>. Acesso em: 05 de junho de 2018.

COSTA, Alex Douglas. **Desenho a lápis de cor com base em fotografias da pesquisa**. Pilar, AL, 2019. Um desenho a mão.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **População e açúcar no nordeste do Brasil**. Maceió: Edufal, 2012.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O Bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 3 ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

E-SIC: Sistema Eletrônico e de Serviço de Informação ao Cidadão [Online]. 2006. Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. 3º ed. Minas Gerai: Editora UFJF, 2015.

FAO vê alta da fome na América Latina e no Caribe; 42,5 milhões estão subnutridos. **Organização das Nações Unidas no Brasil (ONUBR)**, 15 de dezembro de 2017. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/fao-ve-alta-da-fome-na-america-latina-e-no-caribe-425-milhoes-estao-subnutridos/>>. Acesso em 16 de novembro de 2017.

Fome cai 82% no Brasil, destaca relatório ONU. **Portal Brasil**, 27 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/fome-cai-82-no-brasil-destaca-relatorio-da-onu>>. Acesso em 17 de novembro de 2017.

HEREDIE. Beatriz Alasia de. **Formas de dominação e espaço social**. São Paulo: Marco zero, 1988.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística[Online]. 2006. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pilar/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

_____. 2016. Disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pilar/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

_____. 2017. Disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pilar/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

_____. 2010. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pilar>>. Acesso em: 20 de setembro de 2018.

IDERAL: Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas [Online].2019. Disponível em: <http://www.ideral.al.gov.br/abastecimento/cotacao-de-precos/2019>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária [Online]. 2018. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>. Acesso em: 26 de janeiro de 2018.

Inforoyalties [Online]. 2018. Disponível em: <https://inforoyalties.ucamcampos.br/informativo.php>. Acesso em: 25 de janeiro de 2018.

Portal da Transparência de Alagoas [Online]. 2018. <http://al.transparencia.gov.br/tem/Pilar/receitas/por-acao/acoes?exercicio=2018>.

INFOROYALTIES. **Universidade Caetano Mendes**, 2013-2018. Disponível em: <<https://inforoyalties.ucam-campos.br/informativo.php>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2017.

Informações socioeconômicas municipais: Pilar-Alagoas. **Banco do Nordeste**, Ceará, 12 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/documents/80223/1309601/Re-latório+Pilar.pdf/68779e49-f511-a3e9-d1a0-42042b04ba08>>. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

JUNIOR, Edivaldo. CRISE. Setor Sucroenergético de Alagoas “amarga” uma receita com resultados negativos, agravados pela seca e cenário financeiro. **Gazeta de Alagoas**, Maceió,

18 de março de 2017. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas_old/imprimir.php?c=303367>. Acesso em: 25 de março de 2018.

JUNIOR, Edivaldo. TEM SAÍDA? Com perdas de mais de R\$ 500 milhões na safra 12/13, setor sucroalcooleiro de Alagoas tenta se reerguer. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 03 de jan. 2014. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=236814>>. Acesso em: 25 de março de 2018.

Justiça Federal bloqueia contas de Marechal Deodoro. **Alagoas 24 horas**, Maceió, 23 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.alagoas24horas.com.br/373587/justicafealbloque>>.

LIMA, Araken Alves de. **Evolução da Agroindústria Canavieira Alagoana no século XX**. Maceió: Edufal, 2014.

LIMA, Ivan Fernandes. **Ocupação Espacial do Estado de Alagoas**. Maceió: Sergasa: 1992.

LIRA, Sandra. **Alagoas 2000-2013**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

MARTINS, José Fernandes. Crise fecha mais uma usina em Alagoas. **Jornal extra**, Maceió 01 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://novoextra.com.br/outras-edicoes/2018/958/42545/crise-fecha-mais-uma-usina-em-alagoas>>. Acesso em: 03 de março de 2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Portal da Transparência de Alagoas, 2018**. Disponível em: <<http://al.transparencia.gov.br/tem/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

MORAES, Sergio Roberto de. **Pilar das Alagoas: recanto das coisas boas**. Pilar: Magenta Gráfica e editora, 2005.

ONU – Organização das Nações Unidas. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-I7695s.pdf>>. Acesso em: 18 de novembro de 2017.

ORTEGA Y GASSET. **A rebelião das Massas**. Rio de Janeiro: Relógio D'água, 1930.

_____. **Meditação sobre a técnica.** Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1991.

PEREIRA, Suzana Alice. **Bacia de Sergipe-Alagoas.** Salvador: Escola de Terra e Mar. D&M Photodesign, 2009.

PLANO de desenvolvimento aprovado durante a reunião de diretoria de nº 855 de 08/09/2016 Resolução nº 703/2016. **ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis)**, Brasília, 08 set. 2016. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/images/planos_desenvolvimento/Pilar.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2017.

Plano Diretor Participativo do Município de Pilar, 2006 (05 de outubro de 2006). **Site da Prefeitura municipal.** Disponível em:< <http://www.pilar.al.gov.br/estruturaadm.html>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

PRADO JUNIO, Caio. **A questão agrária no Brasil.** 4º ed. São Paulo: Editora brasiliense, 2000.

SÁBATO, Ernesto. **Homens e Engrenagens:** reflexões sobre o dinheiro, a razão e a derrocada de nosso tempo. São Paulo: Paripus, 1993.

_____. **A resistência.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SALÉSIA, Maria. **Dinheiro foi usurpado da prefeitura do Pilar.** **Jornal Extra**, Maceió, 09 de março de 2017. Disponível em: <<https://novoextra.com.br/outras-edicoes/2017/912/32400/dinheiro-foi-usurpado-da-prefeitura-do-pilar>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal.** 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** 4 ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: EDUSP, 2014.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: EDUSP, 2014.

_____. **Espaço do cidadão.** 7 ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, Milton.,SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

SILVEIRA, Maria Laura. Território usado y fenomeno técnico em el periodo de globalización. **Parágrafos geográficos.**Argentina, v. 11, n. 2, p.25-38, 2012. ISSN 1853-9424.

_____. Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil? Um panorama da riqueza e da pobreza brasileira. In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. **Que país é esse:** pensando Brasil contemporâneo. São Paulo: Globo, 2005, p.141-178.

_____. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência geográfica.** São Paulo, v. 15, n. 15, p. 04-12, 2011.

SOUZA, JESSE. **A tolice da inteligência brasileira:** ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.

_____. **A Elite do Atraso:** da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária?** São Paulo: editora brasiliense, 1994.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa:** geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.

Anexo

Quadro 1 - Número de estabelecimentos, empregos formais, remuneração total e remuneração média no município de Pilar/AL – 2015

Divisões CNAE(Classificação Nacional das Atividades Econômicas 2.0 que mais geraram emprego	Nº de estabelecimentos	Vínculos empregatícios	Valor total das remunerações (R\$)	Remuneração média (R\$)
Administração pública, defesa e seguridade social	2	1.941	3.543.920	1.826
Comércio varejista	149	421	401.898	955
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	35	380	496.056	1.305
Extração de petróleo e gás natural	1	247	3.728.549	15.095
Serviços especializados para construção	7	217	712.950	3.285
Atividades de apoio à extração de minerais	2	205	511.226	2.494
Transporte terrestre	25	166	305.448	1.840
Alimentação	17	94	92.643	986
Educação	8	80	68.081	851
Coleta, tratamento e disposição de resíduos	2	55	76.198	1.385
Construção de edifícios	9	45	81.210	1.805
Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis não financeiros	9	29	36.391	1.255
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	2	28	24.820	886
Fabricação de produtos alimentícios	3	27	33.914	1.256
Atividades de serviços financeiros	3	23	137.399	5.974
Outras Atividades	68	217	242.233	1.116
Total	342	4.175	10.492.936	2.513

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (<https://www.bnb.gov.br/documents/80223/1309601/Relatório+Pilar.pdf/68779e49-f511-a3e9-d1a042042b04ba08>).

Quadro 2 - Engenhos de açúcar encontrados na Vila de Pilar no ano de 1859

NOME DOS ENGENHOS	DISTRITO	PROPRIETÁRIO	PRODUÇÃO (PÃES DE AÇÚCAR)
Lameirão	Vila do Pilar	Nicolau Alves Rodrigues	2.200 a 2.500
Grujá de Baixo	Vila do Pilar	Joaquim José de Melo	2.200 a 2.500
Flor do Paraíba	Vila do Pilar	José Antônio de Mendonça	2.000 a 2.200
Engenho Nôvo	Vila do Pilar	Ernesto Lopes Rodrigues	1.800 a 2.000
Brejo Novo	Vila do Pilar	Viúva de Antônio Cavalcante	1.800 a 2.000
Mumbaça	Vila do Pilar	Joaquim Lopes Rodrigues	1.800 a 2.000
Poção	Vila do Pilar	José Joaquim Maia	1.700 a 1.800
Grujá de Cima	Vila do Pilar	D. Maria Madalena da Costa	1.400 a 1.500
Boacica	Vila do Pilar	Fruituoso Joaquim Maia	1.400 a 1.500
Camurupim	Vila do Pilar	Nicolau Alves Rodrigues	1.000 a 1.200
Terra Nova	Vila do Pilar	Antônio Carlos da Silva	1.000 a 1.200

Pilarzinho	Vila do Pilar	Francisco Estêves	900 a 1.000
Salgado	Vila do Pilar	Cap. Antônio José Correia	900 a 1.000
Mangabeira	Vila do Pilar	Henrique Hernesto Bittencourt	500
Chã	Vila do Pilar	Inácio José de Godóes	800
Rachado	Vila do Pilar	Domingos José da Costa Agra	1.000
Volta	Vila do Pilar	Silvestre Domingues da Silva	800
Quebra Carro	Vila do Pilar	João do Reno Acioli	600
Subaúma	Vila do Pilar	Inácio Acioli Vasconcelos	800
Cajueiro	Vila do Pilar	Antônio Corrêa da Mota	600
Utinga	Vila do Pilar	Manoel da Cunha R. Lima	1.000

Fonte: Sant'ana, 2011, p.174-175. **Organização:** DANTAS, T.C.,2018.

Quadro 3 - Quantidade de imóveis rurais em Pilar por pessoa física ou empresa

EMPRESAS – TERRA NOVA, LEÃO, UTINGA TRIUNFO, GARDEN, GARDEM, MARCOS, EMPREENDIMENTOS E ALAGOAS AMBIENTAL	
Quantidade de imóveis	Pessoa física ou empresa
508	1. USINA TERRA NOVA SA
480	2. USINA TERRA NOVA SA
86,5	3. USINA TERRA NOVA SA
116,1	4. USINA TERRA NOVA AS
452	5. USINA TERRA NOVA AS
436,4	6. USINA TERRA NOVA AS
571,4	7. USINA TERRA NOVA SA
156,7	8. USINA TERRA NOVA SA
261,2497	9. USINA CAETE SA
122	10. LAGINHAAGRO INDUSTRIAL SA URUBA
139,1988	11. TRIUNFO AGROINDUSTRIAL LTDA
9,6	12. LEO CIA LTDA
1.086,55	13. PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOSLTDA
176	14. MARCOS MADEIRAS LTDA
50	15. GARDEN IMOBILIÁRIA LTDA
221,5	16. GARDEM EMPREENDIMENTOS LTDA
9,9243	17. EC EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP
261,2497	18. USINA CAETE SA
163,307	19. S/A LEÃO IRMÃOS SUCAR E LCOOL
9,9243	20. EC EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA – EPP
101,48	21. ALAGOAS AMBIENTAL S/A
0,2	22. EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES SA
MOREIRA	
217,9	23. CARLOS ALBERTO MOREIRA DE MENDONÇA CANUTO *
141,9074	24. CARLOS ALBERTO MOREIRA DE MENDONÇA CANUTO
30,62	25. CARLOS ALBERTO MOREIRA DE MENDONÇA CANUTO
234	26. JOSE RUBENS MOREIRA DE MENDONÇA CANUTO
4	27. RICARDO LAMENHA MOREIRA CANUTO
234	28. JOSE RUBENS MOREIRA DE MENDONÇA CANUTO
600	29. DILMA MOREIRA DE MENDONÇA CANUTO
50	30. RENATO MOREIRA DE MENDONÇA CANUTO
134,2867	31. CARLOS OTAVIO FIUZA MOREIRA
134,2867	32. FERNANDO OTAVIO FIUZA MOREIRA
134,2867	33. MARIA RACHEL FIUZA MOREIRA
134,2867	34. MARIA ALCIDES FIUZA MOREIRA
500	35. JOSE OTAVIO MOREIRA FILHO
NEMÉZIO E JUSTINO	

4,7044	36. JORGE JUSTINO NEMEZIO
11,2528	37. JORGE JUSTINO NEMEZIO
1,2373	38. JORGE JUSTINO NEMEZIO
4,796	39. EUGENIA FRAQÑÁA DE OLIVEIRA NEMEZIO
11,2528	40. EUGENIA FRAQÑÁA DE OLIVEIRA NEMEZIO
4,796	41. EUGENIA FRAQÑÁA DE OLIVEIRA NEMEZIO
11	42. JOSE JUSTINO GOMES
11,2528	43. NUBIA FRANÁA DE OLIVEIRA NEMEZIO***
4,796	44. NUBIA FRANÁA DE OLIVEIRA NEMEZIO
OLIVEIRA	
5,4	45. LUZINALDO SOARES DE OLIVEIRA
98	46. ROSANA GONDIM DE OLIVEIRA
10	47. MANOEL NARCISIO DE OLIVEIRA FILHO
9,85	48. BENEDITO DE OLIVEIRA ACIOLI
144	49. CICERO JOSE DE OLIVEIRA
76,9	50. WILSON LEITE DE OLIVEIRA
105,16	51. HUMBERTO CASADO DE OLIVEIRA
94,5	52. HUMBERTO CASADO DE OLIVEIRA
MAYA	
134,2867	53. ANTÃO NIO MAURICIO DE MAYA PEDROSA MOREIRA
134,2867	54. JÃO LIO SERGIO DE MAYA PEDROSA MOREIRA
134,2867	55. TANIA DE MAYA PEDROSA
134,2867	56. ANTÃO NIO MAURICIO DE MAYA PEDROSA
SANTOS	
14,2	57. JOSE CORREIA DOS SANTOS
7,5426	58. JOSE CORREIA DOS SANTOS
1,0587	59. PEDRO CORREIA DOS SANTOS
34,2	60. BERNALDO SENA DOS SANTOS
14,2	61. JOSE CORREIA DOS SANTOS
6,4	62. JOSE ANTONIO DOS SANTOS
4,3	63. GRACINDO JOSE DOS SANTOS
31,5	64. JOSE GOMES DOS SANTOS
25	65. JEOVA ISRAEL ARAUJO DOS SANTOS
4,6	66. ANTONIO RAU DOS SANTOS
3,5	67. ROSALIO DOS SANTOS
10	68. MANOEL JOSINO DOS SANTOS
30,3	69. JOSE PEDRO DOS SANTOS
20,6298IA	70. JEOVA ISRAEL ARAUJO DOS SANTOS
10,2	71. HUMBERTO GOMES DOS SANTOS FILHO
58,08	72. JOSEFA DOS SANTOS
4,84	73. JOSE ANTONIO DOS SANTOS
4,84	74. JOSE ANTONIO DOS SANTOS
30	75. JOAO OLIVEIRA DOS SANTOS
20	76. JOAO OLIVEIRA DOS SANTOS
30	77. JOAO OLIVEIRA DOS SANTOS
27	78. JOSE GOMES DOS SANTOS
50	79. JOAO OLIVEIRA DOS SANTOS
5,1	80. JOAO OLIVEIRA DOS SANTOS
3	81. JOAO OLIVEIRA DOS SANTOS
GOMES	
250	82. MARGARIDA PINHEIRO GOMES
2	83. MARIA NAZARE SAMPAIO GOMES
CAVALCANTI(E)	
88,1	84. JOSE PORTOCAVALCANTE
155,2	85. SAULO QUINTELA CAVALCANTE
97,3	86. JOSÃO MARIO QUINTELA CAVALCANTE

119	87. FRANCISCO JOSE QUINTELLA CAVALCANTI
29,04	88. BENIGNA FORTES CAVALCANTI
GOUVEIA	
3	89. MARIA OLIVIA GOUVEIA DE LIMA
3	90. JOSE GOUVEIA DE LIMA
3	91. JOSEFA GOUVEIA DE LIMA
DANTAS	
48,9	92. MARIA DAS GRACAS DANTAS GARCIA L
48,9	93. JOSE EMILIO DANTAS GARCIA COSTA
31	94. JOSE EMILIO DANTAS GARCIA COSTA
31	95. MARIA DAS GRACAS DANTAS GARCIA COSTA
48,9	96. MARIA DAS GRACAS DANTAS GARCIA COSTA
103	97. MARIA EMILIA DANTAS GARCIA
310	98. MARIA EMILIA DANTAS GARCIA
421,2	99. JOAO BATISTA DANTAS FEIJO
COSTA	
33,2	100. MARIA LUIZA COSTA DA SILVA
31	101. MARIA DAS GRACAS COSTA DE MORAIS
48,9	102. MARIA DAS GRACAS COSTA DE MORAIS
48,9	103. MARIA LUIZA COSTA DA SILVA
0	104. JOAO ROBERTO DA COSTA
2,2	105. MARIA DE FATIMA PEIXOTO COSTA
41,3	106. CLAUDIO PEIXOTO COSTA
9	107. SEBASTIAO LINO DA COSTA
8	108. ARISTEU LINO COSTA
28	109. FERNANDO ARTUR TEIXEIRA DA COSTA
21,6	110. MARIA DE FATIMA PEIXOTO COSTA
20	111. MARIA DE FATIMA PEIXOTO COSTA
27,7	112. GERSON TENORIO COSTA
2,4	113. GERSON TENORIO COSTA
18,5	114. GERSON TENORIO COSTA
42,2	115. GERSON TENORIO COSTA
14	116. GERSON TENORIO COSTA
195,6	117. NANETE MELO DE ALBUQUERQUE COSTA
126,2	118. NANETE MELO DE ALBUQUERQUE COSTA
6	119. ANA DE OLIVEIRA COSTA
2,8	120. CICERO MORAES DA COSTA
144,55	121. EURIDES TEIXEIRA COSTA
4,3175	122. PETRUCIO DARIO COSTA
4,4	123. CICERO ARNALDO COSTA
MELO E MEDEIROS	
409,2	124. EMERSON DE MELO TENORIO
41	125. EMERSON DE MELO TENORIO
16,3	126. EMERSON DE MELO TENORIO
32,54	127. MARIA CONCILIA DE MEDEIROS MELO
65,36	128. MARIA CONCILIA DE MEDEIROS MELO
63,895	129. CARLOS MELO DOS SANTOS
63,895	130. CARLOS MELO DOS SANTOS
3	131. CICERO VICENTE DE MELO
200	132. LUIZ DE MEDEIROS BARBOSA
LAGES	
231,8	133. SOLANGE BERARD LAGES CHALITA
231,8	134. SONIA MARIA LAGES PONTES DE MIRANDA
231,7	135. JOSE LAGES NETO
228,8	136. MARIO DANIEL BERARD LAGES
35,7	137. MARIO DANIEL BERARD LAGES

130,27	138. MARIO DANIEL BERARD LAGES
13,6	139. MARIO DANIEL BERARD LAGES
231,5	140. SONIA LAGES LUSTOSA DE ALTAVILA
231,5	141. MONIQUE LAGES LUSTOSA DE ALTAVILA
231,5	142. ANNICK LAGES LUSTOSA DE ALTAVILA
35,7	143. MARIO DANIEL BERARD LAGES
130,27	144. ISABELLE LOUREIRO LAGES
13,6	145. JOSE LAGES NETO
13,6	146. SONIA MARIA LAGES PONTES DE MIRANDA
13,6	147. ANNICK LAGES LUSTOSA DE ALTAVILA
13,6	148. SONIA LAGES LUSTOSA DE ALTAVILA
13,6	149. MONIQUE LAGES LUSTOSA DE ALTAVILA
13,6	150. SOLANGE BERARD LAGES CHALITA
520	151. AFRANIO SALGADO LAGES
61,37	152. SONIA MARIA LAGES PONTES DE MIRANDA
82,51	153. JOSE LAGES NETO
65,85	154. SOLANGE BERARD LAGES CHALITA
ALMEIDA	
133	155. MARILIA ALMEIDA PONTES DE MIRANDA
13,7	156. ARRY ALMEIDA DA SILVA
90	157. JOSEFA GOMES DE ALMEIDA
90	158. GENI GOMES ALMEIDA SILVA
90,75	159. JOSÃ% GOMES DE ALMEIDA
90,75	160. JOSÃ% GOMES DE ALMEIDA
ROCHA	
32,54	161. MARIA MONICA DE MELO MOREIRA ROCHA
31,6	162. RENATO REZENDE ROCHA
1,9	163. RENATO REZENDE ROCHA
30,2	164. RENATO REZENDE ROCHA
3,8	165. RENATO REZENDE ROCHA
65,36	166. MARIA MONICA DE MELO MOREIRA ROCHA
19,6561	167. JOSÃ% GALBA ROCHA
MELLO	
495,9335	168. MANOEL AFFONSO DE MELLO NETO
82,62	169. CRISTINA ARAUJO DE MELLO SOARES
82,62	170. JOSE AFFONSO ARAUJO DE MELLO
82,62	171. CLAUDIA ARAUJO DE MELLO DUARTE
82,62	172. EDUARDO LUIZ ARAUJO DE MELLO
400	173. JOSE AFFONSO DE MELLO
53,11	174. MANOEL AFFONSO MELLO RAMALHO DE AZEVEDO
87,12	175. MANOEL AFFONSO MELLO RAMALHO DE AZEVEDO
RIBEIRO	
463,5	176. RENATO FRANCISCO RIBEIRO
3	177. ADALBERTO RIBEIRO SERAFIM
2,1	178. ADALBERTO RIBEIRO SERAFIM
2,1	179. ADALBERTO RIBEIRO SERAFIM
20	180. ADALBERTO RIBEIRO SERAFIM
2	181. AURINO RIBEIRO DA SILVA
10	182. ADALBERTO RIBEIRO SERAFIM
20	183. ADALBERTO RIBEIRO SERAFIM
43,5	184. ADALBERTO RIBEIRO SERAFIM
463,5	185. RENATO FRANCISCO RIBEIRO
3	186. ADALBERTO RIBEIRO SERAFIM
2,1	187. ADALBERTO RIBEIRO SERAFIM
2,1	188. ADALBERTO RIBEIRO SERAFIM
20	189. ADALBERTO RIBEIRO SERAFIM

2	190. AURINO RIBEIRO DA SILVA
10	191. ADALBERTO RIBEIRO SERAFIM
3,4	192. ADALBERTO RIBEIRO SERAFIM
20	193. ADALBERTO RIBEIRO SERAFIM
43,5	194. ADALBERTO RIBEIRO SERAFIM
20	195. ADALBERTO RIBEIRO SERAFIM
VASCONCELOS	
270,75	196. MARIVON GOMES DE VASCONCELOS
136	197. MARIVON GOMES DE VASCONCELOS
270,75	198. MAXWELL GOMES DE VASCONCELOS
270,75	199. JOSÁ% MARIO GOMES DE VASCONCELOS
270,75	200. MARIO FRAGOSO DE VASCONCELOS BOIA
136	201. MARIVON GOMES DE VASCONCELOS
69	202. MARIA JOSE DE VASCONCELOS
49,7	203. HELIANA LIDYA DO MONTE VASCONCELOS
49,7	204. ANA LIDYA DO MONTE VASCONCELOS
49,7	205. LAURA ALICE VASCONCELOS VASCO
9,34	206. MARIO FRAGOSO DE VASCONCELOS BOIA
18,03	207. ROSI APARECIDA NUNES DE VASCONCELOS
9,9	208. MAXWELL GOMES DE VASCONCELOS
ACIOLI	
19,1	209. MARIA JOSE PEREIRA ACIOLI
9,6	210. MARIA JOSE PEREIRA ACIOLI
9,8	211. MARIA JOSE ACIOLI
10,4	212. MARIA JOSE PEREIRA ACIOLI
9,85	213. BENEDITO DE OLIVEIRA ACIOLI
19,74	214. CÃ CERÓ PEREIRA ACIOLI
9,7935	215. DULCINETE GOMES DA PAZ ACIOLI
9,74	216. JOSE ACACIO ACIOLI
9,7935	217. DULCINETE GOMES DA PAZ ACIOLI
PEREIRA	
65,82	218. ANTONIO PEREIRA CEZAR
15,06	219. JOÃfO JOSÁ% PEREIRA DE LYRA
40	220. JOÃfO JOSÁ% PEREIRA DE LYRA
LIMA	
3	221. MARIA OLIVIA GOUVEIA DE LIMA
3	222. JOSE GOUVEIA DE LIMA
3	223. JOSEFA GOUVEIA DE LIMA
91	224. ANTONIO PEDRO DE LIMA
7,2	225. JOSE BARROS LIMA
9	226. ELIZABETE DE LIMA COIMBRA
26	227. GERCINA ACIOLE DE LIMA
TORRES	
16,8	228. ALOISIO FERREIRA TORRES
16,8	229. ALOISIO FERREIRA TORRES
16,8	230. ALOISIO FERREIRA TORRES
SILVA	
17,8	231. JOSE OMENA DA SILVA
7	232. JORGE ACIOLE SILVA FILHO
10,34	233. JOAO SILVA ARAUJO
314,8	234. JOSE DA SILVA NOGUEIRA FILHO
233,7	235. JOSE DA SILVA NOGUEIRA FILHO
PROPRIETÁRIOS DE TERRA QUE NÃO SE ENCAIXAM NOS PRINCIPAIS SOBRENOMES	
19	236. HIGINO LOURENCO DE SOUZA

72,9	237. AGENOR SATURNINO CABRAL
0,8	238. DJALMA LEONARDO DE SIQUEIRA
3	239. JOSE RAIMUNDO
190	240. MARIA SOCORRO MONTENEGRO AMARAL
20	241. ERALDO ALVES PINHO
30,5	242. EDNILSON PINHEIRO TENÃ“RIO
33,88	243. MARCIO ANTONIO PALMEIRA
2,957	244. ELIENAI ARAUJO MOURA
251,97	245. STELIO DARCI CERQUEIRA DE ALBUQUERQUE
1,9	246. OSMAN PEDROSA NAVARRO
203	247. EVERALDO TENORIO LINS

Fonte: <http://www.incra.gov.br/consulta-imoveis-rurais>. Organização: DANTAS, T.C., 2018.

Quadro 4 - Ranking da produção de cana no Brasil em 2018

RANKING	UF	UNIDADE (T)
1º	São Paulo	442.282.329
2º	Goiás	71.061.922
3º	Minas Gerais	69.934.887
4º	Mato Grosso do Sul	51.927.246
5º	Paraná	47.466.596
5º	Paraná	47.466.596
6º	Mato Grosso	19.209.764
7º	Alagoas	18.982.504
8º	Pernambuco	13.421.235
9º	Paraíba	6.908.885

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pesquisa/14/10193?tipo=ranking&indicador=10>.
Organização: DANTAS, T.C., 2018.

Quadro 5 - Nome dos empreendimentos, modalidade, contratação localidade e valor repassado pela Caixa Econômica Federal para construção de alguns conjuntos habitacionais de Pilar-AL entre 2012 a 2014

MUNICÍPIO / UF	NOME DO EMPREENDIMENTO	MODALIDADE	CONTRATAÇÃO	LOCALIDADE / LOGRADOURO	VALOR (R\$)
PILAR/AL	CONJUNTO HABITACIONAL BENEDITO CAVALCANTE DE BARROS	Faixa 1 - FAR	2012	BR 316, CHA DE PILAR	26.000.000,00
PILAR/AL	RESIDENCIAL DEPUTADO RUBENS CANUTO	Faixa 1 - FAR	2012	CHA DE PILAR BR 316, S/N	30.499.580,00
PILAR/AL	RESIDENCIAL MORADA DO ALTO	Faixa 1 - FAR	2014	ANTIGA ESTRADA DA CHESF CONT DA R EDITE F DE OLIVEIRA CENTRO	24.400.000,00
PILAR/AL	RESIDENCIAL CACHOEIRA DO EMBURI	Faixa 1 - FAR	2014	BR 101 KM 099 ZONA RURAL	36.515.780,57

Fonte: Caixa Econômica Federal, através do site: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Pedido/ConsultaPedido.asp>

Quadro 6 - Município, faixa, contratados, valor, UH concluídas e entregues em Pilar-AL

MUNICÍPIO/UF	FAIXA	CONTRATADAS	VALOR	UH CONCLUÍDAS	UH ENTREGUES
PILAR/AL (Somente CAIXA)	Faixa 1	2.000	R\$ 117.415.361	2.000	1.999
	Faixa 2	1.474	R\$ 145.632.237	1.474	1.474
	Faixa 3	19	R\$ 1.696.493	19	19
TOTAL PILAR/AL		3.493	R\$ 264.744.091	3.493	3.492

Fonte: Caixa Econômica Federal, através do site: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Pedido/ConsultaPedido.as>

Quadro 10 – Royalties em valores correntes mensais em Pilar-AL entre 2007 e 2018

Beneficiário /Estado	Ano	Mês	Valor
PILAR / Alagoas	2004	1	R\$ 165.970,60
PILAR / Alagoas	2004	2	R\$ 181.755,22
PILAR / Alagoas	2004	3	R\$ 188.761,50
PILAR / Alagoas	2004	4	R\$ 169.250,05
PILAR / Alagoas	2004	5	R\$ 203.735,55
PILAR / Alagoas	2004	6	R\$ 216.978,73
PILAR / Alagoas	2004	7	R\$ 265.436,36
PILAR / Alagoas	2004	8	R\$ 319.332,79
PILAR / Alagoas	2004	9	R\$ 364.878,54
PILAR / Alagoas	2004	10	R\$ 354.393,10
PILAR / Alagoas	2004	11	R\$ 327.720,93
PILAR / Alagoas	2004	12	R\$ 409.168,85
PILAR / Alagoas	2005	1	R\$ 334.360,92
PILAR / Alagoas	2005	2	R\$ 257.040,19
PILAR / Alagoas	2005	3	R\$ 357.576,49
PILAR / Alagoas	2005	4	R\$ 323.852,65
PILAR / Alagoas	2005	5	R\$ 398.523,53
PILAR / Alagoas	2005	6	R\$ 311.982,58
PILAR / Alagoas	2005	7	R\$ 373.122,59
PILAR / Alagoas	2005	8	R\$ 322.953,17
PILAR / Alagoas	2005	9	R\$ 349.433,47
PILAR / Alagoas	2005	10	R\$ 349.849,36
PILAR / Alagoas	2005	11	R\$ 319.852,80
PILAR / Alagoas	2005	12	R\$ 351.868,56
PILAR / Alagoas	2006	1	R\$ 336.581,98
PILAR / Alagoas	2006	2	R\$ 345.523,38
PILAR / Alagoas	2006	3	R\$ 393.117,02
PILAR / Alagoas	2006	4	R\$ 365.652,57
PILAR / Alagoas	2006	5	R\$ 392.835,01
PILAR / Alagoas	2006	6	R\$ 439.350,79
PILAR / Alagoas	2006	7	R\$ 415.516,79
PILAR / Alagoas	2006	8	R\$ 379.515,02
PILAR / Alagoas	2006	9	R\$ 414.814,19
PILAR / Alagoas	2006	10	R\$ 353.011,95
PILAR / Alagoas	2006	11	R\$ 371.149,86
PILAR / Alagoas	2006	12	R\$ 349.452,48
PILAR / Alagoas	2007	1	R\$ 333.891,59
PILAR / Alagoas	2007	2	R\$ 364.681,44
PILAR / Alagoas	2007	3	R\$ 301.625,30
PILAR / Alagoas	2007	4	R\$ 249.881,18

PILAR / Alagoas	2007	5	R\$ 311.068,27
PILAR / Alagoas	2007	6	R\$ 294.187,19
PILAR / Alagoas	2007	7	R\$ 314.238,79
PILAR / Alagoas	2007	8	R\$ 291.282,12
PILAR / Alagoas	2007	9	R\$ 303.341,79
PILAR / Alagoas	2007	10	R\$ 314.562,50
PILAR / Alagoas	2007	11	R\$ 319.542,35
PILAR / Alagoas	2007	12	R\$ 328.165,97
PILAR / Alagoas	2008	1	R\$ 296.308,38
PILAR / Alagoas	2008	2	R\$ 318.876,53
PILAR / Alagoas	2008	3	R\$ 384.554,98
PILAR / Alagoas	2008	4	R\$ 349.321,13
PILAR / Alagoas	2008	5	R\$ 349.902,87
PILAR / Alagoas	2008	6	R\$ 293.749,12
PILAR / Alagoas	2008	7	R\$ 287.604,60
PILAR / Alagoas	2008	8	R\$ 272.692,87
PILAR / Alagoas	2008	9	R\$ 311.058,68
PILAR / Alagoas	2008	10	R\$ 284.741,92
PILAR / Alagoas	2008	11	R\$ 290.385,01
PILAR / Alagoas	2008	12	R\$ 307.852,39
PILAR / Alagoas	2009	1	R\$ 180.532,83
PILAR / Alagoas	2009	2	R\$ 121.678,25
PILAR / Alagoas	2009	3	R\$ 126.063,92
PILAR / Alagoas	2009	4	R\$ 113.973,38
PILAR / Alagoas	2009	5	R\$ 169.374,43
PILAR / Alagoas	2009	6	R\$ 157.608,18
PILAR / Alagoas	2009	7	R\$ 122.383,08
PILAR / Alagoas	2009	8	R\$ 172.151,72
PILAR / Alagoas	2009	9	R\$ 170.056,65
PILAR / Alagoas	2009	10	R\$ 188.633,92
PILAR / Alagoas	2009	11	R\$ 152.101,24
PILAR / Alagoas	2009	12	R\$ 145.725,76
PILAR / Alagoas	2010	1	R\$ 154.068,13
PILAR / Alagoas	2010	2	R\$ 187.110,91
PILAR / Alagoas	2010	3	R\$ 184.596,19
PILAR / Alagoas	2010	4	R\$ 214.531,24
PILAR / Alagoas	2010	5	R\$ 201.712,07
PILAR / Alagoas	2010	6	R\$ 206.608,26
PILAR / Alagoas	2010	7	R\$ 216.610,23
PILAR / Alagoas	2010	8	R\$ 209.721,33
PILAR / Alagoas	2010	9	R\$ 199.179,28
PILAR / Alagoas	2010	10	R\$ 223.753,95

PILAR / Alagoas	2010	11	R\$ 200.509,35
PILAR / Alagoas	2010	12	R\$ 150.089,87
PILAR / Alagoas	2011	1	R\$ 157.849,57
PILAR / Alagoas	2011	2	R\$ 143.069,07
PILAR / Alagoas	2011	3	R\$ 150.417,14
PILAR / Alagoas	2011	4	R\$ 125.151,44
PILAR / Alagoas	2011	5	R\$ 147.047,83
PILAR / Alagoas	2011	6	R\$ 169.399,88
PILAR / Alagoas	2011	7	R\$ 175.369,63
PILAR / Alagoas	2011	8	R\$ 172.742,48
PILAR / Alagoas	2011	9	R\$ 586.724,18
PILAR / Alagoas	2011	10	R\$ 248.241,49
PILAR / Alagoas	2011	11	R\$ 244.271,06
PILAR / Alagoas	2011	12	R\$ 242.292,41
PILAR / Alagoas	2012	1	R\$ 250.494,81
PILAR / Alagoas	2012	2	R\$ 277.684,16
PILAR / Alagoas	2012	3	R\$ 242.827,26
PILAR / Alagoas	2012	4	R\$ 346.508,53
PILAR / Alagoas	2012	5	R\$ 315.157,45
PILAR / Alagoas	2012	6	R\$ 428.326,40
PILAR / Alagoas	2012	7	R\$ 419.366,89
PILAR / Alagoas	2012	8	R\$ 270.886,27
PILAR / Alagoas	2012	9	R\$ 284.725,54
PILAR / Alagoas	2012	10	R\$ 278.907,32
PILAR / Alagoas	2012	11	R\$ 311.817,67
PILAR / Alagoas	2012	12	R\$ 265.169,45
PILAR / Alagoas	2013	1	R\$ 377.467,59
PILAR / Alagoas	2013	2	R\$ 403.092,42
PILAR / Alagoas	2013	3	R\$ 334.483,39
PILAR / Alagoas	2013	4	R\$ 292.358,64
PILAR / Alagoas	2013	5	R\$ 315.810,98
PILAR / Alagoas	2013	6	R\$ 330.812,31
PILAR / Alagoas	2013	7	R\$ 335.931,31
PILAR / Alagoas	2013	8	R\$ 333.022,93
PILAR / Alagoas	2013	9	R\$ 317.929,45
PILAR / Alagoas	2013	10	R\$ 330.189,30
PILAR / Alagoas	2013	11	R\$ 330.348,15
PILAR / Alagoas	2013	12	R\$ 1.812.185,84
PILAR / Alagoas	2014	1	R\$ 1.510.103,11
PILAR / Alagoas	2014	2	R\$ 1.679.347,18
PILAR / Alagoas	2014	3	R\$ 1.659.448,71
PILAR / Alagoas	2014	4	R\$ 387.648,10

PILAR / Alagoas	2014	5	R\$ 377.098,91
PILAR / Alagoas	2014	6	R\$ 326.731,25
PILAR / Alagoas	2014	7	R\$ 355.899,61
PILAR / Alagoas	2014	8	R\$ 337.844,85
PILAR / Alagoas	2014	9	R\$ 317.563,87
PILAR / Alagoas	2014	10	R\$ 310.028,04
PILAR / Alagoas	2014	11	R\$ 327.760,78
PILAR / Alagoas	2014	12	R\$ 310.942,49
PILAR / Alagoas	2015	1	R\$ 272.280,48
PILAR / Alagoas	2015	3	R\$ 62.124,35
PILAR / Alagoas	2015	4	R\$ 223.018,99
PILAR / Alagoas	2015	5	R\$ 238.148,66
PILAR / Alagoas	2015	6	R\$ 250.670,14
PILAR / Alagoas	2015	7	R\$ 290.645,63
PILAR / Alagoas	2015	8	R\$ 230.850,04
PILAR / Alagoas	2015	9	R\$ 295.260,03
PILAR / Alagoas	2015	10	R\$ 281.134,98
PILAR / Alagoas	2015	11	R\$ 310.901,71
PILAR / Alagoas	2015	12	R\$ 287.954,92
PILAR / Alagoas	2016	1	R\$ 139.378,42
PILAR / Alagoas	2016	2	R\$ 433.047,00
PILAR / Alagoas	2016	3	R\$ 398.197,13
PILAR / Alagoas	2016	4	R\$ 351.876,23
PILAR / Alagoas	2016	5	R\$ 330.938,74
PILAR / Alagoas	2016	6	R\$ 350.131,48
PILAR / Alagoas	2016	7	R\$ 1.844.646,65
PILAR / Alagoas	2016	8	R\$ 874.219,30
PILAR / Alagoas	2016	9	R\$ 743.054,28
PILAR / Alagoas	2016	10	R\$ 749.734,43
PILAR / Alagoas	2016	11	R\$ 784.742,70
PILAR / Alagoas	2017	1	R\$ 798.214,09
PILAR / Alagoas	2017	2	R\$ 1.078.857,94
PILAR / Alagoas	2017	3	R\$ 878.233,91
PILAR / Alagoas	2017	4	R\$ 716.932,63
PILAR / Alagoas	2017	5	R\$ 732.621,72
PILAR / Alagoas	2017	6	R\$ 700.470,53
PILAR / Alagoas	2017	7	R\$ 755.803,12
PILAR / Alagoas	2017	8	R\$ 728.500,06
PILAR / Alagoas	2017	9	R\$ 716.437,01
PILAR / Alagoas	2017	10	R\$ 752.153,52
PILAR / Alagoas	2017	11	R\$ 780.402,16
PILAR / Alagoas	2017	12	R\$ 832.731,48

PILAR / Alagoas	2018	1	R\$ 892.388,40
PILAR / Alagoas	2018	2	R\$ 835.336,41
PILAR / Alagoas	2018	3	R\$ 969.929,79
PILAR / Alagoas	2018	4	R\$ 825.178,02
PILAR / Alagoas	2018	5	R\$ 883.119,61
PILAR / Alagoas	2018	6	R\$ 942.178,76
PILAR / Alagoas	2018	7	R\$ 1.150.022,97
PILAR / Alagoas	2018	8	R\$ 1.120.051,79
PILAR / Alagoas	2018	9	R\$ 1.142.576,87
PILAR / Alagoas	2018	10	R\$ 1.059.413,10
PILAR / Alagoas	2018	11	R\$ 1.160.919,19
PILAR / Alagoas	2018	12	R\$ 1.157.204,16
PILAR / Alagoas	2019	1	R\$ 945.898,70
PILAR / Alagoas	2019	2	R\$ 895.652,84
PILAR / Alagoas	2019	3	R\$ 824.781,63
PILAR / Alagoas	2019	4	R\$ 724.540,32
PILAR / Alagoas	2019	5	R\$ 854.842,98
PILAR / Alagoas	2019	6	R\$ 846.955,10
PILAR / Alagoas	2019	7	R\$ 905.393,74
PILAR / Alagoas	2019	8	R\$ 708.414,53
PILAR / Alagoas	2019	9	R\$ 772.502,35
PILAR / Alagoas	2019	10	R\$ 783.774,95
PILAR / Alagoas	2019	11	R\$ 819.034,99
PILAR / Alagoas	2019	12	R\$ 717.306,46
Soma total			R\$84.236.939,97
Média mensal			R\$ 443.351,79

Fonte: <https://inforoyalties.ucam-campos.br/informativo.php>

Quadro 13 – Produtos agrícolas e locais onde são plantados em Pilar-AL (2019)

Produto agrícola	Local onde acontece a produção
1.Abacaxi	Entre a R. São Miguel dos Campos e R. Gov. Mário Covas (Projeto Plantado o Futuro)
2.Abóbora, moranga, jerimum	• Entre a R. São Miguel dos Campos e R. Gov. Mário Covas (Projeto Plantado o Futuro);
3.Alface	• Entre a R. São Miguel dos Campos e R. Gov. Mário Covas (Projeto Plantado o Futuro);
4.Amendoim (com casca)	• Entre a R. São Miguel dos Campos e R. Gov. Mário Covas (Projeto Plantado o Futuro)
5.Banana	• Pequenas plantações nas encostas próximas ao Vale das Marrecas; No antigo talude entre o tabuleiro e a planície fluvio-lagunar, imediações da Alameda 407; • Entre a R. São Miguel dos Campos e R. Gov. Mário Covas (Projeto Plantado o Futuro)
6.Cana-de-açúcar	• Preenche grande parte do tabuleiro costeiro e planície flúvio-lagunar; • Pilarzinho, Lamarão e Flor da Paraíba.
7.Cana-de-açúcar forrageira	• Situa-se entre o tabuleiro costeiro e planície flúvio-lagunar
8.Cebola	• Entre a R. São Miguel dos Campos e R. Gov. Mário Covas (Projeto Plantado o Futuro);
9.Cebolinha	• Entre a R. São Miguel dos Campos e R. Gov. Mário Covas (Projeto Plantado o Futuro);
10.Cenoura	• Entre a R. São Miguel dos Campos e R. Gov. Mário Covas (Projeto Plantado o Futuro);
11.Coco-da-baía	• Imediações da Rua Eronides Pereira da Silva no Pilarzinho;

12.Coentro	• Entre a R. São Miguel dos Campos e R. Gov. Mário Covas (Projeto Plantado o Futuro);
13.Fava (grão)	• Entre a R. São Miguel dos Campos e R. Gov. Mário Covas (Projeto Plantado o Futuro
14.Feijão (grão)	• Entre a R. São Miguel dos Campos e R. Gov. Mário Covas (Projeto Plantado o Futuro
15.Feijão verde	• Entre a R. São Miguel dos Campos e R. Gov. Mário Covas (Projeto Plantado o Futuro);
16.Inhame	• Entre a R. São Miguel dos Campos e R. Gov. Mário Covas (Projeto Plantado o Futuro);
17.Jaca	• Sítios e chácaras na Chã de Pilar, propriedade privada.
18.Mandioca (aipim, macaxeira)	• Entre a R. São Miguel dos Campos e R. Gov. Mário Covas (Projeto Plantado o Futuro);
19.Manga	• Sítios e chácaras na Chã de Pilar, propriedade privada.
20.Maracujá	• Entre a R. São Miguel dos Campos e R. Gov. Mário Covas (Projeto Plantado o Futuro);
21.Melancia	• Entre a R. São Miguel dos Campos e R. Gov. Mário Covas (Projeto Plantado o Futuro
22.Milho (grão)	• Imediações da Alameda 407 em direção a planície fluvio-lagunar; • Entre a R. São Miguel dos Campos e R. Gov. Mário Covas (Projeto Plantado o Futuro
23.Nabo	• Entre a R. São Miguel dos Campos e R. Gov. Mário Covas (Projeto Plantado o Futuro);
24.Pimenta de cheiro	• Entre a R. São Miguel dos Campos e R. Gov. Mário Covas (Projeto Plantado o Futuro);
25.Pimenta-do-reino	• Entre a R. São Miguel dos Campos e R. Gov. Mário Covas (Projeto Plantado o Futuro);
26.Pimentão	• Entre a R. São Miguel dos Campos e R. Gov. Mário Covas (Projeto Plantado o Futuro);
27.Tomate	• Entre a R. São Miguel dos Campos e R. Gov. Mário Covas (Projeto Plantado o Futuro);

Fonte: Quadro construído através de dados disponibilizados pelo Censo agropecuário 2017 e entrevistas feitas com o Secretário municipal de Meio ambiente, agricultura, pecuária, pesca, ciência e tecnologia; com a Diretora de Agricultura e Pecuária, Coordenadora do Programa Plantando o Futuro e Técnica da EMATER e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilar.

Quadro 15 – Distribuição da terra em minifúndio, pequena propriedade, média propriedade e grande propriedade.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Processo nº 00077.001422/2018-46
Interessado: Ouvidoria-geral do INCRA

DESPACHO

Ao Gabinete da SR-22/AL.


Senhor Superintendente,

Em atendimento ao solicitado no Memorando nº 48335/2018/OUVIDORIA GERAL PORTARIA 1143/P/SEDE/INCRA, documento 1880309, segue abaixo o resultado da pesquisa realizada no Sistema Nacional de Cadastro Rural, para o município de Pilar/AL, documentos 2189838, 2189861, 2189893 e 2189906, com os dados coletados de janeiro de 2010 a dezembro de 2017, não havendo um ano definido para que o levantamento seja realizado pelo INCRA, mas sim o resultado dos cadastramentos e atualizações cadastrais feitos pelos proprietário e detentores de imóveis rurais, no SNCR, no período acima citado.

- Minifúndios (imóveis com área inferior a um módulo fiscal) : não existe
- Pequena Propriedade (imóveis com área compreendida entre um e quatro módulos fiscais) : 34 imóveis - 489,5230 hectares
- Média Propriedade (imóveis com área compreendida entre quatro e quinze módulos fiscais) : 15 imóveis - 1.484,55,25 hectares
- Grande Propriedade (imóveis com área superior a quinze módulos fiscais) : 03 imóveis - 1.030,8252 hectares

Em, 19 de novembro de 2018.

José Everaldo Moraes de Lima
Chefe da SR-22/AL-F
Portaria INCRA/P Nº 346 / 2012

 Documento assinado eletronicamente por José Everaldo Moraes de Lima, Chefe de Divisão, em 19/11/2018, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Fonte: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>


Quadro 19 – Diversidade de alimentos e condimentos encontrados na feira de Pilar-AL/2018

1.Abacaxi; AL	36.Frango;
2.Abóbora;	37.Goiaba;
3.Acerola;	38.Inhame;
4.Açúcar;	39.Laranja (SE e BA);
5.Alface;	40.Limão (BA);
6.Alho (GO,SP e Chia);	41.Linguça;
7.Ameixa;	42.Maça (RS, SC e Argentina);
8.Arroz (SE, BA e PE);	43.Macaxeira;
9.Bacalhau;	45.Maxixe;
10.Banana;	46.Mel;
11.Banana cumprida;	47.Melancia (PE e BA);
12.Batata doce;	48.Melão;
13.Batatinha;	49.Milho (SP, BA e MG);
14.Berinjela	50.Morango (SC e SP);
15.Beterraba (PE);	51.Mortadela;
16.Boldo;	52.Ovo (MG e PE);
17.Brócolis;	53.Peixes;
18.Calabresa;	54.Pepino;
19.Camarão;	55.Pêra (Argentina e EUA);
20.Carne de boi;	56.Pescados;
21.Carne de porco;	57.Pimenta de cheiro;
22.Cebola(PE, BA, RS e SC);	58.Pimentão;
23.Cebolinha;	59.Quiabo;
24.Cenoura (BA e PE);	60.Repolho;
25.Charque;	61.Sal;
26.Chuchu;	62.Salsicha;
27.Coco;	63.Tempero;
28.Coentro;	64. Tomate (BA, PE, ES e CE).
29.Couve (PE e BA);	
30.couve-flor (PE e BA);	
31.Crustáceos;	
32.Espinafre;	
33.Farinha;	
34.Fava;	
35.Feijão;	

Fonte: Dados coletados na feira situada na Chã de Pilar, através dos feirantes.

Organizado:DANTAS.T.C.,201

Quadro 20 - Cotação diária de atacados 2019 (08 de janeiro) – CEASA

 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO DE ALAGOAS Secretária de Agricultura do Estado de Alagoas - CEASA							
COTAÇÃO DIARIAS DE ATACADISTAS 08 JANEIRO 2019							
PRODUTOS							
OVOS	VARIIDADE	UNIDADE	SIT.MERC.	PR. MIN.	PR. COM.	PR.MAX.	PROCED.
OVOS EXT.	BRANCO	CX.30 DZ	EST	100,00	100,00	100,00	MG/PE..
OVOS GDE.	BRANCO	CX.30 DZ	EST	90,00	90,00	90,00	MG/PE..
CEREAIS DIVERSOS	VARIIDADE	UNIDADE	SITUAÇÃO	PR. MIN.	PR. COM.	PR.MAX.	PROCED.
Açúcar	CRISTAL	FRD30KG	EST	75,00	75,00	75,00	AL/PE..
Açúcar	REFINADO	FRD10KG	AUS	AUS	AUS	AUS	MG/CE/BA..
ARROZBENEF TP2	LOGOFINO	FRD30KG	EST	80,00	80,00	80,00	SE/BA/PE..
ARROZBENEF TP2	LONGO	FRD30KG	EST	80,00	80,00	80,00	BA/PE/SE..
Farinha de Mandioca	TORFINA	SCO50KG	EST	95,00	95,00	95,00	AL/PE..
Farinha de Mandioca	TORGROSA	SCO50KG	EST	150,00	150,00	150,00	SP/BA..
Farinha de Trigo	ESP.	FRD10KG	EST	25,00	25,00	25,00	SP/BA..
Farinha de Trigo	COM.	FRD10KG	EST	26,00	26,00	26,00	BA/AL..
FEDIÃO	CARIOQ	SCO60KG	EST	250,00	250,00	250,00	PE/AL..
FEDIÃO	MULATIN	SCO60KG	EST	AUS		AUS	AL/PE/BA..
MILHO	AMARELO	SCO60KG	EST	67,00	67,00	67,00	SP/BA/MG
ÓLEO	SOJA	CX20LTS900MLS	EST	75,00	75,00	75,00	SP/BA/MG
FRUTAS	VARIIDADE	UNIDADE	EST	PR. MIN.	PR. COM.	PR.MAX.	PROCED.
ABACATE	MANT. GDE	CEM	EST	170,00	170,00	170,00	PE/AL..
ABACAXI	PRL GDE	CEM	EST	250,00	250,00	250,00	AL/PE
ABACAXI	PRL MED	CEM	EST	150,00	150,00	150,00	AL/PE..
ABACAXI	PRL PEQ	CEM	EST	100,00	100,00	100,00	AL/PE..
ACEROLA	VERM.	CAIXA	EST	50,00	50,00	50,00	AL/PE..
BANANA	NANICA PRIM.	CEM	EST	28,00	28,00	28,00	AL/PE..
BANANA	TERRA PRIM.	CEM	EST	17,00	17,00	17,00	AL/PE
BANANA	TERRA SEG.	CEM	EST	17,00	17,00	17,00	AL/PE..
BANANA	MAÇÃ PRIM.	CEM	EST	35,00	35,00	35,00	AL/PE..
BANANA	PRATA PRIM.	CEM	FIR	20,00	20,00	20,00	AL/PE..
BANANA	PRATA SEG.	CEM	FIR	12,00	12,00	12,00	AL/PE..
COCO	SECO	CEM	EST	150,00	150,00	150,00	AL/PE..
COCO	VERDE	CEM	EST	130,00	130,00	130,00	AL/PE..
GOIABA		CX20KG	EST	50,00	50,00	50,00	AL/PE..
GRAVIOLA		KG.	EST	6,00	6,00	6,00	AL/PE..
LARANJA	LIMA GDE	CEM	EST	40,00	40,00	40,00	BA/SE..
LARANJA	PERA GDE	CEM	EST	27,00	27,00	27,00	SE/BA..
LIMÃO	SICILIANO	CEM	FIR	AUS	AUS	AUS	BA..
LIMÃO	TAITI	CEM	EST	40,00	40,00	40,00	BA/PE..
MAÇÃ	FJUI TP80A135	CX18KG.	EST	100,00	100	100,00	RS/SC..
MAÇÃ	FJUI TP150A165	CX18KG.	EST	75,00	75,00	75,00	RS/SC..
MAÇÃ	FJUI TP180A198	CX18KG.	AUS	75,00	75,00	75,00	RS/SC..
MAÇÃ	GALA TP80A135	CX18KG.	EST	70,00	70,00	70,00	RS/SC..
MAÇÃ	GALA TP150A165	CX18KG.	EST	60,00	60,00	60,00	RS/SC..
MAÇÃ	GALA TP180A198	CX18KG.	EST	60,00	60,00	60,00	RS/SC..
MAÇÃIMPORT	REDDEL	CX20KG.	EST	130,00	130,00	130,00	ARG..
MANGA	ESPADA	CX22A24KG	EST	35,00	35,00	35,00	CE/BA..
MANGA	TOMMY	CX22A24KG	EST	30,00	30,00	30,00	PE/AL..
MANGA	ROSA	CX22A24KG	EST	50,00	50,00	50,00	AL/PE
MAMÃO	HAWI	15KG.	EST	30,00	30,00	30,00	BA..
MAMÃO	FORMOSA	15KG.	FRA	27,00	27,00	27,00	SE/PE/BA..
MARACUJÁ	COM	CEM	FIR	45,00	45,00	45,00	AL/PE
MELÃO	AMARELO	15KG.	EST	22,50	22,50	22,50	PE/al..
MELANCIA	RED.	15KG.	EST	10,80	10,80	10,80	PE/BA

PERAIMPORT	DANJ	CX20KG	EST	110,00	110,00	110,00	ARG/USA..
TANGERINA	CRAVO	CEM	EST	AUS	AUS	AUS	PE/AL
TANGERINA	PONK	CEM	EST	50,00	50,00	50,00	MG..
UVA	ITALIA	CX20KG	EST	50,00	50,00	50,00	PE/BA..
UVA	RUBI	CX20KG	EST	60,00	60,00	60,00	SP/BA
HORTALICAS							
	VARIEDADE	UNIDADE	EST	PR. MIN.	PR. COM.	PR.MAX.	PROCED.
ABOBORA	CABOC	15KG.	EST	AUS	AUS	AUS	PB/BA/PE..
ABOBORA	LEITE	15 KG	EST	33,00	33,00	33,00	PE/BA..
ABOBRINHA	BRAS	15KG.	EST	45,00	45,00	45,00	AL/PE..
AIP	MACACHEIRA	CX25KG	AUS	40,00	40,00	40,00	AL/PE/BA..
ALFACE	LISA	CEM/PES	EST	80,00	80,00	80,00	AL/PE..
ALHO TP 5A7	BRANCO	KG.	EST	12,00	12,00	12,00	GO/SP..
ALHO TP 5A7	ROXO	KG.	EST	12,00	12,00	12,00	EPN/CHIN
ALHOIMPORT	BRANCO	CX10KG.	EST	100,00	100,00	100,00	ARG...
ALHOIMPORT	ROXO	CX10KG.	EST	100,00	100,00	100,00	ESP/ARG..
BATATINHA ESP.	LISA	SCO50KG.	EST	85,00	85,00	85,00	MG/PB/BA..
BATATINHA PRIM.	LISA	SCO50KG	EST	85,00	85,00	85,00	SP/BA..
BATATINHA SEG.	LISA	SCO50KG.	EST	50,00	50,00	50,00	AL/PE..
BATATA	DOCE	SCO60KG.	EST	75,00	75,00	75,00	AL/PE/SE..
BERINGELA		15KG.	FRA	30,00	30,00	30,00	PE/AL/BA..
BETERRABA		15KG.	EST	45,00	45,00	45,00	PE..
CEBOLA	PER/PE.	SCO20KG.	EST	30,00	30,00	30,00	PE..
CEBOLA	PER/BA.	SCO20KG.	EST	35,00	35,00	35,00	BA..
CEBOLA	PER/RS.	SCO20KG.	EST	35,00	35,00	35,00	RS..
CEBOLA	PER/SC.	SCO20KG.	EST	35,00	35,00	35,00	SC..
CEBOLA	IMPORT	SCO20KG.	AUS	45,00	45,00	45,00	ARG..
CENOURA		SCO 20KG.	FRA	35,00	35,00	35,00	BA/PE..
COUVE	FLOR	15KG.	EST	90,00	90,00	90,00	PE/BA/AL
CHU CHU		CEM	FRA	15,00	15,00	15,00	AL/PE/BA..
INHAME	DACOSTA	15KG.	EST	170,00	170,00	170,00	PE/BA/AL
PEPINO	ADDAI	15KG.	EST	45,00	45,00	45,00	AL/PE..
PIMENTÃO ESP.	VERDE	CEM	EST	30,00	30,00	30,00	BA/AL/PE..
PIMENTÃO EXT.	VERDE	CEM	FJR	30,00	30,00	30,00	AL/PE..
QUIABO		CEM	EST	10,00	10,00	10,00	AL/PE/BA..
REPOLHO		15KG.	EST	30,00	30,00	30,00	BA/PE/AL..
TOMATE ESP.	STACRUZ	CX20A28KG	EST	75,00	75,00	75,00	ES/CE..
TOMATE EXT.	STACRUZ	CX20A28KG	EST	38,00	38,00	38,00	BA/PE..
TOMATE PRIM.	STACRUZ	CX20A28KG	EST	50,00	50,00	50,00	PE/BA..
VAGEM	MACR	15KG.	FJR	80,00	80,00	80,00	PE/BA..
HORT. SAZONAIS							
	VARIEDADE	UNIDADE	SITUAÇÃO	PR. MIN.	PR. COM.	PR.MAX.	PROCED.
AGRIÃO		MOLHO250GRS	EST	2,00	2,00	2,00	PE/BA
ACELGA		KG.	AUS	5,00	5,00	5,00	AL/PE..
CEBOLINHA		MOLHO-KG.	EST	2,00	2,00	2,00	AL/PE..
COENTRO		MOLHO 2,5KG	EST	12,00	12,00	12,00	AL/PE..
COUVE COM		MOLHO-250GRS.	EST	0,80	0,80	0,80	PE/BA..
ERVILHA		KG.	AUS	AUS	AUS	AUS	AL/PE..
ESPINAFRE		MOLHO-KG.	EST	4,00	4,00	4,00	AL/PE
FEIJÃO VERDE		KG.	EST	8,00	8,00	8,00	AL..
HORTELÃ		MOLH-250GRS	EST	0,70	0,70	0,70	AL/PE..
MAXIXE		CEM	EST	10,00	10,00	10,00	PE/AL..
MILHO VERDE		50 ESPÍGA	AUS	18,00	18,00	18,00	AL/PE
NABO		15KG.	EST	60,00	60,00	60,00	AL/PE..
RABANETE		MOLHO-250GRS.	EST	2,00	2,00	2,00	PE/BA..
SALSA		MOLHO-KG.	EST	9,00	9,00	9,00	BA/PE..
JILO		KG.	EST	3,00	3,00	3,00	AL/PE
FRUTAS SAZONAIS							
	VARIEDADE	UNIDADE	SITUAÇÃO	PR. MIN.	PR. COM.	PR.MAX.	PROCED.

CAJÚ		CA18KG	AUS	100,00	100,00	100,00	PB/BA/PE..
CAQUI		CX06KG	AUS	30,00	30,00	30,00	SP..
SIRIGUELA		CX22A24KG	AUS	AUS	AUS	AUS	AL/PE..
JACA		UNIDADE	AUS	AUS	AUS	AUS	AL..
PINHA		CEM	EST	100,00	100,00	100,00	PE/AL
AMENDOIM		SCO25KG	AUS	270,00	270,00	270,00	RS..
MORANGO		CX15KG	EST	150,00	150,00	150,00	SC/SP

Fonte:SIMA-ideral-ceasa/AL.


Legenda
SIT.MERC. -> Situação do Mercado
PR. MIN. -> Preço Mínimo
PR. COM. -> Preço Comum
PR. MAX. -> Preço Máximo
PROCED. -> Procedência

Situação do Mercado
FIR. Mercado Firme Quando o preço mais comum do dia é superior ao do dia anterior
FRA. Mercado Fraco Quando o preço mais comum do dia é inferior ao do dia anterior
EST. Mercado Estável Quando o preço mais comum do dia é igual ao do dia anterior
AUS. Mercado Ausente Quando o produto não se encontra no mercado
ENT. Entrada Quando o produto entra pela primeira vez no mercado
SINF. Sem informação Quando não se obtém informação

Av. José Manhães - N° 750 - Santos Dumont
Maceió - AL

Fonte: <http://www.ideral.al.gov.br/abastecimento/cotacao-de-precos/2019>

Quadro 21 – Cotação diárias de atacados 2019 (15 de janeiro) – CEASA

 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO DE ALAGOAS Secretária de Agricultura do Estado de Alagoas - CEASA COTAÇÃO DIARIAS DE ATACADISTAS 15 JANEIRO 2019							
PRODUTOS							
OVOS	VARIIDADE	UNIDADE	SIT.MERC.	PR. MIN.	PR. COM.	PR.MAX.	PROCED.
OVOS EXT.	BRANCO	CX.30 DZ	EST	100,00	100,00	100,00	MG/PE..
OVOS GDE.	BRANCO	CX.30 DZ	EST	90,00	90,00	90,00	MG/PE..
CEREAIS DIVERSOS	VARIIDADE	UNIDADE	SITUAÇÃO	PR. MIN.	PR. COM.	PR.MAX.	PROCED.
Açúcar	CRISTAL	FRD30KG	EST	75,00	75,00	75,00	AL/PE..
Açúcar	REFINADO	FRD10KG	AUS	AUS	AUS	AUS	MG/CE/BA..
ARROZBENEF TP2	LOGOFINO	FRD30KG	EST	80,00	80,00	80,00	SE/BA/PE..
ARROZBENEF TP2	LONGO	FRD30KG	EST	80,00	80,00	80,00	BA/PE/SE..
Farinha de Mandioca	TORFINA	SCO50KG	EST	95,00	95,00	95,00	AL/PE..
Farinha de Mandioca	TORGROSA	SCO50KG	EST	150,00	150,00	150,00	SP/BA..
Farinha de Trigo	ESP.	FRD10KG	EST	25,00	25,00	25,00	SP/BA..
Farinha de Trigo	COM.	FRD10KG	EST	26,00	26,00	26,00	BA/AL..
FELDÃO	CARIOQ	SCO60KG	EST	250,00	250,00	250,00	PE/AL..
FELDÃO	MULATIN	SCO60KG	EST	AUS		AUS	AL/PE/BA..
MILHO	AMARELO	SCO60KG	EST	67,00	67,00	67,00	SP/BA/MG
ÓLEO	SOJA	CX20LTS900MLS	EST	75,00	75,00	75,00	SP/BA/MG
FRUTAS	VARIIDADE	UNIDADE	EST	PR. MIN.	PR. COM.	PR.MAX.	PROCED.
ABACATE	MANT. GDE	CEM	EST	170,00	170,00	170,00	PE/AL..
ABACAXI	PRL GDE	CEM	EST	250,00	250,00	250,00	AL/PE
ABACAXI	PRL MED	CEM	EST	150,00	150,00	150,00	AL/PE..
ABACAXI	PRL PEQ	CEM	EST	100,00	100,00	100,00	AL/PE..
ACEROLA	VERM.	CAIXA	EST	50,00	50,00	50,00	AL/PE..
BANANA	NANICA PRIM.	CEM	EST	28,00	28,00	28,00	AL/PE..
BANANA	TERRA PRIM.	CEM	EST	17,00	17,00	17,00	AL/PE
BANANA	TERRA SEG.	CEM	EST	17,00	17,00	17,00	AL/PE..
BANANA	MAÇA PRIM.	CEM	EST	35,00	35,00	35,00	AL/PE..
BANANA	PRATA PRIM.	CEM	FIR	20,00	20,00	20,00	AL/PE..
BANANA	PRATA SEG.	CEM	FIR	12,00	12,00	12,00	AL/PE..
COCO	SECO	CEM	EST	150,00	150,00	150,00	AL/PE..
COCO	VERDE	CEM	EST	130,00	130,00	130,00	AL/PE..
GOIABA		CX20KG	EST	50,00	50,00	50,00	AL/PE..
GRAVIOLA		KG.	EST	6,00	6,00	6,00	AL/PE..
LARANJA	LIMA GDE	CEM	EST	40,00	40,00	40,00	BA/SE..
LARANJA	PERA GDE	CEM	EST	27,00	27,00	27,00	SE/BA..
LIMÃO	SICILIANO	CEM	FIR	AUS	AUS	AUS	BA..
LIMÃO	TAITI	CEM	EST	40,00	40,00	40,00	BA/PE..
MAÇA	FJUI TP80A135	CX18KG.	EST	100,00	100	100,00	RS/SC..
MAÇA	FJUI TP150A165	CX18KG.	EST	75,00	75,00	75,00	RS/SC..
MAÇA	FJUI TP180A198	CX18KG.	AUS	75,00	75,00	75,00	RS/SC..
MAÇA	GALA TP80A135	CX18KG.	EST	70,00	70,00	70,00	RS/SC..
MAÇA	GALA TP150A165	CX18KG.	EST	60,00	60,00	60,00	RS/SC..
MAÇA	GALA TP180A198	CX18KG.	EST	60,00	60,00	60,00	RS/SC..
MAÇAIMPORT	REDDEL	CX20KG.	EST	130,00	130,00	130,00	ARG..
MANGA	ESPADA	CX22A24KG	EST	35,00	35,00	35,00	CE/BA..
MANGA	TOMMY	CX22A24KG	EST	30,00	30,00	30,00	PE/AL..
MANGA	ROSA	CX22A24KG	EST	50,00	50,00	50,00	AL/PE
MAMÃO	HAWI	15KG.	EST	30,00	30,00	30,00	BA..
MAMÃO	FORMOSA	15KG.	FRA	27,00	27,00	27,00	SE/PE/BA..
MARACUJÁ	COM	CEM	FIR	45,00	45,00	45,00	AL/PE
MELÃO	AMARELO	15KG.	EST	22,50	22,50	22,50	PE/al..
MELANCIA	RED.	15KG.	EST	10,80	10,80	10,80	PE/BA

PERAIMPORT	DANJ	CX20KG	EST		110,00	110,00		110,00	ARG/USA..
TANGERINA	CRAVO	CEM	EST	AUS			AUS		PE/AL
TANGERINA	PONK	CEM	EST		50,00	50,00		50,00	MG..
UVA	ITALIA	CX20KG	EST		50,00	50,00		50,00	PE/BA..
UVA	RUBI	CX20KG	EST		60,00	60,00		60,00	SP/BA
HORTALIÇAS	VARIEDADE	UNIDADE	EST		PR. MIN.	PR. COM.		PR. MAX.	PROCED.
ABOBORA	CABOC	15KG.	EST	AUS			AUS		PB/BA/PE..
ABOBORA	LEITE	15 KG	EST		33,00	33,00		33,00	PE/BA..
ABOBRINHA	BRAS	15KG.	EST		45,00	45,00		45,00	AL/PE..
AIP	MACACHEIRA	CX25KG	AUS		40,00	40,00		40,00	AL/PE/BA..
ALFACE	LISA	CEM/PES	EST		80,00	80,00		80,00	AL/PE..
ALHO TP 5A7	BRANCO	KG.	EST		12,00	12,00		12,00	GO/SP..
ALHO TP 5A7	ROXO	KG.	EST		12,00	12,00		12,00	EPN/CHIN
ALHOIMPORT	BRANCO	CX10KG.	EST		100,00	100,00		100,00	ARG..
ALHOIMPORT	ROXO	CX10KG.	EST		100,00	100,00		100,00	ESP/ARG..
BATATINHA ESP.	LISA	SCO50KG.	EST		85,00	85,00		85,00	MG/PB/BA..
BATATINHA PRIM.	LISA	SCO50KG	EST		85,00	85,00		85,00	SP/BA..
BATATINHA SEG.	LISA	SCO50KG.	EST		50,00	50,00		50,00	AL/PE..
BATATA	DOCE	SCO60KG.	EST		75,00	75,00		75,00	AL/PE/SE..
BERINGELA		15KG.	FRA		30,00	30,00		30,00	PE/AL/BA..
BETERRABA		15KG.	EST		45,00	45,00		45,00	PE..
CEBOLA	PER/PE.	SCO20KG.	EST		30,00	30,00		30,00	PE..
CEBOLA	PER/BA.	SCO20KG.	EST		35,00	35,00		35,00	BA..
CEBOLA	PER/RS.	SCO20KG.	EST		35,00	35,00		35,00	RS..
CEBOLA	PER/SC.	SCO20KG.	EST		35,00	35,00		35,00	SC..
CEBOLA	IMPORT	SCO20KG.	AUS		45,00	45,00		45,00	ARG..
CENOURA		SCO 20KG.	FRA		35,00	35,00		35,00	BA/PE..
COUVE	FLOR	15KG.	EST		90,00	90,00		90,00	PE/BA/AL
CHU CHU		CEM	FRA		15,00	15,00		15,00	AL/PE/BA..
INHAME	DACOSTA	15KG.	EST		170,00	170,00		170,00	PE/BA/AL
PEPINO	AODAI	15KG.	EST		45,00	45,00		45,00	AL/PE..
PIMENTÃO ESP.	VERDE	CEM	EST		30,00	30,00		30,00	BA/AL/PE..
PIMENTÃO EXT.	VERDE	CEM	FIR		30,00	30,00		30,00	AL/PE..
QUIABO		CEM	EST		10,00	10,00		10,00	AL/PE/BA..
REPOLHO		15KG.	EST		30,00	30,00		30,00	BA/PE/AL..
TOMATE ESP.	STACRUZ	CX20A28KG	EST		75,00	75,00		75,00	ES/CE..
TOMATE EXT.	STACRUZ	CX20A28KG	EST		38,00	38,00		38,00	BA/PE..
TOMATE PRIM.	STACRUZ	CX20A28KG	EST		50,00	50,00		50,00	PE/BA..
VAGEM	MACR	15KG.	FIR		80,00	80,00		80,00	PE/BA..
HORT. SAZONAIS	VARIEDADE	UNIDADE	SITUAÇÃO		PR. MIN.	PR. COM.		PR. MAX.	PROCED.
AGRÃO		MOLHO250GRS	EST		2,00	2,00		2,00	PE/BA
ACELGA		KG.	AUS		5,00	5,00		5,00	AL/PE..
CEBOLHA		MOLHO-KG.	EST		2,00	2,00		2,00	AL/PE..
COENTRO		MOLHO 2,5KG	EST		12,00	12,00		12,00	AL/PE..
COUVE COM		MOLHO-250GRS.	EST		0,80	0,80		0,80	PE/BA..
ERVILHA		KG.	AUS	AUS			AUS		AL/PE..
ESPINAFRE		MOLHO-KG.	EST		4,00	4,00		4,00	AL/PE
FEIJÃO VERDE		KG.	EST		8,00	8,00		8,00	AL..
HORTELÃ		MOLH-250GRS	EST		0,70	0,70		0,70	AL/PE..
MAXIXE		CEM	EST		10,00	10,00		10,00	PE/AL..
MILHO VERDE		50 ESPÍGA	AUS		18,00	18,00		18,00	AL/PE
INABO		15KG.	EST		60,00	60,00		60,00	AL/PE..
RABANETE		MOLHO-250GRS.	EST		2,00	2,00		2,00	PE/BA..
SALSA		MOLHO-KG.	EST		9,00	9,00		9,00	BA/PE..
JILO		KG.	EST		3,00	3,00		3,00	AL/PE
FRUTAS SAZONAIS	VARIEDADE	UNIDADE	SITUAÇÃO		PR. MIN.	PR. COM.		PR. MAX.	PROCED.

CAJÚ		CA18KG	AUS		100,00	100,00		100,00	PB/BA/PE..
CAQUI		CX06KG	AUS		30,00	30,00		30,00	SP..
SIRIGUELA		CX22A24KG	AUS	AUS			AUS		AL/PE..
JACA		UNIDADE	AUS	AUS			AUS		AL..
PINHA		CEM	EST		100,00	100,00		100,00	PE/AL
AMENDOIM		SCO25KG	AUS		270,00	270,00		270,00	RS..
MORANGO		CX15KG	EST		150,00	150,00		150,00	SC/SP

Fonte:SIMA-ideral-ceasa/AL

Legenda

SIT. MERC. -> Situação do Mercado
PR. MIN. -> Preço Mínimo
PR. COM. -> Preço Comum
PR. MAX. -> Preço Máximo
PROCED. -> Procedência

Situação do Mercado

FIR. Mercado Firme Quando o preço mais comum do dia é superior ao do dia anterior
FRA. Mercado Fraco Quando o preço mais comum do dia é inferior ao do dia anterior
EST. Mercado Estável Quando o preço mais comum do dia é igual ao do dia anterior
AUS. Mercado Ausente Quando o produto não se encontra no mercado
ENT. Entrada Quando o produto entra pela primeira vez no mercado
SINF. Sem informação Quando não se obtém informação

Av. José Manhães - Nº 750 - Santos Dumont
Maceió - AL

Quadro 22 – Localidades onde alguns feirantes produzem os alimentos

Localidades	Quantidade de feirantes
Produzo no assentamento Fazenda Canoé próxima de Rio Largo	2
Na zona rural de União dos Palmares	1
Num sítio. A família ajuda na produção de alimentos e colheita	2
Na terra do seu João Lyra	1
Taquarana, terras próprias	1
Marisqueiras de Pilar	2
Total	14

Fonte: Coletados durante a pesquisa em campo.

Organização: DANTAS, T.C., 2018.

Quadro 23 – Condição da propriedade da terra onde o feirante produz alimento

A terra que você produz é	Quantidade de feirantes
Arrendada	4
Própria	3
Outros <i>Fazenda de um amigo em Atalia; Invadida, Não estava sendo usada então fui plantar (Terra do João Lyra)</i>	2
Total	4

Fonte: Coletados durante a pesquisa em campo.

Organização: DANTAS, T.C., 2018.

Quadro 24 – Alguns motivos dos arrendamentos da terra correspondentes aos feirantes que produzem alimento

Motivos do arrendamento da terra	Quantidade de feirantes
Não tenho condições, dinheiro, para comprar terras, o gado precisa de terra	2
Porque não tenho terra, se tivesse não seria arrendada – 2;	2
Total	4

Fonte: Coletados durante a pesquisa em campo.

Organização: DANTAS, T.C., 2018.

Quadro 25 – Destino dos alimentos que são produzidos pelos feirantes

Todos os alimentos produzidos pelos feirantes são vendidos na feira?	Quantidade de feirantes
Sim	4
Vendo na feira e outra parte fica para minha família	2
Não. Vendo em várias cidades, um exemplo é Arapiraca, e consumo	7
Total	4

Fonte: Coletados durante a pesquisa em campo.

Organização: DANTAS, T.C., 2018.

Figura 36 – Desenho a lápis de cor, com base nas fotografias da pesquisa.



Fonte: COSTA, 2019.

Apêndice



Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente – IGDEMA
Mestrado em Geografia

Observação: Caro(a) representante do sindicato dos trabalhadores rurais, pedimos a sua colaboração para responder o questionário abaixo. Ele servirá para a produção de uma dissertação de mestrado em Geografia. Informamos que será mantido seu anonimato.

Cidade onde mora:

Função:

QUESTIONÁRIO – Data 05 /02/ 2019
 (Entrevista respondida a punho pelo Presidente do Sindicato)

1 - Qual são as políticas públicas que vêm estimulando a produção alimentar em Pilar na percepção do STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) ?

2 – Segundo os dados que existem no STR, quais são os alimentos produzidos em Pilar atualmente?

3 – Na concepção do STR, de onde vem os alimentos que abastecem as feiras e os diferentes espaços públicos em Pilar atualmente? Cite alguns locais onde as verduras, frutas e legumes são produzidos relacionado-as.

4 – De onde vinham os alimentos que abasteciam os diferentes espaços públicos e privados, destacando a feira em Pilar, antes de 2017?

5 – O sistema do latifúndio canavieiro (produção de cana, a forma como a terra é utilizada e suas relações de trabalho) veio oportunizando a produção alimentar em Pilar ou não? Argumente.

6 – Houve impactos na agricultura pilarense com a chegada e expansão dos novos conjuntos habitacionais? Argumente.

7 – A partir de 2017, pode-se dizer que houve aumento e diversificação da produção alimentar local ou não? Quais são os fatores que podem explicar esses processos? Argumente.

8 – Qual a importância da produção alimentar local? Argumente.



Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente – IGDEMA
Mestrado em Geografia

Observação: Caro(a) representante público, pedimos a sua colaboração para responder o questionário abaixo. Ele servirá para a produção de uma dissertação de mestrado em Geografia. Informamos que será mantido seu anonimato.

Cidade onde mora:

Função:

QUESTIONÁRIO – Data 10 /02/ 2019
(Entrevista gravada e redigida pelo autor do estudo)

1 – Segundo os dados que existem na Secretaria do Meio Ambiente, quais são os alimentos produzidos em Pilar atualmente?

2– Considerando as informações presentes na Secretaria, de onde vem os alimentos que abastecem os diferentes espaços privados e públicos em Pilar, mencionando, por exemplo, as feiras, atualmente?

3 – Em sua opinião, os alimentos que abasteceram as feiras, os diferentes espaços públicos e privados em Pilar antes de 2017 vinham de onde?

4 – Qual é a importância da produção alimentar local?

5 – A partir de 2017, pode-se dizer que houve aumento e diversificação da produção alimentar local ou não? Quais são os fatores que podem explicar esses processos ou não? Argumente.

6 – A produção da cana e seus derivados oportunizaram a expansão e diversificação da produção alimentar em Pilar? Argumente.

7 – Houve algum impacto na produção alimentar local com a ocupação e expansão dos conjuntos habitacionais? Quais? Argumente.

8 – De onde vem os recursos para custear o arrendamento das terras e investimentos técnicos nos quintais produtivos e Plantando o Futuro?

9 – Quais são os impactos positivos e dificuldades encaradas pelo município para manter o Plantando o Futuro e os quintais produtivos?



Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente – IGDEMA
Mestrado em Geografia

Observação: Caro(a) representante público, pedimos a sua colaboração para responder o questionário abaixo. Ele servirá para a produção de uma dissertação de mestrado em Geografia. Informamos que será mantido seu anonimato.

Cidade onde mora:

Função:

QUESTIONÁRIO – Data 05 /01/ 2019
 (Entrevista escrita a punho e digitalizada pela Diretora)

1. Nesses últimos anos a produção alimentar foi uma das prioridades da gestão municipal? Argumente.

() Sim () Não

1.1 Caso responda “Sim”. Quais as contribuições feitas pela gestão municipal para que a produção alimentar fosse uma das prioridades? Argumente.

1.2 Caso responda “Não”. Por que não houve incentivos para que a produção alimentar fosse uma das prioridades da gestão municipal? Não se aplica.

2. Existem políticas públicas em Pilar que incentivam a produção alimentar local?

() Sim () Não

2.1 Caso responda “Sim”. Quais são as políticas públicas de incentivo a produção local de alimentos? Explique de forma sucinta como cada uma delas funciona em Pilar.

2.2 Caso responda “Não”. Quais os motivos do município não incentivar, através das políticas públicas a produção alimentar?

3. A produção alimentar em Pilar é necessária ou não? Argumente.

4. Entre 2006 e 2017 houve os processos de diversificação e aumento da produção alimentar em Pilar? Explique os motivos que levaram ou não ao aumento e diversificação da produção alimentar local.



Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente – IGDEMA
Mestrado em Geografia

Observação: Caro(a) representante da CEASA, pedimos a sua colaboração para responder o questionário abaixo. Ele servirá para a produção de uma dissertação de mestrado em Geografia. Informamos que será mantido seu anonimato.

Cidade onde mora:

Função:

QUESTIONÁRIO – Data 13/02/ 2019

(Entrevista registrada a punho pelo autor do estudo enquanto o técnico relatava sua experiência)

1) Como funciona o processo de cotação da CEASA? Argumente.

2) Os fluxos da produção alimentar que chega na CEASA vêm de onde?



Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente – IGDEMA
Mestrado em Geografia

Observação: Caro(a) feirante, pedimos a sua colaboração para responder o questionário abaixo. Ele servirá para a produção de uma dissertação de mestrado em Geografia. Informamos que será mantido seu anonimato.

Sexo: M () F ()

Idade:

Cidade onde mora: Pilar

Bairro:

1) Quais são os alimentos que você vende?

2) Qual a quantidade de alimentos que você vende numa feira? (Especificar a unidade).

3) De onde vem os alimentos que você vende?

4) Na sua opinião, Pilar produz alimentos suficientes para abastecer a população local?

() Sim () Não

Caso marque “Não”

4.1) Na sua opinião, o que impede o aumento da produção de alimentos em Pilar?

4.1.2) A baixa produção de alimentos em Pilar pode levar ao aumento dos preços dos alimentos? Por quê?

4.1.3) O aumento do preço dos alimentos pode levar as pessoas a passarem fome em Pilar? Por quê?

Caso marque “Sim”

4.2) Na sua opinião, o que possibilita o aumento da produção de alimentos em Pilar?

4.2.1) O aumento da produção leva a diminuição do preço dos alimentos? Por quê?

4.2.2) A diminuição do preço dos alimentos em Pilar pode levar a diminuição da fome? Por quê?

5) Quais são os valores dos alimentos que você vende na feira?

6) Você produz os alimentos que vende na feira?

Sim Não Alguns

Caso marque “Alguns”.Quais?

Caso marque “Não”

6.1) Por quanto compra os alimentos que vende na feira?

Caso marque “Sim”

6.2)Onde você produz os alimentos que vende na feira?

6.2.1)A terra onde você produz é própria ou arrendada?

Arrendada Própria Outros Qual?

Caso responda “Arrendada”

6.2.2) Por que é arrendada?

Caso responda “Própria” ou “Arrendada”

6.2.3) Todo o alimento que você produz é vendido na feira?
